ARQUIVO DE CASCAIS

HISTÓRIA | MEMÓRIA | PATRIMÓNIO



ARQUIVO DE CASCAIS

HISTÓRIA | MEMÓRIA | PATRIMÓNIO

RUMO AO 660.º ANIVERSÁRIO DA VILA DE CASCAIS

A cultura é um processo infinito e plural através do qual a herança material e imaterial que passamos de geração em geração se enriquece, fundindo tradição e inovação e assegurando a preservação sem restringir o direito à criação.

O património constitui um dos mais simbólicos garantes da identidade da nossa comunidade e consequentemente um campo aberto para a consolidação de uma efetiva democracia cultural. Cumpre, assim, ao município garantir a sua plena fruição, estudo e difusão, abrindo-o ao universal, na certeza de que cidadãos informados e capacitados são o maior ativo para a consolidação do todo em que nos integramos.

O estudo da história, da memória e do património do concelho volta a ser valorizado no *Arquivo de Cascais*, por meio da edição de nove textos inéditos da autoria de prestigiados investigadores, que gentilmente decidiram partilhar os seus saberes. Aqui se apresentam novos contributos para o estudo da nossa terra nas mais diferentes áreas, que abarcam a arqueologia, a história, a antropologia e a conservação e restauro.

O nosso muito obrigado a todos os que colaboraram para a construção desta obra coletiva dedicada à comunidade que o Município de Cascais tem o privilégio de representar e servir há quase 660 anos!



Carlos Carreiras
Presidente da Câmara Municipal

ÍNDICE



1. Planta do concelho de Cascais e Oeiras com a localização de Vilares e sítios arqueológicos onde foram identificadas necrópoles do mesmo período

SEPULTURAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE VILARES (ALCABIDECHE – CASCAIS)

Guilherme Cardoso[2] | José d'Encarnação[3] | Carmen Pereira[4]

INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico de Vilares, Murches, foi dado a conhecer por Francisco de Paula e Oliveira no seu trabalho *Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes*, em memória póstuma onde escreveu: "Au sud-est de Murches, on observe encore une grande quantité de débris de matériaux de construction disséminés sur le terrain. L'endroit où ils sont plus abondants s'appelle Villares. J'y ai trouvé aussi une tombe, mieux construite qu'aucune de celles que j'ai vues dans cette région. Cette tombe avait le fond formé de larges briques, ses parois latérales étaient des dalles parfaitement équarries et d'une égale épaisseur. Malheureusement, elle était en partie détruite et tout son intérieur se trouvait très bouleversé" (1888/92: 92).

O sítio foi relocalizado a 25 de junho de 1973 através de prospecções onde observámos muitos fragmentos de *imbrices*, de potes e um fragmento de peso de tear dispersos pela superfície do solo arável. Num dos muros de divisão de propriedade que fica a sul foi recolhido por João Cadish um dormente de mó manual que foi levado, nos finais dos anos 70 do século passado, para o Museu do Mar de Cascais (Cardoso, 1991: 38, n.º 30), fig. 1.

No ano de 2000, foi solicitada à Câmara Municipal de Cascais, pelos proprietários de um dos terrenos onde se situa a *villa* romana de Vilares, a viabilidade de aí construir. Devido a nunca se ter procedido a qualquer tipo de trabalho arqueológico no local, em época recente, foi indicado pelos serviços técnicos camarários que se procedesse primeiramente a sondagens arqueológicas, com o fim de se saber se havia, ou não, vestígios arqueológicos na propriedade, qual a área da sua extensão e seu grau de conservação, caso existissem.

2 Associação Cultural de Cascais.
3 Associação Cultural de Cascais.
4 Câmara Municipal de Cascais.

No seguimento do processo, a Associação Cultural de Cascais foi a entidade escolhida pelos proprietários para proceder às referidas sondagens em estreita colaboração com o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, sob a responsabilidade de José d'Encarnação, Guilherme Cardoso, João Marcelino Cabral e Lurdes Trindade Niewendam.

A ESCAVAÇÃO

Os trabalhos de escavação iniciaram-se em meados de agosto de 2000, no lado sul do terreno, por ser aquela onde os vestígios se concentravam mais à superfície do terreno de lavoura. Concretizou-se uma série de sondagens na cota mais elevada, tendo-se verificado que, naquele local, já não existiam camadas arqueológicas, pelo que se avançou mais para norte.

Procedeu-se em consequência, à escavação de uma grande área (12 m x 20 m), que permitiu identificar um sector bastante arrasado por séculos de trabalhos agrícolas. Registou-se, porém, a presença de materiais dətáveis da Idade do Ferro e restos de ruínas de estruturas romanas de alvenaria seca, com pisos lajeados e de terra batida sobre enrocamento, correspondentes certamente a edifícios de habitação, bem como silos de época islâmica.

Na zona de enrocamento da antiga área romana foram identificadas duas sepulturas, uma de caixa e outra de covacho com cobertura e ligeiramente desviada para poente, já fora da área do enrocamento, uma sepultura de bebé sob restos de um *imbrex*.

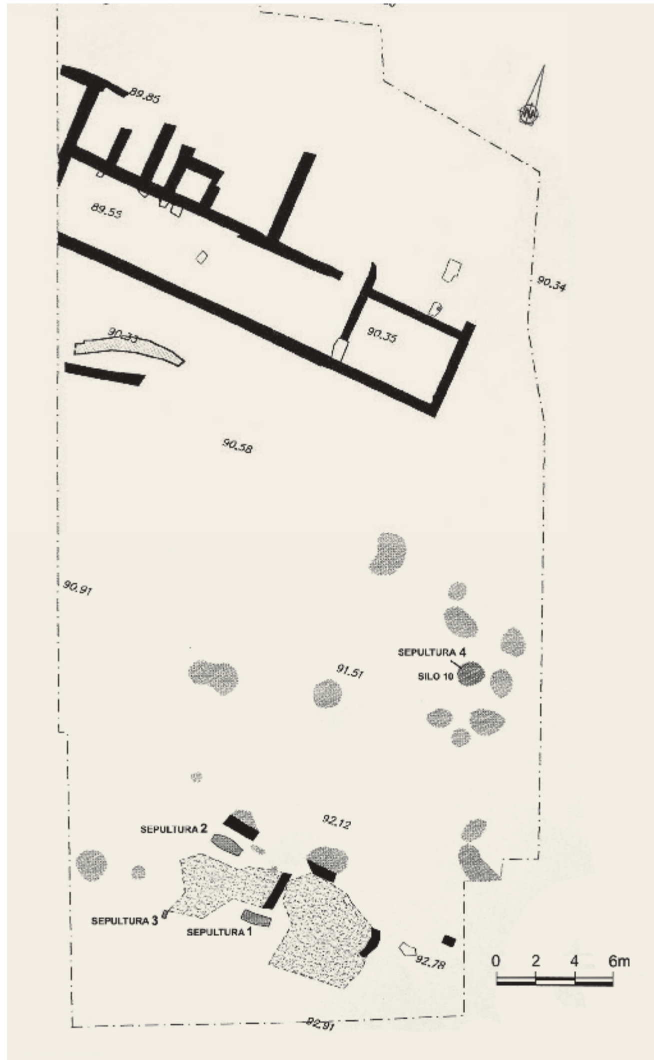
O estudo dos materiais recolhidos permitiu demonstrar que o local fora abandonado como espaço habitacional no Alto Império, tendo sido posteriormente utilizado como necrópole e, já em época medieval islâmica, como área sazonal de armazenagem de víveres.

A continuação das escavações arqueológicas, no ano seguinte, mais para norte, possibilitou a identificação de uma série de silos e de um grande edifício romano datável já do Baixo Império. No interior do silo 10 foi encontrado o esqueleto de uma jovem (Cardoso *et alii*, 2022: 279 e 280).

TIPOS DE ENTERRAMENTO ENCONTRADOS

Pode dizer-se que, na verdade, não se detectou uma necrópole na plena acepção da palavra, mas enterramentos dispersos que, por razões desconhecidas, acabaram por ocorrer na mesma zona, fig. 2.

Tirando o caso dos enterramentos mais a sul – onde se encontraram dois túmulos de adultos, um de covacho, outro de caixa e um infantil depositado sob *imbrex,* construídos numa antiga área habitacional –, a distribuição espacial aqui documentada constitui algo fora do habitual, embora já conhecida noutras zonas do *ager*



2. Localização das sepulturas. Levantamento topográfico de António Oliveira

Olisiponensis: é o caso da necrópole romana do Casal Rebolo, em Sintra (Gonçalves, 2011); de uma sepultura na *villa* romana de Caparide, ou o caso do enterramento de crianças junto às ruínas de antigos edifícios de habitação, como tivemos ocasião de documentar no Alto do Cidreira, em Freiria, no Casal do Clérigo ou em Caparide (Cardoso e Cardoso, 2022, p. 108).

Por sua vez, o sepultamento de uma jovem no período medieval, muito próximo dos anteriores, indica que houve aproveitamento de um silo vazio para depositar um corpo, sem grande cuidado. Deste período conhecem-se casos idênticos em Espanha, como o da inumação de uma mulher em idade avançada num silo do sítio

de Mata del Palomar (Nieva, Segovia), e outra, de dois indivíduos, em Congosto, Rivas-Vaciamadrid, Madrid (Vigil-Escalera Guirado, 2013, p. 268, 274, fig. 3.1 e 3.6).

INVENTÁRIO DAS SEPULTURAS

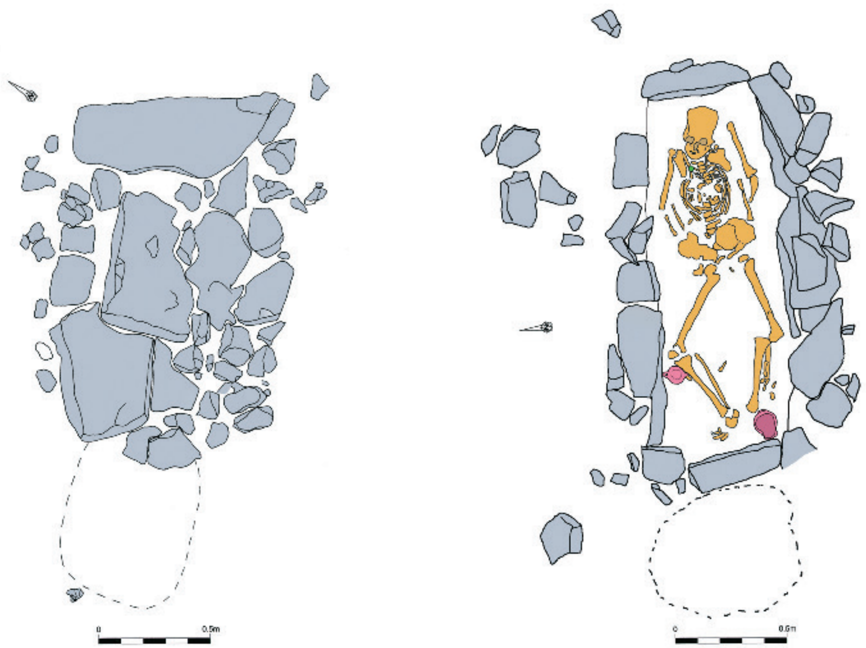
Sepultura 1

Do tipo caixa, de forma rectangular abaulada. Orientada este-oeste. Comprimento interno: 158 cm; largura máxima: 56 cm; altura interna: 43 cm.

Esteios e tampa de toscas lajes de calcário local, com as fendas cobertas por pequenas pedras. A parede sul era constituída por três lajes verticais, na parte inferior, e uma fiada de lajes mais pequenas na parte superior, colocadas horizontalmente. A parede norte, mais irregular, tinha, como a anterior, os esteios em cutelo e só no topo de um deles é que existia uma laje horizontal para nivelar a parede para apoio da tampa. Na cabeceira, apenas um ortóstato e, aos pés, dois (fig. 3).

No interior, um esqueleto, do sexo feminino, na posição de decúbito dorsal virado a poente (fig. 4).

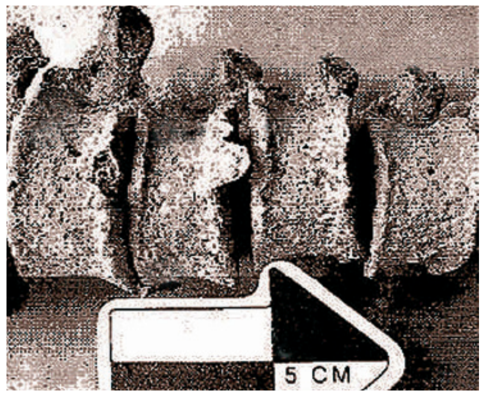
Artefactos: uma moeda de liga de cobre do imperador Marco Aurélio (fig. 15), sobre a omoplata direita; um púcaro junto ao pé esquerdo (fig. 17.2) e uma lucerna (fig. 17.1) junto à rótula direita.



3. Plantas da sepultura 1: Tampa, esqueleto e espólio votivo. Desenhos Lurdes Trindade Niewendam



4. Sepultura 1. Fotografia Guilherme Cardoso



5. Coluna vertebral do enterramento da sepultura 1. Fotografia de Gonçalo Carnim

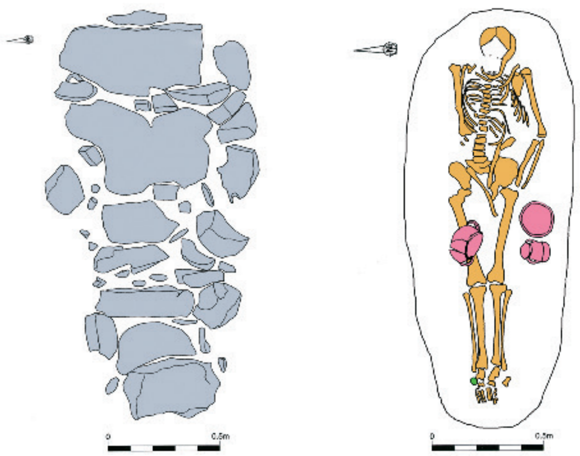
Sepultura 2

Do tipo covacho com cobertura. Orientada este-oeste. Comprimento: 220 cm; largura máxima: 70 cm; altura interna: 38 cm.

Tampa constituída por toscas lajes de calcário local, com as fendas cobertas por pequenas pedras. Lajes de cobertura inclinadas para dentro, evidenciando que se tratava de um covacho (fig 6).

No interior, logo por baixo das lajes da tampa, o esqueleto de uma jovem, na posição de decúbito dorsal virado a poente (fig. 7).

Artefactos: junto às rótulas, do lado norte, uma pequena copa de duas asas (fig. 17.5). Na mesma direção, mas do lado oposto, um púcaro de duas asas (fig. 17.3) e uma taça carenada de cerâmica comum (fig. 17.4). Sobre os pés, uma moeda de bordo chanfrado, de bronze (fig. 16).



6. Plantas da sepultura 2: Tampa, esqueleto e espólio votivo. Desenhos Lurdes Trindade Niewendam



7. Sepultura 2, esqueleto. Fotografia Guilherme Cardoso

Sepultura 3

Do tipo covacho com cobertura de telha. Orientada sul-norte. Comprimento: 40 cm; largura 20 cm.

A cobri-la, um fragmento de *imbrex* e, a delimitá-la, pequenas pedras de calcário junto aos pés (fig. 8). Os trabalhos de lavoura danificaram parte da cobertura de telha. No interior, o esqueleto de uma criança muito jovem (fig. 10).



8. Plantas da sepultura 3, tampa e esqueleto. Desenho Lurdes Trindade Niewendam

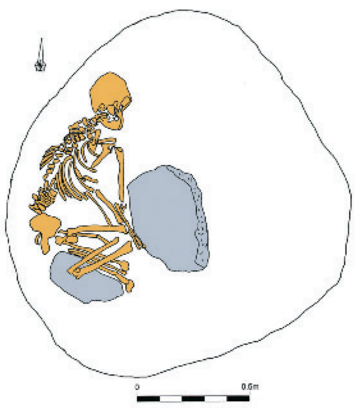


9. Sepultura 3, esqueleto. Fotografia Guilherme Cardoso

Sepultura 4

O silo n.º 10 encontrava-se selado por pedras e colmatado com raros fragmentos de cerâmica até aos 38 cm. Na cota dos -50 cm apareceu um esqueleto do sexo feminino, jovem, com cerca de 1,49 m de altura, articulado na posição fetal lateral esquerda, com a cabeça do lado norte, tendo a face virada para baixo e as costas encostadas à parede poente do silo. Braços estendidos, as mãos junto aos joelhos; o corpo encaixado,

na parte inferior do silo, entre duas pedras (figs. 9 e10). No entanto, a rotação *post mortem* que o crânio e as vértebras cervicais sofreram indica que o corpo não foi coberto com terra imediatamente após o momento da morte, pelo menos no que se refere à zona da cabeça e do pescoço (Cardoso, 2001).



10. Planta do enterramento do silo 10, sepultura 4. Desenho Lurdes Trindade Niewendam



11. Silo 10, sepultura 4. Fotografia de Guilherme Cardoso



12. Calcâneo e *talus* esquerdos do enterramento do silo 10, sepultura 4. Fotografia Guilherme Cardoso



13. Úmeros do enterramento do silo 10, sepultura 4. Fotografia Guilherme Cardoso



14. Crânio do enterramento do silo 10, sepultura 4. Fotografia Guilherme Cardoso

O espólio funerário

MOEDAS

Associadas a dois dos enterramentos foram recolhidas duas moedas: sobre a omoplata direita do esqueleto da sepultura 1 um bronze de Marco Aurélio (161-180 d. C.), que possibilitou datar a sepultura de um *terminus a quo;* sobre os pés do esqueleto da sepultura 2, uma moeda de bordo chanfrado, de bronze, muito gasta, integrável no período republicano (século II a. C. a meados do I a. C.).

O costume de os defuntos serem acompanhados por uma ou mais moedas nos túmulos encontrados no município de Cascais está mais do que comprovado, desde o período do Alto Império até ao século XVI.

O uso de moedas fora de circulação, como é o caso do asse republicano da sepultura 2, para pagamento do óbolo a Caronte, justifica-se por se tratar de uma oferenda votiva, sem interesse pecuniário.

INVENTÁRIO

1 – (Sep. 1; fig. 15). Asse de Marco Aurélio, oficina indeterminada, 161-180 d. C.
Anverso: ilegível. Busto barbado à direita.
Reverso: ilegível. Figura feminina sentada à esquerda, com cornucópia na mão esquerda.
Medidas: Ø: 25 mm. Peso: 10,52 gr. Eixo: 12.
Observações: muito desgastada.

2 – (Sep. 2, fig. 16).
Asse. República. Século II a. C. a meados do I a. C.
Anverso: ilegível. Janus bifronte.
Reverso: ilegível. Proa de galera à direita.
Medidas: Ø: 34 mm. Peso: 21,22 gr. Eixo: ?.
Observações: muito desgastada.



15. Moeda da sepultura 1.
Fotografia Guilherme Cardoso



16. Moeda da sepultura 2.
Fotografia Guilherme Cardoso

LUCERNA

Foi recolhida uma lucerna no interior da sepultura 2 (fig. 17.1). Produzida a molde, de fraca qualidade, com evidências de utilização.

Verifica-se que foi produzida regionalmente, devido às características das argilas, que apresentam desengordurantes de quartzo leitoso, fumado e róseo, moscovite, óxido de ferro vermelho e, por vezes, calcário. Pasta semi-oxidante, de cor rosada (Munsel 5YR 7/6), pouco dura, de grão fino a médio e foliáceo.

Como já tivemos ocasião de sublinhar (Cardoso *et alii*, 2022: 94), a qualidade da lucerna evidencia um espaço ocupado por uma população rural, de parcos rendimentos, mas que mantinha os ancestrais rituais funerários romanos.

INVENTÁRIO:

1 – (Sep. 2; fig.17.1). Lucerna tipo Deneaneu VIIIc, asa cheia do tipo Ponsich
Corpo circular com bico redondo e vestígios de utilização. O orifício encontrava-se ao centro. Datável de 75 d. C. ao séc. III d. C.
Medidas: comprimento, 97 mm; largura, 69 mm; altura, 25 mm.

PÚCAROS E COPA

Os púcaros são as oferendas mais comuns que se encontram em túmulos de época romana no concelho de Cascais. No mesmo conjunto se integra uma copa ou púcara, recipiente mais raro nestas necrópoles.

Na sepultura 1, um púcaro junto ao pé esquerdo (fig. 17.2). De forma periforme, lábio em fita, canelura horizontal no bojo, pé em bolacha e duas asas que saíam do colo, logo abaixo do lábio e ligavam ao bojo na zona da canelura. A forma é semelhante à dos púcaros provenientes da necrópole de Freiria das sepulturas 98.23 e 99.8, datados de entre os finais do século I e os inícios do século II (Cardoso, 2018a: 172). No entanto, a moeda de Marco Aurélio que acompanhava o defunto aponta para a segunda metade do século II.

O púcaro proveniente do túmulo 2 (fig. 17.3) encontrava-se no lado esquerdo do fémur. Tem, como o anterior, a forma periforme, lábio em fita, canelura no bojo, pé em bolacha e duas asas em fita com duas caneluras verticais que saem do lábio e ligam ao bojo na zona da canelura.

Já foi alvo de publicação, por apresentar dois grafitos com três letras cada um: MIS e MIF. Interpretámo-los como sendo a identificação das cinzas de dois indivíduos cujas cinzas neles teriam sido depositadas. As três siglas poderão ser as dos três nomes com que os romanos se identificavam. Sendo assim, M será a sigla de *Marcus.* I indicará o nome de família; na medida em que estamos em território da família *Iulia*, não parece despropósito sugerir o desdobramento em *Iulius.* A terceira sigla é diferente; na verdade, os membros masculinos duma família poderia ter o primeiro nome herdado do pai, o nome de família era igual para todos, mas havia um nome distintivo, era o *cognomen,* nome pelo qual na família eram chamados. F e S designariam, pois, esse nome. Dubitativamente, sugerimos F(*elix)* e S(*everus*) por se tratar de dois dos nomes mais comuns (Encarnação, 2001: nº 39). Nada garante, porém, que seja esta a opção certa.

Importa também referir que, mui provavelmente, na sua tão concisa simplicidade, as siglas queiram dizer que ali foram colocadas as cinzas de dois irmãos ou de um pai e um filho – dada a identidade dos dois primeiros nomes. Portanto, desdobrar-se-iam as siglas em genitivo, que é o caso para indicar a posse: *M(arci) I(ulii) S(everi), M(arci) I(ulii) F(elicis),* isto é, «de Marco Júlio Severo», «de Marco Júlio Félix». Por outro lado, esta singela menção da identificação dos defuntos por meio de grafitos no bojo de uma urna é, já de si, sintoma de avançado estádio de aculturação.

Como no caso do primeiro púcaro, também este tem semelhança com os provenientes das sepulturas de Freiria (idem, 2018a: 172), dos finais do século I d. C. a inícios do II d. C. Neste caso, a moeda achada junto aos pés é muito mais antiga, não servindo para atribuir uma cronologia à sepultura que datamos, como no caso do túmulo 1 da segunda metade do século II ou mesmo já do III.

Da sepultura 2 é também proveniente uma copa ou púcara, que se encontrava sobre o fémur direito. Mais larga do que alta, tem forma de taça com uma canelura

no bojo, lábio em voluta, bojo ligeiramente reentrante, pé em bolacha, asas em fita a saírem do lábio e a ligarem ao bojo na zona da canelura (fig. 17.5).

INVENTÁRIO:

Sepultura 1 – Púcaro fragmentado de duas asas. Altura, 105 mm; diâmetro no bojo, 99 mm.

Sepultura 2 – Púcaro, com duas asas e grafitos no bojo. Altura, 105 mm; largura máxima, 118 mm; diâmetro no bojo, 102 mm.

Sepultura 2 – Copa fragmentada, com duas asas. Altura, 79 mm; largura máxima, 152 mm; diâmetro do pé, 47 mm.

TAÇA/TIGELA

Na sepultura 2 foi recolhida uma taça ao lado do fémur esquerdo (fig. 17.4).

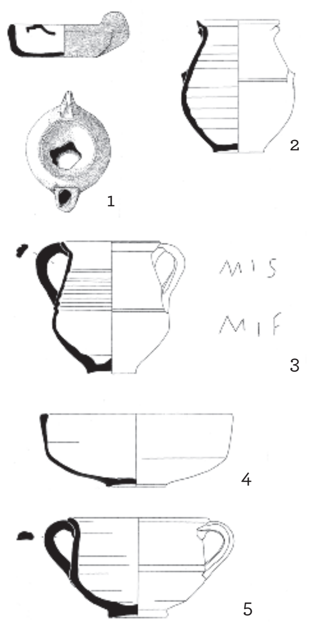
Apresenta paredes altas paralelas com carena baixa, lábio espessado e pé vazado.

A semelhança que tem com o tipo Hayes 14/15 e com a *terra sigillata* africana A, pode apontar para uma datação dos finais do século II / inícios do III.

Na olaria romana da Quinta do Rouxinol, foram produzidas taças de tipo semelhante (tipo 1.3.2.2/ Hayes 14), que foram datadas de entre a segunda metade do III e a primeira do IV (Santos, Raposo e Quaresma, 2015: 133).

INVENTÁRIO:

Sepultura 2 – Taça/ tigela. Cerâmica comum. Diâmetro, 153 mm; altura, 61 mm.



17. Espólio votivo. 2, sepultura 1, 3-5, sepultura 2
Desenhos Eurico Sepúlveda

CRONOLOGIA

Pelo tipo de espólio encontrado dentro das sepulturas 1 e 2, podemos datá-las dos finais do século II a inícios do III. Quanto à sepultura 3, devido à larga cronologia que se conhece em enterramentos do mesmo género, podemos apontar para um período entre os finais do século II e o século V.

No caso do enterramento 4, no silo 10, apontamos para ter ocorrido durante o século XII.

DADOS ANTROPOLÓGICOS

O trabalho antropológico de exumação do material osteológico humano identificado foi efetuado pelos antropólogos Gonçalo Carnim e Hugo Cardoso, nas respetivas intervenções. Em setembro de 2022 a antropóloga Carmen Pereira analisou o material osteológico que se encontrava armazenado na reserva arqueológica do município e os relatórios antropológicos de campo.

No que respeita aos dados antropológicos, verifica-se uma organização do espaço sepulcral, que, embora resulte de uma amostra reduzida, se revela muito significativa para a interpretação dos rituais funerários observados.

No decurso dos trabalhos arqueológicos foram identificados quatro espaços sepulcrais com presença de enterramentos de inumação. Assim, no ano de 2000, Gonçalo Carnim exumou três enterramentos e, no ano de 2001, Hugo Cardoso recolheu o enterramento que se registou no silo 10.

Sepultura 1

Nesta sepultura houve enterramento inumado em posição de decúbito dorsal com uma orientação este-oeste. O esqueleto apresentava as mãos sobre a bacia e os membros inferiores estendidos (Carnim, 2000: 1), estando o direito fletido. Estavam ligeiramente remexidos o membro superior esquerdo, o coxal direito, o sacro, o fémur direito e os pés (figs. 3 e 4).

Os ossos encontravam-se, na generalidade, em bom estado e, após análise, inferiu-se que correspondiam a uma senhora (Ferembach *et alii,* 1980; Bruzek, 1991; Krogman e Iscan, 1986) com uma idade, à morte, estimada entre os 40 e os 50 anos (Masset, 1982; Lovejoy *et alii*, 1985); 1,50 m de estatura (Olivier *et alii*, 1978), robustez do úmero e da tíbia, capacidade craniana com cerca de 1246 cc (Olivier *et alii*, 1978), e achatamento considerável nos membros inferiores, com fémur platimérico e a tíbia platicnémica.

Morfologicamente, identificaram-se como caracteres discretos cranianos a ausência de forâmen parietal e a existência de ponte mielohióide (Hauser e De Stefano, 1989) e, nos pós-cranianos, a presença de tubérculo peronial (Finnegan, 1978).

No campo das doenças orais, esta senhora revelava a presença de desgaste ligeiro na dentição (adapt. Smith, 1984 *in* Silva, 1996), tártaro acentuado com mais de metade da superfície nos incisivos (adapt. Martin e Saller, 1956 *in* Cunha, 1994) e a presença de cárie com uma pequena fissura na superfície cervical, junto à linha de junção cimento-esmalte (Lukacs, 1989; Moore e Cobert, 1971 *in* Powell, 1985). Adicionalmente à doença oral, registou-se a degenerativa articular e não articular, com presença de osteofitose mais acentuada na zona torácica e mais ligeira na zona lombar (Crubézy *et alii,* 1985), mais especificamente da T7 até à L5. O registo do antropólogo (Carnim, 2000: 2) refere, ainda, a eventualidade de, na T7 e T8, ter ocorrido uma fusão de vértebras e provável diagnóstico de anquilose (Aufderheide e Rodriguez-Martín, 1998; Barnes, 2008), (fig. 5). No que concerne às doenças não articulares, registou-se a presença de alterações da entese de natureza osteofítica mínima (Mariotti *et alii*, 2004) nos arcos vertebrais (ligamento flavo).

Sepultura 2

Sepultura aberta no substrato geológico, ou seja, num covacho (Cardoso *et alii*, 2009: 339), com presença da inumação de um enterramento de orientação este-oeste, em posição de decúbito dorsal, com a cabeça sobre o tórax, as mãos sobre a bacia e os membros inferiores estendidos (Carnim, 2000: 2) e paralelos entre si. Os ossos encontravam-se em bom estado e, após análise, inferiu-se que correspondiam a uma rapariga (Wasterlain, 2000; Krogman e Iscan, 1986) jovem com uma idade, à morte, estimada entre os 19 e os 22 anos (Ubelaker, 1989), figs. 6 e 7.

No campo das doenças orais, esta jovem apresentava um desgaste (adapt. Smith, 1984 *in* Silva, 1996) e tártaro ligeiros (adapt. Martin e Saller, 1956 *in* Cunha, 1994), e revelava ainda indicadores de stress não específico, com a presença de hipoplasias do esmalte dentário no canino direito e primeiros pré-molares direitos e esquerdos, deduzindo-se que, nos períodos de idade compreendidos entre os 3 e os 6 anos de idade, esta jovem terá sofrido episódios de stress ou doença, que permitiram o seu registo no esmalte dentário e terão afetado o seu bom desenvolvimento (Goodman e Rose, 1991).

Sepultura 3

Sepultura de inumação de uma criança com idade, à morte, estimada inferior a 1 ano de idade (Ubelaker, 1989). Encontrava-se inumada com uma orientação sul-norte e sob um *imbrex* (Cardoso *et alii,* 2009: 339), figs. 8 e 9. A fragilidade e o mau estado de preservação dos ossos contribuíram para que não fosse possível obter mais resultados relativos a esta inumação (Carnim, 2000: 3).

Silo 10

Espaço de inumação localizado junto à parede oeste do silo 10[5]. O corpo foi inumado na posição de decúbito lateral esquerdo fletido, com a face provavelmente voltada para oriente (Cardoso, 2001: 2). Membros superiores estendidos, ligeiramente afastados do tronco, as mãos localizadas sobre o joelho direito, e os membros inferiores fletidos com o direito sobre o esquerdo. O direito apresentava uma flexão de, aproximadamente, 150°, com o pé sobre uma pedra; exibia o esquerdo uma flexão de cerca de 180°, com o pé junto à bacia (Cardoso, 2001: 2), figs. 10 e 11.

Neste enterramento o antropólogo Hugo Cardoso observou uma alteração da posição natural da face resultante de uma deposição desta natureza, afirmando que "a face foi detectada voltada para o solo, mas a posição das vértebras indicava que esta posição tinha resultado provavelmente de uma rotação *post mortem* para o lado esquerdo, do crânio e das primeiras vértebras cervicais" (Cardoso, 2001:2). Os ossos deste enterramento encontravam-se em bom estado de preservação, e a sua análise permitiu inferir que pertenciam a uma jovem adulta de idade compreendida entre os 19 e os 24 anos (Ferembach *et alii*, 1980; Silva, 1995; Scheuer e Black, 2000: 218; Wasterlain, 2000), fig. 13, com 1,49 m de estatura (Mendonça, 1998), figs. 10 e 11.

Morfologicamente, identificou-se nesta jovem a presença de caracteres discretos, ou seja, de *foramina* supraorbital acessória na órbita direita (Hauser e De Stefano, 1989), fig. 14, de superfície articular inferior talar dupla contínua nos talus e de faceta anterior dupla contínua nos calcâneos (Finnegan, 1978), fig. 12.

No campo das doenças orais, apresentava desgaste (adapt. Smith, 1984 *in* Silva, 1996) e tártaro ligeiros (adapt. Martin e Saller, 1956 *in* Cunha, 1994), assim como o registo de uma pequena cárie na superfície oclusal (Lukacs, 1989; Moore e Cobert, 1971 *in* Powell, 1985) de um molar solto. Também se registou a perda *ante mortem* do segundo pré-molar e molares superiores esquerdos com reabsorção alveolar quase concluída (Hillson, 1996, 2000).

Para além de ser uma jovem adulta, a análise osteológica identificou a presença de doença degenerativa articular e não articular. A primeira com evidência da presença de osteofitose ligeira nas zonas torácica e lombar (Crubézy *et alii*, 1985), e, no campo das doenças não articulares, a frequência de alterações da entese de natureza osteofítica mínima (Mariotti *et alii*, 2004) no músculo *triceps brachii e anconeus* do cúbito esquerdo e no tendão de Aquiles na área posterior do calcâneo esquerdo, e de natureza osteolítica mínima (Mariotti *et alii*, 2004) no músculo extensor da coxa da tuberosidade isquiática esquerda.

5 Este silo terá sido denominado aquando dos trabalhos de campo de sepultura 5, embora a amostra total seja constituída apenas por quatro enterramentos.

CONCLUSÕES

A *villa* romana de Vilares – Murches de Cascais, justamente por revelar uma amostra diminuta – a exumação de apenas quatro enterramentos – não representa de todo a comunidade total da época. Contudo, os resultados obtidos são significativos para uma abordagem no que se refere aos rituais funerários praticados, à morfologia e morbilidade desta comunidade.

Os trabalhos arqueológicos e antropológicos desenvolvidos nos anos 2000 e 2001 permitiram escavar e exumar os quatro enterramentos inumados em espaços sepulcrais distintos: estrutura retangular com tampa, covacho e um silo.

Do ponto de vista da antropologia funerária, registaram-se três orientações distintas: uma orientação este-oeste nas sepulturas 1 e 2 (Carnim, 2000), uma orientação S-N na sepultura 3 (Carnim, 2000), e uma orientação norte-sul do silo 10 (Cardoso, 2001).

Os espaços sepulcrais apresentaram particularidades para que o ato de sepultamento dos seus mortos fosse distinto. São espaços de inumação que revelam a posição em decúbito dorsal nos enterramentos das sepulturas 1 e 2, com a característica particular na posição do membro inferior direito, ligeiramente fletido, e a posição fetal do enterramento depositado no silo 10. O enterramento da sepultura 3 não permitiu uma interpretação da sua posição de inumação. Contudo, os espaços sepulcrais foram escavados propositadamente para a colocação dos seus mortos, o que reflete a sua intencionalidade e cuidado.

Do ponto de vista da demografia, regista-se, pois, a presença de três mulheres e de uma criança, num intervalo etário compreendido entre o primeiro ano de vida e os 50. A estatura rondaria 1,50 m. Morfologicamente, merece realce a identificação de caracteres discretos enquanto elementos filogeneticamente cada vez mais relevantes (Mays, 1998).

Estas variações anatómicas, em comparação com outras amostras populacionais locais ou não, podem permitir conclusões acerca de características morfológicas, de relações familiares e/ou habitacionais. Assim, vemos que, nesta amostra, a senhora da sepultura 1 registou a ausência de forâmen parietal e a existência de ponte mielohióide (Hauser e De Stefano, 1989) e a presença de tubérculo peronial (Finnegan, 1978), enquanto a jovem do silo 10 evidenciou a presença de *foramina* supraorbital acessória na órbita direita (Hauser e De Stefano, 1989), de superfície articular inferior talar dupla contínua nos talus e de faceta anterior dupla contínua nos calcâneos (Finnegan, 1978).

Patologicamente, a morbilidade da população relaciona-se com evidências degenerativas, infeções ou até metabólicas ou congénitas, embora existam muitas mais.

Nesta amostra e perante uma faixa etária mais jovem e centrada nas mulheres, a comunidade apresentava alguma robustez óssea e revela indícios de uma prática de atividades diárias que exigia um esforço físico e de suporte de carga. São disso exemplos a senhora da sepultura 1 com osteofitose na coluna vertebral (Crubézy *et alii*, 1985) e um possível diagnóstico de anquilose (Aufderheide e Rodriguez-Martín, 1998; Barnes, 2008) da T7 e T8 e a jovem do silo 10 também com osteofitose (Crubézy *et alii*, 1985). Nestes casos, existe uma destruição gradual da cartilagem e das superfícies articulares do osso, como consequência de um prolongado stress mecânico, e uma perda progressiva da cartilagem entre os ossos da articulação, de forma que as superfícies articulares ficam em contacto direto (Ubelaker, 1989).

As doenças não articulares fundamentam a perceção de informações sobre as atividades musculares dos indivíduos que as possuem e consequentemente inferições das atividades físicas habituais das populações (Dutour, 1986). Observa-se uma alteração da entese, ou seja, a zona óssea onde se inserem os tendões, ligamentos e cápsulas articulares (Freemont, 2002), contribuindo para uma remodelação com osso novo (Assis, 2007). Esta condição pode originar dois tipos de lesões de natureza distintas: as osteofíticas e as osteolíticas (Mariotti *et alii,* 2004). Enquanto as primeiras se manifestam através do aparecimento de protuberâncias lisas ou rugosas, cristas, espigões digitiformes ou em vela, as segundas, e devido ao stress excessivo sobre a entese, caracterizam-se por cavidades líticas de diferentes tamanhos e formas (Mariotti *et alii*, 2004). São exemplos, nesta amostra, a presença de natureza osteofítica mínima (Mariotti *et alii*, 2004) nos arcos vertebrais (ligamento flavo) da senhora da sepultura 1; na jovem do silo 10 a evidência foi registada no músculo *triceps brachii e anconeus* do cúbito esquerdo e no tendão de Aquiles na área posterior do calcâneo esquerdo (Mariotti *et alii*, 2004), e a de natureza osteolítica mínima (Mariotti *et alii*, 2004) registou-se no músculo extensor da coxa da tuberosidade isquiática esquerda.

No que concerne às doenças das cavidades orais, os dados obtidos possibilitam uma reconstituição dos hábitos dietéticos e dos padrões de subsistência dos nossos ancestrais (Lukacs, 1989; Mays, 1998). A presença de cáries, que resultam inevitavelmente na dor e na presumível perda *ante mortem* dos dentes (Waldron, 2009), consiste na destruição do esmalte e cimento, através de cavidades e fissuras na superfície da coroa e da raiz do dente (Hillson, 2000; Mays, 1998). Esta perda de dentes *ante mortem* registou-se na jovem inumada no silo 10, perante os alvéolos praticamente reabsorvidos na totalidade. Assim, face ao preceito do processo de reabsorção que se estima num período espectável de 3 anos (Hillson, 1996) considera-se que esta jovem terá perdido o pré-molar e molares cerca de 3 anos antes da sua morte (Hillson, 1996, 2000). Perante o registo de desgaste dentário da senhora da sepultura 1 e das jovens da sepultura 2 e silo 10, identificou-se a erosão contínua do esmalte dentário da superfície oclusal dos dentes provocado pela fricção mandibular durante o ato de mastigação, conjugado com o efeito abrasivo dos constituintes duros presentes na alimentação (Hillson, 1996, 2000), ou seja, do processo de mastigação relacionado com o tipo de dieta ingerida, ou seja, mais abrasiva. Perante esta avaliação deduz-se que o consumo da dieta desta comunidade seria composto de glícidos, cereais e possivelmente alguma

carne mais dura. No que concerne aos hábitos de higiene oral seriam parcos perante a presença de tártaro (adapt. Martin e Saller, 1956 *in* Cunha, 1994) na dentição observada.

No que respeita à criança de um ano de idade à morte, estimada pelo antropólogo Gonçalo Carnim (2000:2), não foi possível perceber se apresentava alguma alteração óssea que pudesse inferir um diagnóstico de doença devido à ausência dos seus ossos. Adicionalmente a este facto, os revolvimentos detetados nos enterramentos da sepultura 1 e do silo admitem uma interpretação do cultivo dos terrenos onde se identificaram estes registos, quer nos ossos, quer nas estruturas arqueologicamente definidas.

A interpretação dos gestos funerários aqui representados pelas ações dos vivos à data e observadas pelos arqueólogos e antropólogos no decurso dos trabalhos, identificam dois períodos de ocupação distintos: o romano e o muçulmano. O sepultamento realizar-se-ia, numa primeira fase, com a preparação das estruturas funerárias ou a modelação da rocha para a inumação dos seus mortos e, numa fase posterior, com a utilização de, pelo menos, um silo para inumação em espaço reduzido, respetivamente.

O ato de sepultamento é claramente evidente e intencional nestas quatro sepulturas. Assim como o ritual das oferendas que foram dispostas junto do indivíduo inumado. A senhora da sepultura 1 fazia-se acompanhar, no seu espaço funerário, de um púcaro, uma lucerna e uma moeda, enquanto a jovem da sepultura 2 teria uma tigela, um púcaro, uma copa e uma moeda junto de si. Cada objeto oferecido representa um simbolismo para a ocasião: o púcaro, a copa e a tigela como utensílios relacionados com a mesa de alimentos sólidos e líquidos, a oferenda da lucerna como símbolo de luz, e as moedas como "deposição do óbolo para Caronte", o pagamento da viagem, pois, se a alma não pudesse pagar, ficaria na margem do Aqueronte por toda a eternidade e temia-se que pudesse regressar para perturbar os vivos (Fernandes *et alii*, 2012).

Através desta conjugação de dados, foi possível caracterizar a organização dos espaços de sepultamento, das particularidades biológicas, culturais e de saúde desta comunidade inumada nesta área do atual concelho de Cascais. A divulgação dos resultados contribui para uma pesquisa globalizada que pode ser integrada com estudos futuros, referentes a amostras exumadas nesta zona de intervenção arqueológica, para uma correlação do conhecimento populacional local.

Ficou comprovada a existência de estruturas, na propriedade ora sondada, em duas áreas distintas. Através dos materiais recolhidos na parte inferior da sondagem G9 pode dizer-se que o local já era ocupado nos inícios do século I e foi abandonado durante os finais do século IV.

Embora tudo estivesse bastante arrasado pelos séculos de lavoura, foi possível comprovar de que se tratava de uma zona habitada, cuja população vivia em edifícios de alvenaria seca e utilizava o método de enrocamento para preparar os seus pisos.

A descoberta de três sepulturas de inumação na mesma área coloca a hipótese de esta ter deixado de servir como espaço habitacional durante o século II ou inícios do seguinte. Na área norte, existem vestígios de alguns muros, onde se vislumbram dois compartimentos e alguns alinhamentos sem seguimento. Parece tratar-se de construções agrárias que podemos datar do século III/IV d. C.

Após o abandono do espaço, ainda no tempo romano, foi o mesmo ocupado durante a Idade Média, no período islâmico, tendo sido aproveitadas algumas das estruturas romanas, na zona norte, encontrando-se, no interior de um dos compartimentos, um conjunto de alfaias agrícolas de ferro, de que faziam parte duas relhas, uma espátula e dois martelos. O local terá, assim, sido habitado durante o período islâmico, pelo que os edifícios norte voltaram a ser reaproveitados.

No sector central foram identificados e escavados silos muçulmanos entulhados de pedras e terra, e uma fossa circular contendo abundantes cinzas, fauna e alguma cerâmica.

BIBLIOGRAFIA

AUFDERHEIDE, A.; RODRIGUEZ-MARTÍN, C. (1998) – *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*. Cambridge: Cambridge University Press.

ASSIS, S. (2007) – *A Memória dos Rios no Quotidiano dos Homens: Contributo de uma Série Osteológica Proveniente de Constância para o Conhecimento dos Padrões Ocupacionais*. Tese de Mestrado em Evolução Humana. Departamento de Antropologia. Coimbra, Universidade de Coimbra.

BARNES, E. (2008) – Congenital anomalies. In PINHASI, R., e MAYS, S. (eds.), *Advances in Human Paleopathology*. New York: John Wiley e Sons, Ltd., p. 329-362.

BRUZEK, J. (1991) – Proposition d'une nouvelle méthode morphologique dans la détermination sexuelle de l'os coxal: apllication à la chaussée tirancourt. In *Méthodes d'Études des Sépultures*. France, Saintes, Centre National de la Recherche Scientifique, p. 13-21.

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.

CARDOSO, Guilherme (2018a) – *Villa Romana de Freiria: Estudo Arqueológico*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.

CARDOSO, Guilherme (2018b) – As necrópoles romanas/visigóticas de Miroiço e Alcoitão (Cascais). *Conimbriga* LVII, p. 169-216.

CARDOSO, Guilherme; BATALHA, Luísa; GIL, Rui; SANTIAGO, Rafael (2022) – Vilares: de la Antigüedad tardía a la Edad Media. In Sara PRATA, Fabián CUESTA-GÓMEZ e Catarina TENTE (coord.) *Paisajes, espacios y materialidades. Arqueología rural altomedieval en la península ibérica*. Oxford: Archaeopress Access Archaeology, p. 278-288.

CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João; ENCARNAÇÃO, José d', e TRINDADE, Lurdes (2000) – Sondagens de emergência no concelho de Cascais – sítio de Vilares, *Al-madan*, 2ª Série, 9, p. 9.

CARDOSO, Guilherme, e CARDOSO, João Luís (2022) – As necrópoles da Antiguidade Tardia na região de Cascais e Oeiras. In CARDOSO, Guilherme, e NOZES, Cristina (coord.), *A Morte no Ager Olisiponensis* (série *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo)*. Lisboa: Caleidoscópio e Câmara Municipal de Lisboa, p. 83-101.

CARDOSO, Guilherme; NETO, Nuno; REBELO, Paulo; BATALHA, Luísa; GRANJA, Raquel (2022) – A necrópole romana do Alto do Cidreira no Baixo-Império. In CARDOSO, Guilherme; NOZES, Cristina (coord.) *A morte no Ager Olisiponensis* (série *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo)*. Lisboa: Caleidoscópio e Câmara Municipal de Lisboa, p. 83-101.

CARDOSO, G.; MIRANDA, J.; TEIXEIRA, C. A. (2009) – *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos*. Alcabideche: Junta de Freguesia de Alcabideche, p. 339 -341.

CARDOSO, H. F. V. (2001) – *Sobre um esqueleto detectado num silo na villa romana de Vilares (Murches, Cascais) – Dados da antropologia de campo*. Cascais, p. 1-10.

CARNIM, G. N. L. (2000) – *Três indivíduos exumados da villa romana de Vilares: relatório de estudo preliminar*. Coimbra, Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 1-5.

CRUBÉZY, E.; MORLOCK, G.; ZAMMIT, J. (1985) – Diffuse Idiopathic skeletal hyperostosis and enthesopathy in Medieval populations. *Clinical Rheumatology*. Nº 5: 2. Philadelphia, p. 2-17.

CUNHA, E. (1994) – *Paleobiologia das populações medievais portuguesas. Os casos de Fão e São João da Almedina*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Coimbra, Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.

DUTOUR, O. (1986) – Enthesopathies (lesions of muscular insertions) as indicators of the activities of Neolitic Saharan Populations. *American Journal of Physical Anthropology*. 71, p. 221-224.

ENCARNAÇÃO, José d' (2001) – *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, 2ª edição revista e aumentada, Cascais.

FERNANDES, T. M.; PAREDES, J.; REBOCHO, L.; LOPES, M. H.; JANEIRINHO, V. (2012) – Área funerária romana em Évora: dos restos ósseos aos rituais funerários. *Antropologia Portuguesa* 29. Coimbra: CIAS – Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, p. 183-201.

FEREMBACH, D.; SCHWIDETZKY, I.; STOUKAL, M. (1980) – Recommendations for age and sex diagnoses of skeletons. *Journal of Human Evolution* 9, p. 517-549.

FINNEGAN, M. (1978) – Non-metric variation of the infracranial skeleton. *Journal of Anatomy* 125 (1), p. 23-47.

FREEMONT, A. J. (2002) – Enthesopathies. In *Mini-Symposium: non-neoplastic osteoarticular pathology. Current Diagnostic Pathology* 8, p. 1-10.

GONÇALVES, Alexandre M. (2011) – *A Necrópole Romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História. Policopiada.

GOODMAN, A. H.; ROSE, J. C. (1991) – Dental Enamel hypoplasias as indicator of nutritional status. In KELLEY, M. A.: LARSEN, C. S. (ed.). *Advances in dental anthropology*. Wiley-Liss, Inc. New York. USA, p. 279-294.

HAUSER. G.; DE STEFANO, G. F. (1989) – *Epigenetic variants of the human skull*. Schweizerbart, Stuttgart.

HILLSON, S. (1996) – *Dental Anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.

HILLSON, S. (2000) – Dental Pathology. In KATZENBERG, M. A.; SAUNDERS, S. (eds.), *Anthropology of the Human Skeleton*. New York, Wiley-Liss, Inc., p. 249-286.

KROGMAN, W. M.; ISCAN, M. Y. (1986) – *The Human Skeleton in Forensic Medicine*. Springfield, Charles C. Thomas, p. 413-457.

LOVEJOY, C.; MEINDL, R. S.; MENSFORTH, R. P.; CARLOS, L. D. (1985) – Accuracy and Direction of error in the Sexing of the Skeleton: Implications for Paleodemography. *American Journal of Physical Anthropology* 68, n.º 1, p. 79-85.

LUKACS, J. (1989) – *Dental Paleopathology: Methods for Reconstructing Dietary Patterns. Reconstruction of Life from Skeleton*. New York, Alan R. Liss, Inc., p. 261-286.

MARIOTTI, V.; FACCHINI, F.; BELCASTRO, M. G. (2004) – Enthesopathies – proposal of a standardized scoring method and applications. *Collegium Antropological* 28 (1), p. 145- 159.

MASSET, C. (1982) – *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. Thèse Doctoral. Laboratoire d`Anthropologie Biologique, Paris, Université de Paris VII.

MAYS, S. (1998) – *The archaeology of human bones*. London: Routledge.

MENDONÇA, M. C. N. (1998) – *Contribución para la Identificación Humana a partir del Estudio de las Estructuras óseas. Determinación de la Talla a través de la Longitud de los Huesos Largos*. Tésis Doctoral. Facultad Medicina. Madrid, Universidad Complutense de Madrid..

NOLEN, Jeannette (1988) – A *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais. *Conimbriga* XXVII, p. 61-140.

OLIVIER, G.; FULLY, G.; AARON, G.; TISSIER, G. (1978) – New estimations of stature and cranial capacity in modern man. *Journal of Human Evolution* 7, p. 513-518.

POWELL, M. (1985) – *The Analysis of Dental Wear and Caries for Dietary Reconstruction. The Analysis of Prehistoric Diets*. San Diego, Academic Press, Inc., p. 307-338.

RAMALHO, M. M.; REY, J.; ZBYSZEWSKI, G.; PALÁCIOS, T.; MOITINHO DE ALMEIDA, F.; COSTA, C.; KULLBERG, M. C. (2001) – *Notícia explicativa da folha 34-C Cascais. Carta Geológica de Portugal na escala 1/500000* – 34-C, Lisboa, Departamento de Geologia Instituto Geológico e Mineiro.

SANTOS, Cézer; RAPOSO, Jorge; QUARESMA, José Carlos (2015) – Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal). In QUARESMA, J. C.; MARQUES, J. A. (coord.) *Contextos estratigráficos na Lusitania (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografia AAP, 1, Lisboa, p. 117-148.

SCHEUER, L.; BLACK, S. (2000) – *Developmental juvenile osteology*. London Academic Press.

SILVA, A. M. (1995) – Sex assessment using the calcaneus and talus. *Antropologia Portuguesa* 13. Coimbra, Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, p. 107-120.

SILVA, A. M. (1996) – *Noções de antropologia funerária: práticas funerárias do Paleolítico Médio ao Neolítico Final*. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica. Coimbra. Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.

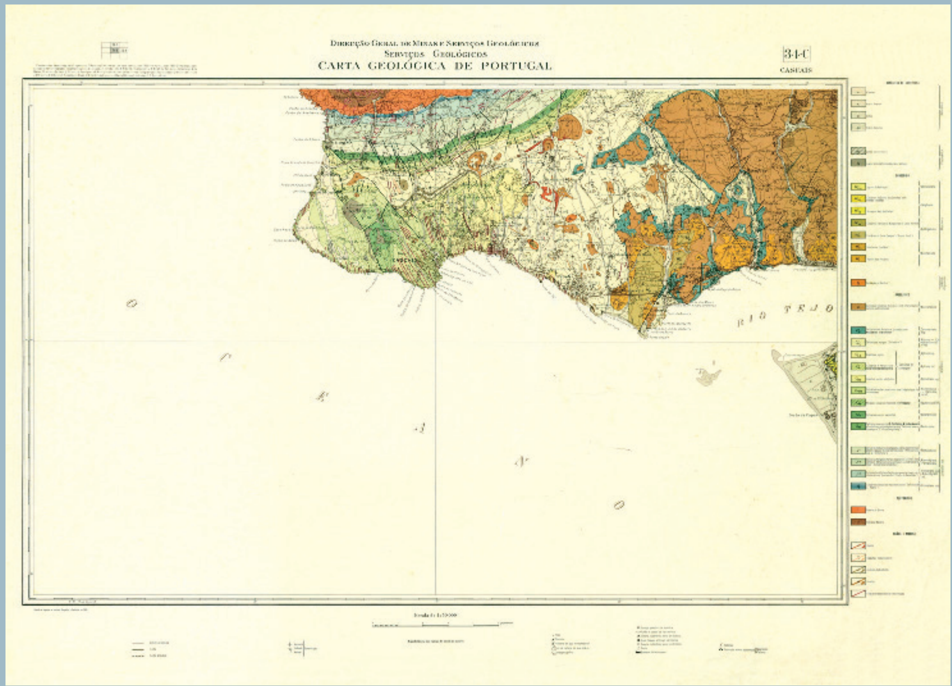
OLIVEIRA, Francisco de Paula e (1888/92) – Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes. *Communicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, II, Fasc. I, Lisboa, p. 82-108.

UBELAKER, D. (1989) – *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. 2nd edition. Washington, Traxacum Washington.

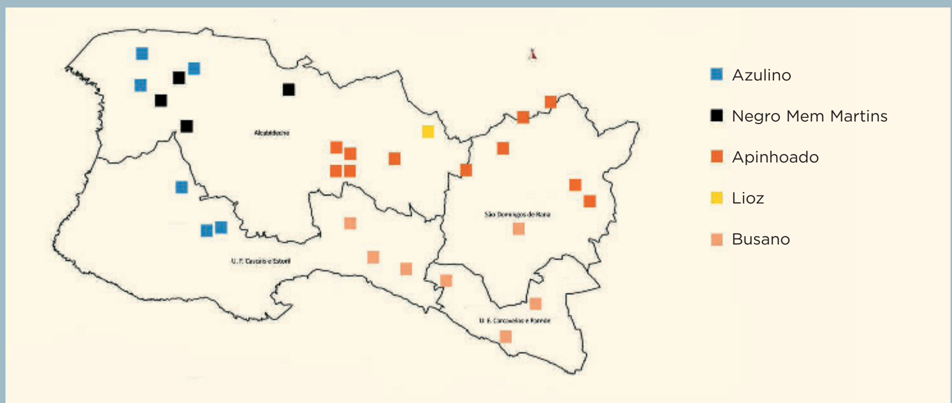
VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2013) – Práticas y ritos funerários. In QUIRÓS CASTILLO, J. A.: (ed.). *El Poblamiento Rural de Época Visigoda en Hispania. Arqueologia del campesinato en el interior peninsular*. Documentos de Arqueologia Medieval, 6.

WALDRON, T. (2009) – *Palaeopathology*. Cambridge, Cambridge University Press.

WASTERLAIN, S. N. (2000) – *Morphé: Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana. Coimbra, Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.



1. Carta geológica do concelho de Cascais [AHMCSC/AESP/CCM]



2. Pedreiras de calcários ornamentais na região de Lisboa/Sintra/Cascais. Adaptado de Figueiredo P. (1997)

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DA PEDRA NO CONCELHO DE CASCAIS

Ana Cristina Antunes[2] | Francisco Matta Pereira[3]

O mote para a escrita deste artigo surgiu após a leitura de um estudo de Francisco Luiz Pereira de Souza[4], no qual o autor apresenta uma série de informações sobre rochas calcárias em vários concelhos do distrito de Lisboa – entre os quais Cascais – nomeadamente sobre os diversos tipos de calcário existentes, mas também as numerosas pedreiras ao tempo ativas, as técnicas utilizadas para a extração, as suas variadas aplicações e ainda a terminologia própria dos canteiros. De facto, esta lavra, que se transformará em indústria com o decorrer dos tempos e do incremento

2 Docente do ensino secundário.

3 Docente do ensino secundário.

4 Francisco Luiz Pereira de Souza,"Subsídio para o Estudo dos Calcareos do Districto de Lisboa", extrato da *Revista de Engenharia Militar*, Lisboa, 1897. Francisco Luiz Pereira de Souza nasceu no Funchal em 1870 e faleceu na Praia da Rocha em 1931. Foi engenheiro militar e geólogo. Estudou em Lisboa na Escola Politécnica e na Escola do Exército. Durante o seu aquartelamento em Tancos publicou com a patente de tenente na *Revista de Engenharia Militar* o trabalho que aqui citamos. Editou ainda importantes artigos na *Revista de Engenharia Militar*, como "Os calcareos do Districto de Leiria" e na *Revista de Obras Públicas e Minas*, caso de "Ideia Geral dos calcareos empregados nas construções de Lisboa". Em 1911 concorreu para exercer funções como assistente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, apresentando a tese *Ideia Geral dos Effeitos do Megasismo de 1755 em Portugal*. Em 1929, já professor catedrático, assumiu a direção do Museu de Mineralogia e Geologia e foi-lhe conferido o grau de Doutor em Ciências Histórico-Naturais. Lecionou também no Instituto Industrial de Lisboa. O autor alerta para o facto de que, quando escreveu o seu estudo, o concelho de Oeiras integrava o concelho de Cascais: "Já depois de composto este artigo foi desanexado do concelho de Cascaes o de Oeiras que n'elle estava incorporado". Vd. nota 1, p. 28 do referido estudo. Com efeito, o concelho de Oeiras foi anexado ao de Cascais em 1895, pelo Decreto de 28 de setembro e restaurado em 1898, pelo Decreto de 13 de janeiro.

da sua importância, adquiriu um relevo que consideramos merecer um estudo, como aliás já referimos em anterior publicação[5]. Neste contexto propomo-nos, como o próprio título indica, apresentar alguns contributos para um melhor conhecimento do tema.

Conforme se comprova pelos mapas acima apresentados, as rochas predominantes no município eram sobretudo calcários do Cretácico médio. De acordo com Pereira de Souza, "podem distinguir[-se] duas qualidades: uns de dureza media, apresentando-se, em geral, em bancos delgados, chamados pelos canteiros «pedra delgada», e muito bons para cantaria de segunda ordem, lancis, humbreiras, sacadas, etc.; outros que apresentam grande resistencia, achando-se, em geral, em bancos espessos, de excellente qualidade para «pedra grossa», e principalmente destinados a embasamentos, muros de caes, encontros de pontes, etc., em que são muito empregados."[6]

O autor descreve minuciosamente a localização das pedreiras e o tipo de rocha extraída, das quais passamos a enunciar alguns exemplos ilustrativos.

Sobre o lugar de Busano, sabemos que o nome se deve à existência deste tipo de rocha, cuja memória perdura no topónimo: "o marmore «busano», que tem sido muito empregado em Lisboa no revestimento das fachadas dos estabelecimentos, na cobertura de moveis, etc., não só pelas suas bonitas côres, como pela resistencia que apresenta aos agentes atmosphericos, [tendo sido também utilizado] nas bases das colunas que estão, junto à escada, na entrada principal do palacio dos srs. marquezes da Foz, e simplesmente como cantaria grossa nos pilares e encontros da ponte sobre o Tejo em Santarem".

Outro exemplo de rocha, o calcário apinhoado amarelo, existia nas pedreiras da Abóboda, mas no final do século XIX estas já não eram tão exploradas e a sua aplicação destinava-se principalmente à cantaria. Em Polima e Torre de Aguilha e Mato da Torre, para além de cantaria, pedra de calçada e alvenaria, também se produzia cal. Alguma desta pedra era enviada para os Açores, onde servia como lastro nos navios. Nas localidades de Rebelva, S. Domingos de Rana, Tires, Trajouce e Casal do Clérigo encontrava-se um tipo de calcário que o autor designa de "calcário de alveolinas", de maior dureza e que era conhecido por "pedra brava", mas à época já não era explorado. Em Trajouce e Casal do Clérigo retirava-se o "mármore bastardo", aplicado em cantaria enviada para ser depositada em Paço de Arcos, para daí posteriormente ser transportada por via marítima para outros destinos.

Em alguns lugares da freguesia de S. Domingos de Rana, como Ligeira, Abóbada e Polima, existiam pedreiras com calcários de características próprias de onde se extraíam os "bancos moles", ou seja, pedra mais fácil de trabalhar e de menor

5 Ana Cristina Antunes, Carlos Miguel Ferreira e Francisco Matta Pereira, *De Cae Água a S. Pedro do Estoril*, Lisboa, Colibri/CMC, 2005.

6 Pereira de Souza, *op. cit.*, p. 31.



3. Pedreira da Biscaia, 1963
[AHMCSC/AESP/AFTG/CAM/B/217]

custo, que servia para sarjetas, urinóis e pias, mas com o inconveniente de se deteriorar facilmente em contacto com as águas marítimas, o que justificou a redução da sua exploração. Em S. Domingos de Rana, tal como na Abóboda, extraía-se também o apinhoado empregado em lajes e passeios. Em Tires e Manique encontravam-se as chamadas "pedreiras reais", nos lugares denominados Fonte da Moira, Brejos de Tires ou Casal do Mocho, ativas pelo menos desde o tempo do marquês de Pombal. Estes calcários, acinzentados e muito resistentes, foram utilizados para sacadas, lajes e lancis na reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755.

No sítio da Corriola e em Parede surgia o calcário conhecido como "pedra negra", considerado a melhor pedra desses locais e utilizado quer nas obras do porto de Lisboa, quer nas fortificações de Gibraltar. Nas obras da linha férrea Lisboa-Cascais e porto de Lisboa foi empregue pedra proveniente de diversos locais, incluindo Alcabideche e Mato Romão (Cascais). No caso de Alcabideche destacou-se a ponte ferroviária da Cruz Quebrada e o caneiro de Alcântara. A cantaria de Mato Romão foi igualmente utilizada no farol do Cabo da Roca e em obras do porto de Cascais.[7]

Como podemos deduzir, a exploração de pedreiras era complexa e por ela passavam diferentes operários: "os serventes descobriam as rochas, os cabouqueiros faziam furos para as cunhas com o ponteiro, a maceta e as barranas, hastes de aço com mais de 2 m que se repercutiam levantando e deixando cair no mesmo ponto quando era necessário perfurar bancos com mais de 60 cm. Este tipo de perfuração só resulta em calcário mais macio, porque quando era mais duro tinham de se fazer os furos com um pistolo, barra de ferro com cerca de 1,2 m, afilada na

7 Todos os exemplos citados constam na obra de Pereira de Souza, p. 31-51.



4. Canteiros e cabouqueiros na pedreira das Coveiras, em Tires, c. 1920
[AHMCSC/AESP/AFTG/CAM/B/2978]

ponta, que era percutida com uma marreta. Os bancos eram separados por lezins (veios mais macios que separam as diferentes camadas de rocha), que permitiam a extração de blocos com dimensões precisas. Com o camartelo, o cabouqueiro [...] afeiçoava as pedras, que eram levadas até ao telheiro, que ficava na parte superior da pedreira, com a ajuda da panca e de correntes, [...] ou aos tombos [consoante o tamanho das pedras]. A ferramenta miúda [...] era do cabouqueiro, enquanto a maior [...] era do patrão. Os serventes e os cabouqueiros trabalhavam à jorna. Quando o bloco saía da cova para o canteiro trabalhar já vinha com as dimensões aproximadas do trabalho final".[8]

Muitos canteiros marcaram a história deste concelho, tratando-se de um ofício que esteve enraizado em muitos locais, como foi o caso da freguesia de S. Domingos de Rana, na qual, até meados do século XX, "Para a quase totalidade dos homens da Abóboda, até aos anos 50, ser canteiro não era profissão, era o trivial, nascia-se canteiro".[9] Vários testemunhos ao longo dos tempos foram revelando que a vida de canteiro era bastante dura, pois no geral os salários eram baixos e começavam a trabalhar desde crianças.

Não obstante as dificuldades, alguns destes profissionais tornaram o seu nome uma referência, ao passarem à pedra modelos de escultores. Podemos referir a título de

8 Guilherme Cardoso, *Jornal da Costa do Sol*, 30/04/98, p. 23. Muitas informações sobre os canteiros do concelho de Cascais resultam de um conjunto de trabalhos publicados pelo autor neste jornal. Prestamos o nosso agradecimento a Guilherme Cardoso pela total disponibilidade para responder às nossas perguntas e por, de igual modo, nos ter facultado diversa documentação.

9 Idem, *Jornal da Costa do Sol*, 13/03/97, p. 8



5. Frontão de jazigo do cemitério de S. Domingos de Rana, com representação de alfaias, gado e produções agrícolas da região
[AHMCSC/AESP/AESP/CNM/806]

exemplo a figura de Joaquim Pereira Roque, canteiro e escultor murtalense, que foi responsável pela execução de várias estátuas de figuras históricas existentes em Lisboa, incluindo as oito que circundam a estátua de Camões, no largo com o mesmo nome, ou, por exemplo, o restauro do monumento evocativo da Guerra Peninsular, no Buçaco, tendo sido condecorado pelo rei D. Luís, como reconhecimento dos seus méritos.[10]

Natural de Parede, João Passarouco, descendente de canteiros, começou a trabalhar aos oito anos nas pedreiras do Busano, tendo mais tarde esculpido figuras como a estátua jacente da rainha D. Amélia ou o medalhão do rei D. Carlos para o panteão da igreja de São Vicente de Fora e trabalhou também no monumento aos mortos da Guerra Peninsular, no Campo Grande. Deste lugar salientamos ainda António Máximo Ribeiro, que detinha uma oficina de cantaria em Lisboa e foi o responsável pela edificação em pedra da estátua alegórica da Justiça e de bustos de políticos, para ornamentar a então denominada Assembleia Nacional, e por outras obras relevantes no concelho, entre as quais o monumento aos combatentes da Grande Guerra, em Cascais. Realçamos ainda a reprodução em pedra da estátua de D. Dinis, em Coimbra, assim como três figuras para a fachada da biblioteca da universidade dessa cidade e duas estátuas alegóricas no edifício da Faculdade de Letras, cujas adjudicações a Octaviano Garcia Ribeiro e Carlos Garcia Máximo Ribeiro aparecem publicadas em órgão oficial.[11]

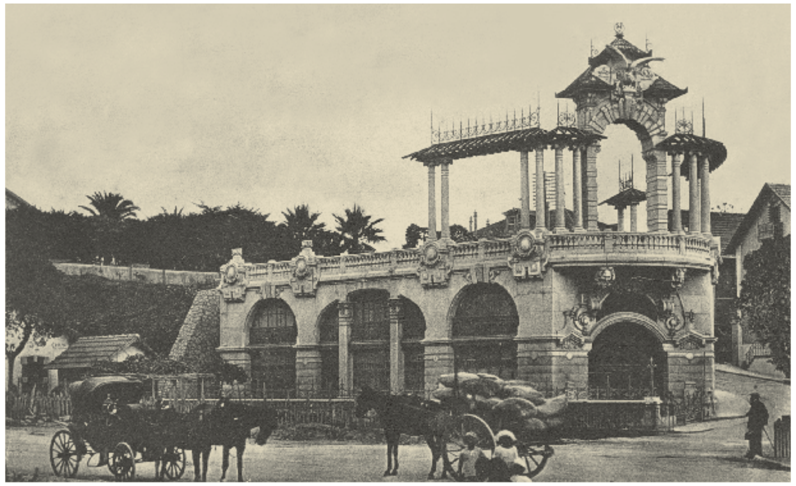
Outros canteiros que se distinguiram entre os muitos que existiam no concelho foram, a título de exemplo, Filipe Borges, natural de Tires, também responsável por obras na Assembleia Nacional e no Instituto Superior Técnico e Justino dos Reis Cupido, natural de Murches, que trabalhou em Lisboa, numa das oficinas de cantaria da Rua do Arsenal, sendo de sua autoria a águia que decora o frontão das cocheiras da

10 Ana Cristina Antunes, Carlos Miguel Ferreira e Francisco Matta Pereira, *Op. cit.*, p. 107-108.

11 Idem, *Op. cit.*, p. 74-75. Vd. também *Diário do Governo*, Série I, n.º 278/1948, de 29 de novembro, p. 1318; n.º 188/1946, de 21 de agosto, p. 756; n.º 110/1950, de 13 de junho, p. 350 e n.º 145/1947, de 26 de junho, p. 602.



6. Estátua de Camões, em Lisboa, c. 1900
[AHMCSC/AESP/AFTG/CNM/5777]



7. Frontão das cocheiras da casa de Santos Jorge, Estoril, c. 1920
[AHMCSC/AESP/AESP/CMBP/108]

casa de Santos Jorge, no Estoril.[12] Este é um ofício secularmente enraizado na vida do concelho, por isso houve muitos outros profissionais ao longo dos tempos que, de uma forma ou de outra, deixaram a sua marca em variadas obras no concelho ou no país.

Apesar de não existirem, que saibamos, registos documentais que atestem a exploração de pedreiras antes do século XVI, é muito provável que tal atividade já

12 Guilherme Cardoso, *Jornal da Costa do Sol*, 13/02/1997, 13/03/1997, 10/04/1997, 11/05/2000 e 01/02/2001.



8. A Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana decidiu homenagear os canteiros da terra, mandando erigir em Tires, a 1 de maio de 2000, um monumento em sua honra

se verificasse. Essa hipótese foi aventada num artigo da autoria de Vidal de Caldas Nogueira, de que reproduzimos este passo: "Os romanos iam buscar pedra de cantaria para as construções, monumentos e inscrições de Olisipo às pedreiras dentre Lisboa e Sintra, não custando a aceitar que o antigo e modesto burgo onde hoje é a Parede tomasse parte ativa nessa indústria das lápides de mármore ou granito."[13]

Pereira de Souza também alude à exploração antiga de pedreiras, ao afirmar: "Na região de Paredes, junto ao mar, nas proximidades da Cruz d´El-rei, encontram-se grandes remoções de terra e outros vestígios de grandes pedreiras antigas; mesmo nas pedreiras actualmente em exploração, os cabouqueiros reconhecem a falta de alguns bancos de rocha, o que attribuem a terem sido explorados antigamente."[14] Em outro artigo, publicado no jornal *A Nossa Terra*, Manuel A. P. Lourenço sustenta que, a partir do século XIV, já se exploravam pedreiras para a obtenção de alvenarias e cantarias e que as melhores se situavam no lugar das Folias, "aquele donde se extraía o melhor abancado de calcáreo rijo e claro e muito próprio para aparelho."[15]

Não obstante todos os dados mencionados anteriormente, uma das referências mais antigas à existência de pedreiras no concelho de Cascais surge no século XVI,

13 Vidal de Caldas Nogueira, "Parede, Concelho de Cascais, Lisboa", *Cascais e seus Lugares*, n.º 11, p. 27.
14 Pereira de Souza, *Op. cit.*, p. 28.
15 Manuel A. P. Lourenço, "Bosquejo histórico do Murtal", *A Nossa Terra*, n.º 277, 26/5/1962, p. 9.

na obra de Duarte Nunes de Leão[16] que reproduzimos, mantendo o português da época: "Outra [pedra] vermelha ha em Cafcais aque chamão, da torre da Guilha ainda de mais cerrado vermelho da qual ao preféte fe faz mais cafo q' das outras & fe busca mais ara as obras de que fe agora fez húa grande ara para a capella moor de noffa Senhora da Graça defta cidade. Neftas pedras defpois de lauradas & polidas com o luftre que tem, fe podem ver como em efpelhos".[17]

Mais tarde, nas Memórias Paroquiais de 1758, o Cura Joaquim Coelho da Silva, de S. Domingos de Rana, declara que "os frutos desta terra e desta freguesia são vinhos e pam de pagrana,[18] os maiores lucros deste povo procedem da abundância de pedra de cantaria."[19] Em 1786, Balthazar da Silva Lisboa[20] referia-se à existência de "mármores nores [...] de Cafcaes", sendo citado por Pereira de Souza.[21] Para comprovar a informação acima referida, consultámos documentação disponível no Arquivo Histórico Municipal de Cascais[22] nomeadamente dois requerimentos para o aforamento de uma pedreira em Tires, datados de 1785 e 1792[23], que atestam a exploração de pedreiras no século XVIII.

Pereira de Souza frisou a existência de vestígios de exploração de pedreiras, pelo menos desde o tempo do Marquês de Pombal, como referimos anteriormente,

....

16 Duarte Nunes de Leão nasceu em Évora cerca de 1530 e faleceu em Lisboa em 1608. Licenciou-se em Direito Civil em Coimbra e dedicou-se a vários estudos, de caráter jurídico, linguístico e histórico, sendo neste último que se enquadra a sua obra, *Descrição do Reino de Portugal,* seguidamente citada. Cf. Machado, José Pedro, "Leão, Duarte Nunes de" *in* Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, vol. 3, p. 443-444.

17 "Outra [pedra] vermelha há em Cascais a que chamam, da Torre da Aguilha ainda de mais cerrado vermelho da qual ao presente se faz mais caso que das outras e se busca mais para as obras de que se agora fez uma grande ara para a capela-mor de nossa Senhora da Graça desta cidade. Nestas pedras depois de lavradas e polidas com o lustre que tem, se podem ver como em espelhos". Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610, capítulo "Das pedras preciosas, mármores e outras pedras que se dão em Portugal, e de várias maneiras de terra de que se fazem vasos de muita estima", p. 45.

18 Prolongamento que se assemelha a um espinho (fino e pontiagudo), comummente conhecido como barba das espigas dos cereais. Vd. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/pragana [consultado em 18-08-2022].

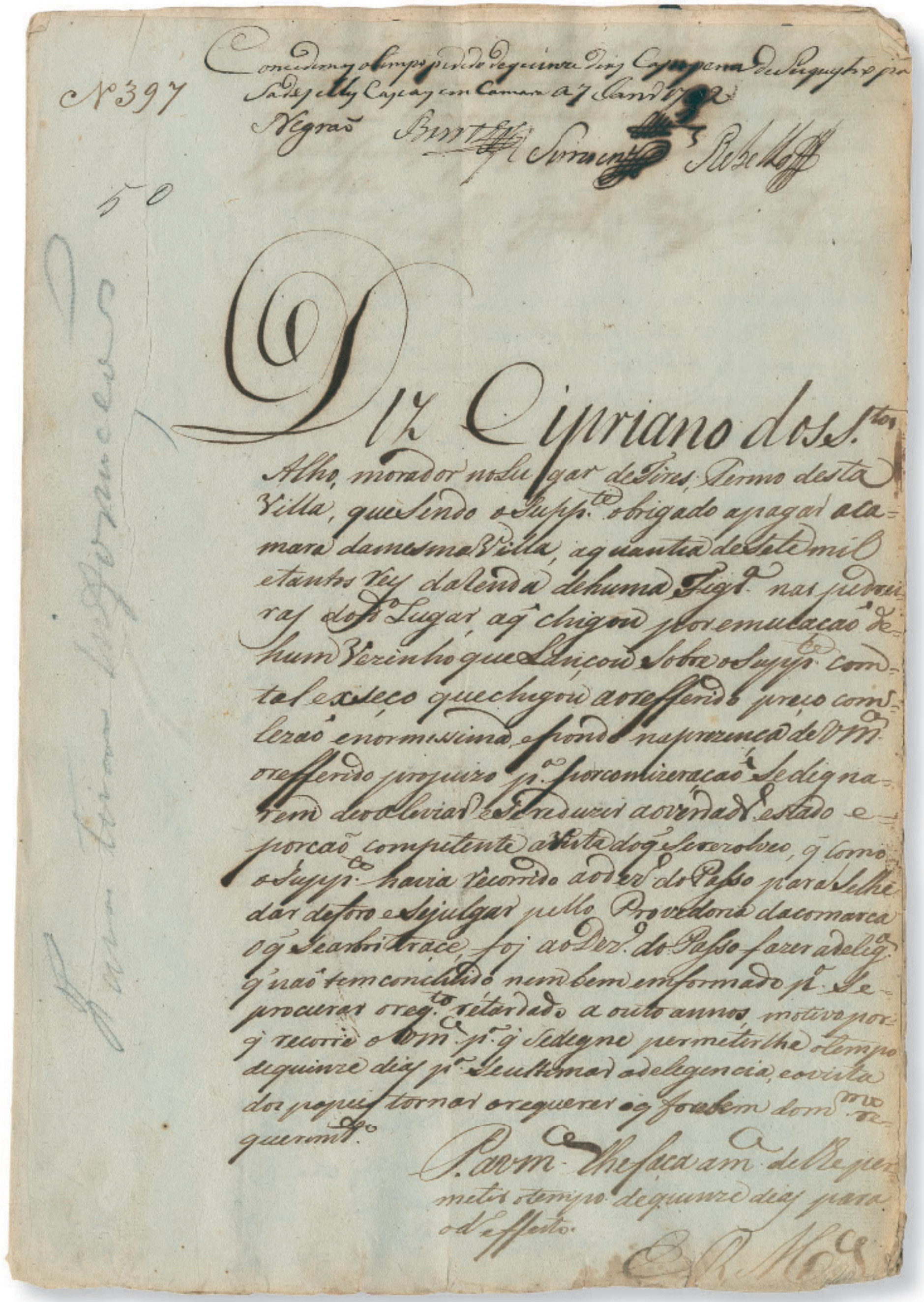
19 ANTT, *Dicionário Geográfico de Portugal*, tomo 31, p. 41-42, cit. por Ferreira de Andrade, *Monografia de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal, 1969, p. 272.

20 *Discurso Historico, Politico, e Economico sobre os progreffos, e eftado actual da Filozofia Natural Portugueza com algumas reflexoens a refpeito do Eftado do Brazil, Offerecido A Sua Alteza Real O Serenissimo Principe Nosso Senhor Pelo Seu Muito Humilde Vasssallo Balthezar da Silva Lisboa*, Lisboa, Officina de Antonio Gomes, 1786, p. 27-29. Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Baía em 1761. Foi comendador da Ordem de Cristo e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico Brasileiro e da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Direito Civil e Canónico. Em 1786 iniciou a sua carreira de magistrado como juiz de fora e desembargador de Relações da Corte. Assumiu a presidência do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Exerceu de 1797 a 1822 as funções de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus. Foi distinguido por D. Pedro I do Brasil com o título de conselheiro e uma cadeira de lente na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827. Como historiador, escreveu os *Anais do Rio de Janeiro* em 1834-35 que se debruça sobre a história e a geografia da região, que trata do período colonial até a chegada de D. João VI e os *Apontamentos para a história eclesiástica do Rio de Janeiro*, de 1840.

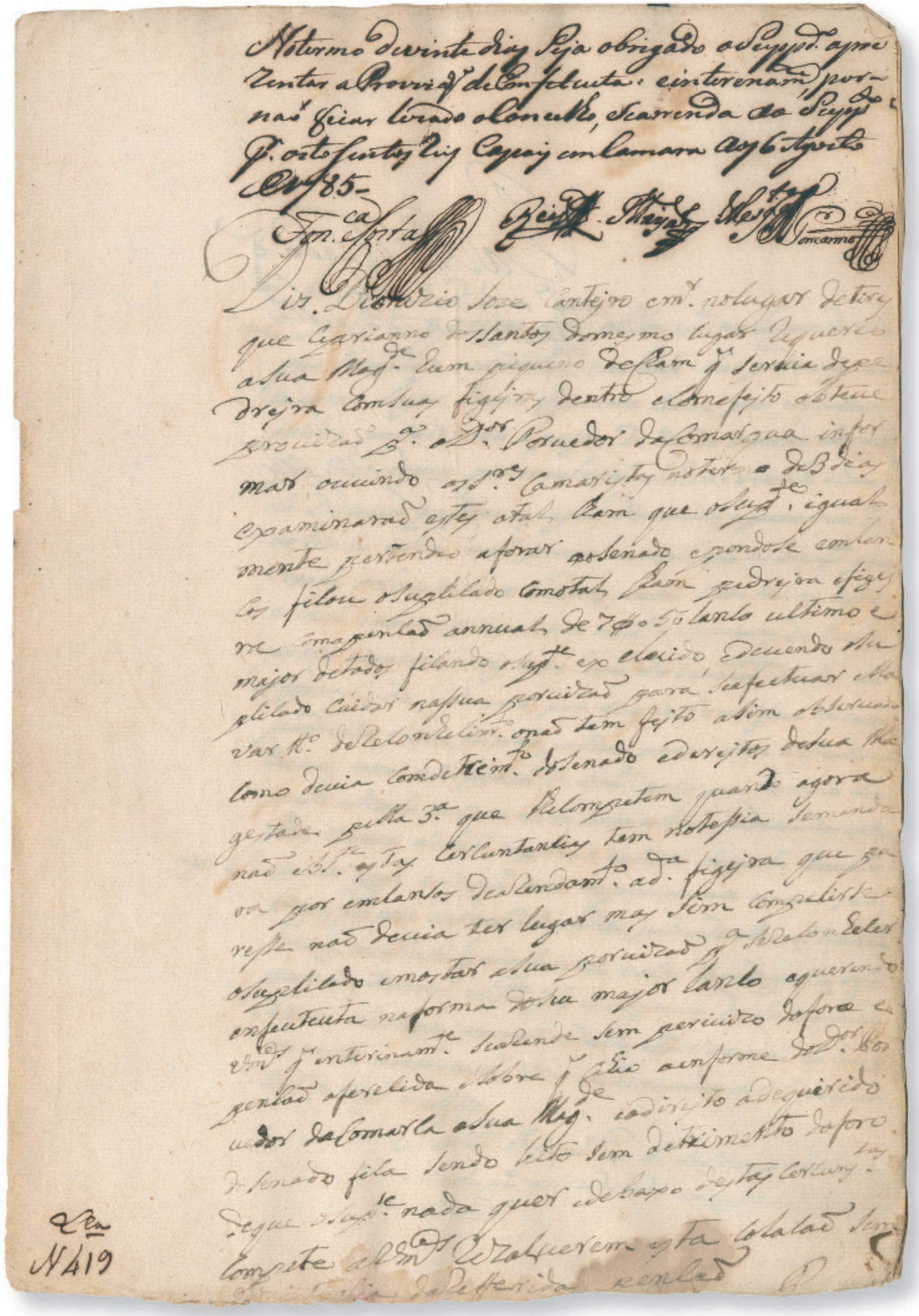
21 *Op. cit.*, p. 35, nota 1.

22 Gostaríamos de agradecer a disponibilidade de toda a equipa do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, que nos ajudou na disponibilização de documentos para a realização deste artigo.

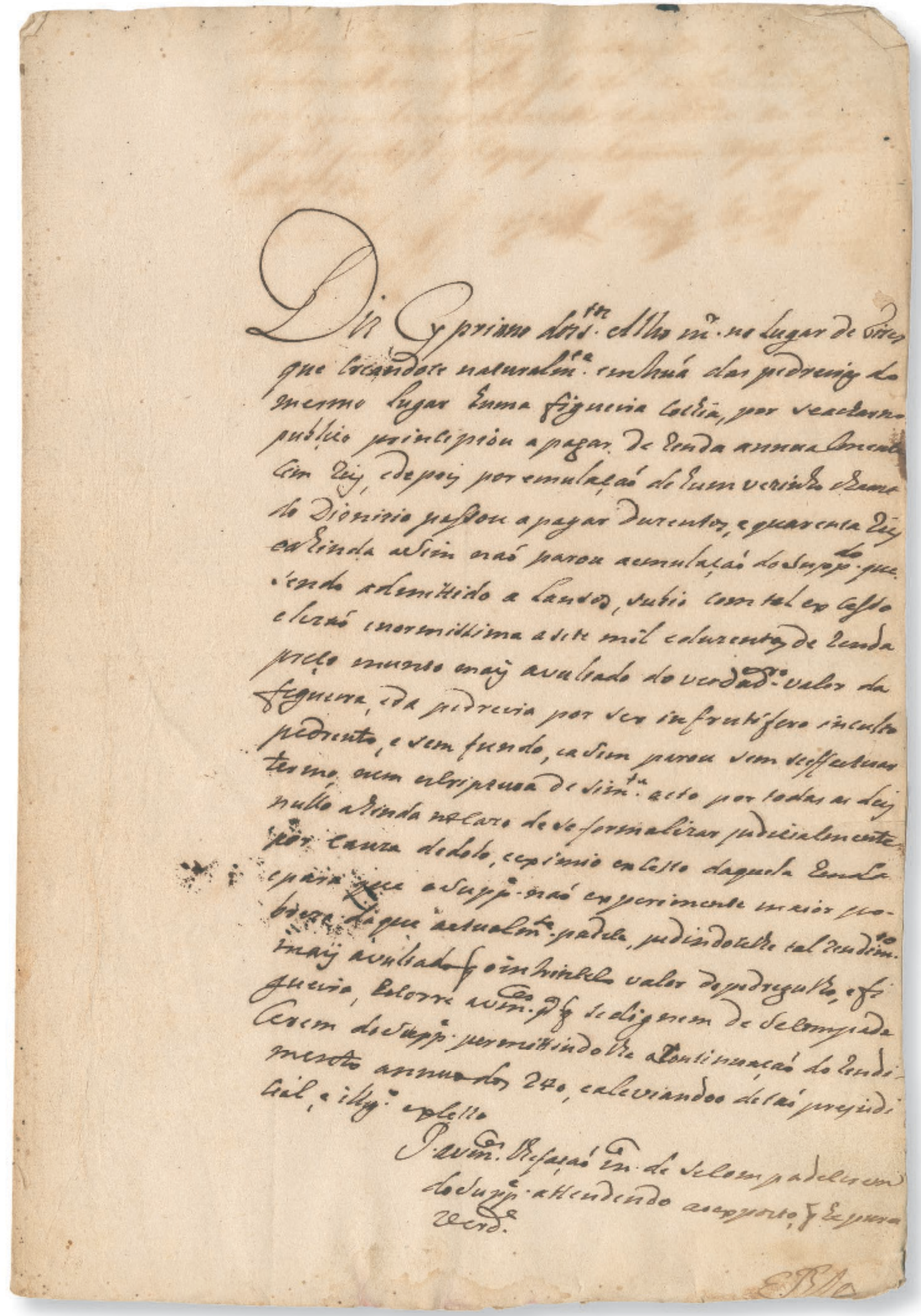
23 AHMCSC/AADL/CMC/D/007/0002, Cx. 002 - 037.



9. Requerimento para o aforamento de uma pedreira em Tires, 1792
[AHMCSC/AADL/CMC/D/007/0002 – Cx. 002 - 037]



10. Requerimento para o aforamento de uma pedreira em Tires, 1785
[AHMCSC/AADL/CMC/D/007/0002 – Cx. 002 - 037]



11. Requerimento para o aforamento de uma pedreira em Tires, (1785-92)
[AHMCSC/AADL/CMC/D/007/0002 – Cx. 002 - 037]

acrescentando ainda que a sua dimensão justificou que tenham sido denominadas como "pedreiras reaes", dando como exemplo as pedreiras reais de Tires.[24] O geólogo sublinhou ainda que parte da exploração de pedreiras era destinada à exportação: "Este concelho é dos do paiz que mais pedra exporta. Na bahia de Paço d'Arcos são carregados differentes navios com pedra, a maior parte das vezes já preparada, que é destinada ao Brazil, á África, ás nossas ilhas, etc.".[25] Complementando esta informação, apresentamos no quadro seguinte as profissões que pagavam o imposto da décima de maneio[26] nas freguesias do concelho de Cascais, em 1763.

PROFISSÕES QUE EM 1763 PAGAVAM DÉCIMA DE MANEIO NA VILA DE CASCAIS E SEU TERMO

PROFISSÕES	Cascais	Carcavelos	S. Domingos de Rana	Alcabideche	TOTAL
Canteiros	2	–	77	18	97
Sapateiros	21	4	18	18	61
Moleiros	4	–	10	16	30
Padeiros	13	12	3	–	28
Carpinteiros	11	2	4	8	25
Pedreiros	6	10	–	8	24
Alvíneos [sic]	–	3	13	3	19
Cabouqueiros	–	–	16	1	17
Alfaiates	3	1	7	3	14
Tecelões	5	–	–	8	13
Cerieiros [sic]	1	–	5	5	11
Ferreiros	3	–	4	1	8
Barbeiros	5	–	1	1	7
Marceneiros	1	–	3	–	4
Tanoeiros	3	1	–	–	4
Fabricantes de telha	–	–	–	3	3
Serralheiros	3	–	–	–	3
Forneiros	2	–	–	–	2
Calafates	1	–	–	–	1
TOTAL	**85**	**33**	**161**	**93**	**372**

Neste quadro, publicado no seu estudo sobre a indústria portuguesa no século XVIII, Borges de Macedo[27] comprova que as profissões relacionadas com a extração de pedra prevalecem nas freguesias de Alcabideche e de S. Domingos de Rana. Os dados relativos ao Recenseamento Paroquial de 1843 certificam como era expressiva a atividade ligada às pedreiras e as profissões que lhe estavam associadas, como os aprendizes de canteiro, os canteiros ou cabouqueiros[28], mantendo-se em maior número na freguesia de S. Domingos de Rana, particularmente nos lugares de Abóboda, Murtal, Parede e Tires.

Para além do recenseamento, analisámos outra documentação referente a requerimentos de canteiros para a exploração de pedreiras, apresentando no quadro seguinte os que foram solicitados entre 1839 e 1881.[29]

REQUERIMENTOS PARA A EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS NO CONCELHO DE CASCAIS, 1839-1881

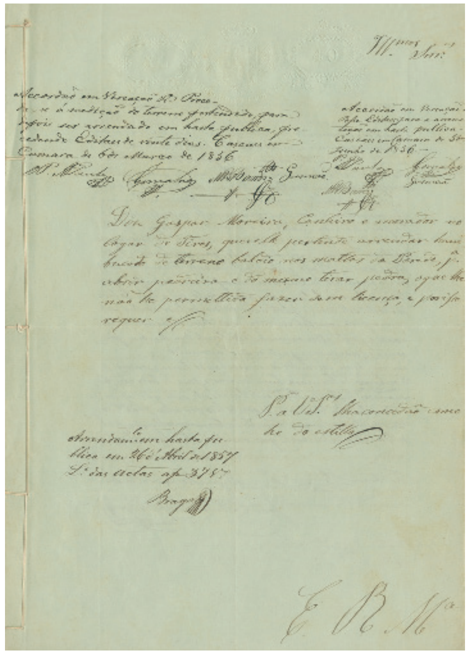
ANO	NOME	LOCAL	PEDIDO
1854	Luís António	Abóboda	Abertura de pedreira em "chão baldio"
1855	Domingos António	Abóboda	Arrendamento de terreno baldio para explorar pedreira
1856	António José Domingos Santos	Abóboda	Arrendamento de terreno para extração de pedra
1857	Viríssimo [sic] dos Santos Joaquim Moreira	Abóboda	Arrendamento de um terreno para exploração de pedreira no sítio da Charneca
1859	António Domingues	Abóboda	Alargamento da pedreira que explora
1860	Francisco Luz	Abóboda	Manutenção do preço de arrendamento da pedreira (após morte de sócio)
1863	Felesmino [sic] José	Abóboda	Delimitação de terreno para pedreira no sítio da Charneca (entre Abóboda e Conceição)
1879	José Moreira	Abóboda	Autorização para arrancar banco de pedra que entra parcialmente no antigo caminho para a Abóbada (pedreira no sítio dos Lombos)
1849	João da Silva José António Machado	Alcabideche Bicesse	Exploração de pedreiras em Alvide
1854	João da Vila	Alcabideche	Abertura de pedreira em "Vale do Boi", Alvide
1855	João da Silva	Alcabideche	Exploração de pedreira em Alvide
1855	João da Silva José António Machado	Alcabideche Bicesse	Abertura de pedreira no "sítio dos Mattos de Alvide"
1881	José Pedro Tirano	Alcabideche	Explorar pedreira em Mato Romão (limites da Aldeia do Juzo)
1878	Florêncio José	Alcoitão	Exploração de pedra em dois terrenos perto da Aldeia do Juzo
1846	Francisco José	Amoreira	Exploração de pedreira
1851	José António Machado	Bicesse	Exploração de pedreira em Bicesse
1852	José António Machado	Bicesse	Exploração de pedreira em Pau Gordo
1852	Raymundo	Bicesse	Exploração de pedreira nos matos de Alvide

(continuação na página seguinte)

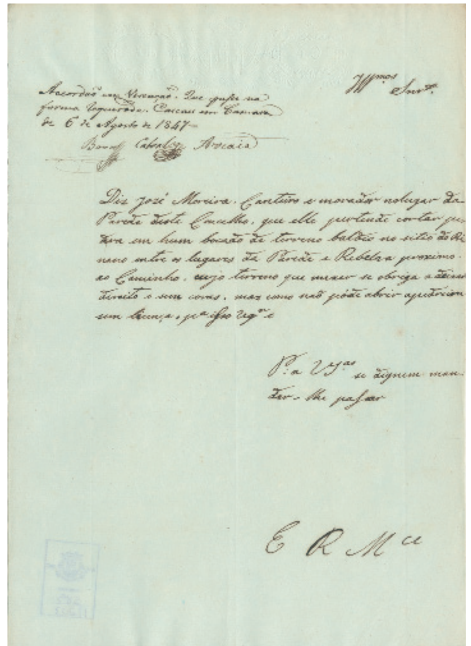
24 Pereira de Souza, *Op. cit.*, p. 28.
25 Idem, *Op. cit.*, p. 33.
26 A décima de maneio era um imposto que consistia na cobrança de dez por cento dos rendimentos sobre os bens, rendas, ordenados, maneios e ofícios.
27 Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Querco, 1982, p. 118-119.
28 Recenseamento paroquial de 1843. AHMCSC/AADL/CMC/A/004.
29 O intervalo de datas consultadas corresponde à documentação disponível no Arquivo Histórico Municipal de Cascais para o século XIX. As localidades encontram-se ordenadas alfabeticamente. AHMCSC/AADL/CMC/C-A/026, Cxs. 001-003.

ANO	NOME	LOCAL	PEDIDO
1853	Domingos Reis	Bicesse	Abertura de pedreira em "Vale do Boi", Alvide
1856	Paulo Francisco António Paulo	Cabride Cabriz (Cintra)	Abertura de pedreira na Estrada da Guia, junto às "arribas do mar", Cascais
1856	António Paulo	Cabriz, (Cintra)	Arrendamento de terreno no "Sítio das Borboletas" (Estrada da Guia, Cascais)
1856	Caetano dos Reys	Caparide	Exploração de pedra do baldio do "Mata Ratos", S. Domingos de Rana
1871	Domingos da Silva	Galiza	Abertura de pedreira nos Matos de Alvide
1879	José António da Costa	Manique de Baixo	Exploração de rocha no "Caminho Velho" (Alcabideche)
1881	José Firmino	Manique	Exploração de pedreira no "Rocio dos Moços"
1862	António Rato	Matos Cheirinhos	Arrendamento para exploração de pedreira no "Sítio dos Moinhos"
1870	Matteus Ferreira	Murtal	Arrendamento de baldio para explorar pedreira no Mato Largo (Parede)
1874	Joaquim Ferreira Domingos José Bezugo	Murtal	Arrendamento de dois pedaços de terreno no "Sítio de Tarimbeques" (entre o Forte Velho e Caiagoas)
1879	António José Sequeira	Murtal	Exploração de pedreira
1880	Manuel Francisco	Murtal	Arrancar bancos de pedra no caminho público perto do Murtal (comprometendo-se a tapar e endireitar o terreno logo de seguida)
1847	José Moreira	Parede	Exploração de pedreira no Busano
1854	Luís António	Parede	Exploração de pedreira no "Sítio dos Mattos, próximo da Estrada Real"
1856	António Marcos	Parede	Abertura de pedreira em "Matos de Rana"
1859	Bento José	Parede	Arrendamento de dois pedaços de terreno para exploração de pedra em "Matos de Rana"
1855	Francisco José	Pau Gordo	Abertura de pedreira em "Vale do Boi", Alvide; Abertura de pedreira no "Sítio dos Mattos de Alvide"
1862	Domingos António	Rana	Manutenção de arrendamento de pedreira
1839	Manoel da Conceição	Rana	Alvará para abertura de pedreira próxima do Murtal
1839	Domingos Francisco Joaquim Duarte	Tires	Concessão de licença para poderem continuar a explorar pedreira no "Mato da Torre"
1846	Gaspar Moreira	Tires	Exploração de pedreira no "Matto da Raça"
1856	Gaspar Moreira	Tires	Arrendamento de terreno baldio para abrir pedreira nos "Mattos de Parede"
1881	José Moreira Guerras	Trajouce	Arrancar banco de pedra no "Sítio das Barandas", próximo de Quenena

Da sua leitura apuramos quem eram os profissionais, o seu local de origem, a localização das pedreiras, o auto de vistoria ao local, o acórdão da vereação e, a partir de 1856, encontrámos documentos que atestam que o arrendamento dos terrenos passava a ser efetuado em hasta pública, após afixação de edital em diversos locais, como a praça da vila de Cascais ou as portas das igrejas.



12. Gaspar Moreira, canteiro de Tires, solicita, a 3 de março de 1856, arrendamento de terreno baldio nos "Mattos da Parede" para abrir uma pedreira. Mais tarde, o Presidente da Câmara Municipal de Cascais ordena o arrendamento do terreno em hasta pública e a respetiva informação afixada em diversos locais do concelho [AHMCSC/AADL/CMC/C/026 - Cx. 01 - 1856-03-06]



13. José Moreira, canteiro de Parede, solicita, em 1847, licença para explorar pedreira no sítio do Busano [AHMCSC/AADL/CMC/C/026 - Cx. 01, 1847-08-06]

Outros autores do século XIX abordam este tema, como Barruncho, ao registar que "Em todo o concelho de Cascaes estão actualmente em lavra vinte e seis pedreiras, que desde 1868 tem produzido cêrca de sete mil trezentas e vinte e quatro carradas. A área explorada tem aproximadamente 652 m. A pedra é vendida na pedreira a cincoenta réis o palmo, e a novecentos réis o metro. Cada carrada até Paço d'Arcos custa mil réis, e d'alli para Lisboa, por mar, quatrocentos réis.[30] Em 1897, Pereira de Souza informa-nos dos preços praticados, verificando-se uma valorização acentuada dos mesmos:

30 Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho, *Apontamentos para a Historia da Vila e Concelho de Cascaes*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1873, p. 69.

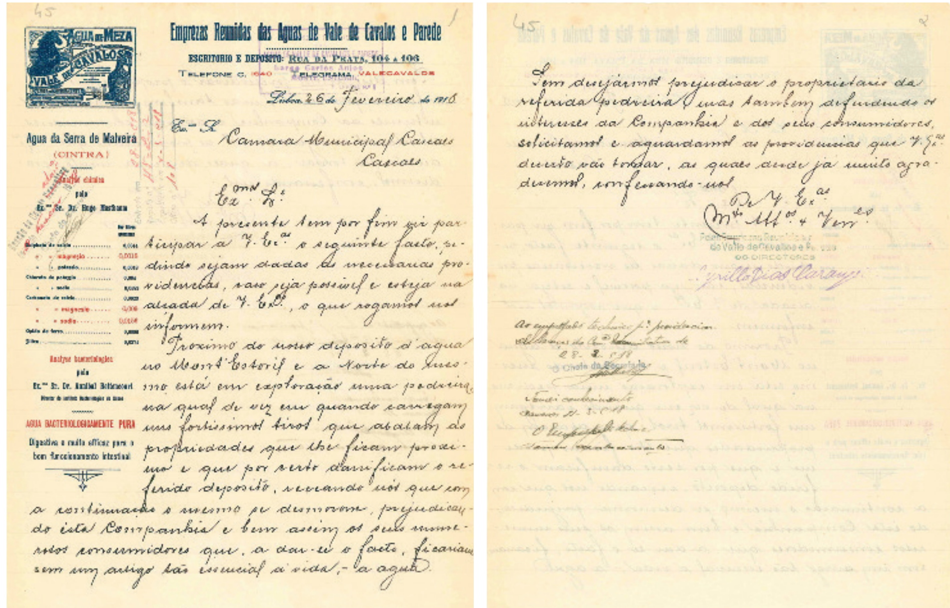
"Este [o preço] regula na pedreira por 7$000 a 8$000 réis custo de 1 metro cubico de cantaria desbastada, e em Lisboa por 11$000 a 13$000 réis".[31]

Uma parte da pedra era cortada na serração de Cascais. Tratava-se da Empresa Mechanica de Cantarias e Mármores Portugueses, pertencente a Gabriel de Freitas, conforme era apresentada no jornal *O Século*, em 1893, num artigo sobre a vila de Cascais onde se indicava a existência de uma fábrica de serragem e fabrico de cantaria, valorizando a qualidade da matéria prima e das suas modernas e complexas máquinas: "Esta fábrica, como o seu nome indica, é destinada a serragem e fabrico de mármores de todo o país e muito especialmente do concelho de Cascais, onde existem jazigos calcários de variada importância. Todas as pedras, sejam qual for a sua estrutura, são ali trabalhadas por máquinas, fundadas na aplicação do diamante bruto".[32]

A extração de pedra, pelo seu impacto no meio envolvente, provocava alguns incómodos, patentes na documentação consultada. Em julho de 1850,[33] José Joaquim de Barros, encarregado dos Banhos da Poça, escreveu ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cascais solicitando-lhe que impedisse os canteiros de continuar a abrir uma pedreira em frente aos banhos, porque os prejudicava. Mais tarde, em 1856,[34] surge uma reclamação de lavradores e seareiros de Alvide contra a destruição provocada pelos canteiros nos seus pastos e locais de recolha de lenha. Os dezassete signatários referiam que o trabalho dos canteiros danificou o espaço e que o terreno ficou cheio de "covas e caboucos", pelo que solicitam à Câmara Municipal que impeça a exploração de pedra. Apesar da reclamação, em fevereiro foram arrendados em hasta pública terrenos baldios em Alvide para a exploração de pedreiras. Em dezembro do mesmo ano[35] encontramos um requerimento semelhante, mas desta vez assinado por sete proprietários de embarcações de pesca que reclamavam pelo facto de a ribeira estar "entulhada" de pedra para embarque em local onde abrigavam os seus barcos, ficando estes em risco em caso de temporal. Os autores da reclamação referiam que este depósito de pedra ia contra as posturas municipais. Neste contexto, o acórdão da vereação mandou proceder à acusação, face à transgressão das ditas posturas. Já em fevereiro de 1918, a Empresas Reunidas das Águas de Valle de Cavalos e Parede enviou um ofício para a Câmara Municipal de Cascais, informando que próximo do seu depósito de água no Monte Estoril estava em exploração uma pedreira na qual amiudadas vezes ocorriam detonações que poderiam danificar o dito depósito e consequentemente lesar a companhia e os consumidores, requerendo deste modo à edilidade que tomasse providências a fim de obviar esta situação.[36]

Seguindo com as referências a obras que abordam o tema deste estudo, o *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras*, escrito na segunda metade

31 Pereira de Souza, *Op. cit.*, p. 33
32 "Praia de Cascais", *O Século*, n.º 4078, 04|06|1893, p. 1-2.
33 AHMCSC/AECL/SCMC/C/003/005 - Cx. 029.
34 AHMCSC/AADL/CMC/C-A/026 - Cx. 001.
35 AHMCSC/AADL/CMC/C-A/026 - Cx. 002.
36 AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002 - Cx. 095.


Empresas Reunidas das Aguas de Vale de Cavalos e Parede
ESCRITORIO E DEPOSITO: RUA DA PRATA, 104 a 106
TELEFONE C. 1640 TELEGRAMA VALECAVALOS
Agua de Meza Vale de Cavalos
Agua da Serra de Malveira (CINTRA)
AGUA BACTERIOLOGICAMENTE PURA
Digestiva e muito efficaz para o bom funccionamento intestinal

Lisboa 26 de Fevereiro de 1918

Ex.mo S.r
Camara Municipal Cascaes
Cascaes

Ex.mos S.rs

A presente tem por fim participar a V. Ex.as o seguinte facto, pedindo sejam dadas as necessarias providencias, caso seja possivel e esteja na alçada de V. Ex.as, o que rogamos nos informem.

Proximo do nosso deposito d'agua no Mont'Estoril e a Norte do mesmo está em exploração uma pedreira na qual de vez em quando carregam uns fortissimos tiros que abalam as propriedades que lhe ficam proximo e que por certo danificam o referido deposito, receando nós que com a continuação o mesmo se desmorone, prejudicando esta Companhia e bem assim os seus numerosos consumidores que, a dar-se o facto, ficariam sem um artigo tão essencial á vida, - a agua.

Sem duvida nos prejudicar o proprietario da referida pedreira, mas tambem defendendo os interesses da Companhia e dos seus consumidores, solicitamos e aguardamos as providencias que V. Ex.as entender tomar, as quaes desde já muito agradecemos, confessando-nos

De V. Ex.as
M.to Att.os e Ven.dos

14. Ofício enviado pela Empresas Reunidas das Águas de Valle de Cavalos e Parede, 1918
[AHMCSC/AADL/CMC/C-A/002/ Cx. 095 - 0045]

do século XIX, certifica a importância da indústria de extração de pedra, não só para o concelho de Oeiras, mas também para a região: "Das pedreiras e canteiras tiram-se hoje lucros incessantes: dão as pedreiras grandes quantidades de lajedo, pedra para cal e enchilharia [caixilharia] que muito destas qualidades se embarca para fora do Reino. Extrai-se das canteiras o mármore fino para estátuas, vasos de ornato para jardins, colunas, pias, mesas, etc. e tira-se o lioz e bastardo para toda a obra pertencente a prédios urbanos".[37]

Neste percurso cronológico encontrámos informação referente ao facto de ter sido constituída em Coimbra em 1893 uma companhia que se intitulava "Companhia Conimbricense de exploração das pedras lithographicas" exclusivamente destinada à "exploração das pedras de lithographia d' Ourem, Cascaes e outros pontos".[38] Com a viragem do século, esta atividade continuou a revestir-se de importância, mas após a Grande Guerra e ao longo das décadas seguintes observa-se o declínio desta indústria, comprovado pelos dados do quadro seguinte[39].

37 *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras, desde o seu princípio como Lugar e Cabeça de Julgado e depois Vila, Com o Título de Condado Cabeça de Concelho*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 1982, p. 13.
38 Pereira de Souza alude a este assunto na obra que temos vindo a seguir (p. 32) recorrendo a uma notícia publicada no *Panorama*. Consultámos este título que se refere de facto à firma em causa, mas que não menciona especificamente Cascais. *Panorama*, 1.ª série, vol. 3, n.º 101, 06|04|1839, p. 107.
39 Teixeira, Carlos A.; Miranda, Jorge; Cardoso, Guilherme, *Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos*, S. Domingos de Rana, Junta de Freguesia, 2003, p. 30.

PERCENTAGEM DE CANTEIROS NO CONCELHO DE CASCAIS E NA FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA, 1900-1966					
%	1900	1920	1940	1955	1966
Canteiros no concelho de Cascais	15,7	10,9	1,0	2,1	2,0
Canteiros na freguesia de S. Domingos de Rana	33,8	20,8	6,7	4,4	3,6

Esta queda deveu-se à disseminação de materiais de construção que irão substituir os tradicionais, particularmente a pedra, caso do cimento, tijolo, brita e ferro. Desta forma, "Nas décadas de 50 e 60 havia cerca de dezassete pedreiras em atividade na zona de Cascais. Nos nossos dias há apenas três".[40]

Não obstante a diminuição do número de profissionais dedicados a esta atividade, uma greve nos anos 50 do século XX leva-nos a analisar um pouco do movimento associativo dos canteiros no concelho. Na verdade, em 1894 existia o Centro Federal dos Canteiros e Cabouqueiros de Tires, que integrava a Federação das Associações de Classe de Lisboa e contribuiu para a criação da Confederação Nacional das Associações de Classe de Lisboa.[41] Dos vários momentos de protesto, podemos realçar a greve de maio de 1919 e o assalto a lojas de Carcavelos promovido por um grupo de operários da freguesia de S. Domingos de Rana, seguidor do recém vitorioso regime russo de 1917, que pretendia implantar também em Portugal. Na sequência destes factos, durante o Estado Novo, os habitantes de Tires eram considerados comunistas com todas as implicações que isso acarretava durante este regime.[42]

Terá sido em 1951 ou 1952 que ocorreu, de acordo com as palavras do canteiro Arlindo Vicente, uma greve que considerou "uma autêntica «revolução»"[43]. Nessa altura cerca de mil operários reuniram-se no pinhal localizado a sul das pedreiras de Barraca de Pau (freguesia de Cascais), onde também se costumavam reunir os canteiros que militavam no Partido Comunista, e deliberaram que desde esse dia a jornada de trabalho passaria a ter 8 horas diárias, entre as 8 e as 17 horas, já que anteriormente se trabalhava de sol a sol e desde que as condições atmosféricas o permitissem, porque se chovesse não trabalhavam e consequentemente não recebiam. Nesse dia, os canteiros, cabouqueiros e serventes manifestaram-se nas pedreiras de Barraca de Pau, Birre e Alvide, onde a manifestação teve o seu termo. Espantosamente, narra-nos Arlindo Vicente, durante estes acontecimentos não se fez sentir a presença da polícia, nem nenhum manifestante foi detido, provavelmente por esta reivindicação ter decorrido de forma pacata, de se ter circunscrito à classe ou ainda pela justeza da mesma. Os canteiros ligados ao Partido Comunista estavam envolvidos nesta luta, mas nunca se chegou a apurar porque a polícia não interveio no momento, nem perseguiu mais tarde os participantes. O mesmo não sucedeu noutra greve para a obtenção de melhorias salariais, ocorrida cerca de dois anos mais tarde, que contou com a participação de aproximadamente duas dezenas de canteiros e foi reprimida pela Guarda Nacional Republicana, que deteve os grevistas. Para alcançar o desiderato da jornada de 8 horas de trabalho, os canteiros destruíam à noite as peças dos colegas que trabalhavam até às 18 ou 19 horas, em vez de terminar o seu dia de trabalho às 17. O trabalho despendido não era remunerado, pois as peças eram entregues ao proprietário da pedreira ou da oficina de cantaria que, por receberem as peças destruídas, não lhes pagavam pelo seu trabalho. Desde então os operários das pedreiras de Barraca de Pau passaram a ser conhecidos como os "amarelos", sinónimo de comunistas devido à então recente revolução de 1949 na China.

Este relato originou no mesmo jornal um outro artigo, de Raúl Moreira Sabido[44], cujas informações são um pouco contraditórias. Segundo esta testemunha, que participou na dita reunião, a mesma tinha como fim convencer os canteiros dos benefícios que poderiam advir da sua sindicalização e para obter a atenuação da carga horária. Raúl Sabido acrescenta que a referida reunião não se concluiu, porque foi interrompida por agentes armados da Polícia de Segurança Pública (PSP), que vinham com o chefe da corporação e com um membro da Legião Portuguesa. Na sequência destes acontecimentos, dois dos canteiros que mais se opuseram à interrupção da reunião foram detidos e levados para o posto da PSP de Cascais, onde foram interrogados. Imediatamente se postaram defronte do mesmo posto dezenas de canteiros para demonstrar o seu desagrado por aquela intervenção, mas foram coagidos a retirar. Nos dias subsequentes, o posto de polícia recebeu uma brigada de agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). As pedreiras passaram a ser alvo da atenção de agentes da PSP que lá recolhiam informações para a PIDE, o que resultou na identificação, interrogatório e posterior condução para a António Maria Cardoso de dezenas de canteiros, tendo alguns sido sujeitos a tortura, maus-tratos e mais tarde prisão.

Como pudemos verificar ao longo deste escrito a indústria de extração da pedra teve um impacto significativo na vida do concelho, não só pela sua importância económica e pelo número de pessoas que empregava, mas também pelo seu contributo desde tempos remotos para a edificação de património edificado, municipal e nacional. Num momento em que a edilidade se prepara para propor a arte da cantaria como património imaterial do concelho, esperamos que este artigo constitua uma achega para a salvaguarda dessa memória patrimonial.

40 Sabido, José Luís Tomé, *Tires: Terra de Canteiros*, S. Domingos de Rana, Junta de Freguesia, 2003, p. 26.
41 Teixeira, Carlos A; Miranda, Jorge; Cardoso, Guilherme, *Op. cit.*, p. 30.
42 Cardoso, Guilherme, *Jornal da Costa do Sol*, 11/05/2000, p. 17.
43 Idem, *Ibidem*, 22/06/2000, p. 6.
44 Raúl Moreira Sabido, "Achegas para a greve dos canteiros de Cascais", *Ibidem*, 13/07/2000, p. 11.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico Municipal de Cascais
AHMCSC/AADL/CMC/A/004
AHMCSC /AADL/CMC/C-A/026
AHMCSC/AADL/CMC/D/007/002
AHMCSC/AECL/SCMC/C/003/005

FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ferreira de (1969) – *Monografia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.

ANTUNES, Ana Cristina; FERREIRA, Carlos Miguel; PEREIRA, Francisco Matta (2005) – *De Cae Água a São Pedro do Estoril*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Cascais.

ANTUNES, Ana Cristina; FERREIRA, Carlos Miguel; PEREIRA, Francisco Matta (1997) – *Parede: As Pedras e o Mar*. Parede: Junta de Freguesia.

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges (1873) – *Apontamentos para a Historia da Vila e Concelho de Cascaes*. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes.

FIGUEIREDO, Paula (1997) – *Estudo Tecnológico de rochas calcárias da região de Lisboa: Jurássico e Cretácico*. Lisboa: [s.n.].

LISBOA, Balthazar da Silva (1876) – *Discurso Historico, Politico, e Economico sobre os progreffos, e eftado actual da Filozofia Natural Portugueza com algumas reflexoens a refpeito do Eftado do Brazil, Offerecido A Sua Alteza Real O Serenissimo Principe Nosso Senhor Pelo Seu Muito Humilde Vasssallo Balthezar da Silva Lisboa*. Lisboa: Officina de Antonio Gomes.

MACEDO, Jorge Borges de (1982) – *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Lisboa: Querco. 2.ª ed.

MACHADO, José Pedro (1985) – "Leão, Duarte Nunes de"*, in* SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. 3.

Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras, desde o seu princípio como Lugar e Cabeça de Julgado e depois Vila, Com o Título de Condado Cabeça de Concelho (1982). Oeiras: Câmara Municipal.

SABIDO, José Luís Tomé (2003) – *Tires: Terra de Canteiros*. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia.

TEIXEIRA Carlos A.; MIRANDA, Jorge, CARDOSO; Guilherme (2003) – *Registo Fotográfico da Freguesia de São Domingos de Rana e alguns Apontamentos Histórico-Administrativos*. S. Domingos de Rana: Junta de Freguesia.

PERIÓDICOS

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais", *Jornal da Costa do Sol*, 13/02/1997, p. 13.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: Os Costas, uma família de canteiros", *Jornal da Costa do Sol*, 13/03/1997, p. 8.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: Os Máximos, uma família de industriais de cantarias", *Jornal da Costa do Sol*, 10/04/1997, p. 8.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: Os Clérigos, uma família de agricultores e canteiros", *Jornal da Costa do Sol*, 01/05/1997, p. 12.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: O Passarinho", *Jornal da Costa do Sol*, 30/04/1998, p. 23.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros de Cascais: O «caracol» de Trajouce, *Jornal da Costa do Sol*, 16/12/1998, p. 27.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: Filipe Borges, o Rabina", *Jornal da Costa do Sol*, 11/05/2000, p.17

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: Recordada greve nos anos 50", *Jornal da Costa do Sol*, 22/06/2000, p. 6.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: As pedreiras do Cobre", *Jornal da Costa do Sol*, 07/09/2000, p. 19.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: Justino dos Reis Cupido (Murches), Francisco dos Reis (Alcabideche)", *Jornal da Costa do Sol*, 01/02/2001, p. 8.

CARDOSO, Guilherme – "Canteiros do Concelho de Cascais: José Martins da Costa Riscado", *Jornal da Costa do Sol*, 22/02/2001, p. 14.

LOURENÇO, Manuel A. P. – "Bosquejo histórico do Murtal", *A Nossa Terra*, n.º 277, 26/5/1962.

NOGUEIRA, Vidal de Caldas – "Parede, concelho de Cascais, Lisboa", *Cascais e seus Lugares,* n.º 11, 1957.

"PRAIA DE CASCAIS", *O Século*, n.º 4078, 4 de junho de 1893, p. 1-2.

SABIDO, Raúl Moreira – "Achegas para a greve dos canteiros de Cascais", *Jornal da Costa do Sol*, 13/07/2000, p. 11.

SOUZA, Francisco Luiz Pereira de – "Subsídio para o Estudo dos Calcareos do Districto de Lisboa", *Revista de Engenharia Militar*, 1897.



1. Sanatório de Carcavelos, 1905 [AHMCSC/AESP/CALM/H/1458]

SANATÓRIO DR. JOSÉ DE ALMEIDA: DINÂMICAS DA CONFIGURAÇÃO SOCIAL SANATÓRIO MARÍTIMO

Carlos Miguel Ferreira[2]

INTRODUÇÃO

A partir dos finais do século XIX assistiu-se à génese de diversas instituições de saúde, vocacionadas na prevenção e tratamento da tuberculose e de outras doenças categorizadas como predisponentes à tuberculose, possibilitando a crescente visibilidade do concelho de Cascais como espaço privilegiado na prevenção da doença, na conservação e promoção da saúde. Neste processo foram fundamentais a criação do Sanatório Marítimo de Carcavelos e a institucionalização de Parede como "estância sanatorial" dirigida predominantemente às classes populares, reconhecida e consagrada estatalmente, em 1948, com o Plano de Urbanização da Costa do Sol.[3]

O sanatório de Carcavelos foi inaugurado em 1902, funcionando como preventório, tendo sido, em 1905, ampliado e transformado em sanatório marítimo. Em 1901, foi iniciada a construção do sanatório de Sant'Ana que seria inaugurado em 1904. Posteriormente, outras instituições de saúde iniciaram as suas actividades em Parede: a Sucursal Balnear do Asilo da Ajuda; o Internato Infantil Afonso Costa, fundado em 5 de Outubro de 1916; o Asilo de S. João (propriedade do Grande Oriente Lusitano, edificado junto ao mar em terreno cedido pelo almirante Nunes da Matta) e Montepio Aliança (que em 1932 daria lugar ao Preventório da Parede integrado na Assistência Nacional aos

2 Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – CICS.NOVA; Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

3 O Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol instituído pela Lei 1909, de 22 de Maio de 1935, produziu o Plano de Urbanização da Costa do Sol, aprovado em 28 de Dezembro de 1948.

Tuberculosos – ANT) dirigidos às crianças das classes populares; o Solário da Pedra Alta, inaugurado em 16 de Outubro de 1930; em 1939, a Clínica Hélio-Marítima, dirigida aos grupos sociais mais favorecidos; e nos anos 40 dois hospitais ortopédicos: o Hospital Infantil de Nossa Senhora de Fátima, em 1948, cuja administração estava a cargo das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus e o Hospital Amadeu Duarte, pertença da Associação Beneficência e Socorros Amadeu Duarte.

A edificação destes estabelecimentos hospitalares e sanitários que fizeram de Parede a "vila da tuberculose óssea" foi o corolário de um conjunto de premissas favoráveis à sua institucionalização: o cientismo republicano, expresso aqui numa concepção positivista e higienista do mar; o humanismo fraternal e filantrópico exaltado por diversos agentes e a filantropia caritativa, que na segunda metade do século XIX se preocupava com a sorte das crianças "desvalidas" e a população pauperizada, empreendida por famílias capitalistas e aristocratas; as teorias médicas que defendiam a acção benéfica do clima marítimo, dos banhos de mar e de sol na prevenção da tuberculose, no tratamento da tuberculose óssea e das doenças que predispunham à tuberculose; os terrenos livres de edificações junto ao mar, e os preços desses terrenos serem os mais baixos de toda a costa entre Lisboa e Cascais (Ferreira, 1996; Antunes, Ferreira & Matta, 1997).



2. Parede e Carcavelos: Equipamentos de saúde dirigidos ao tratamento e prevenção da tuberculose
1. Sanatório de Sant'Ana; 2. Sanatório Dr. José de Almeida; 3. Preventório; 4. Asilo da Ajuda: 5, Clínica Hélio-Marítima; 6. Hospital Nossa Senhora de Fátima; 7. Hospital Amadeu Duarte; 8. Solário da Pedra Alta

Ao longo do século XX, outras importantes instituições de saúde surgiram no concelho: o Dispensário tipo A em Cascais; o Sanatório dos Sargentos dos Exércitos de Terra e Mar em Alcabideche; a Escola-Sanatório do Instituto Branco Rodrigues, em S. João do Estoril; a Colónia de Férias fundada por Alexandre Rey Colaço, localizada no Monte Estoril, que a partir de 1911 passou a integrar a ANT e a Colónia Balnear Infantil de *O Século*, instalada em S. Pedro do Estoril desde 1927.

Estas instituições de saúde surgiram no contexto da gestão colectiva da tuberculose em Portugal, nos finais do século XIX e ao longo do século XX. Reconfiguraram-se de forma não linear no decorrer de diferentes conjunturas, caracterizadas por diversos procedimentos de gestão médica e política desta doença, classificada como contagiosa, culminando na sua institucionalização enquanto espaços de produção de cuidados médicos especializados ou simplesmente na sua desactivação.

O objectivo deste artigo visa analisar as dinâmicas da configuração social sanatório marítimo de Carcavelos: as transformações de uma instituição de cariz asilar polivalente numa instituição de cariz curativo caracterizada pela complexificação terapêutica e diversificação das patologias.

SANATÓRIOS: INSTITUIÇÕES PREVENTIVAS E TERAPÊUTICAS

O termo *sanatório*, que se reporta simultaneamente a um espaço de profilaxia, de cura da doença e de conservação da saúde, apresenta um sentido confinante a *sanatorium*, termo latino tardio que significa "próprio para curar". A designação de *Curhaus*, casa de tratamento ou de cura, do primeiro sanatório fundado por Brehmer e dos sucessivos estabelecimentos sanatoriais alemães e, igualmente, de um dos principais estabelecimentos da estância sanatorial de Davos-Platz, é ilustrativa da concepção profilática e curativa destes espaços. Pode considerar-se que o sanatório foi uma "ideia alemã" (Tartarin, 1902) que o Congresso Internacional para Luta Contra a Tuberculose realizado em Berlim, em 1899, fez prevalecer e consagrou oficialmente enquanto meio de acção privilegiado contra a tuberculose.

Os primeiros sanatórios não se dirigiram às classes laboriosas, mas às classes mais favorecidas. Estes sanatórios eram casas de saúde fechadas para uso de pessoas ricas e cujos capitais, apesar dos "temperamentos humanitários trazidos ao contrato da sociedade", foram investidos com uma finalidade lucrativa (Tartarin, 1902). Estes "estabelecimentos fechados" destinados aos "tísicos", mas também aos doentes fracos e convalescentes, seguindo a cura higiénico-dietética, sob a vigilância constante de um médico, começaram a ser edificados na Alemanha no início da segunda metade do século XIX.

Nos discursos médico e assistencial, os sanatórios eram definidos como estabelecimentos fechados e especializados, convenientemente equipados e situados, com vigilância e cuidados médicos assíduos e privilegiando um tratamento racional da tuberculose assente na trilogia de Brehmer: ar puro, boa alimentação e repouso,

visando, assim, aproveitar a acção primordial dos processos de defesa do organismo. Este procedimento terapêutico foi utilizado nos sanatórios dirigidos às classes possidentes, a partir dos anos 1850, para contrariar a consumpção das "almas românticas", quando a tuberculose era ainda considerada uma doença hereditária e se desconhecia o seu carácter contagioso. A cura higiénico-dietética seria seguida, a partir de 1895, no tratamento sanatorial dos doentes pobres, depois de estabelecida a origem bacteriana e contagiosa da tuberculose e de falhar todo um conjunto de tratamentos farmacológicos, designadamente a linfa de Koch ou tuberculina.

Os sanatórios enquanto "estabelecimentos fechados" impunham um conjunto de constrangimentos nas relações dos doentes com o exterior. Afirmava-se que um sanatório aberto, onde o doente tivesse grande liberdade de acção, entrando e saindo em qualquer momento, não poderia ser considerado um sanatório, mas um hotel. Defendia-se que a cura feita em sanatórios, ou centros especializados de tratamento era mais eficaz do que a cura ambulatória ou domiciliária. O tratamento em hospitais gerais era considerado inferior sobretudo pela influência "depressiva que exerciam os outros doentes geralmente curáveis em pouco tempo e porque os doentes para além de não receberem os cuidados que a doença exigia, seriam um perigo para os outros" (Silva, 1899, p. 61). Para além do perigo de contágio, os hospitais gerais também não teriam a possibilidade de desenvolver a cura de alimentação, ar e repouso que constituía "o melhor e mais seguro tratamento" (Silva, 1899, p. 63). Igualmente, a cura domiciliária livre e o regime ambulatório eram vistos como manifestamente inferiores.

O isolamento dos doentes era considerado a principal medida para evitar o contágio. No discurso médico-higienista garantia-se que do sanatório não havia a temer a difusão da doença porque ficava situado, geralmente, muito longe da residência das famílias dos doentes e estava também isolado de qualquer povoação; por outro lado, os doentes submetidos a uma vigilância e uma disciplina sistemática eram rapidamente socializados, pelos médicos, enfermeiros e internados mais antigos, nos preceitos da profilaxia (Beja, 1931). O doente deveria ter a sensação de viver num mundo inteiramente novo, com conhecimentos e práticas muito diferentes daqueles anteriormente desenvolvidas e que tinham conduzido à doença. Essa diferença constituiria um elemento importante da estratégia terapêutica a seguir pelo doente (Beja, 1931).

Considerar os sanatórios como "estabelecimentos especializados" significava perspectivá-los como instrumentos, medicamente dirigidos, de cura e de profilaxia de uma doença: a tuberculose. A noção de que um sanatório era um tipo de hotel, provido de serviço clínico, era claramente rebatida pelos médicos que dirigiam os sanatórios. A especificidade da doença e a interacção prolongada com os doentes em situações físicas e psicológicas difíceis conduziu à ideia de que "a execução dessa lenta e complicada obra que é a cura dum tuberculoso necessita a intervenção, desde o princípio até ao fim, dum médico especializado" (Burnand, cit. in Patrício, 1943, p. 354).

À assunção dos sanatórios como estabelecimentos "convenientemente equipados" estava subjacente, por um lado, um conjunto de meios de diagnóstico, observação e tratamento: gabinete de radiologia, laboratório de análises clínicas, sala de operações, galerias de cura; por outro lado, meios para distracção e educação dos doentes: bibliotecas, parques, oficinas. A grande importância dada à localização dos sanatórios devia-se à defesa da cura climática, considerada como condição indispensável para o sucesso do tratamento da tuberculose. Embora se considerasse não haver climas específicos para a cura da tuberculose, havia climas que facilitavam a cura, como havia climas que a dificultavam ou a prejudicavam.

Os sanatórios eram considerados estabelecimentos com vigilância e cuidados médicos assíduos. Garantia-se que os doentes com tuberculose precisavam de estar submetidos a uma disciplina severa e, por tal motivo, teriam de ser constantemente vigiados e frequentemente observados. A grande maioria dos doentes não conseguiria avaliar, segundo os médicos, a sua situação clínica nem se aperceberia do possível agravamento da doença. A vigilância médica do "tuberculoso", que tinha de ser uma vigilância formal, impediria o contágio no interior e no exterior do sanatório, pela separação entre doentes "bacilosos e "não bacilosos" e pela proibição de visitas e saídas temporárias aos "bacilosos". Diversos sanatórios eram dotados de um hospital ou enfermarias de isolamento e de um lazareto, especialmente os sanatórios marítimos, onde os doentes ficariam em observação durante quinze dias, antes de serem admitidos nas diferentes enfermarias. Esta permanência no hospital de isolamento e no lazareto tinha como objectivo primordial o despiste de outras doenças contagiosas que pudessem afectar a cura dos doentes com tuberculose.

As diversas actividades desenvolvidas nos sanatórios, ao serem avaliadas e justificadas em referência a uma ideologia consagrada como princípio único de julgamento – cura da tuberculose e prevenção do risco de contágio –, implicavam a sua coordenação e regulação para a concretização deste desígnio. Tornava-se necessário a supervisão e regulação médica destas actividades, em que o controlo e definição temporal do funcionamento do sanatório pelo corpo médico dependiam de uma cronologia precisa. O instrumento cronológico mais importante era o horário. A vigilância clínica, que vai fazer da enfermaria, dos leitos e das galerias de cura um domínio de observação e de intervenção, aparece desde logo na definição do tempo institucional (Thalamy, 1979). A regulação das actividades inerentes ao tratamento higiénico-dietético, ar puro, alimentação e repouso, era realizada através de uma calendarização precisa das actividades fornecida por horários detalhados, assim como as visitas dos familiares dos doentes (Ferreira, 2008).

Os diversos tipos de sanatórios caracterizavam-se por constituir um esquema interpretativo que passava pela "identificação automática" (Goffman, 1961) dos internados, isto é, pelo simples facto de serem admitidos nestes estabelecimentos os indivíduos não podiam ser senão doentes ou potenciais doentes, correspondendo às

classificações nosológicas e às categorias de pessoas para as quais a instituição foi criada (Cunha, 1988). Todavia, para além das considerações curativas e profiláticas destes espaços medicamente dirigidos, a fundação de sanatórios dirigidos às classes populares era, igualmente, norteada por considerações morais, privilegiando a admissão dos "bons pobres".

SANATÓRIOS MARÍTIMOS

Em Portugal, na transição do século XIX para o século XX, os agentes dominantes dos campos médico e assistencial enfatizavam uma dimensão preventiva, que seria concretizada pela construção de sanatórios marítimos, possibilitando um aumento significativo do número de camas dirigidas aos "predispostos à tuberculose", e seguiram de perto as directrizes internacionais na profilaxia da doença expressas nos diversos congressos internacionais da tuberculose. Estas directrizes privilegiaram uma especialização dos sanatórios, que a partir da localização anatómica da doença esteve na origem de "sub-domínios" especializados: sanatórios marítimos destinados à prevenção da tuberculose e ao tratamento da tuberculose osteoarticular; sanatórios de altitude e planície dirigidos ao tratamento da tuberculose pulmonar.

A criação do sanatório marítimo teve subjacente uma especialização institucional e funcional, implicando uma separação e um reagrupamento de diferentes categorias de doentes a partir de diversos princípios de classificação correspondendo a preocupações sociais diferentes. O sanatório marítimo conjugou as funções de protecção profilática das crianças desvalidas predispostas à tuberculose, principalmente nos sanatórios marítimos do Outão, de Carcavelos e que no Sanatório de Sant'Ana se articulou com a assistência aos doentes idosos inválidos e aos doentes "cancerosos" incuráveis. A vocação essencialmente preventiva, associada a este tipo de sanatório, aparece expressa no número muito elevado de admissões de doentes classificados como "predispostos", designadamente "linfáticos" e "escrofulosos"[4]. Para além da escrofulose e do linfatismo, anemia, raquitismo, a "heredo-sífilis", e a "adenia" (hiper-

4 Estava subjacente à categoria nosológica "linfatismo" a ideia de uma predisposição constitucional, inerente às classes populares, que favorecia o contágio. Esta categoria recobria um conjunto de situações que associavam contágio e herança, isto é, bacilo e receptividade do organismo, marcado pela "degenerescência", que eram condição necessária para o desenvolvimento da doença. O linfatismo reportava-se a um desequilíbrio constitucional, uma diátese dependente da predominância do sistema linfático e caracterizada por uma hipersensibilidade às causas mórbidas, com reacções vasculares e inflamatórias da pele e das mucosas, em que os órgãos "mais interessados no processo" eram os vasos e os gânglios linfáticos (Crespo, 1968, p. 2-3). A escrofulose era outra diátese que para o director clínico do Sanatório do Outão tinha um papel muito importante no desenvolvimento da tuberculose. Para além de uma má higiene, eram principalmente a miséria e o trabalho muito precoce que concorriam, também, para que a escrofulose fosse tão frequente em crianças (Calheiros, 1906, p. 39). Atribuía-se aos doentes com escrofulose características particulares: pele branca e fina, formas arredondadas, gordura balofa e o "clássico facies escrofuloso constituía uma verdadeira máscara patológica: pálpebras inchadas, olho vermelho e lacrimejante, nariz grosso e crostoso, lábio superior hipertrofiado, pescoço deformado pelas adenopatias, pelas cicatrizes e pelas fístulas de adenites" (Crespo, 1968, p. 9).



3. Visita da Rainha D. Amélia ao Sanatório de Carcavelos, 1903
[*Ilustração portuguesa*, 9 de novembro de 1903]

trofia dos gânglios linfáticos), eram estados "mórbidos" que predispunham à tuberculose e que os sanatórios marítimos deveriam tratar.

Partindo da asserção de que a tuberculose, embora contagiosa, era uma doença evitável desde que se modificasse o terreno, os agentes do campo médico promoveram o isolamento preventivo em hospícios marítimos e sanatórios marítimos, que eram apresentados como um meio profilático para que as crianças pobres, filhas de pais com tuberculose, pudessem contrariar as predisposições herdadas dos pais e evitar o "contágio tuberculoso". O clima marítimo era apresentado como um elemento profilático e terapêutico essencialmente dirigido às crianças. Para realizar esse fim privilegiava-se o banho de ar e de luz e o repouso. A climoterapia marítima

compreendia igualmente os banhos de mar. Em diversos sanatórios, designadamente Outão e Carcavelos, foram criadas escolas ao ar livre seguindo o modelo de Rollier em Cergnant-Leysin. A escola tinha a função de instruir as crianças predispostas a tuberculose e as convalescentes, mantendo-as durante as horas escolares ao ar livre e por vezes ao sol e habituando por adaptação sucessiva as crianças convalescentes das tuberculoses cirúrgicas à sua "vida normal" (Dordio, 1927, p. 57-58).

No discurso médico, a majoração da eficácia preventiva dos sanatórios apenas seria possível com a incorporação dos princípios médico-higiénicos, da ordem médica, na selecção do local, projecto e construção destes estabelecimentos. Um conjunto de princípios orientadores emergia como legitimação médica para a instalação dos sanatórios marítimos: proximidade do mar e junto a uma praia, para aí desenvolver a talassoterapia; qualidade do clima: ar puro – rico em cloro, iodo, e ozono –, temperatura constante e preferencialmente ausência de ventos de norte; terrenos porosos, calcários, graníticos, siliciosos; abundância de água; afastamento das cidades e de outros centros populacionais a fim de evitar os "miasmas", fumos, poeiras e "micróbios" que aí se produziam, dada a acumulação das populações e das indústrias; orientação do eixo longitudinal dos edifícios no sentido noroeste-sudoeste ou na direcção norte-sul, para se obter a máxima insolação e reduzir ao mínimo a acção dos ventos de norte sobre a fachada principal e as galerias; proximidade de espaços arborizados, preferencialmente pinheiros, que funcionam como barreiras aos ventos; fácil acesso por meio ferroviário e rodoviário, mas suficientemente longe de vias movimentadas.

A arquitectura destes espaços deveria ser igualmente factor e instrumento de prevenção e de cura. Os sanatórios marítimos do Outão e de Carcavelos foram instalados em antigos fortes militares, construídos no século XVII, depois de terem sido realizadas obras – num primeiro momento de adaptação para o seu funcionamento provisório e, posteriormente, de profunda transformação – enquanto o de Sant'Ana foi projectado e construído de raiz como sanatório marítimo. O Sanatório de Sant'Ana foi edificado junto ao mar, muito próximo do Forte de São Domingos de Rana (Forte do Junqueiro), entretanto transformado em estabelecimento sanatorial, com acessos a Carcavelos e a Parede que já antes serviam o forte. Este local estava suficientemente afastado das povoações de Parede e Carcavelos, respeitando, assim, um dos principais requisitos defendidos no discurso médico-higienista na construção de sanatórios: o controlo dos perigos de contágio externos e internos.

A organização espacial destes sanatórios marítimos foi norteada por dois princípios: dispersão ou dissociação e circulação (Kriegel, 1979). O princípio da dispersão ou a dissociação, que concerne aos hospitais, enfermarias e leitos, tem como objectivo a anulação da confusão e da desordem, sinónimos de perigo de contágio, operando uma separação dos doentes afectados por doenças infecto-contagiosas – a instalar num lazareto ou hospital de isolamento integrados no espaço sanatorial

– dos doentes a proteger e uma distinção entre a parte reservada aos doentes e a parte ocupada pelos serviços, destacando-se a posição privilegiada ocupada pelas unidades de cuidados – galerias de cura e enfermarias – face aos espaços de trabalho – cozinha, rouparia, lavandaria. O princípio de circulação, que se reporta à circulação do ar, visava potenciar os efeitos terapêuticos do espaço, por um lado pela acção terapêutica do ar sobre os "estados constitucionais" predisponentes à tuberculose, por outro lado, pela supressão de todos os elementos que impedissem a permanente circulação do ar e dos factores que pudessem estar na origem de um "mau ar", nomeadamente os esgotos e a gestão da roupa das camas dos doentes.

SANATÓRIO MARÍTIMO DR. JOSÉ DE ALMEIDA

Diversos sanatórios, designadamente o Sanatório Marítimo de Carcavelos, foram empreendidos seguindo as disposições da assistência filantrópica e da assistência caritativa que caracterizavam a acção do "social-assistencial" em Portugal nos finais do século XIX e primórdios do século XX. As disposições assistenciais centravam-se em dois polos interdependentes: nas estratégias caritativas que privilegiavam a assistência aos doentes incuráveis e à velhice; nas estratégias filantrópicas que visavam a conservação das crianças "desvalidas" e o auxílio às mulheres pobres. Tendo como legitimação ideológica a degenerescência humana, a concepção filantrópica passou a incentivar o surgimento de programas voltados para a moralização das classes perigosas, a prevenção do "perigo social" e a eliminação da desordem social. A infância desvalida deixou de ser percepcionada como estando em perigo, passando a ser considerada perigosa (Paula, 2005). Os grupos sociais dominantes promoveram estratégias assistenciais que visaram retirar as crianças desvalidas do espaço público da rua, procurando contê-las em lugares especialmente delimitados e preparados para as acolher, vigiar e cuidar (Almeida, 2000; Vilarinho, 2000).

Neste projecto de cariz filantrópico de luta contra tuberculose, que visava instalar um hospício[5] destinado ao tratamento de "escrofulosos", especialmente crianças,

5 A rainha D. Amélia, em carta dirigida a D. Maria Emília Brandão Palha, datada de 26 de Julho de 1899, dava conta da preocupação do rei D. Carlos relativamente às funções dos asilos para "tuberculosos". O rei considerava que os asilos se deveriam destinar ou para "tuberculosos", ou para anémicos, mas nunca para os dois tipos de doentes em simultâneo; porque, por mais bem isolados que estivessem os "anémicos", num asilo ou hospital onde existissem "tuberculosos", o contágio seria inevitável. Perante estas reservas, a rainha defendia a criação prioritária de um asilo para "anémicos", considerando que a cura da anemia evitaria o desenvolvimento "terrível da tísica" (Costa-Sacadura, 1949, pp. 16-17). Uma comissão composta pelos médicos Alfredo da Costa, António Lencastre e Oliveira Feijão e pelo engenheiro Duval Telles defendeu a construção à beira-mar, próximo de Cascais, de um hospital de pavilhões separados para uma população de 300 doentes, constituída por crianças com escrofulose ou com tuberculoses locais crónicas e por raparigas anémicas, todos elas classificadas como predispostas à tuberculose. Chegou a estar elaborado o plano do hospital. Cada pavilhão, com 24 camas, teria apenas um piso. Haveria quatro pavilhões destinados às "doenças gerais" e dois pavilhões pequenos para isolamento (Moraes, 1892, p. 44). A grave crise política subsequente ao *ultimatum* do governo inglês a Portugal, em 11 de Janeiro de 1890, fez adiar a realização deste projecto hospitalar.

a articulação de vontades médico-higienista e assistencial de agentes políticos e médicos, designadamente o conselheiro Tomás Ribeiro Ferreira e o Dr. José Joaquim de Almeida, com as acções beneméritas de Maria Albina Barracho Encerrabodes e do Visconde de Sande, foram fundamentais para a sua concretização e desenvolvimento (Vilarinho, 2008, pp. 185-186). Fazer o bem e socorrer os necessitados deixa de ser apenas uma virtude cristã para ser, também, uma virtude social; afastando-se da piedade tem subjacente a ideia da utilidade social (Duprat, 1996). A generosidade era apresentada como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar (Sanglard, 2003).

Este hospício seria instalado no Forte de São Domingos de Rana, também conhecido por Forte do Junqueiro, que foi edificado por ordem do rei D. João IV, em 1645, sendo Governador de Armas de Cascais o Conde de Cantanhede, D. António Luís de Meneses. A sua construção, realizada no período das Guerras da Restauração, visava a vigilância dos exércitos de Espanha e impedir possíveis desembarques das forças espanholas. No início do século XIX, os Fortes de São Domingos e de São João das Maias integravam a Linha Fortificada de Oeiras, em volta da Torre de São Julião da Barra, que constituía uma terceira linha de defesa, incluída nas Linhas de Torres, contra as invasões francesas.

No final do século XIX, diversos médicos, designadamente Sousa Martins e Manuel Bento de Sousa, professores na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, José Joaquim de Almeida, médico municipal de Oeiras e Francisco Rompana, médico residente em Parede, indicaram a zona situada na "fronteira" entre Parede e Carcavelos como sendo o lugar ideal para a instalação de sanatórios marítimos (Ferreira, 1996; Antunes, Ferreira & Matta, 1997). A escolha do Forte do Junqueiro para a instalação do sanatório marítimo de Carcavelos articulou a "medição científica" das características do clima e da qualidade do ar com o facto deste forte estar desactivado, afastado das povoações mais próximas – Parede e Carcavelos – e muito próximo do mar. Mas, também, distante do Forte de São Julião e da Quinta Nova (conhecida por Quinta dos Ingleses) onde, em 1872, a *Eastern Telegraph Company* procedeu à montagem da rede de cabos submarinos que ligaram Portugal a outros continentes. Esta localização respeitava um dos principais requisitos defendidos pelos higienistas para a construção de sanatórios: sendo considerados espaços de cura deveriam estar afastados das povoações a fim de ser evitada a contaminação do ar envolvente e impedir o contágio da população sã.

A instalação do cabo submarino originou a fixação de técnicos especializados ingleses e das suas famílias. Para o efeito, foi construído um conjunto de *chalets* junto à entrada norte da Quinta Nova e muito perto da estação de caminho-de-ferro. Carcavelos tornou-se "vila de ingleses" e estância de veraneio cosmopolita. A praia era usufruída em regime de exclusividade, como "propriedade privada" pelas classes sociais mais favorecidas. Assim, a possível afirmação

de uma dimensão preventiva e terapêutica da praia de Carcavelos, destinada a doentes pobres com tuberculose e "escrofulose", não era concebível. A esta concepção que polariza as actividades terapêuticas, lúdicas e festivas confinando-as a um espaço: a estância balnear, que no decurso do século XIX marca a difusão, em Portugal, da vilegiatura balnear provinda da corte, "sociedade de corte" e aristocracia europeia, contrapõe-se, em Parede, uma concepção higienista de vilegiatura marítima. Defende-se uma concepção higiénica e "democrática" do mar que se afirma como um elemento purificador e terapêutico. Para Nunes da Matta e outros republicanos residentes em Parede, esta concepção medicinal do mar contrariava a lógica de apropriação do litoral, nomeadamente entre Lisboa e Cascais, instituída pela aristocracia e burguesia (Ferreira, 1996; Antunes, Ferreira & Matta, 1997).

Neste processo de legitimação, isto é, de explicação e justificação da localização destes sanatórios, a medicina foi decisiva. A medicina, enquanto "sistema teórico complexo", dispõe de um corpo de conhecimentos graças aos quais ou através dos quais inscreve, assegura e justifica o seu poder. A exclusividade cognitiva e prática de que é detentora a biomedicina associada à posse do monopólio de credibilidade social possibilita uma intervenção médica mais ampla permitindo a redefinição e a intervenção em termos médicos sobre fenómenos que dessa forma são mais facilmente controláveis (Ferreira, 2008).

A credibilidade social de Sousa Martins como médico prestigiado resulta, num primeiro nível, da consagração académica, mas foi obtida também mediante o apelo a determinadas estruturas ideológicas, entre as quais avultaria a da solidariedade e a do serviço à comunidade. Sousa Martins era considerado pelos seus doentes como um homem de "santo coração". A benevolência e a caridade eram qualidades muito apreciadas num médico, bem como os sentimentos de amor ao próximo e as provas de comportamento generoso (Pais, 1994, p. 29). Sousa Martins dava uma vez por semana consultas grátis aos pobres no seu consultório de Lisboa. Era visita assídua dos bairros operários e pobres onde deixava junto das receitas dinheiro para a compra dos medicamentos e de bens alimentares. Assim, ao prestígio científico associava-se também a imagem de um homem "santo".

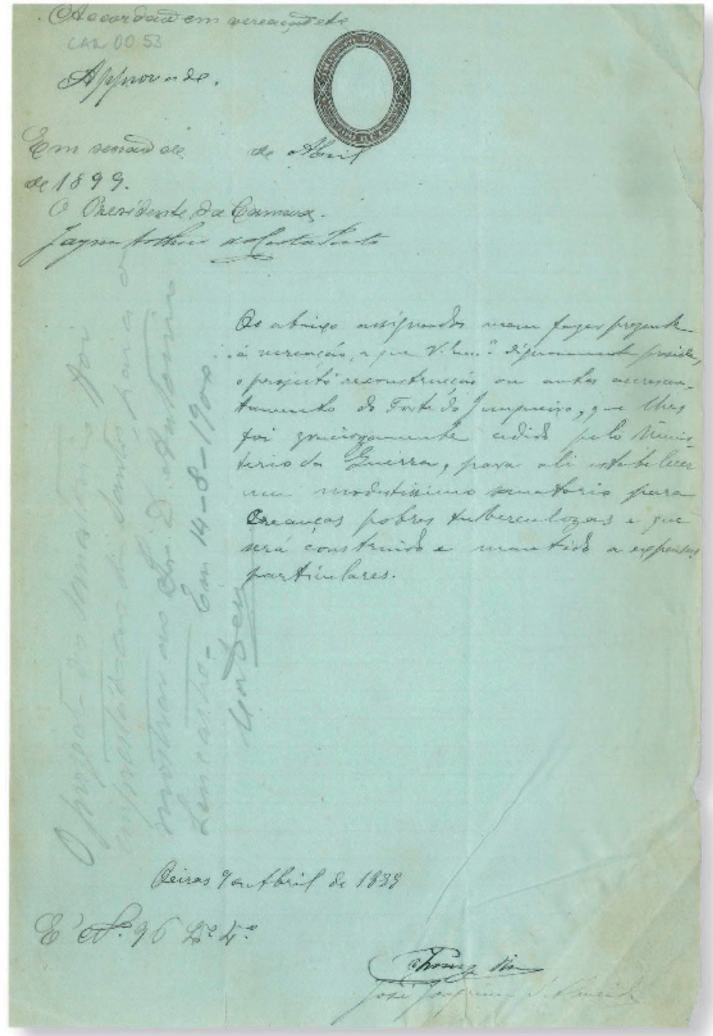
Igualmente, José Joaquim de Almeida "era um mártir dos seus doentes fossem eles ricos ou pobres e não os ousava abandonar, um dia que fosse" (Colaço & Archer, 1943, p. 189). Tanto tratava os ingleses de Carcavelos e as "melhores famílias" de toda a linha como os "pobres" de Oeiras, Carcavelos e regiões limítrofes. "Homem caridoso, levava para sua casa doentes pobres, de que sua mulher era enfermeira". Mas, contrariamente à imagem carismática e "ascética" projectada por Sousa Martins, José de Almeida dançava, montava a cavalo, andava de bicicleta, vestia calças de flanela branca para jogar ténis, tocava piano e violino (Colaço & Archer, 1943, p. 190).



4. Dr. José Joaquim de Almeida, c. 1900 [AHMCSC/AESP/CNM/4775]

José Joaquim de Almeida nasceu em 1 de Janeiro de 1854, em Ponte, Concelho de S. Pedro do Sul. Formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 27 de Julho de 1876. Nesse mesmo ano foi colocado como médico do Montepio na fábrica de Lanifícios de José Diogo, em Oeiras. Residiu em Oeiras cerca de trinta anos, tendo exercido os cargos de sub-delegado de saúde e de médico municipal. Fundou nesta vila, em 1876, a Associação de Socorros Mútuos que posteriormente à sua morte e como forma de homenagem passou a ostentar o seu nome. Especializou-se em oftalmologia e depois incidiu a sua atenção no estudo e combate da tuberculose. Foi director de *Tuberculose,* Boletim da ANT (Revista de Assistência e Higiene). Participou em diversas conferências internacionais contra a tuberculose como representante das autoridades governamentais portuguesas. Foi médico militar durante a I Guerra Mundial. Presidiu à Comissão Executiva da ANT até 18 de Dezembro de 1921, data do seu falecimento.

No seguimento da cedência do Forte do Junqueiro pelo Ministério da Guerra, a 1 de Outubro de 1897, ao Conselheiro Tomás Ribeiro, Par do Reino, e ao médico José Joaquim de Almeida, foram iniciados os trabalhos de remodelação, orientados por João de Arriaga. Dada a escassez de verbas, apesar de diversas campanhas de


Approvado.

Em sessão de de Abril de 1899.

O Presidente da Camara

Os abaixo assignados vem fazer presente à vereação, a que V. Ex.ª dignamente preside, o projecto reconstrucção ou antes accrescentamento do Forte do Junqueiro, que lhes foi gratuitamente cedido pelo Ministerio da Guerra, para ali estabelecer um modestissimo sanatorio para creanças pobres tuberculosas e que será construido e mantido a expensas particulares.

Oeiras 9 de Abril de 1899

5. Requerimento para transformação do Forte do Junqueiro em sanatório, 1899 [AHMCSC/AADL/CMC/L/E/001/053]

recolha de donativos e do contributo financeiro decisivo de D. Maria Albina Baracho Encerrabodes, as obras só terminaram em 1901, ano em que o Dr. José Joaquim de Almeida, único fundador vivo, doou este estabelecimento à ANT e disponibilizou os seus serviços, sem remuneração, como director clínico.

Esta instituição de saúde de cariz preventiva, com lotação para 26 crianças do sexo masculino, foi inaugurada, provisoriamente, a 24 de Agosto de 1902; tendo sido inaugurada oficialmente, em 14 de Outubro, numa cerimónia que contou com a presença da rainha D. Amélia, presidente da ANT. O *Diário de Notícias*, em 20 de Março

de 1901, relatava que o pessoal do sanatório era composto pelo médico-director Dr. José de Almeida, pela regente D. Adelaide de Brito, vinda do Asilo do Espírito Santo de Castelo de Vide, uma professora "das primeiras letras", uma cozinheira, 4 criadas e 1 hortelão. Durante os meses de Agosto a Novembro funcionava neste sanatório uma Colónia de Verão. Cada criança permanecia internada durante um mês (*Diário de Notícias*, 20 de março de 1901).

A década de 1920 foi marcada pela mudança da designação do Sanatório e pelas obras de ampliação e remodelação. A partir de 22 de Dezembro de 1921 este estabelecimento de saúde passou a denominar-se Sanatório Dr. José de Almeida, em homenagem póstuma ao seu fundador. Em Agosto de 1926 reabriu sob a direcção de António de Vasconcelos, sendo António de Meneses sub-director e "chefe de clínica", depois de efectuadas as referidas obras.[6] Este equipamento hospitalar não dispunha de um serviço de radiologia e contava com um "pequeno laboratório", onde era realizado "o exame ao sangue, a contagem dos globulos, a formula leuccocitaria e a dosagem da hemoglobina" (Meneses, 1926, p. 36). O sanatório destinava-se ao tratamento dos doentes com escrofulose, raquitismo, tuberculose ganglionar, tuberculose osteoarticular e tuberculose da pele. Passou a admitir crianças do sexo feminino desde os 3 anos aos 7 anos de idade e do sexo masculino dos 3 aos 12 anos. A helioterapia, conjugada com a talassoterapia, a imobilização gessada e alimentação eram os procedimentos terapêuticos privilegiados que visavam fortalecer o organismo em geral e aumentar as defesas naturais contra a infecção (Meneses, 1926, p. 39).

Em 1928, a ANT refere que o director do sanatório era Gabor L. Ziegler Patkóczy[7], Artur de Azevedo Rua (médico assistente), Adalgira Wenderley Vieira (regente) e Maria d'Assumpção Costa (enfermeira-chefe) (ANT, 1928, p. 33). Este estabelecimento hospitalar integrava quatro enfermarias e uma sala para pensionistas, com a lotação de cerca de 100 camas. A entrada dos doentes fazia-se directamente para o pavilhão de isolamento, onde permaneciam no mínimo 15 dias. Esta estadia no lazareto tinha como objectivos o repouso da viagem, o controlo de qualquer doença contagiosa que o doente pudesse ter em incubação e a aclimatação à heliotalassoterapia, que seria a base do tratamento sanatorial. Integravam os quadros do Sanatório, em 1936, dois médicos, duas enfermeiras, nove auxiliares de enfermagem e catorze criadas.

Em Setembro de 1949, por falecimento de Gabor Patkóczy, Artur Azevedo Rua assumiu a direcção do sanatório. Artur de Azevedo Rua nasceu em Lisboa, em 27 de Abril de 1901. Concluiu o curso de medicina em 1924. Durante dois anos colaborou, voluntariamente, com o professor Francisco Gentil no Serviço de Cirurgia dos Hospitais Civis de Lisboa. Em 1927, passou a integrar, como assistente,

6 Esta intervenção contou com o contributo determinante de João Luís Ricardo que em homenagem viu o seu nome inscrito numa sala do Hospital Ortopédico Dr. José de Almeida.

7 Gabor Ziegler Patckosy (1893-1949), licenciado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, foi Assistente na cadeira de Pediatria, regida pelo Professor Salazar de Sousa nesta Faculdade de Medicina e médico assistente do Preventório de Parede (integrado na ANT).



6. Sanatório Marítimo de Carcavelos, c. 1910
[AHMCSC/AESP/CALM/H/1459]

os quadros da Assistência Nacional aos Tuberculosos, exercendo serviço clínico no Sanatório Marítimo Dr. José de Almeida. A nomeação de um novo director para este sanatório conduziu à sua transferência para o Dispensário da Ajuda da ANT, onde trabalhou em estreita colaboração com o Dr. António de Meneses, na assistência e tratamento de doentes afectados com formas de tuberculose osteoarticulares. Em 1936, iniciou um estágio com o professor Richard em Berck Plage, onde desenvolveu novas técnicas cirúrgicas de tratamento da tuberculose óssea. Participou activamente na Associação de Beneficência e Socorros Amadeu Duarte, inicialmente prestando assistência médica e numa fase posterior dirigiu o Hospital Ortopédico Amadeu Duarte, fundado em 1946. Integrou o corpo clínico do Posto Clínico que funcionava no Parque Morais, em Parede. Em 1948, integrou a Comissão Organizadora da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia (SPOT), a que também pertencia António de Menezes, médico no Sanatório Marítimo Dr. José de Almeida. Entre 1964 e 1965 foi presidente da Comissão Executiva da SPOT (Ricardo, s/d, p. 187-189).

Segundo Almeida Ricardo, o Dr. Azevedo Rua transformou o "velho sanatório" numa das "mais modernas unidades, de então" de tratamento das formas osteoarticulares de tuberculose, contando com a colaboração de diversos médicos, designadamente Alexandre Muller Elias, Henrique Barata Pereira, David Morais Sarmento, Azevedo Pereira e Campos Rocha (Ricardo, s/d, p. 187-189). As estratégias médico-organizativas desenvolvidas no sanatório marítimo de Carcavelos inscrevem-se



7. Sanatório Marítimo de Carcavelos, 1945
[AHMCSC/AESP/CALM/H/1457]

numa conjuntura marcada por alterações significativas na gestão médica e política da tuberculose. Nos sanatórios dirigidos ao tratamento da tuberculose pulmonar – de altitude e de planície – e das formas extrapulmonares – sanatórios marítimos – a partir da década de 1940 e reforçada na década de 1950, a cirurgia foi uma estratégia terapêutica cada vez mais seguida, especialmente com a crescente utilização dos fármacos antibacilares. Esta estratégia terapêutica e os aparelhos ortopédicos foram mobilizados no tratamento das sequelas de poliomielite, escolioses, fracturas, luxações e deformidades congénitas, entre outras.

Promoveu-se a remodelação e a actualização dos sanatórios marítimos, medicamente orientada pelos próprios agentes do campo sanatorial – principalmente pelos cirurgiões ortopedistas, num momento em que a ortopedia se procurava afirmar como especialidade médica – como condição indispensável para a persecução do tratamento da tuberculose osteoarticular. Estes procedimentos políticos e terapêuticos conduziram à possibilidade de admissão de outras categorias de doentes e ao aumento do pessoal, dos serviços e especialidades médicas e deram visibilidade à especialização "médico-cirúrgica" do sanatório Dr. José de Almeida. Os quadros de pessoal do Sanatório passaram a integrar seis médicos, sete enfermeiras, dez auxiliares de enfermagem e vinte e dois auxiliares.

Em 1 de Janeiro de 1976, este sanatório deixou de integrar o Serviço de Luta Anti-Tuberculosa, passando a depender da Direcção-Geral dos Hospitais. Com a progressiva reconversão, a partir de 1960, em estabelecimento vocacionado para traumatologia e



8. Sanatório Marítimo de Carcavelos, 1945
[AHMCSC/AESP/CALM/H/1456]

ortopedia, a sua designação foi alterada, em 1982, para Hospital Ortopédico Dr. José de Almeida. Na sequência do encerramento deste hospital ortopédico, o nome do Dr. José Almeida seria atribuído ao novo Hospital de Cascais, inaugurado em Alcabideche, no ano de 2010. Recentemente, o edifício tem vindo a ser alvo de uma profunda intervenção com vista à instalação da primeira Escola de Estudos Pós-Graduados em Saúde de Portugal.

DINÂMICAS DA CONFIGURAÇÃO SOCIAL SANATÓRIO MARÍTIMO DR. JOSÉ DE ALMEIDA

Neste ponto pretende-se a analisar as transformações da configuração social sanatório marítimo de "espaço asilar polivalente" caracterizado por uma interdependência entre diversas lógicas: asilar, assistencial e preventiva dirigida às crianças pobres predispostas à tuberculose ou afetadas por tuberculose osteoarticular em "oficina de cura" caracterizada pela articulação entre um saber médico especializado que se estende a outras doenças e a uma acção terapêutica cada vez mais complexa e eficaz.

Considera-se a configuração social sanatório um espaço complexo, heterotópico, reticular, formado por indivíduos interdependentes (médicos, doentes e familiares, enfermeiros, auxiliares, agentes administrativos, técnicos, cientistas, políticos, juristas, filantropos) estruturado por quadros cognitivos (que impõem categorias de classificação, observação e percepção), normativos (que impõem valores e deveres) e simbólicos, moldada por processos dinâmicos próprios em constante fluxo,

centrados na gestão médica e política das diferentes formas de tuberculose e de outras doenças (Ferreira, 2008).

Procedeu-se a uma análise tipológica das dinâmicas da configuração social *sanatório*. A lógica analítica desenvolvida é a da comparação entre as unidades estudadas, procurando-se organizá-las por tipos, de acordo com a maneira como se situam numa série de atributos dimensionais, ao mesmo tempo que se afina o conjunto das dimensões pertinentes, tomando em conta as configurações tipológicas a que se vai chegando (Costa, 1999, p.10). O modelo utilizado para a construção da tipologia reteve um conjunto de atributos dimensionais que são as funções sociais, a organização médica e administrativa, as doenças, os doentes, os modelos de produção de cuidados médicos, a organização do espaço, as conexões entre as instituições sanitárias e, por fim, a formação. Três tipos singularmente significativos das dinâmicas da configuração social sanatório foram identificados: Espaço Asilar Polivalente, Comunidade Curativa e Profilática e Oficina de Cura (Ferreira, 2008).

No tipo "Espaço Asilar Polivalente" prevalece simultaneamente a gestão médica e assistencial da infância "desvalida" e a prevenção da tuberculose e tratamento não especializado das formas extrapulmonares de tuberculose, que subentendia o internamento temporário de crianças pobres, classificadas como predispostas à tuberculose ou afectadas por tuberculose osteoarticular, em espaços construídos ou adaptados especificamente para este fim. A intervenção médica era limitada – o corpo médico cingia-se a um único médico –, as actividades médicas reduzidas, não existiam especialidades médicas nem se procurava constituir um saber especializado a partir das populações hospitalizadas. Privilegiava-se a função de controlo social, em que se perspetivava o sanatório como lugar de acolhimento e guarda dos doentes, aos quais se impunha um modelo de disciplina e de regulação das atitudes e comportamentos.

ESPAÇO ASILAR POLIVALENTE: ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA «DESVALIDA» E PREVENÇÃO DA TUBERCULOSE	
FUNÇÕES	• Funções profiláticas e de assistência à infância «desvalida» • Funções de controlo social: Sanatório como lugar de acolhimento e de guarda dos doentes • Imposição de um modelo de disciplina e de regulação das atitudes e comportamentos
ORGANIZAÇÃO MÉDICA E ADMINISTRATIVA	• Funções assistenciais e profiláticas desenvolvidas em sanatórios marítimos • Autoridade e vigilância médica sobre um conjunto amplo de procedimentos • O regente tinha a cargo a organização interna; a professora a educação das crianças; o serviço de enfermagem não é especializado
ADMINISTRAÇÃO	• «Parte Clínica»: Médico-director • «Parte Administrativa»: Regente
CORPO MÉDICO	• Um médico (médico-cirurgião) • Ausência de serviços especializados • Exames clínicos realizados nos Hospitais Gerais ou nos serviços centrais ou Dispensários da ANT
CORPO DE ENFERMAGEM	• Não especializado • Criadas
DOENÇAS	• Predisponentes-tuberculizáveis (Linfatismo; Escrofulose); • Tuberculose osteoarticular (menor número de doentes)

ESPAÇO ASILAR POLIVALENTE: ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA «DESVALIDA» E PREVENÇÃO DA TUBERCULOSE	
DOENTES	• Crianças pobres
ESTRUTURA ETÁRIA E SEXUAL	• Crianças (sexo masculino/feminino): Linfatismo, Escrofulose e Tuberculose Osteoarticular
LOCAL DE RESIDÊNCIA	• Missão de ordem local é dominante
ADMISSÃO	• Doentes admitidos provenientes de asilos e de dispensários da ANT
MODELO DE PRODUÇÃO DE CUIDADOS MÉDICOS	• Modelo de Serviço Doméstico (bem-estar, ausência de um sistema de tratamento especializado) • Modelo de Assistência Preventiva (risco de contágio conhecido, prevenção e controlo dos doentes)
ORGANIZAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO	• Dominância médica
DURAÇÃO DO INTERNAMENTO	• Predispostos (Linfatismo, Escrofulose): internamentos menores • Tuberculose osteoarticular: internamentos maiores
SISTEMAS DE TRATAMENTO	• Banhos de mar e de sol, alimentação; tratamento não especializado das formas extrapulmonares de tuberculose
READAPTAÇÃO SOCIAL DOS DOENTES	• Inexistente
TAXA DE MORTALIDADE	• Relativamente baixa: justificada pelo mau estado dos doentes no momento da admissão, selecionados incorretamente pelos dispensários

ESPAÇO ASILAR POLIVALENTE: ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA «DESVALIDA» E PREVENÇÃO DA TUBERCULOSE	
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	• Lógica segregativa inerente à prevenção da tuberculose desenvolvida nos Sanatórios Marítimos
LOCALIZAÇÃO	• Proximidade do mar e junto a uma praia para banhos de mar; afastados das povoações pelo receio de contágio
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SANATÓRIO	Norteada por dois princípios: • **Dispersão**: separação dos doentes; distinção entre as áreas destinadas aos doentes e aos serviços; posição privilegiada das unidades de cuidados (galerias de cura, enfermarias) • **Circulação**: reporta-se à circulação do ar e visava potenciar os efeitos terapêuticos do espaço sanatorial
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOENTES	• Tipo de doença, idade e sexo
FORMAÇÃO	• Inexistente
CONEXÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES SANITÁRIAS	• Hospitais • Dispensários • Asilos

O tipo "comunidade curativa e profilática" subentende o sanatório caracterizado por uma especialização funcional na prevenção e no tratamento de uma doença – a tuberculose – e de uma categoria de doentes – os curáveis – a que estão subjacentes dimensões de fechamento e de abertura ao exterior, de cooperação e conflito. Uma outra dimensão constitutiva desta comunidade reporta-se à produção de representações sociais de identidade colectiva, de sentimentos de pertença comum, evidenciados pelo facto de médicos, enfermeiros e outros empregados partilharem com os doentes uma representação simbólica da tuberculose enquanto doença curável.

Nesta "comunidade curativa" coexistiam aspectos de desigualdade, hierarquia e dominação, para além dos de relacionamento próximo, interacção densa e sentimento identitário (Costa, 1999, p. 13). A prevalência de uma missão curativa e preventiva atribuída aos sanatórios, ao ser medicamente orientada, conduziu progressivamente a que as diferentes acções fossem tomando a forma de um acto médico e à consequente dominância médica nestes estabelecimentos. As funções sociais predominantes eram a função de reprodução da força de trabalho – pela atribuição ao sanatório da "tutela" das doenças para a reposição das condições físicas para o trabalho – e a função de controlo social.

COMUNIDADE CURATIVA E PROFILÁTICA: TRATAMENTO HIGIÉNICO-DIETÉTICO E IMOBILIZAÇÃO NA TUBERCULOSE OSTEOARTICULAR	
FUNÇÕES	• Funções de prevenção e tratamento da tuberculose e da categoria «doentes curáveis» • Função de controlo social • Função de reprodução da força de trabalho: reposição das condições físicas dos doentes para o regresso rápido ao trabalho
ORGANIZAÇÃO MÉDICA E ADMINISTRATIVA	• Subdomínios especializados a partir da localização anatómica da doença: sanatórios marítimos (prevenção da tuberculose, tratamento da tuberculose osteoarticular) • Posição dominante do corpo médico na Administração e assistência médica
ADMINISTRAÇÃO	• Médico-director • Médico-subdirector • Regente
CORPO MÉDICO	• Aumento do número de médicos • Especialidade médica de análises clínicas
CORPO DE ENFERMAGEM	• Serviços de enfermagem realizado por enfermeiros. • Dificuldades em recrutar pessoal de enfermagem (medo de contágio)
DOENÇAS	• Tuberculose osteoarticular e doenças predisponentes à tuberculose

COMUNIDADE CURATIVA E PROFILÁTICA: TRATAMENTO HIGIÉNICO-DIETÉTICO E IMOBILIZAÇÃO NA TUBERCULOSE OSTEOARTICULAR	
DOENTES	• Crianças pobres
ESTRUTURA ETÁRIA E SEXUAL	• Crianças (sexo masculino/feminino): Linfatismo, Escrofulose e Tuberculose Osteoarticular
LOCAL DE RESIDÊNCIA	• Missão de ordem regional é dominante
ADMISSÃO	• Doentes admitidos provenientes de dispensários da ANT
MODELO DE PRODUÇÃO DE CUIDADOS MÉDICOS	• Modelo de Assistência Preventiva • Modelo de Intervenção Médica (centrado na cura, pressupõe um rígido esquema disciplinar)
ORGANIZAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO	• Dominância médica • Estrutura de cura exclusiva da autoridade médica • Estrutura de cuidados: enfermagem
DURAÇÃO DO INTERNAMENTO	• Predispostos (Linfatismo, Escrofulose): internamentos menores • Tuberculose osteoarticular: internamentos maiores
SISTEMAS DE TRATAMENTO	• Cura de ar, repouso e alimentação e imobilização gessada
READAPTAÇÃO SOCIAL DOS DOENTES	• Inexistente
TAXA DE MORTALIDADE	• Relativamente baixa

COMUNIDADE CURATIVA E PROFILÁTICA: TRATAMENTO HIGIÉNICO-DIETÉTICO E IMOBILIZAÇÃO NA TUBERCULOSE OSTEOARTICULAR	
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	• Lógica segregativa e prevalência da dimensão curativa e preventiva dos sanatórios marítimos
LOCALIZAÇÃO	• Proximidade do mar e junto a uma praia para banhos de mar, afastados das povoações
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SANATÓRIO	Norteada por dois princípios: • **Dispersão**: separação dos doentes, distinção entre as áreas destinadas aos doentes e aos serviços, posição privilegiada das unidades de cuidados (galerias de cura, enfermarias) • **Circulação**: reporta-se à circulação do ar, visava potenciar os efeitos terapêuticos do espaço sanatorial
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOENTES	• Tipo de doença, idade e sexo, condição económica
FORMAÇÃO	• Inexistente
CONEXÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES SANITÁRIAS	• Hospitais • Dispensários • Preventórios

A "oficina de cura" caracteriza-se pelo crescimento e diferenciação do corpo médico, extensão e hierarquização das diferentes actividades médicas desenvolvidas e pelo recurso a novas estratégias terapêuticas no tratamento da tuberculose, centradas na quimioterapia e na cirurgia que, progressivamente, se estenderam a outras doenças. O sanatório, na sua configuração organizativa, apresentava-se como um conjunto de várias oficinas, entendidas como lugares onde vários tipos de actividades, diferentes recursos e específicas divisões do trabalho eram requeridos para levar a cabo o trabalho médico, orientado, directa ou indirectamente, para a gestão dos diversos casos clínicos dos doentes (Strauss et al, 1985; Carapinheiro, 1993). Esta especialização médico-cirúrgica aparecia associada a uma missão curativa e recuperadora, mais rápida e sustentada dos doentes das classes populares, visando um aumento do número de internados e uma maior rotatividade dos leitos. Neste tipo das dinâmicas da configuração social sanatório marítimo eram predominantes a função de reprodução da força de trabalho, pela atribuição ao sanatório da "tutela" das doenças para a reposição das condições físicas para o trabalho, ou seja, para a manutenção dos estados de saúde da força de trabalho e a função de produção do saber médico, tendo-se o sanatório constituído, progressivamente, em espaço do desenvolvimento e prática da medicina moderna, especializada e tecnicizada (Carapinheiro, 1993).

OFICINA DE CURA: COMPLEXIFICAÇÃO TERAPÊUTICA E DIVERSIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	
FUNÇÕES	• Funções de recuperação clínica e social dos doentes • Função de controlo social • Função de reprodução da força de trabalho • Função de produção de saber médico: desenvolvimento de saberes e de práticas médicas de diversas especialidades
ORGANIZAÇÃO MÉDICA E ADMINISTRATIVA	• Maior complexidade da gestão médica e administrativa dos doentes • Diversidade: de doentes, doenças e de atividades de cuidados • Variabilidade: múltiplas trajectórias das doenças, diferentes modos de organização do trabalho • Intensificação: aumento do número de admissões e diminuição do tempo de internamento
ADMINISTRAÇÃO	• Médico-director • Chefe dos Serviços Clínicos • Chefe dos Serviços Administrativos
CORPO MÉDICO	• Aumento do número de médicos, das especialidades e das atividades médicas • Centralidade das especialidades médico-cirúrgicas: ortopedia • Centralização das atividades dos laboratórios de análises clínicas e de radiologia
CORPO DE ENFERMAGEM	• Diferenciação e hierarquização do Serviço de Enfermagem
DOENÇAS	• Tuberculose osteoarticular, deformidades congénitas e adquiridas, sequelas de poliomielite

OFICINA DE CURA: COMPLEXIFICAÇÃO TERAPÊUTICA E DIVERSIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	
DOENTES	• Crianças e Adultos
ESTRUTURA ETÁRIA E SEXUAL	• Crianças e adultos (Masculino e Feminino)
LOCAL DE RESIDÊNCIA	• Missão de ordem progressivamente nacional
ADMISSÃO	• Doentes admitidos provenientes de dispensários e de outros sanatórios da ANT e de hospitais gerais
MODELO DE PRODUÇÃO DE CUIDADOS MÉDICOS	• Modelo de Intervenção Médico-Cirúrgico (centrado na cura, doença como entidade transitória solucionada pela cirurgia ou fármacos) • Modelo de Reabilitação (recuperação da doença, readaptação ao trabalho profissional)
ORGANIZAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO	• Dominância médica • Estrutura de cura exclusiva da autoridade médica • Estrutura de cuidados: enfermagem
DURAÇÃO DO INTERNAMENTO	• Diminuição dos tempos médios de internamento
SISTEMAS DE TRATAMENTO	• Cirurgia e quimioterapia (Estreptomicina, Hidrazina, PAS)
READAPTAÇÃO SOCIAL DOS DOENTES	• Terapia ocupacional: passiva (escolaridade), activa e recreativa
TAXA DE MORTALIDADE	• Baixa acentuada da taxa de mortalidade ao longo da década de 1950

OFICINA DE CURA: COMPLEXIFICAÇÃO TERAPÊUTICA E DIVERSIFICAÇÃO DAS PATOLOGIAS	
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	• Sanatórios: hospitais especializados
LOCALIZAÇÃO	• Proximidade do mar
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO SANATÓRIO	Norteada pelas regras da dissociação, individualização e segmentação • **Dissociação**: separação dos doentes, distinção entre as áreas destinadas aos doentes e aos serviços, posição privilegiada das unidades de cuidados (enfermarias, bloco operatório, salas de tratamento, galerias de cura) • **Individualização**: determinação de unidades específicas às doenças e aos doentes (enfermaria e cama) • **Segmentação**: divisão do edifício em unidades independentes (serviços de hospitalização, serviços técnicos e serviços gerais)
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS DOENTES	• Tipo de doença, idade e sexo, condição económica
FORMAÇÃO	• Sanatórios "médico-cirúrgicos", centros de formação de ortopedistas do IANT • Experimentação clínica de fármacos antituberculosos
CONEXÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES SANITÁRIAS	• Centros de diagnóstico e profilaxia, dispensários, brigadas móveis, preventórios, enfermarias-abrigo, hospital • Tratamento quimioterápico da tuberculose em regime ambulatório

Com a generalização, a partir da década de 1960, do uso de diversos antibióticos como estratégia terapêutica privilegiada na luta contra a tuberculose os doentes começaram a ser tratados ambulatoriamente, os sanatórios a fecharem uns a seguir aos outros ou a reconverterem-se e o anátema da perigosidade social e a quase diabolização dos doentes a esvanecerem-se. A mobilização da quimioterapia significou o esboroar do preconceito social, ou seja, a eliminação do medo perante um fenómeno apoiado e alimentado pela ideologia que a ciência em torno dele fabricara, como expressão da sua impotência. O facto de após a descoberta dos fármacos antibacilares a tuberculose continuar a existir, mas sem o halo de medo e de vergonha que antes a envolvia, significou que o que foi debelado pelos fármacos foi sobretudo a ideologia da irrecuperabilidade que a própria ciência fabricara (Basaglia, 1994, p. 287). A reconfiguração dos saberes médicos e as alterações da conjuntura social não só alteraram as formas dominantes de intervenção técnica, como ainda produziram situações sociais de reapreciação do lugar do doente com tuberculose na sociedade.

Em diversos registos discursivos, nomeadamente o médico e o assistencial, considerava-se que a crescente admissão de doentes afectados por outras doenças, sobretudo nos sanatórios de tuberculose osteoarticular, teria feito perder as características sanatoriais destes estabelecimentos, pelo que se justificaria a existência de diferentes serviços: ortopedia, tuberculose osteoarticular e recuperação, que suscitaram diversas obras de remodelação e ampliação para a sua instalação e, posteriormente, à defesa da sua transformação em hospitais especializados: o sanatório marítimo de Carcavelos reconfigura-se em hospital ortopédico.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ana Nunes de (2000) – A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes. In *Forum Sociológico*, n.ºs 3/4 (2.ª série). Lisboa: IEDS-UNL.

ALMEIDA, José de (1907) – O Sanatorio de Carcavellos. Relatorio do Anno de 1906-1907. In *Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, 2.º ano, n.º 7. Lisboa: Typographia M. A. Branco.

ASSISTÊNCIA NACIONAL AOS TUBERCULOSOS (1928) – *A Lucta contra a Tuberculose e a Obra da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, 1899-1928*. Lisboa: Tipografia Adolpho de Mendonça, Ld.ª.

ANTUNES, Ana Cristina; FERREIRA, Carlos Miguel; PEREIRA, Francisco Matta (1997) – *Parede. As Pedras e o Mar: Monografia de Parede*. Parede: Junta de Freguesia.

BASAGLIA, F. Ongaro (1994) – Clínica. In *Enciclopédia Einaudi*, n.º 23. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BEJA, Matos (1931) – Isolamento dos Tuberculosos. In *Remédios Sociais Contra a Tuberculose*. Coimbra.

CALHEIROS, Fernando (1906) – Sanatorio Maritimo do Outão. In *Tuberculose*: *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, n.º 2, 1.º ano. Lisboa: Typographia M. A. Branco.

CARAPINHEIRO, Graça (1993) – *Saberes e Poderes no Hospital. Uma sociologia dos serviços hospitalares*. Porto: Edições Afrontamento.

COLAÇO, Branca; ARCHER, Maria (1943) – *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

COSTA, António Firmino da (1999) – *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras: Celta Editora.

COSTA-SACADURA (1949) – A obra da Assistência Nacional aos Tuberculosos e a Rainha Senhora D. Amélia através de algumas cartas inéditas. *Tuberculose*: *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, n.º 6, vol. 3, 15.º ano (6.ª série).

CRESPO, José (1968) – O Linfatismo na Criança Portuguesa (contribuição clínica, histórica e etnográfica). Separata de *O Médico*, n.º 877. Porto: Tipografia Sequeira, Ld.ª.

CUNHA, Manuel Pereira da (1988) – Caracterização das relações entre os universos sociais de uma "instituição total" da cidade de Lisboa: o Hospital Júlio de Matos. In *Povos e Culturas*, n.º 3. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 de março de 1901.

DORDIO, Cipriano Mendes (1936) – Sanatórios Marítimos. In *Clínica, Higiene e Hidrologia*, n.º 8, ano 2. Lisboa: MNCT.

DUPRAT, C. (1996) – *Usage et Pratiques de la Philantropie: Pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cour du premier XIXe sciècle*. Paris: Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale.

FERREIRA, Carlos Miguel (2008) – *A Medicalização dos Sanatórios Populares: Desafios e Formas de um Processo Social*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

FERREIRA, Carlos Miguel (1996) – *Os Sanatórios Marítimos: A Construção Social de Parede como "Estância Sanatorial"*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

GOFFMAN, Erving (1961). *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Doubleday.

KRIEGEL, Blandine (1979) – L'Hôpital comme Equipement. In FOUCAULT, Michel ; KRIEGEL, Blandine; THALAMY, Anne. *Les Machines à Guérir (aux origines de l'hôpital moderne)*. Bruxelas/ Liége: Pierre Mardaga.

MENESES, António de (1926) – A reabertura do Sanatório Dr. José de Almeida (em Carcavelos). *Tuberculose: Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos*, 7.º ano (3.ª série), n.º 1. Lisboa: Typografia Mendonça, Ldª.

MORAES, Carlos (1892) – *Questões de Hygiene e Prophylaxia da Tuberculose: Hospitalização de Tuberculosos*. Dissertação Inaugural, Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora.

PAIS, José Machado (1994) – *Sousa Martins e suas memórias sociais: Sociologia de uma crença popular*. Lisboa: Gradiva.

PATRÍCIO, Ladislau (1943) – Sanatório de Sousa Martins – Guarda. Bosquejo da sua história, situação e actividade, precedido de algumas breves considerações sôbre sanatórios em geral. In *Boletim da Assistência Social*, n.ºs 8-9, Outubro-Novembro. Lisboa: Sub-Secretariado de Estado da Assistência Social.

PAULA, Flávia (2005) – Concepções de Atendimento à Criança Pequena: Caridade, Filantropia, Assistência e Educação Infantil. In *Revista Línguas & Letras*, vol. 6, n.º 11. DOI: https://doi.org/10.5935/rl&i.v6i11.883

PRUDÊNCIO, Isabel Maria (1992) – *Carcavelos: Uma Abordagem Antropológica do Espaço Vivido*. Cascais: Câmara Municipal/Junta de Freguesia de Carcavelos.

RICARDO, A. J. de Almeida (s/d) – Faleceu o Dr. Artur de Azevedo Rua. In *Crónica da SPOT (1950-2000): Livro do Cinquentenário da Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia*. Lisboa: SPOT.

SANGLARD, Gisele (2003) – Filantropia e assistencialismo no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 10(3), 1095-1098. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

SILVA, José Leão Ferreira da (1899) – *A Luta contra a Tuberculose. Hospitais e Sanatorios Populares*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Braga.

STRAUSS, Anselm; FAGERHAUGH, Shizuko; SUCZEK, Barbara; WIWNER, Carolyn (1985) – *Social Organization of Medical Work*. Chicago/Londres: University of Chicago Press.

TARTARIN, A. C. (1902). *Tuberculose et Sanatoriums*. Paris: C. Naud Éditeur.

THALAMY, Anne (1979) – La medicalisation de l'hôpital. In FOUCAULT, Michel; KRIEGEL, Blandine; THALAMY, Anne. *Les Machines à Guérir (aux origines de l'hôpital moderne)*. Bruxelas: Pierre Mardaga.

VILARINHO, Maria Emília (2000) – Somos gente! As crianças entre a família, o Estado e a sociedade. In *Forum Sociológico*, nºs 3/4 (2.ª série). Lisboa: Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica.

VILLARINHO, Luísa (2008) – *De Lisboa a Cascais: Rostos, Liberdade e Medicina*. Lisboa: Edição de autor.



1. Raqueta de ténis do rei D. Carlos, c. 1900. Produzida com madeiras exóticas e marcada com ferros a ouro, possui, para além do monograma do monarca, a inscrição *Prince Louis Philippe*, pelo que também terá sido utilizada pelo príncipe real. A caixa, revestida a cabedal e com interior em feltro, dispõe igualmente de um C coroado. Foi adquirida pela Câmara Municipal de Cascais em 2017, encontrando-se em exibição no Museu da Vila [CMCSC/MVCSC]

TÉNIS EM CASCAIS: DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DO CLUBE DE TÉNIS DO ESTORIL (1882-1945)

João Miguel Henriques[2]

As referências mais antigas sobre ténis remontam à antiguidade grega e romana, período durante o qual se praticou um jogo de bola com a palma da mão que seria sucessivamente aperfeiçoado até ao nascimento do célebre *jeu de paume* francês, exercitado, no século XIII, com uma luva de couro, a que seguiu, no século XV, uma palma de madeira e depois a raqueta encordoada.

Cedo conquistou o gosto das classes populares, que o jogavam na rua, não obstante ser igualmente praticado com fervor quase religioso no claustro de muitos conventos. No reinado de Luís X (1314-16) transformar-se-ia numa das diversões da Corte francesa, que Francisco I impôs entre 1515 e 1547, mandando construir diversos espaços para a sua prática e profissionalizando, em 1527, os jogadores de *paume*. O mesmo sucedeu em Inglaterra durante o reinado de Henrique VIII (1509-47), exímio jogador da modalidade que então era conhecida por *tenetz*, *teneys*, *tenes* ou *tennis*, palavra que parece derivar do francês *tenez* (toma), pronunciado pelos jogadores ao lançar a bola ao adversário.

Em 1859, numa época marcada pelo início da massificação das práticas de lazer e do nascimento do desporto, bem como pela criação da bola de borracha vulcanizada, surgiu uma nova versão do jogo: o *lawn tennis*, que transferiu definitivamente a sua prática para o exterior. Esta inovação ficou a dever-se ao britânico Harry Gem e ao espanhol Augurio Perera, na sequência da montagem de um campo num relvado em Edgbaston, na Inglaterra, que depois transitaria para Leamington, onde em 1872 se fundou o primeiro clube exclusivamente dedicado ao *lawn tennis*: o Leamington Tennis Club.

2 Diretor do Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico da Câmara Municipal de Cascais.

O ano de 1874 é comummente aceite como o do nascimento oficial do ténis, por ocasião do registo de patente de um "novo e melhorado campo transportável para praticar o antigo jogo do *tennis*" pelo inglês Walter Clopton Wingfield, que seria batizado como *Sphairistikè*, nome que os gregos atribuíam aos jogos com bola. Todavia, este método simplificado de *jeu de paume* a praticar em campos relvados começaria por popularizar-se como *sticky*, para depois ser conhecido como *lawn tennis*, disseminando-se, em seguida, por todo o mundo, por intermédio de uma enérgica campanha publicitária. Desta forma, para além de muitos exemplares dos seus *The Book of the Game* (1873) e *The Major's Game of Lawn Tennis* (1874), em junho de 1875 Wingfield já tinha comercializado 1 050 conjuntos para a prática de *tennis*! O sucesso da modalidade conduziria à disputa do primeiro campeonato de Wimbledon em 1877, a que se seguiu, quatro anos depois, o Championnat de France, atual Tournois Roland Garros, bem como o United States National Championship, hoje conhecido por U. S. Open. Mercê da sua crescente popularidade, o *tennis* garantiu, ainda, representação nas modernas Olimpíadas desde a sua estreia, em 1896, assegurando o primeiro ingresso das mulheres nestes jogos, no ano de 1900, em Paris.



2. Guilherme Ferreira Pinto Basto, precursor do ténis em Portugal, c. 1900 [Museu Nacional do Desporto]

À semelhança de outros desportos, o ténis foi introduzido em Portugal pela comunidade inglesa por volta de 1880, em Lisboa e no Porto. Impôs-se, depois, por intermédio da ação de Guilherme Pinto Basto, um dos mais ilustres *sportsmen* nacionais. Nascido a 1 de fevereiro de 1864, estudaria no Colégio de Downside, em Inglaterra, vindo a trabalhar em Londres no escritório de John Hall, até ingressar em 1882 na casa comercial E. Pinto Basto & C.ª, Ld.ª. O gosto pelo desporto que trouxe do estrangeiro cedo o transformaria num dos ícones da história nacional da maioria das modalidades, uma vez que praticou automobilismo, ciclismo, futebol, golfe, hipismo, hóquei, patinagem, remo, ténis e vela, chegando mesmo a participar em touradas como bandarilheiro. Porém, as suas maiores paixões seriam o futebol e o ténis, que por sua iniciativa foram praticados pela primeira vez por portugueses no atual território do concelho de Cascais, respetivamente em outubro de 1888 e talvez desde 1882, como adiante registaremos.

Em 1870 a vila de Cascais ascendeu à categoria de praia da Corte ao receber a família real portuguesa durante o período do ano consagrado à prática dos banhos de mar, moda que então se disseminava por toda a Europa ocidental. A até então pacata vila de pescadores progrediria extraordinariamente, a um ritmo que se reforçou sobretudo a partir de 1889, aquando da inauguração da ligação ferroviária até à capital. Assistiu-se, assim, ao aumento do número de visitantes e de habitantes e ao incremento de múltiplas atividades associadas à elite que buscava Cascais a partir de setembro, de entre as quais urge recordar a vela, o remo, o ténis e o futebol, enquanto forma de lazer ativo, num período marcado pela tentativa de aproximação do país aos novos tempos, marcados pela inovação tecnológica e consequente alteração das mentalidades.

O desenvolvimento das localidades junto ao litoral, maioritariamente em função do vilegiaturismo, facilitaria a difusão do desporto, como aconteceu no Monte Estoril, gizado por uma ambiciosa companhia, em 1888; em S. João do Estoril, em função dos Banhos da Poça, sobretudo depois de 1890; ou na nova Parede, idealizada na mesma data pelo futuro Almirante Nunes da Mata.

Cascais partilharia, contudo, o protagonismo nesta matéria com Carcavelos, na sequência da instalação, em 1870, na Quinta Nova de Santo António, da Falmouth, Malta and Gibraltar Telegraph Company, que obtivera a concessão do governo português para o estabelecimento de cabos submarinos entre Inglaterra, Portugal, Gibraltar e Malta. Em 1873 este privilégio seria transferido para a Eastern Telegraph Company,



3. Rei D. Carlos (com a sua raqueta) entre a assistência de um jogo de ténis no Sporting Club de Cascais, c. 1900 [AHMCSC/AFTG/CAM/A/1286]

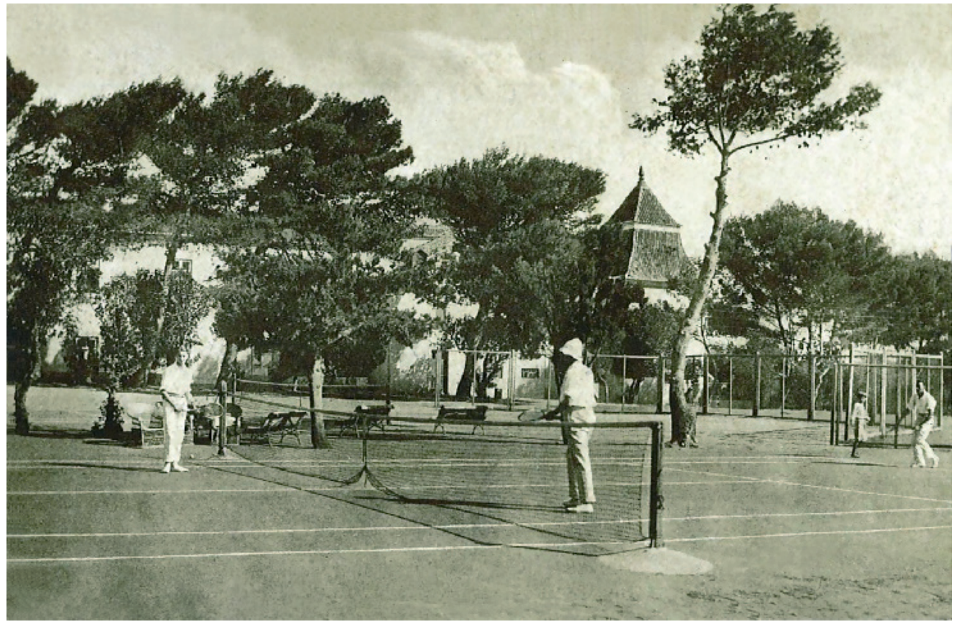


4. Rei D. Carlos jogando ténis no Sporting Club de Cascais, 1903
[*Ilustração portuguesa*, 9 de novembro de 1903]

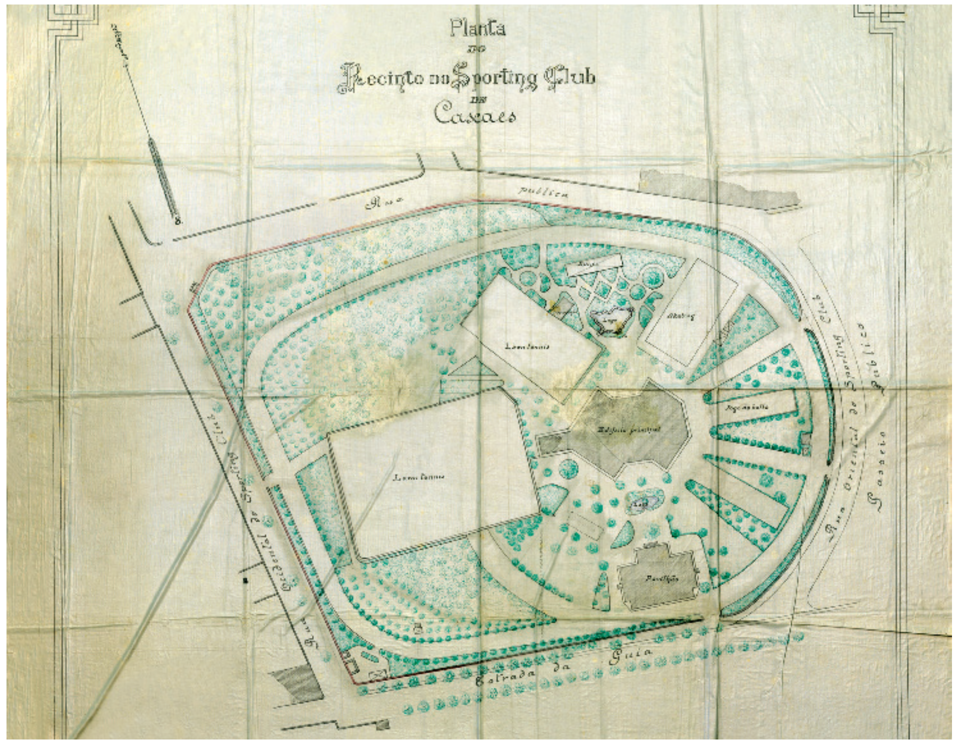
cuja instalação em Carcavelos implicou a fixação de uma ativa comunidade britânica na propriedade que passou, desde então, a ser conhecida por Quinta dos Ingleses…

No *Dicionário Histórico*, de 1906, Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues ao referirem-se a Carcavelos anotariam que “nas vastas salas do palácio instalaram-se as respetivas repartições e os aparelhos telegráficos, que são dos mais modernos e aperfeiçoados. Os empregados, na maior parte ingleses, residem no edifício. Ali possuem uma biblioteca, e a um lado do jardim diversos jogos, como o *lawn-tennis*, *foot-ball* e *cricket*. Têm também uma extensa pista para o exercício de bicicletas”. A existência destes equipamentos desportivos transformou, desta forma, a Quinta Nova num dos locais privilegiados para a difusão do desporto em Portugal até ao final do primeiro quartel do século XX e as equipas de Carcavelos nas mais bem-sucedidas em múltiplas modalidades, com destaque para o futebol, cricket e ténis. Encontrando-se referências ao “terreno do *lawn-tennis*” na edição de 9 de dezembro de 1892 do *Diário Ilustrado*, ainda a 15 de julho de 1907 a *Tiro e Sport* noticiaria um jogo de desforra no *court* de S. Sebastião da Pedreira entre o Carcavelos Club e o Grupo Lawn-Tennis de Lisboa, vencido pelo primeiro.

O Sporting Club de Cascais, sociedade desportiva e recreativa fundada a 15 de outubro de 1879, assumir-se-ia, ainda assim, como o berço do ténis português, em consequência do apadrinhamento dos monarcas e da atividade de Guilherme Pinto Basto, com vitórias conhecidas entre 1882 e 1898 e de 1900 a 1901 nos torneios organizados pelo clube, na modalidade de singulares masculinos. Instalado nos terrenos da antiga Parada da Cidadela, transformou-se, desde cedo, no centro da vida



5. Campo de ténis da Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos, c. 1900
[AHMCSC/AESP/CNM/4774]



6. *Courts* de ténis do Sporting Club de Cascais, 1909
[AHMCSC/AESP/CCM/25]

social da vila e no campo de ensaio dos portugueses em desportos até então praticados quase exclusivamente pelos ingleses na Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos, de que o ténis constitui exemplo privilegiado.

Não obstante, a fotografia mais antiga que por ora conhecemos sobre a prática da modalidade no concelho seria publicada na edição de 16 de junho de 1899 da *Brasil-Portugal*, ainda que erradamente apresentada como obtida em Carcavelos, quando, na realidade, foi produzida na Parada. Dessa época deve ser também uma outra fotografia, publicada na *Tennis e Golf*, no ano de 1935, em que se retratam "Os percursores do ténis em Portugal", onde constam, sentados, em primeiro plano, da esquerda para a direita: António Mendia, R. A. Shore, Charles Hutchison, Whiters, Gibbons, Alberto Kendall (filho), Robert Atkinson e Álvaro de Miranda; de pé, em segundo plano, pela mesma ordem: Honorius Grant, R. P. Frazer, Alberto Kendall (pai), Boaventura Mendes d'Almeida, o rei D. Carlos, o infante D. Afonso, Harold Lewis, Frank Yeatman, Arthur Turner, Fernando Nicolau d'Almeida, Manuel Sabugal e A. Ray; também de pé, em terceiro plano, da esquerda para a direita, Eduardo Pinto Basto, Duarte Pinto Coelho, João Saldanha Pinto Basto, Luís Pombal, Guilherme Pinto Basto, E. T. Sills, Amyas Warre e Luís Sabugal; e finalmente, ao centro e ao fundo, Jorge Dagge.

Aos *courts* de Carcavelos e de Cascais importa associar os do Monte Estoril, decerto instalados nas magníficas habitações que a partir de 1890 aí foram cons-



7. Tenistas em Cascais, 1899. Ao centro encontra-se o rei D. Carlos [*Brasil-Portugal*, junho de 1899]



8. Tenistas em Cascais, c. 1900 [Museu Nacional do Desporto | *Tennis e Golf*, maio de 1935]

truídas, como se deteta numa notícia da *Tiro e Sport*, de 30 de novembro de 1909, a propósito de um torneio de ténis disputado entre jogadores da velha guarda, em que se anota: "Quem há aí que se não recorde do Pepe Castelo Novo nas partidas e nos torneios de *tennis* do Monte Estoril e de Cascais de 1894 a 1902?". Saliente-se igualmente a relevância do *court* da Parede, visto que a 30 de julho de 1899 o *Correio de Cascais* ao referir-se à localidade apontou que "um dos últimos melhoramentos empreendidos, no ano passado, foi a construção de um *Lawn-Tennis*, [...] que foi levado a cabo por um grupo de banhistas", de entre os quais se parece destacar o Dr. Francisco Rompana.

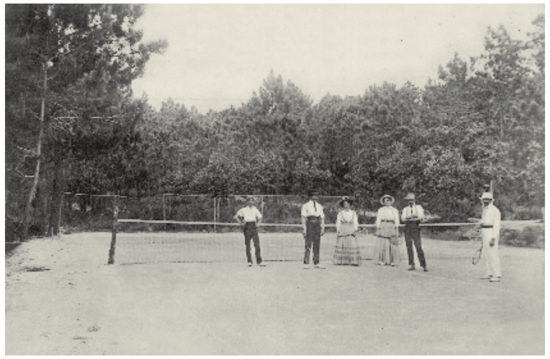
Em agosto de 1898 improvisara-se na Parede um *court* de ténis num terreno à beira-mar, emprestado para o efeito por A. David Andrade. Ainda que o recinto fosse "desprovido de todas as comodidades", visto que a construção se concluíra em três dias, com poucos recursos, "nele começaram a reunir-se não só bastantes jogadores, como também suas famílias", promovendo-se, a 9 de outubro, uma festa que o *Correio de Cascais* recordaria na edição de 6 de agosto do ano seguinte. Nessa ocasião realizou-se um desafio que importa registar, em que participam dez sócios do novo Grupo Lawn-Tennis de Parede, pioneiros da modalidade na região: Carlos Costa, Elisiário Cunha, Alfredo Vasconcelos, E. Parkinson, Cláudio Rosado, Eduardo Fonseca, José Cunha, Miguel Ferreira, Silvério Costa e ainda o Dr. Francisco Rompana.

Na sequência do sucesso alcançado, uma comissão de membros do Grupo Lawn-Tennis de Parede decidiu criar um novo *court* no mesmo terreno, dotando-o de todas as condições requeridas para a prática da modalidade. Contraiu-se, então, um empréstimo, encarregando-se o Dr. Francisco Rompana e Cláudio Rosado da elaboração do projeto e direção da construção. O equipamento, inaugurado em junho de 1899, seria descrito pelo *Correio de Cascais*, em 20 de agosto desse ano, da seguinte forma: "O terreno destinado aos jogadores foi preparado com todo o cuidado, oferecendo uma superfície rija e bem nivelada. Em volta é defendida com redes montadas em caixilhos de ferro. De um dos lados tem um pano coberto com um extenso toldo e com bancos, destinado aos espetadores. Ao sul há um elegante pavilhão, em que está instalado o bufete e quarto de vestir no pavimento térreo, e uma pequena sala no 1.º andar".

A 15 de fevereiro de 1903, *O Tiro Civil* também se referiria a este Grupo, cuja atividade parece robustecer-se, uma vez que planeava proceder à construção



9. Tenistas no Monte Estoril, c. 1910 [Coleção Particular]



10. Campo de ténis da Quinta do Viana, no Estoril, c. 1900. [Coleção Particular]



11. Campo de ténis em S. João do Estoril, c. 1900 [AHMCSC/AESP/CMPB/115]



12. Campo de ténis na Parede, c. 1906 [AHMCSC/AESP/CMBP/470]

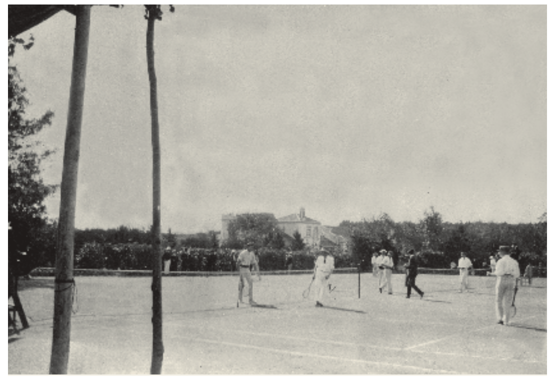
de um *court* de dimensões reduzidas para utilização dos filhos dos sócios. Oito meses depois, noticiou-se ainda a organização de um almoço memorável, à semelhança de um jogo de ténis, em que se serviram pratos como *arroz ao serviço* ou *pato à rede*, como o atesta o menu divulgado por este jornal. A atividade do Grupo da Parede era, pois, relevante, chegando a disputar partidas com o Grupo Lawn-Tennis de Lisboa e mesmo em Matosinhos, mercê das relações entabuladas com o Grupo Lawn-Tennis do Prado. Estranhamente, a 30 de junho de 1907, a *Tiro e Sport* noticiaria que "por não se encontrar quem quisesse tomar a seu cargo a direção deste grupo foi o mesmo dissolvido". Desta forma, o *court* foi entregue ao Dr. Francisco Rompana, proprietário do terreno em que se encontrava instalado, que, introduzindo novos melhoramentos, o reinauguraria pouco depois, a 4 de agosto, para gáudio dos desportistas da Parede.



13. Menu de almoço promovido pelo Grupo Lawn-Tennis de Parede [*Tiro e Sport*, 15 de setembro de 1903]

Apesar da difusão da modalidade pelo litoral, o Sporting Clube de Cascais monopolizaria as atenções dos tenistas portugueses no concelho, como se deteta





14. e **15.** *Courts* de ténis do Sporting Club de Cascais, c. 1900 [AHMCSC/AFTG/CAM/A/87 e 79]





16. e **17.** Partida de ténis no Sporting Club de Cascais, c. 1900
[AHMCSC/AFTG/CAM/A/959 e 1010]

n' *O Tiro Civil* de 1 de novembro de 1897, em que se descreve uma partida disputada entre grupos de *sportmen* do sul e do norte do país nos dias 24 e 25 de outubro, apontando-se que estes "receberam da numerosa e seletíssima assistência de senhoras e cavalheiros ovações calorosíssimas".

Já na edição de 3 de setembro de 1899 do *Correio de Cascais* somos informados de que "os jogos de *lawn-tennis* estão otimamente arranjados, tendo sido a sua direção entregue ao distinto *sportman* João Ferreira Pinto". Não pode, pois, causar espanto que, uma semana depois, este jornal anunciasse que "desde as 7 horas da manhã que os jogos de *lawn-tennis* trabalham, disputando os contendores e elegantes contendoras, com entusiasmo, as renhidas partidas que são jogadas com mestria". Nem mesmo os monarcas escapariam à nova moda, noticiando o *Correio de Cascais*, a 4 de agosto de 1901, a preferência concedida ao Sporting Club de Cascais, pois "Sua Majestade [o Rei] tem tomado parte em algumas partidas de *tennis* no Sporting".

Finalmente, a 20 de outubro de 1901, encontramos na mesma folha a notícia da realização de um torneio internacional de ténis no Clube, entre 12 e 16 de outubro, esclarecendo-se os leitores de que "a essa festa concorreram além da gente da primeira sociedade que se encontra em Cascais, muitos estrangeiros distintos, como foram os ingleses que vieram de propósito do seu país para esse fim", caso da vencedora de Wimbledon, Blanche Hillyard. Ao final da manhã do quarto dia de provas servir-se-ia um almoço para 250 convivas, presidido pelo infante D. Afonso, que terminou com



18. D. Carlos jogando ténis na Parada, c. 1900
[AHMCSC/AFTG/CAM/B/5192]



Sporting Club de Cascaes

Dias 12 a 16 de Outubro 1901

Grande torneio de Lawn-tennis

debaixo da protecção de SUAS MAGESTADES e ALTEZAS

Dia 12 — «Mixed doubles» — Premio de S. M. a Rainha D. Amelia.

Dia 13 — «Singles» — Para homens. Premio de S. A. Senhor Infante D. Affonso.

Dia 14 — «Mens Doubles» — Premio de S. M. El-Rei.

Dia 15 — «Mixed Doubles» — handicap. Premio do Ex.mo Sr. Marquez de Soveral.

Dia 16 — «Mens Doubles» — handicap. Premio da Ex.ma Sr.a Duqueza de Palmella.

Umpire
D. José Romero

Secretario
Guilherme Ferreira Pinto Basto

19. Programa do "Grande torneio de lawn-tennis debaixo da proteção de suas Majestades e Altezas", que teve lugar no Sporting Club de Cascais, de 12 a 16 de outubro de 1901
[AHMCSC/AESP/CNM/4773. Oferta de Filipe Soares Franco]

uma saudação de Guilherme Pinto Basto aos convidados ingleses e a entoação dos hinos britânico e português.

Alinhavavam-se, assim, os primeiros Campeonatos Internacionais de Portugal, que se realizariam oficialmente nos *courts* do Sporting Club de Cascais a partir de 1902 e de forma ininterrupta até 1973, com exceção dos anos de 1910, 1940 e 1951. Iniciando apenas com provas de singulares masculinos e pares masculinos e mistos, agregariam, desde 1905, singulares femininos e, a partir de 1911, pares femininos, ainda que com alguns intervalos, como se depreende da leitura dos quadros que em seguida se apresentam, com os nomes dos vencedores dos Campeonatos Internacionais de Portugal entre 1902 e 1945.

VENCEDORES EM SINGULARES DOS CAMPEONATOS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL (1902-1945)					
Ano	Masculinos	Femininos	Ano	Masculinos	Femininos
1902	G. Dagge	–	1924	J. Verda	A. Plantier
1903	R.A. Shore	–	1925	N. Turnbull	A. Plantier
1904	R. W. Frazer	–	1926	N. Turnbull	A. Plantier
1905	J. N. Jourdain	E. Ellerton	1927	N. Turnbull	A. Plantier
1906	Edgar Hickle	Philimore	1928	N. Turnbull	A. Plantier
1907	J. V. Franca	Philimore	1929	N. Turnbull	A. Plantier
1908	J. V. Franca	Philimore	1930	Landry	Ada Cordes
1909	J. V. Franca	A. Plantier	1931	Du Plaix	A. Plantier
1910	–	–	1932	M. Bernard	A. Plantier
1911	P. Byrne	Murphy	1933	R. Journu	Y. Chaily
1912	P. Byrne	M. L. d' Orey	1934	D. d' Avillez	C. Di Corroblo
1913	J. V. Franca	M. L. d' Orey	1935	E. Ricciardi	Earnshaw
1914	E. Ryder	M. L. d' Orey	1936	E. Ricciardi	–
1915	J. V. Franca	M. L. d' Orey	1937	C. Naeyaert	G. Cantarino
1916	J. M. Alonso	V. Perestrelo	1938	José Roquete	Edwards
1917	E. Ryder	V. Perestrelo	1939	José Roquete	–
1918	J. Verda	V. Perestrelo	1940	–	–
1919	M. Alonso	A. Plantier	1941	B. Destremau	–
1920	M. Alonso	M. Ryder	1942	J. Bartroli	–
1921	J. Borotra	A. Plantier	1943	J. Bartroli	Pepa Chavarri
1922	J. Borotra	A. Plantier	1944	F. Romanoni	J. de la Riva
1923	C. Gomar	S. Lenglen	1945	Yvon Petra	Peggi Brixhe

O primeiro Campeonato Internacional de Portugal traduziria de forma expressiva a hegemonia dos ingleses, por terminar com a vitória de G. Dagge, em singulares masculinos, de E. S. Moreira e R. W. Frazer em pares masculinos e deste último, emparceirando com Thornton, em pares mistos. Já na edição de 15 de outubro de 1903 d'*O Tiro Civil* se noticiavam os "renhidos campeonatos de *Lawn-Tennis* que [...] tiveram começo no sábado" e foram prejudicados pela chuva no domingo, não podendo concluir-se na segunda-feira, como programado.

Tornava-se evidente a qualidade dos equipamentos desportivos do Sporting Club de Cascais, uma vez que estiveram "sempre em plena atividade os cinco *courts*



20. [Museu Nacional do Desporto | *Tiro Civil*, 1 de novembro de 1903]

que ali existem". Nesse mesmo dia, o *Jornal de Sport* afirmava que "promete ser brilhante o torneio de *lawn-tennis*, promovido pelo Sporting Club de Cascais e que deve constituir o campeonato de Portugal de 1903. A comissão organizadora tem sido incansável. É grande o número de concorrentes que vêm de muitas cidades do país e que representam muitos *clubs* de *sport*".

Duas semanas depois acrescentaria que "foi uma prova interessantíssima, verdadeiramente aristocrática [...]. Os nossos melhores jogadores, os mais adestrados dos *clubs* do Porto e de Lisboa, usavam de todos os meios para alcançar a vitória. Sua Majestade El-Rei foi um dos concorrentes e um dos tenistas do campeonato, a que ele deu a subida honra da sua cooperação. O campeonato era disputado em três jogos para os quais havia lindos prémios. Para *mixed doubles* duas taças oferecidas pelos campeões ingleses que há 2 anos nos visitaram e que ficaram sendo propriedade da Exma. Sra. D. Jesus Salema e Eduardo Pinto Basto; para *men's doubles*, duas taças oferecidas pelo *sportsman* Pinto Basto e que foram ganhos pelos srs. Edlemann e Dagge do Club do Porto. O campeonato de *singles* foi ganho pelo sr. Shore em competência final com o sr. Dagge, há anos vencedor deste torneio e cuja derrota causou extraordinário sucesso. Ao sr. Shore coube a taça oferecida por Sua Majestade a Rainha D. Amélia". Alcançar-se-ia, então, a primeira vitória completamente nacional no Campeonato, mais precisamente no torneio de pares mistos.

VENCEDORES EM PARES DOS CAMPEONATOS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL [1902-1945]			
Ano	Pares masculinos	Pares femininos	Pares mistos
1902	E. S. Moreira - R. W. Frazer	-	Thornton - R. W. Frazer
1903	G. Dagge - Frank Edlmann	-	J. Salema - E. F. Pinto Basto
1904	R. W. Frazer - E. S. Moreira	-	J. Salema - E. F. Pinto Basto
1905	J. N. Jourdain - F. B. Morrisson	-	T. Calheiros - R. W. Frazer
1906	E. Hickie - José Belo	-	Philimore - R. W. Frazer
1907	R. W. Frazer - R. A. Shore	-	A. Sousa Coutinho - José Belo
1908	J. V. Franca - José Belo	-	A. Plantier - J. V. Franca
1909	J. V. Franca - José Belo	-	A. Plantier - J. V. Franca
1910	-	-	-
1911	P. Byrne - R. Perkins	Murphy - Perkins	Murphy - R. Perkins
1912	P. Byrne - R. Perkins	-	M. F. Pombeiro - J. Castelo Novo
1913	J. V. Franca - L. Ricciardi	Hichie - Vera Hickie	Murphy - R. L. Perkins
1914	J. V. Franca - L. Ricciardi	-	M. T. Calheiros - Luiz Ricciardi
1915	J. V. Franca - L. Ricciardi	M. T. Guarda - M. L. d' Orey	Murphy - J. V. Franca
1916	Conde de Tomar - J. M. Alonso	Murphy - Bryant	V. Perestrelo - J. V. Franca
1917	L. Ricciardi - J. Verda	Murphy - Bryant	Bryant - E. Ryder
1918	L. Ricciardi - J. Verda	Blach - M. Mesquita	V. Perestelo - J. V. Franca
1919	M. Alonso - J. Verda	-	M. Ryder - Manuel Alonso
1920	M. Alonso - Noel Turnbull	-	Mrs. - Mr. Turnbull
1921	M. Alonso - Conde de Tomar	-	Angélica Plantier - J. Verda
1922	J. Borotra - F. Blanchy	-	Walick - J. Borotra
1923	C. Tomar - E. Flaquer	V. Ryder - M. Ryder	S. Lenglen - E. Flaquer
1924	A. Casanovas - F. Vasconcelos	A. Plantier - Walick	A. Plantier - J. V. Franca
1925	N. Turnbull - J. Verda	-	A. Plantier - J. V. Franca
1926	N. Turnbull - E. Higgs	-	Shirvington - J. Verda
1927	A. Casanovas - F. Vasconcelos	-	V. Perestelo - J. Verda
1928	A. Casanovas - F. Vasconcelos	A. Plantier - Shirvington	V. Perestelo - J. Verda
1929	A. P. Coelho - J. Verda	A. Plantier - Shirvington	V. Perestelo - J. Verda
1930	Landry - Du Plaix	M. T. Cunha - G. Cantarino	Ada Cordes - Frederico d´Orey
1931	Du Plaix - Artens	M. T. Cunha - G. Cantarino	A. Plantier - F. Vasconcelos
1932	Marcel Bernard - Goldsmith	Cond. di Corrobio - A. Plantier	M. L. C. Novo - M. Bernard
1933	Tejada - Linares	Y. Chailly - J. Chavarri	J. Chavarri - Linares
1934	D. D' Avillez - E. Ricciardi	M. T. Cunha - G. Cantarino	Mary Knowler - J. Roquete
1935	Jules Calbot - Luís Carles	-	Walick - Luís Carles
1936	A. Casanovas - F. Vasconcelos	-	Cond. de Moser - E. Ricciardi
1937	C. Naeyaert - R. C. Pereira	M. Knowles - Earnshaw	Cond. de Moser - E. Ricciardi
1938	J. Roquete - M. da Silva	Edwards - Miss Dawson	Cond. de Moser - E. Ricciardi
1939	F. Roquete - E. Ricciardi	-	G. Cantarino - B. Fucks
1940	-	-	-
1941	B. Destremau - P. Pallizza	-	-
1942	J. Bartroli - F. Olozaga	-	Collet - Jaime Bartroli
1943	J. Bartroli - F. Olozaga	-	G. Cantarino - Mario Szawost
1944	F. Romanoni - L. Carles	-	J. Riva - F. Romanoni
1945	F. Romanoni - M. Szawost	-	J. Favresse - J. Pelliza

Apesar de ter participado nos Campeonatos Internacionais de 1902 e 1903 e de ser considerado um tenista exímio, D. Carlos teve uma prestação medíocre no torneio de 1904. Assim, em pares masculinos, em equipa com R. A. Shore, vencedor do ano anterior em singulares, o rei ficou-se pela primeira eliminatória, batido pelos britânicos Wallick e Maswell, por 2-6, 6-4 e 6-0. Já em pares mistos, emparceirando







21. Taça Rainha D. Amélia, atribuída desde 1902 aos vencedores singulares masculinos dos Campeonatos Internacionais de Portugal [Coleção Particular]

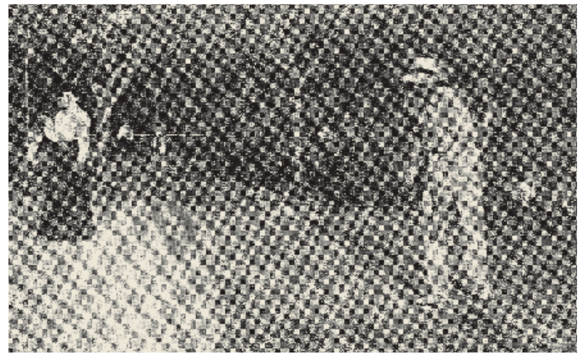
22. Taça Guilherme Pinto Basto, atribuída desde 1911 aos vencedores de pares masculinos dos Campeonatos Internacionais de Portugal [Coleção Particular]

23. Taça Perestrello de Vasconcelos, atribuída desde 1915 aos vencedores da Challenge Cup disputada no Sporting Club de Cascais [Coleção Particular]

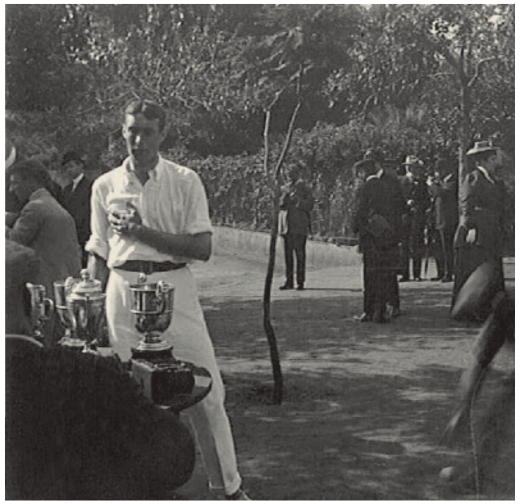
com Angélica Plantier, totalizaria somente 13 jogos, num torneio disputado na modalidade de todos contra todos em partidas até 11 jogos, vencendo um encontro por 6-5, perdendo outro pela mesma marca e sendo derrotado de forma severa nos restantes, por 11-0, 9-2 e 11-0.

Entre 20 e 23 de outubro de 1905 o Sporting Club de Cascais promoveria a quarta edição dos Campeonatos Internacionais de Portugal, com quatro competições distintas, visto que, como já referimos, se estreava a prova de singulares femininos. Não resistimos a transcrever o comentário da *Tiro e Sport* à vitória quase total dos participantes estrangeiros!





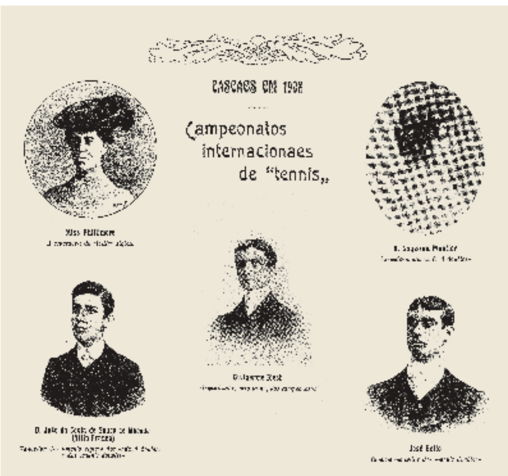
24. e **25.** Os pares R. Frazer - Eduardo Santos Moreira e Maria de Jesus Salema - Eduardo Pinto Basto, vencedores dos Campeonatos de 1904 [Museu Nacional do Desporto | *Tiro e Sport*, 31 de outubro de 1904]



26. José Belo junto à mesa das taças dos Campeonatos de Ténis, no Sporting Club de Cascais, c. 1906 [AHMCSC/AFTG/CFCB/87]

"Esta é, realmente, a mais desportiva de todas as festas que o Sporting Club organiza anualmente. A ela concorrem sempre os melhores jogadores portugueses, em competência com reputados tenistas estrangeiros. Este ano a sorte foi adversa aos portugueses, pois que as primeiras classificações couberam aos estrangeiros. Os nossos jogadores, entre os quais se notaram aptidões excepcionais, poderiam ter ficado em melhor lugar na classificação geral se tivessem tido a pachorra de se prepararem convenientemente. Apesar do tempo se ter apresentado inconstante e por vezes mesmo chuvoso, a concorrência de espetadores foi enorme".

O campeonato de 1907 foi marcado pela primeira vitória de um português em singulares masculinos, alcançada por João de Sousa Macedo (Vila Franca) que segundo a *Tiro e Sport* de 31 de outubro desse ano, "embora novel jogador, afirmou mais uma vez as aptidões de que dispõe para este interessante jogo", triunfando nesta competição, no período em análise, por mais quatro vezes em singulares (nos anos de 1908-09, 1913 e 1915) e ainda por sete vezes em pares mistos (nos anos de 1908-09, 1915-16, 1918 e 1924-25).



27. [*Brasil-Portugal*, 16 de outubro de 1908]

Entretanto, a modalidade conquistaria novos adeptos no concelho, sabendo-se que a 20 de setembro de 1908 se realizou um torneio em S. João do Estoril entre um grupo de rapazes a banhos na zona e uma equipa do Sporting Club de Portugal, que se saldou pela derrota do primeiro. Dez dias depois, ao referir-se à competição, o repórter da *Tiro e Sport* apenas apontou que "o dia, ventoso, prejudicou um tanto o jogo que se não pode jogar convenientemente nos *courts* por terem pouca margem nas cabeceiras, o que é detestável".

O primeiro Campeonato de Portugal *Inter-clubs* da modalidade também decorreu no concelho, mais concretamente a 2 de maio de 1909, "em Carcavelos, na Quinta Nova. Defrontaram-se o Carcavelos Club e o Grupo Lawn-tennis de Lisboa, ganhando este por 8 pontos contra 1", como anota a edição de 20 de maio de 1909 da *Tiro e Sport*. Não obstante, a vitória de pares masculinos seria entregue ao Club Português de Lawn-tennis, vencendo a equipa de Carcavelos em pares mistos a Taça Marquês de Vale Flor, numa final contra o Lisbon Cricket Club, em 27 de junho, por 7 desafios contra 2, 16 partidas contra 6 e 114 jogos contra 84. Os pares de Carcavelos contavam com Hay Clogan e Miss H. Murphy, R. L. Perkins e Miss D. Murphy e O. Henry e Miss Wyse.

Na edição de 1909 dos Campeonatos Internacionais de Portugal, realizados como habitualmente em Cascais, registar-se-ia a primeira vitória completamente nacional, retratando-se os jogadores em ação na capa da *Tiro e Sport*, de 31 de outubro desse ano. Assim, os singulares foram conquistados por João de Sousa Macedo (Vila Franca) e Angélica Plantier, que se associaram para vencer em pares mistos, à semelhança do que haviam conseguido em 1908. João de Sousa Macedo ganhou também na categoria de pares masculinos, emparceirando com José Belo, com quem conquistara o título no ano anterior.



28. Equipa do Grupo de Lawn-tennis de Carcavelos [Museu Nacional do Desporto | *Tiro e Sport*, 30 de junho de 1909]

O ano de 1910 seria marcado pela deslocação a Madrid de uma equipa luso-inglesa composta por José Belo, campeão de Portugal em pares masculinos nos anos de 1906, 1908 e 1909; e R. W. Frazer, campeão em pares masculinos nos anos de 1902, 1904 e 1907; em pares mistos nos anos de 1902, 1905 e 1906 e em singulares masculinos no ano de 1904. A viagem, programada por Guilherme Pinto Basto, traduziu-se numa vitória "nacional". Em junho deste ano, no âmbito do *Mês Desportivo* organizado pela Sociedade Promotora de Educação Física, realizar-se-ia ainda um torneio nacional de ténis, em que pela primeira vez se jogou no nosso país uma prova de pares femininos. Contudo, a grande notícia do ano seria a da não realização dos Campeonatos Internacionais de Portugal, na sequência da implantação da República, visto que a competição fora programada para os dias 6, 7 e 8 de outubro.

A maioria dos investigadores da história da modalidade considera que a queda da monarquia inauguraria um período de crise do ténis nacional, que se prolongou

até ao final da Grande Guerra. A edição de 15 de fevereiro de 1913 da *Tiro e Sport*, em que se insere um artigo dedicado à modalidade, parece corroborar esta teoria, ao apontar que "muito pouco ou mesmo nada se fez no movimento *tennista*. Os *courts* estiveram muito pouco frequentados, os jogos que se fizeram entre os nossos amadores foram pouco animados e, apenas a registar, algumas novas construções que se têm feito com a necessária propaganda para se fazer jogadores. Não resta dúvida que o *tennis* carece de um grande impulso, pois que o seu fraco desenvolvimento não pode justificar-se senão pela falta de propulsores que lhe deem ação".



29. Torneio de ténis no Monte Estoril, 1911 [*Ilustração Portuguesa*, 2 de outubro de 1911]

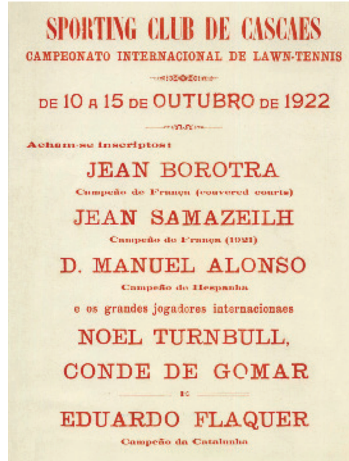
A folha propõe, então, que os clubes se organizem de forma a promoverem torneios mais frequentemente, frisando que "não basta que tenhamos *courts* que de nada poderão servir se não houver quem os pise. [...] O *tennis* teve umas épocas muito regulares e prósperas, mas depressa passou de *moda* por lhe faltarem os elementos de vida". Consequentemente, "devemos ponderar que há desportos em que, muito menos desenvolvidos no ambiente social português, têm, contudo, suas manifestações de carácter *clubista*, o que infelizmente não aconteceu com o *tennis*, que se limita, de há uns tempos a esta parte, quase que a manifestar-se em família".

Neste contexto, a 2 de outubro de 1911, a *Ilustração Portuguesa* noticiaria a realização de um torneio no Monte Estoril, esclarecendo que "foi uma linda festa a que assistiu a colónia elegante [...] no parque Silva Graça, o antigo parque das Palmeiras, onde se instalou um campo de tennis". A tradição da prática nesta localidade deve, pois, ter-se mantido, encontrando-se notícia da realização de novo torneio, no mesmo periódico, a 2 de setembro do ano seguinte.

Em 1912, Maria da Luz d' Orey venceu os singulares femininos do Campeonato Internacional de Portugal, tornando-se na primeira portuguesa a alcançar este título, que manteria até 1915. Já em 1919 o campeão espanhol Manuel Alonso se sagrou vencedor do torneio em singulares, pares masculinos e pares mistos, feito que repe-



30. Programa dos Campeonatos Internacionais de 1919 [Coleção Particular]



31. Programa dos Campeonatos Internacionais de 1922, que contou com a participação de campeões franceses, espanhóis e ingleses [Coleção Particular]

tiu em 1920 nas duas primeiras modalidades, mantendo o título até 1921 em pares masculinos. Inaugurava-se um período de intensa promoção do torneio com recurso a desportistas de renome internacional.

Deve-se à iniciativa de Guilherme Pinto Basto a participação do campeão francês Jean Borotra nos Campeonatos Internacionais de Portugal dos anos de 1921 e 1922, em que ganhou as provas de singulares masculinos, a que se sucedeu a vitória no segundo ano em pares masculinos e mistos. A presença da supercampeã Suzanne Lenglen, em 1923, capitalizaria ainda maiores proveitos para a competição em termos publicitários, ao vencer as provas de pares mistos e de singulares femininos e impedir nova vitória da mítica Angélica Plantier, que, no período em análise, ganharia nesta categoria por doze vezes (em 1909, 1919, 1921-22, 1924-29 e 1931-32), por seis vezes em pares mistos (nos anos de 1908-09, 1921, 1924-25 e 1931) e por quatro vezes em pares femininos (nos anos de 1924, 1928-29 e 1932). Recorde-se, neste contexto, a notícia de 7 de outubro de 1922 d'*O Sport de Lisboa*, em que se apontava que os torneios "este ano têm o atrativo sensacional da inscrição de Melle. Suzanne Lenglen, que possui o cobiçado e glorioso título do campeonato do Mundo. O torneio é ainda valorizado pelo concurso dos conhecidos tenistas franceses Borotra e Cochet, dos apreciados tenistas espanhóis irmãos Alonso Flaquer e Conde de Gomar, e dos melhores jogadores portugueses".

A presença de Suzanne Lenglen alcançou, pois, uma projeção inusitada, escrevendo-se, a 29 de setembro de 1923, n'*O Sport de Lisboa* que "Suzanne Lenglen é o principal atrativo do Campeonato de Cascais, a que tem afluído além da população aristocrática e *chic* daquela praia e das que com ela constituem a nossa *Côte d'Azur*,

Pedrouços, Algés, Dafundo, Oeiras e Estoris, numerosos desportistas de Lisboa e da província, ávidos de conhecer e pessoalmente apreciar os famosos méritos da "rainha do *tennis*". As suas fotografias multiplicar-se-iam pelas primeiras páginas dos jornais da época, como é o caso d' *O Sport de Lisboa*, em 6 e 13 de outubro de 1923.


O SPORT DE LISBOA

ECOS

ECOS

32. Suzanne Lenglen em Cascais, 1923
[Museu Nacional do Desporto | *O Sport de wLisboa*, 6 de outubro de 1923]

A participação de Portugal na Taça Davis, a maior competição de ténis por equipas de todo o mundo, catalisaria a fundação da Federação Portuguesa de Lawn Tennis, em 16 de março de 1925, que começou por tutelar doze clubes, sob a presidência de Guilherme Pinto Basto. Não obstante, a participação da seleção nesta Taça afigurou-se muito irregular, visto que até 1950 Portugal apenas se fez representar em seis edições, sendo derrotado, em 1925, pela Itália (por 4-1); em 1926, pela África do Sul (também por 4-1); em 1927, pela Alemanha (por 5-0), em 1928, pela Nova Zelândia (por 4-1); e em 1949, pela Grã-Bretanha (por 5-0). Também em maio de 1929 a Holanda venceu Portugal por 5-0, desta feita por falta de comparência da seleção.

A Federação Portuguesa de Lawn Tennis associou-se igualmente aos Campeonatos Nacionais, que, iniciados em 1925, cedo se transformaram num dos clássicos da modalidade. Os primeiros vencedores desta competição foram Frederico d'Orey e Angélica Plantier, em singulares masculinos e femininos e as duplas António Casanovas/Frederico Vasconcelos e Angélica Plantier/Frederico Vasconcelos, respetivamente em pares masculinos e mistos. Seguiram-se outras vitórias, que se reproduzem nos quadros seguintes.

VENCEDORES DOS CAMPEONATOS NACIONAIS DE PORTUGAL 1.AS CATEGORIAS [1925-1945]

	Singulares	
Ano	**Masculinos**	**Femininos**
1925	Frederico d' Orey	A. Plantier
1926	-	A. Plantier
1927	F. Ribeiro	A. Plantier
1928	-	-
1929	José de Verda	A. Plantier
1930	José de Verda	M. F. Borges
1931	R. C. Pereira	A. Plantier
1932	A. Casanovas	A. Plantier
1933	D. d' Avilez	A. Plantier
1934	José Roquette	Westray
1935	José Roquette	A. Plantier
1936	José Roquette	-
1937	D. d' Avilez	G. Canterino
1938	José Roquette	Tait
1939	E. Riccicardi	-
1940	José Roquette	-
1941	E. Riccicardi	-
1942	José Roquette	-
1943	José Roquette	-
1944	José Roquette	-
1945	José Roquette	Peggi Brixhe

Os Campeonatos Internacionais de Portugal realizados no Sporting Club de Cascais mantiveram-se, porém, como a competição mais prestigiada, sendo marcados, entre 1925 e 1929, pela participação de Noel Turnbull, campeão de Inglaterra em 1926 e depois olímpico, que venceu na categoria de singulares masculinos, o mesmo sucedendo no que concerne às provas de pares masculinos, nos anos de 1920 e 1925-26, e de pares mistos, em 1920. Este evento reforçou, mesmo, a sua atratividade, como o reconheceria *O Eco dos Sports*, em 30 de agosto de 1927, ao apontar que "se há *sports* que só por si conseguem atrair a atenção do público, sujeitando milhares de pessoas a presenciá-los num lugar incómodo, outros há, como este, em que o público, reduzido a umas centenas de pessoas, encontra não só todas as comodidades, como se sente influenciado por aquele bem que lhes proporciona o meio agradável que o rodeia".


EM PLENA "COTE DU SOLEIL"

OS CAMPEONATOS INTERNACIONAES DE TENNIS DO SPORTING DE CASCAES

Boas raquetes e lindas mulheres

33. Campeonatos Internacionais de 1927
[Museu Nacional do Desporto | *Eco dos Sports*, 30 de agosto de 1927]

VENCEDORES DOS CAMPEONATOS NACIONAIS DE PORTUGAL 1.AS CATEGORIAS [1925-1945]			
Ano	Pares masculinos	Pares femininos	Pares mistos
1925	A. Casanovas - F. Vasconcelos	-	A. Plantier - F. Vasconcelos
1926	A. Casanovas - F. Vasconcelos	-	A. Plantier - F. Vasconcelos
1927	A. Casanovas - F. Vasconcelos	-	-
1928	A. Casanovas - F. Vasconcelos	-	-
1929	J. Verda - A. P. Coelho	-	A. Plantier - F. Vasconcelos
1930	J. Verda - A. P. Coelho	G. Cantarino - M. T. Cunha	G. Cantarino - F. Vasconcelos
1931	F. Vasconcelos - A. Casanovas	-	A. Plantier - F. Vasconcelos
1932	A. Casanovas - J. Roquete	-	A. Plantier - L. Ricciardi
1933	A. Casanovas - R. C. Pereira	-	M. T. Cunha - A. P. Coelho
1934	F. Ribeiro - A. P. Coelho	G. Cantarino - M. T. Cunha	Viola Bajan - Serra e Moura
1935	S. e Moura - R. C. Pereira	-	G. Cantarino - Serra e Moura
1936	J. Roquette - E. Ricciardi	-	-
1937	D. d' Avilez - E. Ricciardi	-	-
1938	J. Roquette - L. Magno	-	-
1939	V. H. Costa - A. Matos	-	-
1940	J. Roquette - E. Ricciardi	Graham - Tait	Wall - F. N. d' Almeida
1941	J. Roquette - E. Ricciardi	-	-
1942	J. Roquette - E. Ricciardi	-	-
1943	E. Ricciardi - A. Botter	-	-
1944	J. Roquette - A. Botter	-	G. Cantarino - J. Roquette
1945	J. Roquette - E. Ricciardi	-	G. Cantarino - J. Roquette

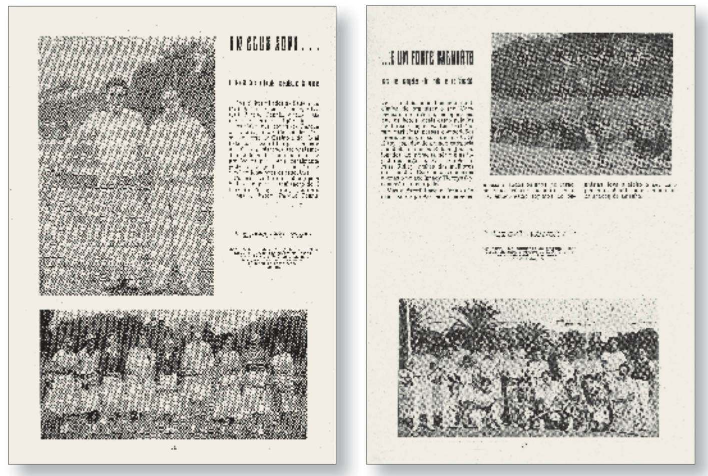
O concelho estava prestes a iniciar um novo ciclo da sua história, em função do projeto turístico de ambições internacionais promovido por Fausto de Figueiredo no Estoril a partir de 1914, que contava também com o ténis como atrativo. Na realidade, já a 30 de setembro de 1928, o jornal *Casino* se referiria à realização de um Campeonato de Ténis no campo do Parque Estoril, dirigido pela Federação Portuguesa de Lawn-Tennis. Pouco depois, a 14 de outubro de 1928, *O Ás* registava que as provas "decorreram sempre com uma animação invulgar e assistidos pela melhor sociedade da linha dos Estoris", dinâmica que parece contrariar a ideia de que a década de 1930 seria de estagnação ou mesmo de retrocesso para a modalidade. Anote-se, neste sentido, que em outubro de 1930 a revista *Tennis* se referiria aos recintos do Sporting Club de Cascais como "os melhores de todo o país".

Neste contexto, importa igualmente recordar a relevância da atividade da Comissão de Iniciativa e Propaganda do Ténis, criada em 1935 pela Federação Portuguesa de Ténis, e a iniciativa do Professor Vasco da Fonseca Galvão, que fundou a Escola de Ténis Vasco Pistachini Galvão, primeiro estabelecimento do género em Portugal. A este divulgador do ténis se deveu também a publicação, a partir de julho de 1930, da revista *Tennis*, que seria editada de forma irregular até maio de 1937, mudando inclusivamente de título para *Tennis e Golf*.

Surgiram, entretanto, novos valores nacionais, como José de Verda, vencedor dos Campeonatos Internacionais em singulares em 1918 e 1924, em pares masculinos

nos anos de 1917-19, 1925 e 1929 e em pares mistos em 1921 e de 1926 a 1929; António Casanovas, que ganhou em pares masculinos na mesma competição nos anos de 1924, 1927, 1928 e 1936; Frederico de Vasconcelos, que venceu a mesma prova em equipa com Casanova e ainda em pares mistos, no ano de 1931; José Roquete, campeão de *singles* em Cascais nos anos de 1938 e 1939, de pares masculinos em 1938 e de pares mistos no ano de 1934; Eduardo Ricciardi, vencedor do torneio em singulares nos anos de 1935 e 1936, em mistos de 1936 a 1938 e ainda em pares masculinos em 1934 e 1939; Domingos d'Avillez, campeão de singulares e pares masculinos em 1934; e, por fim, Gabriela Cantarino, que ganhou em *singles* no ano de 1937, em pares femininos de 1930 a 1931 e em 1934 e também em pares mistos, nos anos de 1939 e 1943.

A 15 de outubro de 1931, *O Sport Ilustrado* referir-se-ia de forma elogiosa ao Campeonato Internacional de Cascais, anotando que este "sport emocionante, dos mais felizes em efeitos em beleza, [...] encontra no torneio anual de Cascais um dos melhores ensejos para progredir entre nós". Apesar da suposta crise, o protagonismo do Sporting Club de Cascais pareceu, pois, manter-se, registando-se na *Tennis e Golf* de maio de 1935 que "Cascais não foi só o berço do ténis nacional. Tem sido também a sua escola. A Cascais têm vindo jogar algumas das maiores celebridades do *tennis* mundial. [...] Das suas atuações resultaram belas demonstrações técnicas de que os nossos jogadores beneficiaram".



34. Estoril Parque Tennis, 1935
[Museu Nacional do Desporto | *Tennis e Golf*, maio de 1935]

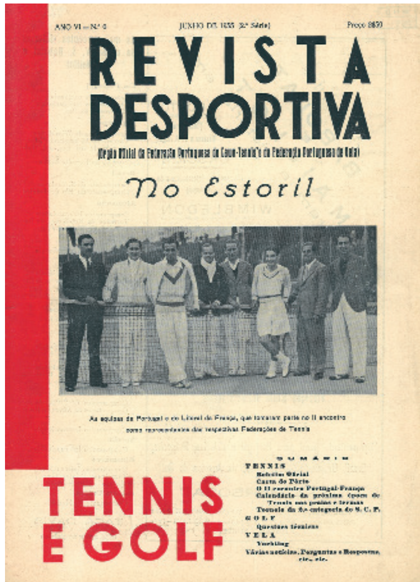
Assistiu-se paralelamente à ascensão do Estoril enquanto centro tenista, pelo que o II Encontro Portugal-França (Litoral), organizado pela Federação Portuguesa de Lawn-Tennis, teria lugar entre 25 e 26 de maio de 1935 nos *courts* do Parque Estoril, dirigidos por José Torok. Em julho deste ano aí decorreu a Grande Quinzena de Ténis de Verão, com disputa da Taça Estoril, do Torneio de Verão e ainda de uma compe-

tição infantil. Deparamo-nos, mesmo, com a notícia da criação de um novo clube dedicado à prática da modalidade: o Estoril Parque Tennis, descrito pela *Tennis e Golf*, de maio de 1935. Na verdade, "instalado nos courts do Parque do Estoril, junto à Piscina das Termas e perto do Casino e do Hotel Palácio [...] é uma das organizações nacionais melhor [sic] dotada de um conjunto de predicados para mais cabalmente poder desempenhar a missão de receber jogadores estrangeiros", encontrando-se em atividade há dois anos, na sequência da organização de um campeonato de inverno, época em que os hotéis da região se povoam de turistas ingleses.

Os *courts* de ténis do Estoril foram inclusivamente fotografados num artigo do *Jornal de Cascais*, de 4 de julho de 1933, em que se exaltava a região enquanto zona desportiva de primeira ordem, assistindo-se, então, à organização de novos torneios – como a competição preparada, no ano seguinte, pela Sociedade de Propaganda de Cascais, tendo Lloyd George como presidente de honra – bem como ao aparecimento de novos *courts* do concelho, caso do campo do Vale de Santa Rita, nas imediações de S. João do Estoril, do qual se conhece uma fotografia de 1935. Recorde-se também a promoção de um torneio nos *courts* do Casino Português entre rapazes dos Estoris e alguns veraneantes, publicitado pel'*O Estoril* a 10 de setembro de 1933.

Prosseguiriam, não obstante, os Campeonatos Internacionais de Ténis em Cascais, quase sempre perseguidos pela chuva, como o denuncia a *Tennis e Golf*, na sua edição de outubro de 1935, ao escrever: "Mais um outubro chuvoso deu lugar aos Campeonatos Internacionais de Lawn-Tennis de Portugal por direito de tradição confiados, na sua organização, ao velho Sporting Club de Cascais. Campeonato de *Tennis*, em Cascais, é prenúncio de borrasca, pois, quer aqueles se efetuem em fins de setembro, no decorrer de outubro ou em princípios de novembro como já tem acontecido, são sempre contemplados com uns aguaceiros deveras antipáticos e bastantes prejudiciais à boa marcha e rendimento da sua organização". Em dezembro desse ano a mesma folha informaria ainda os leitores da presença de dois jogadores espanhóis de nomeada, pois "não quis o Sporting Club de Cascais faltar ao seu já tradicional esforço". O torneio foi, contudo, marcado pela vitória de Eduardo Ricciardi, que conseguiu para Portugal a vitória em singulares masculinos, proeza que repetiria no ano seguinte.

A evolução operada no Estoril foi espantosa, pelo que em dezembro de 1935 já se anunciava o Torneio Internacional do Estoril, organizado pelo



35. II Encontro Portugal-França (Litoral), 1935
[Museu Nacional do Desporto *Tennis e Golf* junho de 1935]

Estoril Parque Tennis, "sobre o patrocínio de Sua Ex.ª o Sr. Ministro Plenipotenciário da Polónia em Portugal, que convidou para o torneio o jogador daquele país, sr. Ignacy Tloczynsky". O clube decidiu também investir na renovação dos equipamentos desportivos, pelo que o campeonato de inverno decorreu "sem o brilho dos anos anteriores, dado que a Direção do Estoril Parque Tennis resolveu não realizar convites a jogadores estrangeiros de categoria sem dispor das novas instalações que está construindo e que dotarão as existentes com mais três *courts* (um com bancada), balneários, vestiários, bar, etc.", como registaria a *Tennis e Golf* em maio de 1936.

Chegados ao Campeonato Internacional de 1936, realizado entre 26 e 30 de agosto nos *courts* do Estoril, a mesma folha felicitaria o Estoril Parque Tennis pela conclusão da obra, "que dota os Estoris de um conjunto assaz numeroso de *courts* de *tennis*, devidamente acompanhados das necessárias instalações para o público e jogadores". Os novos campos foram fotografados para a capa da sua edição de outubro de 1936, apontando-se a existência de sete *courts*, se bem que ainda por inaugurar oficialmente, visto que se planeava realizar a cerimónia no Torneio Internacional de Inverno. A descrição é preciosa, registando que "o pavilhão é confortável e foi bem delineado, possuindo amplos vestiários, higiénicos balneários e dependências e um aprazível *bar* situado no piso superior, que representa uma larga varanda sobre o *court* central, que é ladeado por amplas bancadas. Os *courts* são em número assaz bastante para o movimento e foram bem cuidados na sua construção e reparação; o piso de basalto moído [...] é francamente bom, oferecendo regular estabilidade, con-



36. Campos de ténis do Estoril, c. 1935
[Coleção Particular]

veniente salto de bola e boa visibilidade, visto ser quase preto, onde as linhas e a bola se destacam, perfeitamente e a luz solar não reflete".

Em entrevista concedida em outubro de 1936 à *Tennis e Golf*, a campeã Angélica Plantier esclarecer-nos-ia definitivamente acerca das razões pelas quais o ténis não



37. Campos de ténis do Estoril, c. 1935
[AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/004/706]



38. Conde de Barcelona no Clube de Ténis do Estoril, c. 1950
[AHMCSC/AEMP/HPL/A/001/004/1933]



39. Clube de Ténis do Estoril, c. 1950
[AHMCSC/AFTG/CAP/A/297]

alcançara a divulgação pretendida num país obcecado por futebol, em que se pressente que as questões de ordem financeira se revestiam de peso relativo. Na verdade, "o *tennis* é um jogo cada vez mais caro pelas exigências crescentes do treino regular; e este só as senhoras podem fazê-lo em Cascais, ou no Estoril, visto que, com o desaparecimento do velho CIF, elas ficaram quase sem ter onde jogar, dada a escassez de *courts* em Lisboa, insuficientes para as necessidades da prática entre os homens".

Novos tempos se avizinham para o concelho que, mercê da concretização do projeto de Fausto de Figueiredo, se assumiu como centro turístico de primeira grandeza, recebendo antes, durante e depois da II Guerra Mundial inúmeros visitantes e até monarcas destronados, como Humberto II de Itália, Carol II da Roménia ou o conde de Barcelona, cuja habilidade para o ténis é atestada por Júlio Sauerwein em 1955, em *Exilados Régios no Estoril*, ao anotar que pudera admirar "durante uma tarde inteira nos *courts* do Estoril, D. João jogando em *single* com o célebre Cochet e [...] perceber que [...] é algo mais do que um bom amador".

Por esta altura a atividade do Estoril Parque Tennis já era prosseguida pelo Clube de Ténis do Estoril, fundado a 24 de agosto de 1945 de forma a "promover e desenvolver a prática do jogo de ténis", por iniciativa de José António Benito Garcia e Joaquim Serra e Moura, aos quais se associariam outros amantes da modalidade, como António Capucho, Armando Estrela, Fernando Burnay, Luís Alsina, Manuel Garrido ou Manuel Gonzalez Rey. Desde então o Estoril saberia impor-se-ia como um dos mais prestigiados centros de formação de gerações de jogadores em Portugal, acolhendo as mais importantes competições nacionais e internacionais.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico Municipal de Cascais
AHMCSC/AFTG/CAM
AHMCSC/AFTG/CAP
AHMCSC/AFTG/FCB
AHMCSC/AESP/CCM
AHMCSC/AESP/CMBP

FONTES IMPRESSAS

BADDELEY, Wilfred (1903) – *Lawn Tennis*. London: George Routledge & Sons, Ltd. 3.ª ed.
CHAMP, Paul; BELLET, F. de; DESPRÉS, A.; DE CAUMONT, F. Caze (1913) – *Lawn Tennis: Golf: Croquet: Polo*. Paris: Librairie Larousse.
DOEG, John Hope; DANZING, Allison (1932). *Lawn tennis*. [s. l.]: Eyre & Spottiswoode Publishers.
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE LAWN TENNIS (1945) – *Código oficial português do jogo de lawn tennis*. Lisboa: Sociedade Astória, Ld.ª
GALVÃO, Vasco (1945) – *Para ser um bom jogador de ténis*. Porto: Edições Sporting.
GOBERT, André (1920) – *Le Tennis*. Paris: Editions Berger-Levrault.
GUIA DE LAWN TENNIS: LEIS DO JOGO, REGULAMENTO DO CAMPEONATO DE PORTUGAL INTER-CLUBES, LISTA DE CAMPEÕES, ETC. (1910). Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.
LET (1896) – *Lawn-Tennis*. Paris: Librairie Armand Collin.
SAUERWEIN, Júlio (1955) – *Exilados régios no Estoril*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
TILDEN, William T. (1920) – *The art of lawn tennis*. London: Methuen % Co., Ltd.
TRÉVIÉRES, Jack de (1924) – *Le tennis, le basket-ball & le croquet: Règles: Tactique*. Paris: Conseils.
VAILE, P. A. (1909) – *Le lawn tennis modern*. Paris: Hachette et Cie.
WILBERFORCE, H. W. W. (1892) – *Lawn Tennis*. London: George Bell & Sons

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Ás (O), 1928-30.
Brasil-Portugal, 1899-1914.
Casino, 1928-29.
Correio de Cascais, 1899-1903.
Ecos dos Sports, 1926-27.
Estoril (O), 1930-1946
Ilustração Portuguesa, 1884-90 e 1903-30.
Jornal de Cascais, 1929-30.
Jornal de Sport, 1914-15.
Tennis, 1930.
Tennis e Golf, 1932-35.
Ténis: Revista Portuguesa de Desporto, 1938-39.
Tiro Civil (O), 1903.
Tiro e Sport, 1904-1913.
Sports Ilustrados: Tennis e Golf (Os), 1926-27.
Sport de Lisboa (O), 1922-24.

BIBLIOGRAFIA

BARRET, John (1986) – *100 Wimbledon Championships: A celebration*. London: Willow Books Collins.
CAYOLLA, Ricardo Roseira (2007) – *Ténis: O que mudou*. Lisboa. Livros Horizonte.
CAYOLLA, Ricardo Roseira; MARQUES, Mário Cardoso (2001) – *O ténis*. Lisboa: Didática Editora.
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS (1988) – “Origem e evolução do ténis: Introdução em Portugal (síntese histórica)”. *Anuário da Federação Portuguesa de Ténis: 1986-1987*. Lisboa: FPT. P 9-23.
HENRIQUES, João Miguel, coord. (2022) – *Associações com história: 1945-1973*. Cascais: Câmara Municipal.
HENRIQUES, João Miguel (2011) – *Da Riviera portuguesa à Costa do Sol: Fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística: Cascais, 1850-1930*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Cascais.
MARTINS, Castro, coord. (1995) – *O ténis: Das origens à atualidade*. Lisboa: Pluripress.
SCHWARTZ, Gary H. (1990) – *The art of tennis: 1874-1940*. Tiburon: Wood River Publishing.
VAZ, Fonseca (1976) – *Desporto e outras crónicas*. Lisboa: [s. n.].
VAZ, Fonseca (1976) – *História do lawn-tennis*. Lisboa: [s. n.].
VAZ, Fonseca (1973) – *O ténis*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
VAZ, Fonseca (1980) – *O ténis em Portugal*. Lisboa: [s. n.]



1. Maria Josefa de Mello, futura condessa de Ficalho, com o marido, António Máximo da Costa e Silva (Ovar), c. 1890

CHALET FICALHO: A HISTÓRIA DE UMA CASA DE CASCAIS

Francisco Franco de Sousa[2]

Cascais acorda formosa
Mal o sol a vem beijar
E vai mirar-se vaidosa
À linda espuma do mar

Viva a folia
Dançar, dançar
Haja alegria
À beira-mar

Quadras populares

As últimas décadas do século XIX são marcadas, em toda a Europa, pela valorização do poder curativo do mar e isso gera um movimento de construção de 'casas de veraneio' junto à costa. Cascais, pela sua situação geográfica, tornar-se-á o local ideal para o efeito: "Começaram as visitas à villa, não a acharam feia, notaram a pureza do seu ar, descobriram que a praia tinha bellezas, encontraram serenas as ondas do oceano que alli vem quebrar-se, pareceu-lhes bonita a costa, deparou-se-lhes a bôca do inferno, de que não tiveram medo, acharam excelente a comunicação para Cintra, viram nos moradores a bondade e lhaneza do trato, e finalmente concluíram que todas estas condições recomendavam Cascaes, *maximè* na estação dos banhos, como óptimo local para gozar a vida."[3]

2 Licenciado em História da Arte e avaliador de obras de arte na leiloeira Veritas Art Auctioneers.
3 Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho, *História de Cascais e do seu Concelho*, Lisboa, Typographia Universal, 1873, p. 145-146.

Dia 11 de setembro de 1870 o *Jornal do Comércio* anuncia: "Noticias da Corte. Parece que sua Magestade a Rainha vai para Cascais, na segunda-feira, e que El-Rei a acompanhará; regressando a Lisboa. O Sr. Infante D. Augusto foi hoje para Cascais." A Família Real é recebida com pompa e circunstância pelos cascalenses e a vila torna-se, a partir de então, o destino da elite portuguesa, saindo "da obscuridade e do seu bucolismo de aldeia de pescadores pelo influxo de El-Rei D. Luís." [4] A partir deste momento podemos encontrar elementos das principais famílias do Reino a frequentar as ruas da vila, a arrendar casa, a comprar e a construir os seus chalets, palacetes e palácios segundo um novo gosto caracterizador do século XIX: "A nobreza não tardou em segui-lo na paixão pela formosa baía que domina a barra de Lisboa."[5]

A nova arquitectura desprende-se das barreiras do 'tipicamente português' para se tornar num laboratório de experiências, onde o eclético e o exótico fazem parte da semântica construtiva. A moda destes chalets e casas de praia, cuja amostra cascalense é bastante rica e variada, vem romper com as tradições, bebendo do espírito que se vivia à época: olhar para o passado reinterpretando-o e mesclando elementos arquitectónicos de vários períodos artísticos, onde o 'Neo' é prefixo corrente. Desta forma surge a liberdade de realizar 'casas de sonho', tornando-se estas o espelho da personalidade dos seus proprietários. No ano 43 do século XX a dupla Colaço e Archer conta-nos que "Quando, em 1875, os condes de Sabugosa alugaram, pela primeira vez uma casa em Cascais para lá passarem o verão, já para lá iam veranear, em casa sua ou alugada, as famílias dos duques de Palmela, de Loulé, dos condes de Ficalho, dos Galveias, Atalaias, Redondos, Atouguias, Assecas, dos barões de Alvito, dos marqueses das Minas, condes de Olhão, e muitas outras. [...] A Côrte em pêso caiu em Cascais, seguindo os seus Reis. A alta burguesia aproximou-se logo dos seus ídolos. Tôda a gente quis ter casa em Cascais."[6] A atestar esta realidade diz-nos Ferreira de Andrade acerca deste assunto: "Mas uma nova era surgira. As principais famílias nobres da Capital aglomeravam-se no burgo. Além dos Condes de Sabugosa, também em casa alugada, os Condes de Olhão, Condes de São Lourenço, Visconde d'Atouguia, Marquês da Praia, Arouca, família dos Condes das Galveia Atalaia, dos Marqueses de Tancos e de Ficalho, Condessa de Valbom, e seu filho, Carlos Valbom, Condessa de Mafra, Viscondes de Asseca, Marquês de Belas, Condes de Linhares,



2. A mais antiga fotografia conhecida do Chalet Ficalho, c. 1900 [Arquivo particular]

4 Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, Edição fac-similada, [s. l.], Câmara Municipal de Cascais/Câmara Municipal de Oeiras, 1999 p. 339.
5 Idem, *Ibidem*, p. 339.
6 Idem, *Ibidem*, p. 339-340.

Marqueses do Funchal e de Penafiel, Condessa de Almedina, Viscondes de Lançada e de Andaluz, Conde de Mafra (D. Tomaz), Condes de Azambuja e de Carnide, Condessa d'Alte, Condes de Castelo Mendo, Marquesa de Ávila e Bolama, Condes da Ponte, Condes do Marco e as famílias Castello Branco (Pombeiro), Correias de Sampaio, Salemas, Vilhenas, Soares de Albergaria, Pombal, Guedes, Santo Tirso, Figueira Freire, Serpa Pinto, Berquó, Costa Pinto, Ferreira Pinto Basto, Silva Carvalho, Vianas, etc. Já em vivendas próprias, constroem as suas propriedades, ainda antes de 1910, o Marquês das Minas, a Marquesa de Cantagalo, Visconde da Gandarinha, Visconde da Luz, Duques de Loulé (e de Palmela, como nos referimos), Marquês do Faial, Conde de Arnoso, Jorge O'Neill, Condessa de Ficalho, Henrique Sommer, João Ferreira Pinto Basto, D. António Lencastre, Eduardo Perestrelo de Vasconcelos, D. António Avilez e o Visconde de Riba Tâmega. Mais tarde, também em casas que construíram, passaram a vir veranear para Cascais: D. Francisco d'Avillez, Frederico d'Orey, D. Nuno de Almada, Conde de Monte Real, Ricardo Espírito Santo, Eduardo Luiz Pinto Basto e D. Pedro da Cunha (Olhão). Em construções que adquiriram, os Condes da Guarda, de Castro Guimarães e de Vilalva, os Viscondes dos Olivais, José Lino e Conde das Alcáçovas. Além destes titulares vinham igualmente para o concelho de Cascais, habitando em Quintas próprias, D. Vasco da Câmara (Belmonte) na Quinta da Alagoa, em Carcavelos; Dr. José Cardoso e Menezes, na Quinta de Rana (S. Domingos de Rana) e os Condes de Mossâmedes, na Quinta do Barão, em Carcavelos. Muitos destes fidalgos radicaram-se à vila, morando ainda hoje nos seus palácios armoriados ou em casas mais modestas."[7]



3. Conde de Ficalho com a Família Real e outros membros da Corte no baptizado do Príncipe D. Luís Filipe, 1887

É neste contexto que, a 23 de dezembro de 1896, o conselheiro António Máximo da Costa e Silva – representante dos títulos de barão e visconde de Ovar – faz um pedido junto da Câmara de Cascais, "desejando construir uma propriedade n'um terreno que possue n'esta villa que confronta com a Avenida (Emídio) Navarro como mostra da planta junta, não podendo fazer a referida construção sem a competente autorização d'esta Exma. Camara". A planta anexa à licença de construção é a única existente, cujo nome do encomendador se pode ler no cabeçalho: "Exmo. Sr. António Máximo da Costa e Silva". Comparando com a obra que foi executada podemos confirmar que em pouco diferem.

7 Ferreira de Andrade, *Cascais, Vila de Corte: Oito Séculos de História*, Cascais, Câmara Municipal, 1964, p. 313-314.

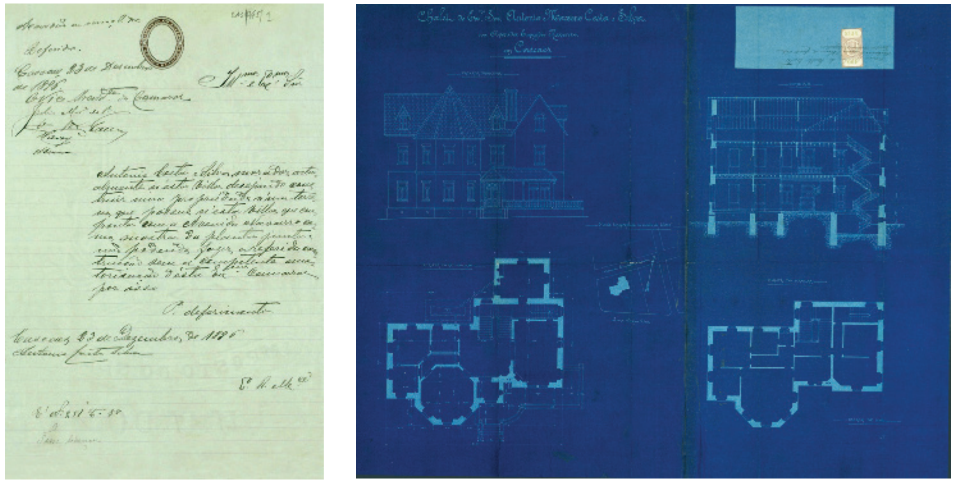
A razão que leva o Conselheiro de S. M., António Máximo da Costa e Silva, a construir um chalet nesta zona, juntamente com a sua mulher Maria Josefa de Mello – futura condessa de Ficalho – prende-se com a saúde débil da filha mais nova, Helena Maria Luísa, a quem o médico receita "ares do mar" como forma de tratamento. Este facto é-nos confirmado por Pedro Falcão no seu *Cascais Menino*: "A casa foi mandada construir por António Máximo da Costa e Silva para sua filha Dona Helena Mello da Costa, porque em criança era fraquinha e o médico tinha-lhe receitado ar do mar. Por essa razão, tanto ela como outras crianças consideradas fracas como por exemplo D. Fernando Castello Branco (Pombeiro), iam, sempre que o tempo o permitia, de manhã, para bordo do barco dos pilotos para melhor fruirem da maresia..."[8]



4. Fotografia autografada da rainha D. Amélia com dedicatória à condessa de Ficalho, 1888 [Arquivo particular]

Aprovada a empreitada pelas autoridades competentes, começam as obras de construção dia 10 de Janeiro de 1897. Pedro Falcão atribui o projecto a Manuel Ferreira dos Santos e a Doutora Raquel Henriques da Silva define-o como "homem-chave do processo de crescimento e urbanização da vila (de Cascais) nestes anos, que entendeu o modelo inglês com empobrecimento de sentido arquitectónico, reduzindo-o às suas marcas exteriores"[9]. O quarteirão do *club* da Parada – local onde a Família Real e a fidalguia passavam os dias em jogos, quermesses e outros divertimentos colectivos – foi o escolhido para implantar o edifício em questão. Tal pormenor não terá sido pensado e decidido ao acaso visto ser este o local, por excelência, de todo o buliço da vida social da época, como lembra Henrique Vasconcelos: "Cascais transformou-se. O snobismo vivificou-o. O snobismo é um dos mais activos factores do progresso. Fez o triunfo de Wagner e de Cascais. Quem quer fazer relações vai para Cascais, frequenta a praia, arranja ser sócio da «Parada». Ali, a etiqueta relaxa-se. Na promiscuidade dos toldos, de manhã, dos clubs, à noite, é fácil passar-se do cumprimento de cabeça ao shack-hand formal."[10]

8 Pedro Falcão, *Cascais Menino*, Cascais, Tipografia Cardim, 1981, vol. III, p. 223
9 Raquel Henriques da Silva, *Cascais*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 71.
10 Henrique Vasconcelos, *Ilustração Portuguesa*, 22 de outubro, transc. in Ferreira de Andrade, *Op. cit.*, p. 391.

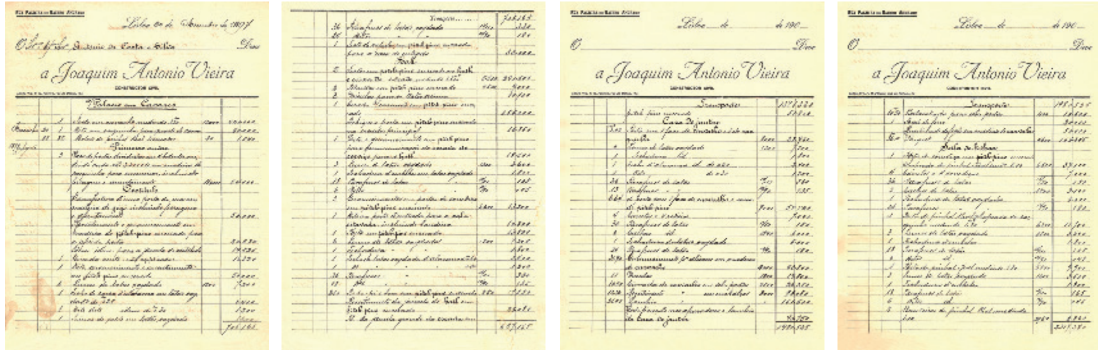


5. Processo de obra, 1896 [AHMCSC/AADL/CMC/L/E/001/003/745]

A arquitectura exterior faz lembrar duas das construções existentes no centro da vila de Cascais que, por sua vez, se inspiraram em modelos de palacetes ingleses: por um lado o palácio dos duques de Palmela, cuja construção foi iniciada em 1873 pelo desenho do arquitecto Thomas Henry Wyatt e por outro lado o Chalet Faial, da mesma família, mandado erigir em 1896. A Doutora Raquel Henriques da Silva



6. Chalet Ficalho, c. 1900 [Arquivo particular]



7. Fatura das obras efetuadas pelo construtor civil Joaquim António Vieira, 1897-98
[Arquivo particular]





8. e **9.** Condessa de Ficalho com familiares e amigos, c. 1900
[Arquivo particular]

corrobora esta opinião: "A Casa Costa e Silva (depois Ficalho), edificada nos mesmos anos, numa das zonas de alargamento da vila próxima da 'Parada', utiliza os valores semânticos dos chalets Palmela (o aparelho rústico de cobertura, os corpos estreitos, algo gotizantes, os telhados de forte inclinação) submetendo-os a um molde mais conforme com as expectativas poéticas de um olhar médio que erguera as suas imagens modelares na vizinha estância do Monte Estoril."[11]

Sabemos que as obras duraram dois anos, tendo o seu término em outubro de 1898. O construtor civil, responsável essencialmente pelos acabamentos e pela instalação das madeiras no interior é Joaquim António Vieira, o que sabemos pelas

11 Raquel Henriques da Silva, *Op. cit.*, p. 71.

folhas de obra existentes no arquivo da casa. Estas são um manancial riquíssimo de informação onde podemos, entre várias informações, confirmar todos os materiais utilizados nos acabamentos, saber os nomes de alguns dos trabalhadores e tomar conhecimento da nomenclatura original de cada divisão da casa.

Passando a porta de entrada, após subir uma modesta escadaria exterior de cinco degraus, entramos para uma antecâmara ou vestíbulo. A 22 de Novembro de 1897, os materiais desta divisão são descritos da seguinte maneira: "Manufactura d'uma porta de rua em madeira de gógó incluindo ferragens; Revestimento e guarnecimento em madeira de pitch-pine encerada para a referida porta; idem idem para a janela do vestíbulo; 1 guarda vento (não applicado); 1 dito guarnecimento e assentamento em pitch-pine encerado; [...]; 1 tecto de cúpula em pitch-pine encerada para a casa de entrada". Mais tarde aparece-nos outra folha de obra – de um conjunto de três – datada de 3 de Setembro de 1898 – em que é descrita uma "Modificação n'um





10. e **11.** Hall, 2016
[Arquivo particular]

guarda-vento de madeira de pitch-pine", que não tinha sido aplicado anteriormente. Diz-nos também que os vidros do respectivo guarda-vento eram de várias cores, sendo actualmente de vidro branco granulado.

Seguidamente entramos no *hall,* que será porventura a área da casa com mais dignidade e imponência. É um verdadeiro salão de boas-vindas, ponto de acesso para quase todas as divisões do andar nobre. Referente a esta temos a informação fornecida pelas folhas de obra a 22 de Novembro de 1897: "2 tectos em pitch-pine encerado no hall e caixa da escada medindo 53 m^2; 2 pilastras em pitch-pine encerado, 3 mísulas para os tectos acima; 1 escada c/corrimão em *pitch-pine* encerado; tabique e porta em *pitch-pine* encerado na escada principal; 1 porta e guarnecimento em *pitch-pine* para comunicação da escada de serviço para o hall; [...]; 2 guarnecimentos em portas de corrediça em *pitch-pine* encerado; 1 dito na porta d'entrada para a sala oitavada, incluindo bandeira; 1 porta em *pitch-pine* encerado; [...]; rodapé e base em *pitch-pine* encerado;

revestimento da janela do hall em *pitch-pine* encerado; id[em] da janela grande da escada em *pitch-pine* encerado". A grande escadaria com passadeira encarnada, bem como a grande lareira em pedra, que se encontra a um canto, contribuem para o seu enobrecimento. Ao longo da parede, a toda a volta, encontramos painéis azulejares do século XVIII-XIX, ao estilo D. Maria, de decoração policromada representando tritões segurando grinaldas de flores, ladeando reservas com cenas bucólicas. Comparando com fotografias dos primórdios da casa percebemos terem sido colocados *a posteriori*, apesar de não haver registo de quando poderá ter acontecido a dita instalação, nem nenhuma pista reveladora da sua proveniência. Um dos elementos distintivos, o qual é



12. Escadaria, 1900
[Arquivo particular]



13. Sala de bilhar, 1900
[Arquivo particular]

comum ao vestíbulo e ao *hall*, é o pavimento. Composto por lioz de três cores – branco, preto e cor-de-rosa – é uma reprodução exacta do que existe no Palácio da Vila em Sintra. Este elemento revela duas coisas: proximidade com a família Real e com as suas residências e um gosto especial por Sintra, partilhado pelo casal[12].

A partir do Hall temos acesso a algumas divisões nobres e não nobres da casa: casa de jantar, sala de bilhar, sala oitavada – denominada pela família de 'sala redonda' –, escadaria que dá acesso ao andar superior, casa-de-banho que se situa por

12 A família materna de António Máximo da Costa e Silva é originária de Colares, onde é detentora da Quinta do Pé da Serra, ainda hoje nas mãos da família. Esta quinta era frequentada pelo casal e filhos, sabendo que Helena, para quem a casa foi construída, nasceu nesse preciso local.

baixo da escadaria e acesso directo à copa por uma porta dupla 'desdobrável'. A sala oitavada é das únicas divisões principais em que o tecto não é revestido a madeira e o chão é revestido somente por tábuas de pinho, com toda a certeza um soalho preparatório que serviria de base para outro de melhor qualidade. Revela-nos uma folha de obra datada de 30 de Novembro de 1898, acerca das madeiras desta sala: "Decoração da sala oitavada em madeira de gógó e marapião, sendo estas madeiras fornecidas pelo proprietário". Fornecimento esse que nunca chegou a acontecer, estando o único apontamento de madeiras localizado na *boiserie* das duas portas e das três grandes janelas que se rasgam timidamente para o frondoso parque que



14. Sala de bilhar, 2016
[Arquivo particular]

envolve a casa. Apesar do percalço esta acabou por se tornar na sala de convívio do dia-a-dia da família.

Apelidada pelos proprietários de 'sala comprida', a sala de bilhar terá sido de facto pensada para esta finalidade, função que pensamos nunca ter desempenhado. Nos finais do século XIX, em 1886, surge esta moda através da Família Real, e aqui vemos novamente a influência que esta teve na orgânica da casa. A referida sala vem, como as outras salas, referenciada nas folhas de obra: "1 porta corrediça em pitch-pine encerado chapeada de pinhal Real medº 6.00; 4 carretos e 4 corrediças; [...]; 1 porta de pinhal Real chapeada de casquinha medindo 1,80 m^2; [...]; 1 porta de pinhal Real medindo 1,80; 2 bandeiras de pinhal Real; guarnecimento em pinhal Real; roda-pé e

base; tecto de cúpula em madeira de pinhal Real; soalho encastrado em madeira de pitch-pine; 1 face de porta de madeira de casquinha". Esta divisão tornou-se a sala nobre do Chalet. Ampla, com um tecto de padrão geométrico confluindo para um centro onde se encontra um gancho que suporta um lustre, composta por três janelas – duas viradas para norte e outra para poente – esta divisão dá acesso a uma zona de arrumos chamada pelos proprietários de 'cubículo' e a um pequeno escritório ou biblioteca, familiarmente apelidada de sala pequenina. O acesso a esta sala pode também ser feito pela sala oitavada, o que faz com que as três salas – sala oitavada, sala pequena e sala de bilhar – sejam comunicantes. Este escritório é dotado de uma





15. e **16.** Casa de jantar, 1900
[Arquivo particular]

atmosfera bastante acolhedora. O seu tecto em madeira é composto igualmente por uma composição geométrica com um gancho ao centro a suportar um lustre de pequenas dimensões. Dispõe de duas janelas, uma das quais de sacada, que dá acesso a uma escadaria lateral da casa. Uma das particularidades desta sala é a existência de uma seda com cenas vegetalistas e animais que se encontra aplicada como papel de parede, limitada a um friso na zona superior da parede.

Uma das mais belas divisões do piso térreo é a casa de jantar. Revestida inteiramente por madeira de carvalho, sabemos, através das preciosíssimas folhas de obra, que conta com "Porta em 1 face de carvalho e 1 de casquinha; [...] porta com uma face de carvalho e uma de *pitch-pine*; [...] guarnecimentos para alisares em madeira de carvalho;

11 mísulas; cimalha de carvalho em sobre portas; revestimento de carvalho em enchalços; lambris de carvalho; modificação nos aparadores e lambris da casa de jantar; balaustrada para sobre porta; 1 fogão de ferro; revestimento do fogão em madeira de carvalho; 36 m parquet." Toda a superfície parietal onde não existe madeira está forrada com telas pintadas, representando paisagens com árvores de fruto. De origem francesa[13], estas telas encerram em si um gosto e requinte muito característicos do final do séc. XIX. Além de duas janelas viradas a nascente, existem duas de sacada que dão acesso à varanda da entrada da casa. Uma porta do lado oposto a estas leva-nos à copa, e esta à cozinha e à escadaria de serviço de acesso à cave e andares superiores.



17. Casa de jantar, 2016
[Arquivo particular]

O primeiro andar, destinado aos quartos principais, é dotado da mesma qualidade de materiais que o rés-do-chão. As seis divisões aqui existentes têm tectos, portas e janelas nas mesmas madeiras das salas. Ao subirmos a escadaria nobre, passando três lanços de escada, deparamo-nos com o pequeno patamar de onde partem os corredores para os quartos. Todas estas divisões tiveram ao longo da 'vida' do Chalet várias funções: quartos de vestir, casas de banho, sala de refeições das crianças da casa, etc... As águas-furtadas, originalmente um espaço sem divisórias, tiveram obras de remodelação algures no século XX, com a finalidade de criar mais

13 Agradecemos esta identificação ao Dr. Anísio Franco que, com generosidade, a fez numa visita à casa e na observação cuidada das telas à luz natural.





18. e **19.** Condessa de Ficalho com amigas e o seu cão de água, c. 1900 [Arquivo particular]



20. Condessa de Ficalho, Helena de Mello Costa, Virgínia Fornelos, Maria José da Costa Pinto e Jaime Artur da Costa Pinto, c. 1900 [Arquivo particular]

quartos para acomodar uma família cada vez mais numerosa.

Depois de analisada a arquitectura exterior e interior faremos uma análise tão ou mais importante, que se prende com o ambiente exterior do Chalet. O jardim, composto por palmeiras e cedros centenários, terão sido trazidos do Jardim Botânico da Escola Politécnica, cujo fundador foi Francisco de Mello Breyner, conde de Ficalho, pai de Maria Josefa de Mello. Tal como a Doutora Raquel Henriques da Silva refere: "a casa, que se mantém ainda hoje envolvida em frondoso parque onde as palmeiras se elevam com imponente porte secular, acaba por constituir um exemplo raro em Cascais, urbanisticamente moldado pela presença e gosto do mar, compondo um espaço de veraneio rústico que reproduz uma moda de Sintra. O conjunto resulta particularmente exótico na plena luz do oceano: assim se construía a alma compósita de uma estância de fim de século em que as casas eram atitudes pessoais e a arquitectura uma espécie de livro de estampas, oferecendo rostos ou máscaras aos desejos de cada um."[14]

Depois de quase dois anos de obras o Chalet Ficalho fica pronto, saindo uma notícia no *Diário Ilustrado* a 23 de outubro de 1898: "Adorável a noite de ante-houtem na elegante vivenda do sr. Antonio da Costa e Silva, em Cascaes. Houve guitarrada, córos, descantes e o bello fadinho, cantado com sentimento. Á verdadeira marialva. Por ultimo valsou-se e dançou-se uma quadrilha. Seguiu-se a ceia que foi tudo quanto há de mais delicado e profuso, a começar pelo excelente vinho branco de Collares, da lavra da casa. Eram duas horas quando os convidados se retiraram. Todos que alli passaram a noite, conservaram a bella

14 Raquel Henriques da Silva, *Op. cit.*, p. 71-72.

impressão da forma gentil e desprendida com que o distincto dono da casa e sua ex.ma esposa a sr.ª Maria de Mello (Ficalho) receberam e fizeram as honras da casa. Assistiram a este serão as seguintes senhoras: D. Maria Domingas de Noronha (Paraty), D. Maria Francisca de Menezes, D. Maria Ferreira Pinto de Castello Branco (Pombeiro), D. Maria José da Costa Pinto, Mad. Kaill e filha, Mad. Passos Vela, D. Maria de Mendonça Berquó, M.elles Castelbrancos e D. Carmo Vianna, etc., etc. E os srs.: D. Antonio de Noronha (Paraty), Jayme Arthur da Costa Pinto, dr. Passos Vela, João Berquó, Francisco Heredia (Ribeira Brava), A. Felix da Costa, Eduardo Corrêa de Sá (Asseca), D. Luiz Lencastre, Trindade Baptista, Sebastião Herédia (Ribeira Brava), D. Fernando de Castello Branco (Pombeiro), tenente Oliveira, D. Nuno de Noronha (Paraty), João Ferreira Pinto e João Rezende." Tudo indica que esta *soirée* tenha sido a festa de inauguração da casa.

Interessante a correspondência que existe no arquivo do Chalet Ficalho referente ao Paço de Cascais, onde podemos ler uma carta datada de 21 de fevereiro de 1898, escrita pelo Mordomo-mor em nome da Rainha D. Amélia – o Sr. Conde da Ribeira Grande – ao conselheiro António da Costa e Silva, onde é pedido o seguinte:

> "Meu caro amigo
> Por ordem de S. M. a Rainha lhe dirijo esta (carta), com o fim de lhe dizer que S. M. estimaria que aqui mandasse, amanhã os seus filhos em sendo 1 ½, para brincarem o entrudo com Suas Altezas. Há só brincadeiras de papelinhos e pós, não há água, e que tragam os seus fatos mais velhos.
>
> P.º e am.º
> C. da Ribeira"

Pode-se constatar desta forma que Cascais era frequentado não só nos meses de setembro a novembro, mas também noutras épocas do ano.

Quatro anos volvidos da construção do Chalet, em 1902, é iniciado um auto de separação de bens do casal Costa e Silva. A autora desta acção é Maria Josefa e o réu o seu ainda marido António Máximo. Desconhecendo as razões que levaram a tal cisão matrimonial, totalmente invulgar para a época, sabemos que o Chalet ficou propriedade de Maria Josefa, acabando por tomar o nome do seu título e servindo-lhe de residência de recreio até à sua morte. Consolida-se desta forma o nome da casa: Chalet Ficalho.

Em 1905 a condessa de Figueiró, camareira da Rainha D. Amélia, envia um cartão do Paço de Cascais para marcar a apresentação do filho primogénito da condessa de Ficalho, de seu nome Francisco – futuro marquês de Ficalho – à Rainha D. Amélia, papel que caberia a António da Costa e Silva, não fosse a separação do casal três anos antes:

"Sábado 21 | Querida Maria
Fallei no teu desejo à Rainha que já se [...] recebe com o maior prazer o teu filho. O Conde da Ribeira te mandará dizer dia e hora da sua appresentação. Abraço-te com muita amizade.

Tua | Pepita"

No mesmo dia o Conde da Ribeira Grande envia o convite formal:

"21 d'out.º 905 | Minha boa prima e Sr.ª
Em cumprimento das ordens de S. M. a Rainha, minha Augusta Ama, tenho a participar-lhe que a apresentação de seu filho Francisco à mesma Augusta Senhora, terá lugar na próxima terça-feira, às duas da tarde.

Com toda a estima | Seu p.º e resp.º am.º | Conde da Ribeira Grande"

Os primeiros anos do século XX revelam-se bastante conturbados para a família Ficalho. Em 1908 o regicídio anuncia uma mudança de regime que se concretiza em 1910. Três anos mais tarde, em 1913, os dois filhos da condessa de Ficalho são presos na Penitenciária e no Limoeiro e esta é forçada ao exílio, com a sua filha Helena, em Paris e Saint-Jean-de-Luz, com o perigo de ser encarcerada devido às suas convicções



21. Chalet Ficalho, 1916 [Arquivo particular]



22. Condessa de Ficalho, c. 1930
[Arquivo particular]

monárquicas. A partir de 1914-15 a família Ficalho tenta retomar a normalidade. Regista-se a 28 de agosto de 1916 uma entrada nos registos da Câmara Municipal de Cascais: "Processo de obra particular para construção de cobertura para porta e elevação de muro". A partir desta data o muro que delimita a propriedade é construído. Podemos confirmá-lo no primeiro trabalho fotográfico de Carlos de Mello Costa (filho da condessa de Ficalho e irmão de Helena de Mello Costa), datado de 8 de novembro de 1916, tendo o autor 25 anos de idade.

A Sr.ª condessa de Ficalho, mulher de espírito indomável e carácter vincado pelo peso da representação de uma Casa secular, preparou bastante cedo a sua morte, deixando tudo destinado e organizado com antecedência. Por volta dos anos 30 do século XX escreveu uma carta a sua filha, que só viria a ser revelada depois da sua morte:

"Minha querida filha,
Fiz toda a diligência em deixar a ti e aos teus filhos o que fosse justo e espero reconheças este meu acto fazendo o que te peço registar como bens dotaes o que te deixo e conservar para teus filhos como bens sagrados o que herdares, deve ser isso a tua principal preocupação como foi a minha toda a minha vida, não tens mais a esperar e se porque julgo justo te favoreço a ti e aos teus filhos espero te compenetres da responsabilidade que isso te impõe de seres a administradora fiel como eu fui do que é dos teus filhos e que era dos meus".



23. Quatro gerações da família: Da esquerda para a direita: Helena Ficalho, Helena da Camara Chaves, Assunção Chaves da Cunha (ao colo) e Maria d'Assumpção de Mello Costa da Camara Chaves, c. 1970 [Arquivo particular]

Com a morte da condessa de Ficalho, a 30 de junho de 1941, a casa é herdada pela sua filha Helena que, juntamente com os seus filhos e netos, continuará a frequentá-la todos os verões até 1963. A partir desta data resolve tornar o Chalet Ficalho na sua casa permanente, onde virá a morrer a 18 de fevereiro de 1975. Cumpre assim o que lhe foi pedido pela mãe, conservando até ao fim os bens que herdou.

Com a morte de Helena Ficalho, a sua filha Maria d'Assumpção, conhecida pelo *petit-nom* de 'Bobinhas', resolve mudar-se com a família para o Chalet Ficalho. A partir desse momento a casa tem como habitantes: a 'Bobinhas' com o seu marido – o eng. João Vilardebó da Fonseca Chaves – e alguns dos seus oito filhos, o seu irmão D. António da Camara e a governanta da casa Mariana, a quem todos carinhosamente tratavam por Nana. Os almoços de domingo eram prática corrente e juntavam toda a família. A 31 de outubro de 2008 Maria d'Assumpção morre no seu quarto do Chalet Ficalho, onde tinha nascido 88 anos antes. Num processo de partilhas que durou alguns anos a casa ficou para duas das suas filhas: Maria de Jesus e Ana Maria da Camara Chaves. Em 2020 foi aprovado um projecto de arquitetura de alterações e ampliação, da autoria do Arquitecto Raúl Vieira, preparando o Chalet para alojamento local, mantendo todas as características principais interiores e exteriores. As obras tiveram início em julho de 2021 e foram concluídas no início de 2023.



24. Chalet Ficalho, 2023

No panorama da arquitectura cascalense o Chalet Ficalho é a prova viva de um século XIX fascinante, repleto de *glamour* e charme. Através desta casa conseguimos perceber que a grande História é feita das pequenas histórias, e que estas casas são o testemunho de um passado admirável, transbordante de recordações e vidas. Uma casa que emana tempos idos de glórias passadas. Uma casa digna de ser recordada. Uma casa de Cascais.

BIBLIOGRAFIA

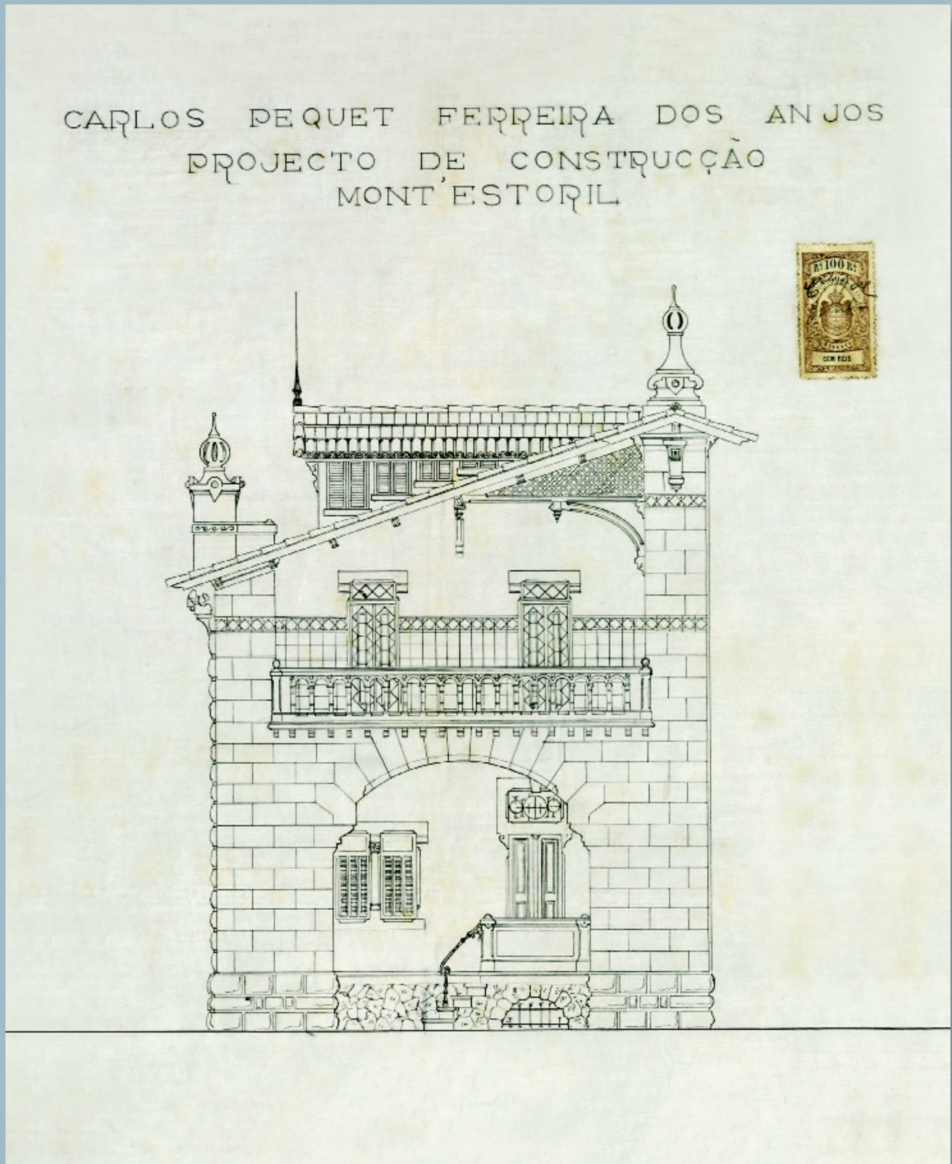
ANDRADE, Ferreira de (1964) – *Cascais, Vila de Corte: Oito Séculos de História*. Cascais: Câmara Municipal.

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges (1873) – *História de Cascais e do seu Concelho*. Lisboa: Typographia Universal.

COLAÇO, Branca de Gonta e ARCHER, Maria (1999) – *Memórias da Linha de Cascais*. [s. l.]: Câmara Municipal de Cascais/Câmara Municipal de Oeiras. Edição fac-similada.

FALCÃO, Pedro (1981) – *Cascais Menino*. Cascais: Tipografia Cardim. Vol. 3.

SILVA, Raquel Henriques da (1988) – *Cascais*. Lisboa: Editorial Presença.



1. Alçado lateral da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos [AHMCSC, 1900a: 4]

MANUEL FERREIRA DOS SANTOS, UM CONDUTOR DE OBRAS PÚBLICAS EM CASCAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

António Francisco Arruda Cota[2]

INTRODUÇÃO

O presente artigo foca-se na obra arquitectónica desenvolvida pelo condutor de obras públicas Manuel Ferreira dos Santos no período em que habitou em Cascais. Nesta vila fez projetos para Cascais, para o Estoril e um para Lisboa. A maioria dos projetos foram publicados na revista *A Construcção Moderna* e constituem a obra conhecida. Contudo, conseguimos identificar mais trabalhos no Arquivo Histórico Municipal de Cascais e a localização do projeto realizado para Lisboa no Arquivo Municipal de Lisboa | Bairro da Liberdade. Por isso, decidimos dividir a obra realizada pelas zonas de Cascais, Estoril e Lisboa, com os vários exemplares elencados cronologicamente. No texto, as designações dos pisos e dos espaços nos projetos analisados estão de acordo com o que foi descrito na documentação consultada.

ENQUADRAMENTO DA ARQUITECTURA PORTUGUESA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No último quartel do século XIX a arquitectura era marcada pelos historicismos, nomeadamente o gosto pelo período românico, gótico, renascença, maneirismo, barroco e rococó. Contudo, estes foram reinterpretados eclecticamente em edifícios onde empregaram novos materiais construtivos, criando assim espacialidades nunca antes alcançadas. As plantas tornaram-se mais eficientes na interligação entre várias

2 Investigador no ARTIS - Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Bolseiro FCT - 2021.06649.BD.

zonas, tais como as zonas de carácter social e de estar, como salas, salas de jantar, salas de almoço[3], escritórios, bibliotecas, salas de bilhar, salas de fumo, gabinetes, *boudoirs*, jardins de inverno e *halls*; as zonas de serviço, como corredores e escadarias; e as zonas de apoio, como a da cozinha, da despensa, das lavagens, da engomadoria, da rouparia, da manutenção dos candeeiros[4] e da retrete e do banho.

A disposição interna destes espaços foi delineada de acordo com os pontos cardeais, com as vistas, com as relações visuais/físicas com jardins e arruamentos, com zonas exteriores para a entrada e saída de pessoas ou de mercadorias e com a estratificação social, ou seja, separando eficazmente o ambiente reservado e burguês dos criados. Desta complexa interligação adveio o avanço ou recuo das fachadas e a assimetria dos vãos de acordo com o interior, tomando assim partido de todo o potencial da envolvente onde o edifício foi construído. Neste período também houve uma constante preocupação com uma boa exposição solar e arejamento como forma de prevenir doenças e outros malefícios para a saúde. O modo de projetar estas habitações adoptado em Portugal é indicativo de que as elites e os projetistas estavam bem informados das últimas novidades.

Os historicismos atrás mencionados foram igualmente empregues no território português e simultaneamente cresceu o gosto pela época do Rei D. Manuel I (1495-1521), que se denominou por neo-manuelino ou ao gosto manuelino, associada ao passado glorioso dos Descobrimentos e a um dos períodos áureos da história portuguesa. Efectivamente, esta tendência intensificou-se a partir de 1890 com a questão do Ultimatum britânico contra Portugal e as suas colónias e gerou uma onda de indignação nacional. Um dos efeitos foi a contestação aos ecletismos vigentes e originou a procura de um tipo de casa à portuguesa, mas como o próprio crítico de arte D. José Pessanha (1865-1939) escreveu em 1902 tal procura é impossível num país com regiões diversificadas e cada uma com o seu tipo específico de habitação, de acordo com o clima e com os materiais construtivos então disponíveis (Pessanha, 1902: 19).

No final do século XIX voltou da Alemanha, onde esteve a estudar e a trabalhar, o arquitecto Raul Lino (1879-1974), que se tornou num dos principais mentores da casa à portuguesa. O seu trabalho foi influente e vários projetistas começaram a empregar os beirados, as faixas[5] e os painéis azulejares e determinados elementos arquitectónicos tradicionais, comuns em várias zonas do país e considerados portugueses, mas modernizados e misturados eclecticamente.

3 No século XIX em vários países europeus, como Portugal, e na América do Norte havia o costume de ter um espaço para o almoço, que era a primeira refeição do dia e que hoje designamos por pequeno-almoço (do francês *petit déjeuner*) e um espaço para o jantar, que nos dias de hoje designamos por almoço, bem como para a ceia.

4 No caso dos candeeiros a combustão, onde se fazia a sua manutenção e também para manter longe do restante espaço doméstico os combustíveis usados.

5 O modo de aplicar o azulejo em faixas nas fachadas era empregue em França e na Bélgica no mesmo período (Fevereiro, 2016: 61-74; Fevereiro, 2017a: 228-232).

O gosto pela casa à portuguesa coincidiu com o movimento *Art Nouveau*, assim designado após a abertura em 1895 da *Maison de l'Art Nouveau* pelo *marchand d'art* alemão Siegfried Bing (1838-1905) em Paris (Weisberg, Becker, Possémé, 2004). No seu interior eram expostas obras de arte e objectos decorativos ao gosto asiático e outros de vanguarda inspirados em linhas curvilíneas e formas naturais, como flores e plantas. O nome da galeria ficou associado a esta nova corrente estética que influenciou as artes decorativas e a arquitectura a partir de 1900 em França e em vários países europeus. Na Alemanha foi denominado por *Jugendstil*[6], na Áustria por *Secession*[7] e em Portugal por Arte Nova.

Na mesma época intensificou-se a construção de residências de veraneio em Cascais e na zona do Estoril da autoria de vários projetistas, sobretudo da cidade de Lisboa, e no final do século XIX fixou residência em Cascais o desenhador franco-alemão Paul Leonard Gaston Landeck (1874-1951), com uma prolífica obra nas duas zonas balneares (Fevereiro, 2016: 140-157). Neste período também se instalou em Cascais o condutor de obras públicas Manuel Ferreira dos Santos (1852-1905), onde desenvolveu a obra arquitectónica que iremos explanar. Mas antes começaremos pela sua biografia.

MANUEL FERREIRA DOS SANTOS: DADOS BIOGRÁFICOS

Manuel Ferreira dos Santos nasceu no dia 4 de Maio de 1852 na então freguesia de Santo Eustáquio do lugar de Alpiarça do concelho de Almeirim[8]. Foi baptizado no dia 31 do mesmo mês e ano e era filho legítimo de Francisco Maria Migadalho ou dos Santos, natural da mesma freguesia, e de Maria da Conceição, natural da freguesia de Nossa Senhora do Ó, do lugar de Olaia do concelho de Torres Novas. Os avós paternos eram José Maria, natural da freguesia de São Mamede da cidade de Lisboa, e Joaquina Rosa, natural da freguesia de São Nicolau da cidade de Santarém. Os avós maternos eram Manuel Ferreira Oleiro e Teodora Maria, ambos da mesma freguesia onde nasceu a filha. Os padrinhos foram o avô materno e a sua segunda mulher, Inácia da Conceição. Note-se as diferentes origens do lado paterno que podem indiciar que a família mudou várias vezes de residência, possivelmente de acordo com o trabalho que arranjavam. Todavia, parece terem-se fixado em Alpiarça onde os pais casaram, constituíram família e se tornaram proprietários, revelando assim uma certa estabilidade.

Na freguesia de Alpiarça Manuel Ferreira dos Santos deverá ter iniciado os seus estudos e tornou-se regente agrícola. No ano de 1875 esteve a residir na Quinta do Valverde, da família Botelho Moniz, no sítio da Rabaceira da freguesia de Vidais do concelho de Caldas da Rainha. Não sabemos quais foram as circunstâncias que o levaram a ter ido para

6 Novo estilo.

7 Secessão é o movimento artístico criado em 1897 por um grupo de artistas, pintores e arquitectos, entre outros, de vanguarda na cidade de Viena.

8 A freguesia foi desanexada do concelho de Almeirim e no dia 12 de Abril de 1914 foi criado o concelho de Alpiarça. O concelho é composto por uma só freguesia.

Vidais e foi na "Parochial Igreja de Nossa Senhora da Piedade" da mesma freguesia que casou no dia 26 de Janeiro de 1875, pelas 11 horas, com Maria Isabel Ribeiro, filha de Gaspar José Ribeiro e de Ana Maria. As testemunhas do consórcio foram Joaquim Carlos Botelho Moniz Monteiro Torres (c. 1832-?), casado e residente na altura em Vidais e Francisco Botelho Moniz de Sequeira, solteiro e também morador na referida Quinta do Valverde.

Manuel Ferreira dos Santos voltou depois para Alpiarça com a mulher e foi "empregado público". O casal morava na Rua Direita, onde nasceu no dia 5 de Outubro de 1879, pelas 7 horas, o filho, Manuel Ferreira dos Santos Júnior (1880--1958, baptizado a 9 de Fevereiro de 1880. Os padrinhos foram o casal Inácio Correia Saraiva, comerciante, e Ana Maria moradores na cidade de Lisboa.

As relações na capital deverão ter sido preponderantes para a família se mudar e o filho estabeleceu-se na freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, onde foi paroquiano. Na mesma freguesia Manuel Ferreira dos Santos Júnior[9] casou na Igreja Paroquial no dia 25 de Janeiro de 1902 com Ricardina Júlia Saldanha de Mendonça (1881-1985)[10], natural da freguesia de São Brás da Vila da Chamusca e filha de Ernesto Jaime de Mendonça Heitor (1841-?), escrivão e tabelião do Juízo Ordinário do Julgado de Almeirim da Comarca da Chamusca, e de Júlia Amália Cardoso de Saldanha (1846-?). Note-se a proximidade do concelho da Chamusca ao de Almeirim, o que poderá indicar que as duas famílias mantinham relações de amizade, que deverão ter sido relevantes para o enlace matrimonial. As testemunhas do casamento foram Francisco Augusto Trindade Baptista (c. 1867-?)[11], casado e proprietário, e Alfredo Aníbal de Mendonça Heitor (1848-?), casado, solicitador e tio paterno da noiva, ambas residentes em Lisboa.

Neste período Manuel Ferreira dos Santos tinha-se estabelecido como condutor de obras públicas e deveria residir entre Lisboa e Cascais, onde deixou obra. No entanto, foi em Cascais que passou a fixar a sua residência e se tornou chefe de trabalhos da respectiva Câmara Municipal.

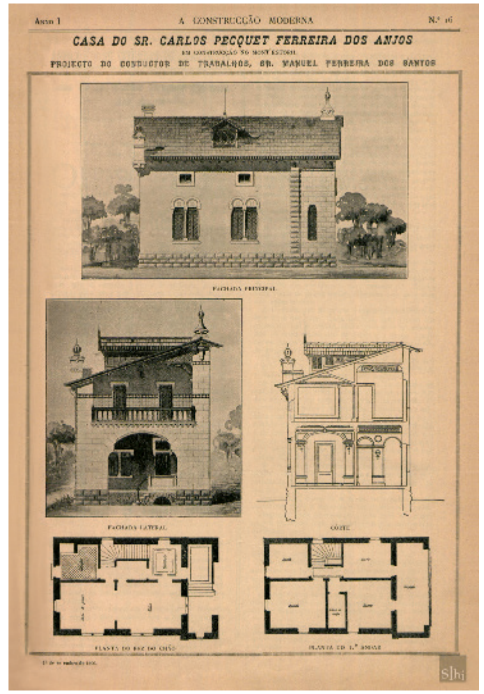
No ano de 1900 foi lançado o primeiro número da revista quinzenal *A Construcção Moderna* (1900-1919) por Eduardo Augusto Nunes Colares (1850-1928), integralmente baseada na publicação francesa *La Construction moderne*, em publicação desde 1885 e fundada pelo engenheiro Paul Planat (1839-1911) (Cota, 2022: 23). A versão portuguesa dedicou-se nas primeiras páginas de cada número a um projeto seguido por vários artigos relacionados com a arquitectura, a engenharia, as técnicas

9 Manuel Ferreira dos Santos Júnior faleceu no dia 17 de Novembro de 1958 na freguesia e concelho de Aljustrel, distrito de Beja.

10 O casal teve, pelo menos, quatro filhas.

11 Francisco Augusto Trindade Baptista era natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Portimão. Casou a primeira vez no dia 13 de Março de 1895 na freguesia das Mercês da cidade de Lisboa com Emília Augusta Laymée Ferreira da Silva (1853-1923). O casamento terminou em divórcio e casou pela segunda vez no dia 15 de Março de 1913 na 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa com a pintora Emília dos Santos Braga (1867-1949).

construtivas, os materiais, o mobiliário e os objectos de uso quotidiano, entre outros assuntos relacionados com o mesmo tema, e em alguns números por outros projetos que não figuraram na capa. A revista publicou quatro projetos da autoria de Manuel Ferreira dos Santos nos seguintes números: n.º 16 de 1900, *Casa do Sr. Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos* no Monte Estoril; n.º 23 de 1901, *Casa da Ex.ma Sr.ª D. Maria Rufina Teixeira Marques de Mesquita* no Monte Estoril; n.º 96 de 1903, *Casa em estylo minhoto* em Cascais; n.º 179 de 1905, *Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado* em Lisboa. Além dos projetos a revista publicou também um artigo de sua autoria, dividido em quatro, sobre o *Matadouro da Villa de Cascaes* (SANTOS, 1901a: 6-7; SANTOS, 1901b: 7; SANTOS, 1901c: 7-8; SANTOS, 1901d: 8).



2. Projeto da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos publicado na revista *A Construcção Moderna* [Casa do Sr. Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos, 1900: 1]

No ano de 1905 Manuel Ferreira dos Santos era morador na Avenida Emídio Navarro em Cascais e padecia de uma doença. Veio a falecer, ungido, na sua residência por volta das 11h00 no dia 25 de Setembro de 1905, com 53 anos de idade. Não fez testamento e foi sepultado no jazigo da família Carriço no Cemitério de Cascais. A sua morte foi noticiada na revista *A Construcção Moderna* a propósito do projeto da *Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado* (Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado, 1905: 177-178) – do qual nos iremos ocupar – da seguinte forma:

"Uma doença terrivel, avassaladora, veio surprehender o nosso desditoso amigo, ainda na força da vida, attribulando-o e dando-lhe por fim a morte, por nós bastante sentida, como por todos aquelles que conheceram os bellos dotes de coração do prematuro extincto. Morreu, mas não morreu a sua obra. Bastantes trabalhos de merecimento ahi deixou, attestando o seu muito talento e actividade, especialmente em Cascaes, e Mont'Estoril, podendo e devendo estar rico quando a doença e a morte o surpreendeu, mas estando pobre, por causa de sua, talvez, demasiada boa fé e bastante infelicidade nos negocios. Como nosso collaborador alguns projectos se acham dispersos nos numeros da nossa revista. Hoje publicamos este em comprimento da promessa que lhe fizemos em vida e esperamos publicar tambem o outro brevemente". (Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado, 1905: 178)

A revista não veio a publicar o projeto aludido e foi a partir da restante obra publicada, complementada pela que existe em arquivo, que desenvolvemos este trabalho e por isso começamos pela que foi realizada para Cascais, seguida pela que foi desenvolvida para a zona do Estoril e terminamos com o único trabalho, até agora conhecido, produzido para a cidade de Lisboa.

A OBRA EM CASCAIS

A referência mais recuada relacionada com Manuel Ferreira dos Santos em Cascais é um projeto datado de 1891, aparentemente em co-autoria com o arquitecto René Challand[12], de duas residências geminadas para Augusto Lopes[13]. O arquitecto René Challand[14] assinou o projeto na generalidade, com a data de 15 de Abril do referido ano, mas o alçado principal foi assinado por Manuel Ferreira dos Santos. O edifício foi construído na Avenida Emídio Navarro[15] e o desenho arquitectónico do alçado mencionado inspira-se na arquitectura renascentista então em voga (AHMCSC., 1891: 1 a 2)[16]. Contudo, a versão construída é uma simplificação da anterior e sem parte dos ornatos e dos elementos arquitectónicos propostos, nomeadamente os do entablamento e os da cimalha.

No mesmo período[17] D. Maria Luísa de Sousa Holstein, 3.ª duquesa de Palmela (1841-1909) encetou um invulgar mecenato ao oferecer terrenos e edifícios em mau estado para várias personalidades da sua *entourage* possuírem as suas próprias residências de veraneio. Uma das personalidades escolhidas foi D. António Maria de Lencastre[18] (1857--1944), médico da Casa Real a quem foi oferecido um terreno (Silva, 2010: 33-35) na Estrada Distrital (hoje situa-se entre a Alameda Duquesa de Palmela e a Rua Frederico Arouca) junto à estação do caminho-de-ferro. No terreno mencionado mandou erguer a sua residência, cujo projeto foi apresentado no dia 27 de Junho de 1898 na Câmara Municipal de

12 Não conseguimos estabelecer se René Challand é francês ou belga ou, ainda, suíço.

13 Não conseguimos recolher, ainda, quaisquer dados biográficos sobre Augusto Lopes.

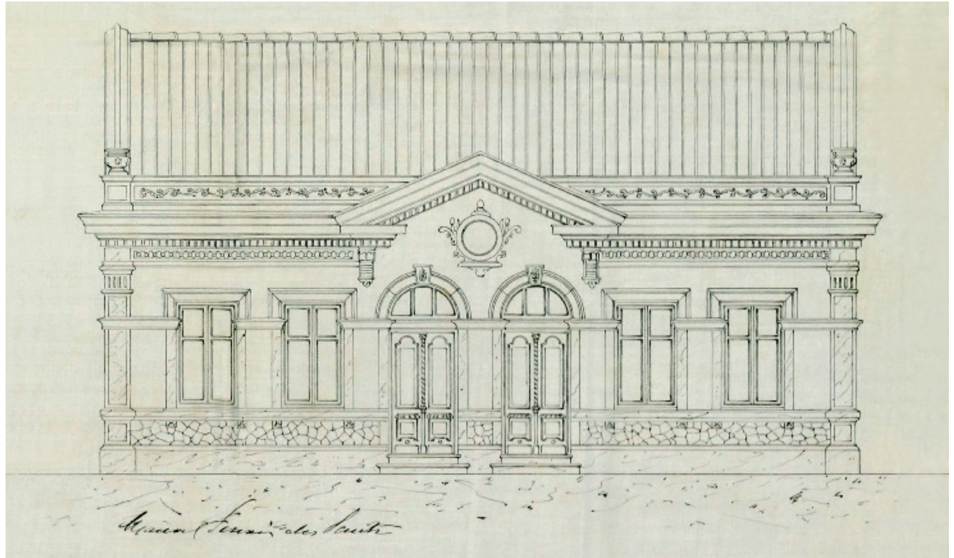
14 René Challand foi também autor dos seguintes projetos datados de 1891: o da escadaria exterior em pedra na fachada poente do Casino de Cascais (construído sobre um forte) e o da Villa Eduardo Santos, composta por três habitações, para Eduardo Frederico dos Santos. O primeiro foi ao encontro da arquitectura seiscentista portuguesa, encontra-se datado de 15 de Junho e o projeto foi entregue no dia 18 do mesmo mês na Câmara Municipal de Cascais em nome do comerciante José Joaquim de Freitas (AHMCS, 1891a: 1 a 2). O segundo foi delineado ao gosto da arquitectura renascentista francesa e o projeto foi entregue no dia 3 de Setembro (AHMCSC, 1891b: 1 a 2). Os edifícios foram ambos demolidos no decorrer do século XX.

15 O edifício encontra-se em bom estado de conservação e tem actualmente o n.º de polícia 98.

16 O pedido para a sua construção deu entrada no dia 16 de Abril de 1891.

17 No ano de 1896 foi projetada a residência de veraneio de António Máximo da Costa e Silva (1857-1920), casado com Maria Josefa de Melo, 5.ª condessa de Ficalho (1863-1941), na Avenida Emídio Navarro, ao gosto anglo-saxónico, cuja autoria tem sido atribuída a Manuel Ferreira dos Santos (Silva, 2010: 44), mas o projeto não se encontra assinado e por isso não podemos aferir com mais certezas se o realizou ou não. O pedido para licenciamento deu entrada no dia 23 de Dezembro de 1896 na Câmara Municipal de Cascais (AHMCSC., 1896: 1 a 2).

18 O apelido em toda a documentação consultada, arquivística e assentos paroquiais, é Lencastre. Nos últimos anos tem sido escrito como Lancastre. A sua residência em Lisboa ficava na Praça Marquês de Pombal, foi erigida em 1893 segundo projeto de autor desconhecido pelo construtor Hermano de Carvalho e foi demolida no início da década de 90 do século passado (Fevereiro, 2017b: 491-492).



3. Alçado principal de duas residências geminadas para Augusto Lopes e assinado por Manuel Ferreira dos Santos [AHMCSC, 1891: 2]

Cascais. No pedido de licenciamento existente em arquivo consta que Manuel Ferreira dos Santos declarou assumir a responsabilidade da obra (AHMCSC, 1898: 1), mas os desenhos técnicos desapareceram em data incerta e não foram localizados. A autoria não pode ser assim provada, ainda que em 1914 Eduardo Augusto Nunes Colares refira ter sido Manuel Ferreira dos Santos o autor deste projeto (Colares, 1914: 17)[19].

Todavia, tem-se vindo a mencionar na historiografia conhecida que o risco foi da autoria de um projetista italiano (Silva, 2010: 33)[20]. Efectivamente, no mesmo período residiu em Lisboa o pintor e cenógrafo italiano Luigi Manini (1848-1936) e os arquitectos italianos Nicola Bigaglia (1841-1908), Alfredo Coffino e Cesare Janz (c. 1862-1896)[21], mas Cesare Janz faleceu em Lisboa no dia 15 de Agosto de 1896[22] e morou em Cascais, pelo menos, entre 1895[23] a 1896 , onde nasceram dois dos seus

19 Eduardo Augusto Nunes Colares deverá ter-se enganado e escreveu Francisco dos Santos em vez de Manuel Ferreira dos Santos ou houve um erro tipográfico.

20 Raquel Henriques da Silva aventa a hipótese de o risco ter sido da autoria de Cesare Janz, mas desconhecia a data em que faleceu e que aqui apresentamos pela primeira vez.

21 Cesare Janz nasceu na freguesia de Santo António de Trieste por volta de 1862 e era filho do artista Franz Janz e de Catharina Zanetti. O apelido é de origem holandesa e tornou-se bastante comum na Prússia e posteriormente na Alemanha. Cesare Janz casou em 1891 na Igreja de Santa Maria Maior de Trieste com Herminia Samsa, natural da mesma cidade, filha de Giovanni Samsa e de Regina Fornasira.

22 Cesare Janz morreu na Rua da Creche (actual José Dias Coelho) no n.º 16, 2.º andar às 12h00 na freguesia de Alcântara da cidade de Lisboa.

23 Cesare Janz em 1894 projetou as cocheiras e cavalariças do Duque de Palmela (1834-1910) para serem erigidas num edifício em ruínas na Travessa da Conceição que o titular possuía em Cascais. O projeto foi entregue para apreciação no dia 21 de Janeiro de 1895 (AHMCSC, 1895: 1 a 2). O edifício existe actualmente e alberga o Julgado de Paz de Cascais.

três filhos[24], Ida Emília Anna (1895-?)[25] e Marco Aurelio Felice (1896-1896)[26], por altura do término das obras do Chalet Barros e da conclusão dos muros exteriores do chalet da Marquesa de Pomares (1845-1926) no Monte Estoril, ambos de sua autoria (Fevereiro, 2012: 253-254). Devido à lacuna existente não temos a certeza se Manuel Ferreira dos Santos foi realmente o autor do projeto. No entanto, o desenho da janela dupla ao gosto manuelino do rés-do-chão, na fachada principal, tem semelhanças com os vãos da Casa António Pedroso Salgado que iremos abordar e a mesma solução decorativa foi empregue em 1897 no projeto da Casa Doutor Luís Carlos Pereira, no gaveto formado pela Rua Frederico Arouca e as escadinhas de acesso à Praia da Rainha, por Gaston Landeck (Fevereiro, 2016: 144).

A 21 de Fevereiro de 1900 Manuel Ferreira dos Santos apresentou na Câmara Municipal de Cascais o projeto para a construção de *uma morada de casas* num terreno que detinha nas imediações da Praça de Touros (AHMCSC, 1900b: 1 a 2)[27]. Trata-se de duas habitações simétricas de pequena dimensão destinadas a um terreno com ligeiro declive. O programa interior doméstico foi delineado de forma pragmática e revela uma certa simplicidade, da seguinte forma: entrada na extremidade de cada habitação que comunicava para um corredor com acesso para a instalação sanitária, a cozinha e a sala; a sala comunicava internamente para outro espaço e a cozinha tinha o acesso vertical para o andar superior, concentrando desta forma na extremidade da habitação toda a área de serviço e o único acesso vertical. O que podemos depreender é que cada habitação deveria ter sido destinada para uma pessoa só ou para um casal sem filhos e com o respectivo criado ou criados. A sobriedade do desenho arquitectónico revela uma certa sofisticação, ou seja, Manuel Ferreira dos Santos aliou o ideário burguês de uma residência de veraneio ao conceito da casa à portuguesa então em voga.

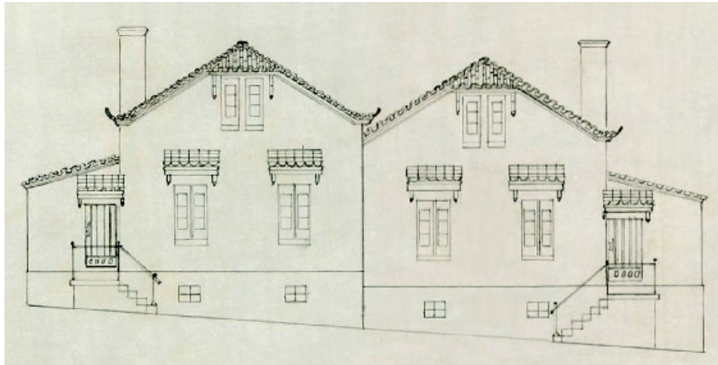
O mesmo conceito de habitações de pequena dimensão foi explorado em 1899 por Manuel Ferreira dos Santos ao projetar um edifício no gaveto da Rua dos Navegantes

24 O primeiro filho chamava-se Aldo Bernardino Carlos e nasceu na freguesia de Alcântara da cidade de Lisboa no dia 27 de Julho de 1893, por volta das 7h30, e foi baptizado no dia 21 de Maio de 1894. Os padrinhos foram o professor e director da Escola Industrial Marquez de Pombal, Carlos Adolfo Marques Leitão e Elzira Dantas Gonçalves Pereira Machado (1865-1942), casada, mulher do futuro presidente da República Portuguesa Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944).

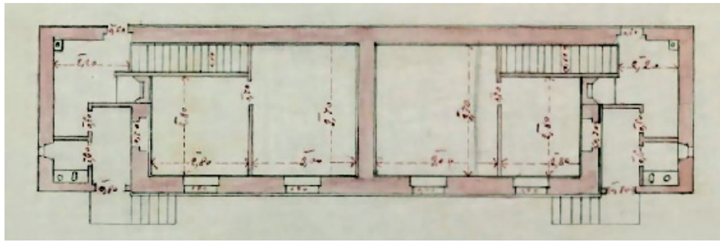
25 Ida Emília Anna nasceu em Cascais no dia 12 de Janeiro de 1895 no Estoril Chalet n.º 1 (provavelmente no Monte Estoril, mas a freguesia na altura era a de Cascais) e foi baptizada no dia 28 de Julho de 1895. Os padrinhos foram o desenhador Gaston Landeck e a prima paterna Emilia Zaneti. Os dados da filha foram publicados em 2012 por nós (Fevereiro, 2012: 253-254) e entretanto conseguimos localizar os assentos de baptismo dos outros irmãos e o assento de óbito do pai.

26 Marco Aurelio Felice nasceu em Cascais no dia 6 de Março de 1896 às 22h30 e foi baptizado no dia 18 de Julho de 1896. Os padrinhos foram Felice Antonio Petrachi, dono do Hotel Grande Italia e Isabel Maria do Nascimento, ambos casados e proprietários. Marco Aurelio Felice faleceu pouco depois em Cascais, no dia 1 de Agosto de 1896.

27 A zona da antiga Praça de Touros foi modernizada ao longo de décadas e muitos dos edifícios oitocentistas já desapareceram. O terreno ficava próximo ao início da Avenida Emídio Navarro e da Rua Dom José de Avilez. Agradeço ao Arquivo Histórico Municipal de Cascais ter-me chamado a atenção para as plantas referentes à Carta Topográfica e Cadastral do Concelho de Cascais realizada de 1912 a 1916, sob a direcção de António Emídio Ferreira Abrantes, João José Callais Grilo e Júlio da Silva Costa.



4. Alçado principal de *uma morada de casas* de Manuel Ferreira dos Santos [AHMCSC, 1900b: 2]

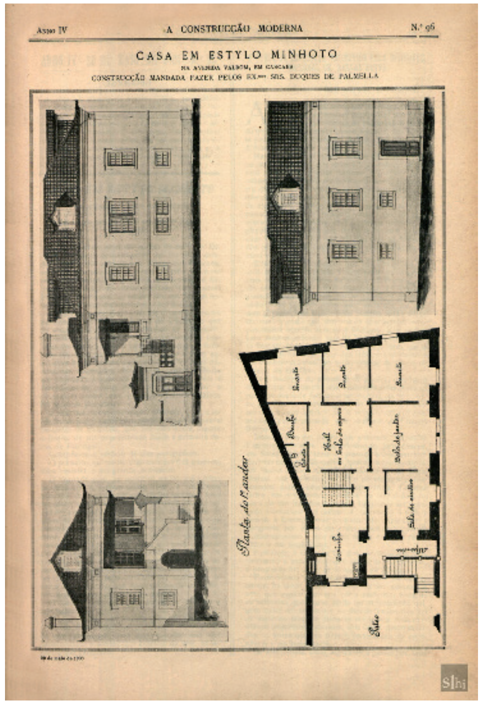


5. Planta de *uma morada de casas* de Manuel Ferreira dos Santos [AHMCSC., 1900b: 2]

com a Travessa do Prior para o Visconde de Lançada (1831-?), irmão solteiro de António de Sampaio e Pina de Brederode (1834-1910), casado com a Duquesa de Palmela, anteriormente referida. O interior do edifício foi projetado para conter seis habitações simétricas entre si, delineadas da seguinte forma: entrada principal com escadaria ascendente para um patamar que comunicaria para a sala, na fachada principal, escadaria interna para o piso superior e a sala de jantar na fachada tardoz; a sala e a sala de jantar seriam unidas por uma passagem debaixo da escadaria para o piso superior e na fachada tardoz ficavam as cozinhas com escadaria exterior para o quintal. O desenho arquitectónico tem influências classicistas na cimalha e o desenho das vergas dos vãos foi modernizado ao gosto coevo. O desenho das portas principais exteriores destaca-se do restante alçado e marca assim a entrada para cada habitação. O projeto foi assinado no dia de 3 de Dezembro de 1899, mas só foi entregue para apreciação a 26 de Junho de 1901 (AHMCSC, 1901b: 1 a 2) e aparentemente o edifício não foi construído.

O interior das habitações que temos vindo a focar revela uma interligação entre espaços complementares entre si em detrimento de corredores, conceito que foi parcialmente empregue na *Casa em estylo minhoto* localizada no gaveto da Avenida Valbom (hoje Alameda Duquesa de Palmela) e Travessa da Conceição. A "seguir ao muro do jardim do ex.mo sr. Dr. Antonio e Lencastre, em frente da estação do caminho de ferro,

em Cascaes, está sendo construida a casinha, cujo projecto hoje apresentamos, e que é do nosso amigo e distincto conductor de obras publicas, sr. Manuel Ferreira dos Santos, já conhecido dos nossos leitores por outros trabalhos aqui publicados. Existia naquelle local uma casa que pertenceu em tempos á Ordem Terceira de Cascaes e que foi adquirida pelos Ex.mos Duques de Palmella. Ultimamente resolveram os mesmos illustres titulares mandar demolir a casa antiga, afim de fazerem construir outra que, conservando o typo approximado da que existia e que bem se póde denominar portuguez, offerecesse commodidades para vivenda regular de uma familia, que tem a felicidade de possuir distincção para merecer o premio da estima que aquelles illustres fidalgos lhe querem patentear. A execução de este projecto obedece, pois, á intuição do genio verdadeiramente artistico da nobre Duqueza de Palmella, que, por esta forma, mostra a justiça da sua popularidade como a primeira dama de Portugal". (Casa em estylo minhoto, 1903: 91)



6. Projeto da *Casa em estylo minhoto* publicado na revista *A Construcção Moderna* (Casa em estylo minhoto, 1903: 89)

O projeto foi entregue para apreciação na Câmara Municipal de Cascais no dia 15 de Novembro de 1902, em nome de Eduardo Augusto Esteves de Freitas (1860-?)[28], secretário dos Duques de Palmela, residente em Lisboa (AHMCSC, 1902: 1 a 2) e teve como orçamento o valor de 5.500$000 réis[29] (Casa em estylo minhoto, 1903: 91).

O edifício foi erigido no gaveto de formato trapezoidal, encostado a outro no sentido sul e ficou com um *Pateo*, para nascente, murado e que deveria ser o jardim que confrontava com a propriedade de D. António Maria de Lencastre atrás referida. O desenho arquitectónico é claramente inspirado nos solares minhotos setecentistas, cuja tendência se intensificou a partir de 1893 após a construção da Casa de São Bernardo, do Conde de Arnoso (1855-1911) (AHMCSC, 1893: 1 a 2), muito provavelmente

28 Eduardo Augusto Esteves de Freitas nasceu na freguesia de Santos-oVelho da cidade de Lisboa no dia 27 de Junho de 1860 e foi baptizado no dia 14 de Setembro do mesmo ano. Era filho legítimo de João Maria Esteves de Freitas (segundo-tenente da Armada em 1860) e de Maria Amália da Assunção Esteves, neto paterno de João Manuel de Freitas e de Maria Vitória Esteves, neto materno de Manuel Luís Esteves e de Joaquina Maria do Carmo. Casou na freguesia de Santos-o-Velho da cidade de Lisboa no dia 9 de Fevereiro de 1893 com Lídia Adelaide Sousa Falcão, natural de Belém no Pará, Brasil, onde nasceu por volta de 1860 e era filha de Miguel Carlos Sousa Falcão e de Ana Luzia Maria Vidal.

29 O orçamento para a construção deste tipo de moradias era justo, nem muito em conta, nem muito exagerado, como temos vindo a verificar na nossa investigação em torno da arquitectura do início do século XX.

projetada pelo próprio e enaltecida como exemplo patriótico a seguir por parte da elite intelectual (Ortigão, 1896: 115-116) e aristocrática coeva.

No muro da *Casa em estylo minhoto* há a entrada para o *Pateo* e uma escadaria exterior, na fachada lateral nascente perpendicular ao muro, com o *Alpendre* para proteger das intempéries a entrada principal para a habitação. O desenho do portão e a disposição em planta da escadaria em dois lanços, com os respectivos patamares e colunas da cobertura, remetem-nos também para os tradicionais solares minhotos, mas neste caso adquirem uma certa *mise en scéne* social no seu percurso até à entrada principal, estabelecendo assim uma relação de resguardo do interior doméstico com o arruamento.

O *Alpendre* tinha duas portas que davam para o corredor e para a *Cosinha*, no primeiro andar. O restante interior foi delineado da seguinte forma: um corredor em forma de L a partir da entrada principal ao centro da fachada que nos direccionava para a escadaria interior, para o *Hall ou Sala de espera*, para a *Sala de visitas* e para a *Sala de jantar*; a *Sala de visitas*, a *Sala de jantar* e o *Quarto* estavam voltados para a fachada principal e eram unidos por uma *enfilade*; o *Quarto* anterior seguido por outros dois na fachada lateral e também unidos por uma *enfilade*; a *Cosinha*, a *Retrete* e o *Banho* (estes dois últimos espaços eram unidos internamente) estavam na fachada cega e os dois primeiros eram unidos por um corredor debaixo do patamar da escadaria interior e o *Hall ou Sala de espera* era o centro da habitação, com comunicação para o corredor para a *Cosinha*, para o *Banho*, para os dois quartos na fachada lateral e para a *Sala de jantar*. O *Hall ou Sala de espera* tinha o *tecto formado por caixilharia de vidro ornamentado, que receb*[ia] *luz de um lanternin superior que faz*[ia] *parte do telhado*. Note-se a concentração dos espaços de carácter social na fachada principal, os aposentos privados na fachada lateral e toda a área de serviço na fachada cega, como forma de tirar todo o partido possível da exposição solar e da relação com os arruamentos. Neste piso Manuel Ferreira dos Santos adopta o conceito de *central living hall* em voga na primeira metade do século XIX nos países anglo-saxónicos e igualmente seguido em Portugal pelos arquitectos Miguel Ventura Terra (1866-1919) e Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1962), entre outros (Cota, 2022: 16-18 e 44). O *central living hall*, como o nome indica, era o centro da habitação tradicional nas habitações inglesas antigas, mas foi reinterpretado para ser um espaço de estar menos formal e, em alguns casos, para conter a escadaria interior, iluminado ou não zenitalmente (Ramos, 2010: 109 e 313).

O rés-do-chão tinha uma cozinha, três quartos e um armazém. O sótão tinha os quartos dos criados e as arrecadações. Na segunda metade do século XX o edifício foi ampliado e os vãos foram alterados para funções comerciais e de prestação de serviços. Actualmente o edifício é designado por Pelicano. A construção da habitação para Eduardo Augusto Esteves de Freitas vem no mesmo seguimento do mecenato encetado pela Duquesa de Palmela e a mesma opção arquitectónica foi seguida na construção da Villa D. Pedro.

A Villa D. Pedro foi erigida na Rua de Santa Catarina, também em substituição de um edifício anterior, e foi oferecida pela Duquesa de Palmela à escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) pela biografia do seu avô paterno, D. Pedro de Sousa Holstein, 1.º duque de Palmela (1781-1850), intitulada *Vida do Duque de Palmella. D. Pedro de Souza e Holstein* e publicada entre 1898 e 1903 pela Imprensa Nacional em Lisboa. O projeto é da autoria do arquitecto José António Gaspar (1842--1909), foi construída pelo construtor civil Manuel Joaquim de Oliveira, morador em Sintra, e o pedido de licenciamento deu entrada no dia 28 de Janeiro de 1903 na Câmara Municipal de Cascais em nome de Maria Cristina Vaz de Carvalho Crespo (1880-1918), filha da escritora (AHMCSC, 1903: 1 a 2).

Nos dois edifícios foi seguido o mesmo gosto pela arquitectura tradicional minhota por dois projetistas diferentes, mas ambos optaram pelo mesmo desenho de vergas nos vãos e pela mesma distribuição espacial interna, de acordo com o modo burguês de então habitar e com todas as comodidades modernas.

A OBRA NO ESTORIL

No mês de Agosto de 1895 Manuel Ferreira dos Santos assinou o projeto para o Chalet de Rodrigo Luís Ferreira (1836-?), então morador na Calçada do Salitre e guarda portão da Câmara dos Deputados em Lisboa[30], na Travessa de Olivença, em São João do Estoril. O pedido para a sua construção deu entrada no dia 12 de Fevereiro de 1896 na Câmara Municipal de Cascais e a responsabilidade da empreitada esteve a cargo do *Mestre da obra encartado* Francisco António de Magalhães (AHMCSC, 1896: 1 a 2).

O edifício foi construído junto à linha do caminho-de-ferro, com a fachada principal virada para sul de forma a poder tirar todo o partido possível da vista sobre o mar. Efectivamente, partiu-se de um volume ao qual foi adicionado outro, na extremidade sul/poente, sobressaído em relação às fachadas, e durante a sua construção foi adicionado o mirante. A solução de adossar ao corpo principal do edifício um volume destacado foi solução recorrente no trabalho de outros projetistas, como o de Gaston Landeck, por exemplo, e em determinados projetos tornou-se numa torre com mirante no topo, simbolizando desta forma um certo prestígio e poder financeiro do proprietário, que podia assim ter um espaço com vista privilegiada sobre o horizonte.

30 Rodrigo Luís Ferreira nasceu no dia 13 de Maio de 1836 e foi baptizado a 2 de Junho do mesmo ano na freguesia de São José da cidade de Lisboa e era filho de Matias Luís Ferreira e de Rita Maria da Conceição Bastos, casados na mesma freguesia no dia 16 de Abril de 1836, neto paterno de Rodrigo Ferreira e de Rita Teresa do Cabo, neto materno de Francisco José Pereira Bastos e de Domingas Emília do Sacramento. Casou na freguesia de Santa Isabel da mesma cidade no dia 24 de Outubro de 1880 com Ermidia das Dores, natural da Freguesia do Socorro de Lisboa, onde nasceu por volta de 1859 e era filha natural de Apolónia Maria.

O desenho arquitectónico uma vez mais tem influências francesas, visíveis no desenho das vergas dos vãos, da cimalha e da cobertura sobressaída em relação às fachadas com os beirados apoiados em cachorros, de carácter sóbrio e modernizado ao gosto de então. Nos desenhos técnicos do alçado principal e do lateral foi proposta uma decoração, mas não sabemos se foi aplicada ou retirada. O interior da habitação foi delineado de acordo com os pontos cardeais da seguinte forma: espaços de carácter social virados para sul e cozinha e escadaria interior para norte. O edifício existe actualmente e encontra-se bem preservado.

No mesmo período intensificou-se a urbanização do Monte Estoril[31] e o negociante João Henrique Ulrich Jr. (1850-1895) mandou construir a sua residência de veraneio com vista sobranceira ao mar, num alto sobre a linha do caminho-de-ferro, designada por Chalet Longa Vista. No entanto, vendeu-o em 1893 à Rainha D. Maria Pia (1847-1911), passando o edifício a designar-se Chalet do Estoril, Real Paço do Estoril ou, ainda, Real Chalet Estoril (Fevereiro, 2020: 37-86). No terreno adjacente foi construído poucos anos antes a Vila Aduar, do capitalista lisboeta Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos (1841-1908) e de sua mulher Maria Adelaide Zamith Cassar (1840--1906), também com vista sobre o mar e a linha férrea. O mesmo Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos em 1888 foi um dos fundadores e administradores da Companhia do Monte Estoril, que loteou e fomentou a construção de vários edifícios (Antunes, 2019: 345-346). Efectivamente, detinha um terreno na mesma zona e em 1900 tomou as seguintes decisões: vendeu a Vila Aduar (Antunes, 2019: 266-267) e encomendou a Manuel Ferreira dos Santos o projeto para a sua nova residência de veraneio.

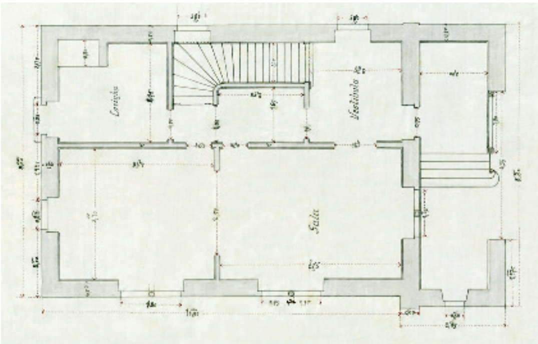
O projeto deu entrada no dia 9 de Maio de 1900 na Câmara Municipal de Cascais e foi confirmado pelo próprio Manuel Ferreira dos Santos (AHMCSC, 1900a: 1 a 4). O orçamento seria de 2.500$000 réis (Casa do Sr. Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos, 1900: 1-3). O terreno para a sua construção é de gaveto e de formato trapezoidal, entre a Rua de Espinho e a Rua Carlos Anjos, com um ligeiro declive entre as duas ruas e numa cota elevada em relação à zona a sul do Monte Estoril.

O edifício proposto partiu de um só volume de planta rectangular – provavelmente implantado entre as duas ruas devido ao seu formato, ficando assim

31 No Monte Estoril residiu outro Manuel Ferreira dos Santos (negociante português que esteve pelo Brasil), que em 1911 era proprietário de duas moradias na mesma localidade. As duas moradias foram projetadas pelo desenhador e construtor civil Rafael Duarte de Melo e foram erigidas pelo construtor civil Domingos Teixeira dos Santos (construtor n.º 265 inscrito na Câmara Municipal de Lisboa). A primeira foi mandada construir em 1910 no gaveto da Avenida Sabóia e da Rua Belmonte e o pedido para a sua construção deu entrada na Câmara Municipal de Cascais no dia 13 de Setembro de 1910; o construtor civil Domingos Teixeira dos Santos assumiu a responsabilidade da obra no dia 21 do mesmo mês e ano (AHMCSC., 1910: 1 a 2); o custo total da obra, terminada em 1911, foi de 3.000$000 réis (Actualidades, 1911: 25-26) e ainda existe actualmente. A segunda foi mandada erigir no gaveto oposto, formado pela Rua Belmonte e Avenida Sanfré, na mesma altura (Actualidades, 1911: 145-146), mas deverá ter passado pouco depois para a posse do negociante Mário Belmonte Pessoa e foi demolida no decorrer do século XX. Poderá ser o mesmo que residiu em Aveiro e mandou erigir a sua residência ao gosto Arte Nova, onde actualmente funciona o Museu Arte Nova da cidade (Chalet do Ex.mo Sr. Mario Belmonte Pessoa no Monte Palméla, 1913: 37-39).

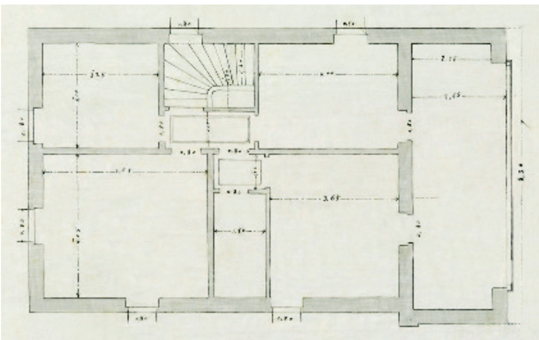
rodeado por um jardim – com a entrada principal na fachada denominada lateral, possivelmente para ficar virada a sul. De facto, no alçado proposto a entrada principal estaria dentro do volume, com uma escadaria ascendente e numa ante-câmara para a resguardar das intempéries quem quisesse aceder ao seu interior.

A cave teria cinco espaços e uma escadaria interior para o *rez-do-chão*. O *rez-do-chão* ou *1.º pavimento* desenvolver-se-ia da seguinte forma: da entrada principal haveria um *Vestibulo* com comunicação para a *Sala*, a escadaria principal e o corredor de serviço para a zona da *Cosinha* e para a *Sala de jantar*; na fachada denominada principal, provavelmente direcionada para poente, ficariam a *Sala* e a *Sala de jantar* unidas por um arco, optimizando desta forma os dois espaços, que poderiam assim ser transformados num só, consoante a ocasião, e a *Cosinha* estaria na extremidade nascente/norte com acesso independente para o exterior.



7. Planta do *rez-do-chão* ou *1.º pavimento* da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos [AHMCSC, 1900a: 4]

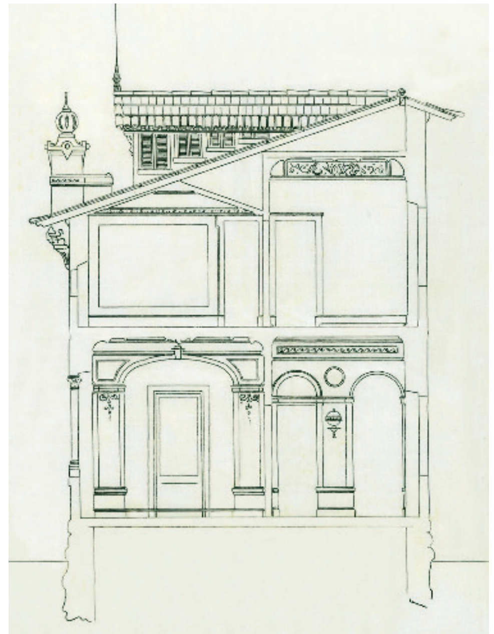
O *1.º andar* ou *2.º pavimento* teria quatro quartos, dois com *Varanda* sobre a entrada principal e a casa de banho e retrete, com trapeira na cobertura, seria entre os dois quartos virados a poente.



8. Planta do *1.º andar* ou *2.º pavimento* da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos [AHMCSC, 1900a: 3]

O "notavel d'este projecto é ser formado por uma só agua de telhado, podendo assim melhor resistir aos ventos fortes que ha no local para que está destinada a construcção. Todos os paramentos vistos são estucados a argamassa fingindo cantaria, para serem endurecidos por meio de silicato de soda. A cobertura do edificio é de telha, systema marselhez, excepto o beiral, que é de telha portugueza, vidrada". (Casa do Sr. Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos, 1900: 3)

Efectivamente, a originalidade do projeto prima pelo facto do telhado ter sido idealizado para uma só água, opção que poderá ter sido inspirada nos chalets suíços coevos. A conjugação da cobertura com o volume e a sua harmónica proporção foram realçadas por um invulgar e bem equilibrado hibridismo arquitectónico explorado por Manuel Ferreira dos Santos da seguinte maneira: o revestimento a simular pedra aparelhada na fachada lateral, com a entrada principal, que se prolongava para a principal e os elementos arquitectónicos foram inspirados na arquitectura italiana classicista; a *Varanda*, a trapeira e os lambrequins na fachada lateral foram desenhados ao gosto suíço e francês então em voga; as janelas duplas, com caxilharia a simular vitral, da *Sala* e da *Sala de jantar* foram delineadas ao gosto românico; o pilar e os pináculos na cobertura foram baseados em elementos arquitectónicos classicistas e modernizados; o beirado seria ao gosto da casa à portuguesa e, aparentemente, foi proposta uma faixa azulejar na fachada lateral para a principal, a acompanhar o simulado revestimento pétreo na *Varanda* que intensificaria ainda mais o carácter nacional do edifício.



9. Corte da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos [AHMCSC, 1900a: 2]

O projeto para a Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos é um dos mais interessantes na sua carreira e não foi construído. No seu lugar foi erigido outro edifício de linhas sóbrias, que se encontra bem conservado.

No mesmo período Manuel Ferreira dos Santos fez o projeto para a residência de veraneio do médico-cirurgião Marcelino António da Silva Mesquita (1856-?)[32] e de sua mulher Maria Rufina Teixeira Marques (1866-?)[33], então residentes na Avenida da Liberdade, n.º 140, em Lisboa, para ser erigida no Monte Estoril (Monte Palmela)[34] no gaveto da Avenida do Faial, Rua António Guedes de Herédia e Rua Belmonte. O pedido de licenciamento deu entrada no dia 13 de Março de 1901 em nome de Maria Rufina Teixeira Marques, representada pelo

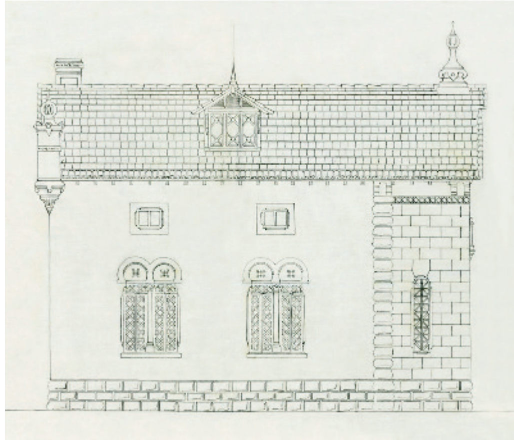
32 Marcelino António da Silva Mesquita nasceu no dia 1 de Setembro de 1856 na freguesia de São João Baptista do Cartaxo, onde foi baptizado a 6 de Outubro do mesmo ano. Era filho de António da Silva Mesquita e de Ana Inácia, neto paterno de Luís da Silva e de Maria Rosa, neto materno de José Machado Palhaça e de Maria Inácia. Casou na freguesia de São José da cidade de Lisboa no dia 15 de Setembro de 1886 com Maria Rufina Teixeira Marques.

33 Maria Rufina Teixeira Marques nasceu no dia 21 de Maio de 1866 às 16h00 na freguesia de Santa Justa da cidade de Lisboa, onde foi baptizada no dia 20 de Junho do mesmo ano. Era filha de Joaquim António Teixeira Marques e de Ana Honorata de Araújo Couto, neta paterna de Marcelino Teixeira Marques e de Mariana Rita do Carmo, neta materna de Bernardo de Araújo Couto e de Joana Rita Correia.

34 Como consta no título da revista *A Construcção Moderna* e deveria aludir ao facto do terreno estar próximo a outro que pertenceu aos Duques de Palmela

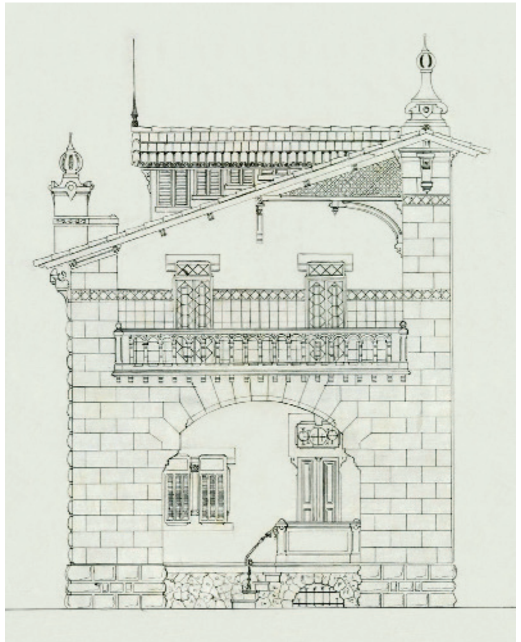
construtor civil João Baptista Rodrigues da Silva, e Manuel Ferreira dos Santos, no papel de chefe de trabalhos da respectiva entidade municipal, conferiu o projeto (AHMCSC, 1901a: 1 a 2) (Casa da Ex.ma Sr.ª D. Maria Rufina Teixeira Marques de Mesquita, 1901: 1-3).

O construtor civil João Baptista Rodrigues da Silva orçou a obra "em 5.500$000 réis, incluindo a importancia do terreno, approximadamente 1.500$000 réis, terraplanagens e remoção de terras, vedação de terreno por meio de um muro de pedra, em rustico, no qual se abrem duas entradas com grades de ferro, e, emfim, toda a construcção, com todos os seus detalhes, bem acabada, tanto no exterior como no interior solidamente feita, com materiais de primeira ordem, e para-raios no cimo do mirante". (Casa da Ex.ma Sr.ª D. Maria Rufina Teixeira Marques de Mesquita, 1901: 3)



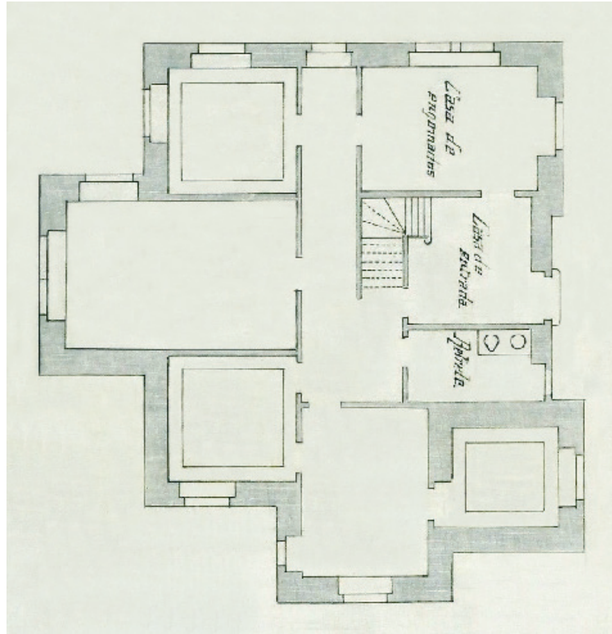
10. Alçado principal da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos [AHMCSC., 1900a: 3]

A construção foi denominada depois por Chalet Althair e erigida no interior do lote, circundado por um jardim, com um muro em pedra rusticada (comum neste período e considerado pitoresco) com um ligeiro declive no sentido poente para nascente e por isso ficou com dois patamares. Neste projeto, Manuel Ferreira dos Santos partiu de um volume rectangular ao qual avançou planos de fachada e adicionou uma torre com mirante, adaptando-os assim à vista sobre o mar, ao terreno e aos pontos cardeais de acordo com a função subjacente dos espaços interiores. As fachadas foram unidas por uma faixa azulejar, excepto o volume da torre, como forma de as unificar, imediatamente abaixo da cimalha e do beirado.



11. Alçado lateral da Casa Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos [AHMCSC., 1900a: 4]

O *rez-do-chão/caves* tinha acesso exterior pelo patamar inferior do jardim

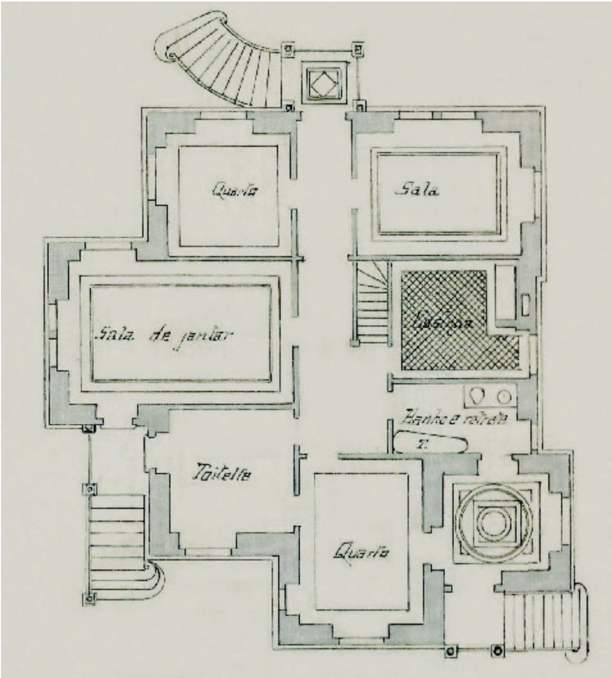


12. Planta do *rez-do-chão/caves* do Chalet Althair [AHMCSC, 1901a: 2]

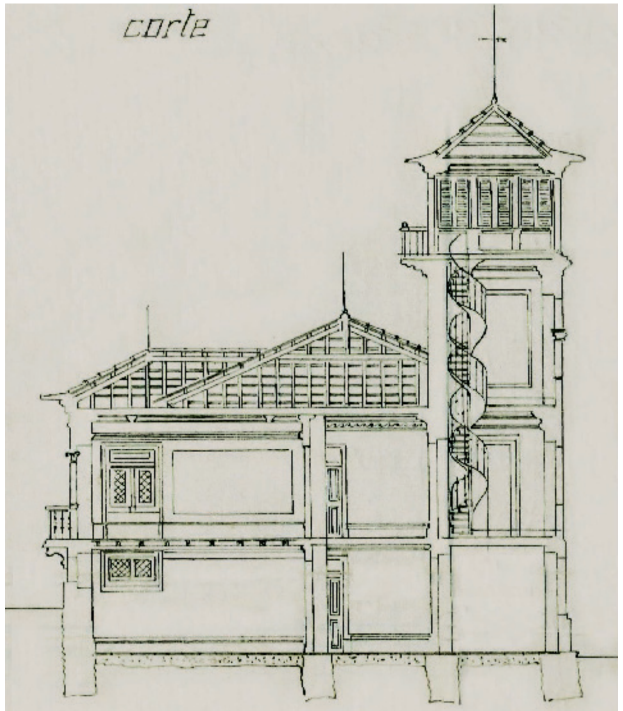
na fachada nascente e desenvolvia-se da seguinte forma: *Casa de entrada* com a escadaria para o piso superior e porta para o corredor e *Casa de engomados* e *Retrete* na mesma fachada. Os restantes espaços eram quartos e a despensa estaria provavelmente na extremidade poente/norte semi-enterrada no terreno por causa da conservação dos alimentos[35].

O acesso exterior ao *1.º andar* fazia-se pelo patamar superior do jardim através de uma escadaria de cantaria "em curva, como se vê na planta, para não tirar a luz da fresta que lhe fica ao lado. Esta fresta serve para dar luz e ar a uma casa que póde servir para quarto, no rez do chão" (Casa da Ex.ma Sr.ª D. Maria Rufina Teixeira Marques de Mesquita, 1901: 3). A distribuição espacial nesse piso processava-se através de um corredor longitudinal, dividindo assim as diferentes zonas no interior doméstico e terminava no *Quarto* com janelas duplas na fachada sul. Na fachada nascente ficava a *Sala*, a escadaria aludida para o *rez-do-chão/caves*, a *Cosinha*, o *Banho e retrete* e *a casa de costura* no volume da torre. A *casa de costura* tinha uma *escada de ferro, em espiral*, com acesso aos dois pisos superiores que iremos depois descrever. A *casa de costura* e o *Quarto* tinham portas exteriores para uma escadaria descendente para o patamar superior do jardim. Na fachada poente estava o *Quarto*, a *Sala de jantar* – que ocupava a maior área no interior da habitação – e o *Toilette* do quarto virado

35 Manuel Ferreira dos Santos não colocou na planta as denominações dos restantes espaços.



13. Planta do *1.º andar* do Chalet Althair [AHMCSC, 1901a: 2]



14. Corte do Chalet Althair [AHMCSC, 1901a: 2]

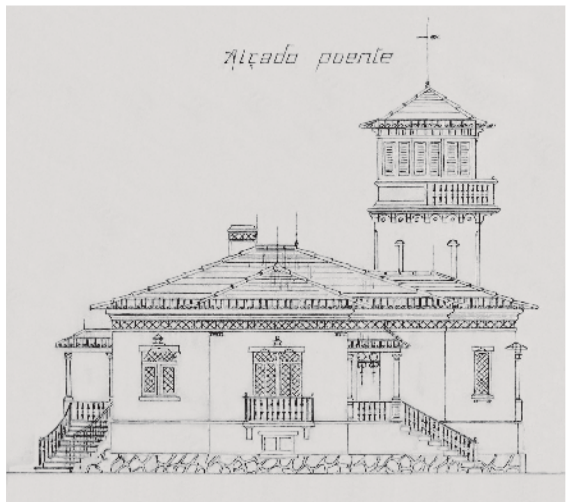
a sul. A *Sala de jantar* e o *Toilette* também tinham acesso directo para o patamar superior do jardim através de uma escadaria descendente.

O volume da torre tinha a *casa de costura* e no piso superior um espaço com duas portas janelas, com *caixilhos de madeira pintada com vitraes*, no cunhal da fachada nascente/sul com varanda. O volume terminava no mirante e tinha janelas e duas portas janelas, também com vitrais, com varanda no cunhal da fachada sul/poente para tirar todo o partido possível da vista sobre o mar.

Deliberadamente os principais espaços estavam virados para os arruamentos e as áreas de serviço para o interior do terreno. Consoante a função espacial interior foram dimensionados os vãos e por isso alguns ficaram com um desenho diferente, o que contribuía para enriquecer os alçados. O edifício estabelecia assim vários acessos ao jardim e dialogava com o exterior e a vista de forma eficiente.

Manuel Ferreira dos Santos no Chalet Althair retoma de novo o mesmo ideário de uma residência de veraneio burguesa, mas projetada para uma família com maior capacidade económica e que assim podia ter o seu desejo concretizado numa das mais exclusivas zonas de veraneio da altura. O desenho arquitectónico é uma original confluência de elementos arquitectónicos e detalhes de inspiração classicista e do período românico, realçados por elementos pitorescos, como o beirado e a faixa azulejar como forma de enaltecer a identidade portuguesa. Note-se os recortes ao gosto manuelino nas vergas horizontais dos vãos, recurso decorativo utilizado na janela dupla da Casa D. António Maria de Lencastre, anteriormente referida e nos vãos da Casa António Pedroso Salgado que iremos abordar em seguida.

O Chalet Althair foi demolido na segunda metade do século XX e deu lugar a um edifício para habitação.





15. e **16.** Alçado poente e sul do Chalet Althair [AHMCSC, 1901a: 2]

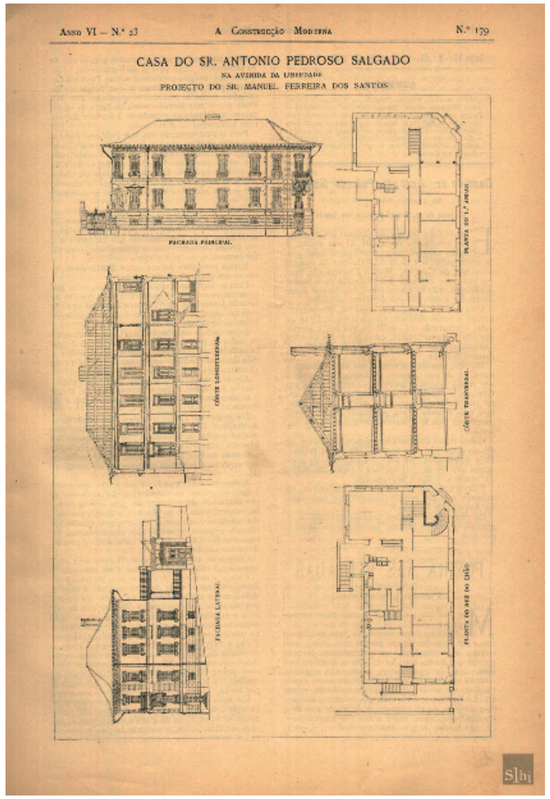
A OBRA EM LISBOA

Na cidade de Lisboa no dia 5 de Julho de 1904 Manuel Ferreira dos Santos assinou o projeto de um edifício para habitação para José Brás Simões de Sousa[36] no gaveto norte da Avenida D. Amélia (hoje Almirante Reis) e Bairro Braz Simões (hoje Rua Cidade de Liverpool). O pedido de licenciamento para a sua construção deu entrada no dia 8 de Maio de 1905 na Câmara Municipal de Lisboa (A.M.L. | B.L., 1905: 1 a 3). Efectivamente, o mesmo José Brás Simões de Sousa foi proprietário de vários terrenos na zona, onde mandou erigir a partir de 1912 vários edifícios para habitação[37]. Contudo, no n.º 179, datado de 1 de Outubro de 1905, da revista *A Construcção Moderna* o proprietário era António Pedroso Salgado[38] e neste momento da investigação não conseguimos determinar se houve uma mudança de proprietário ou apenas um erro tipográfico (Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado, 1905: 177-178)[39].

O edifício foi destinado para duas habitações: uma no *rez do chão* e outra no *1.º andar*. Desenvolvia-se no sentido longitudinal com as fachadas sobre os arruamentos no limite do gaveto e a entrada principal na fachada em ângulo no gaveto e duas entradas de serviço exteriores para o jardim. O jardim organizava-se em dois patamares devido ao declive do terreno, no sentido ascendente de poente para nascente, pertencendo o do patamar inferior ao *rez do chão* e o do superior ao *1.º andar*. O jardim do patamar inferior tinha dois canteiros e um anexo que poderia ser uma garagem ou cocheira/cavalariça ou, ainda, uma arrecadação com ligação à entrada de serviço mencionada. O do patamar superior tinha canteiros delineados geometricamente à francesa[40].

A entrada principal no gaveto dava para um vestíbulo com uma escadaria ascendente para o patamar de entrada do apartamento do *rez do chão* e a escadaria para o apartamento do piso superior. A distribuição interna do apartamento do *rez do chão* era a seguinte: um corredor longitudinal que terminava numa porta exterior para o patamar inferior do jardim; três quartos e uma sala, dividida por um arco ou por uma viga, na fachada principal; sala de jantar na fachada lateral que era, de novo, o espaço com maior área no interior da habitação; a copa, a cozinha com despensa interior e uma arrecadação, a escadaria para a cave, a instalação sanitária e dois quartos para a fachada tardoz. A copa e a cozinha tinham portas para uma varanda exterior com degraus para o jardim.

O apartamento do *1.º andar* seguiu a mesma distribuição que o anterior, excepto nos seguintes pontos: o vestíbulo deu lugar a uma sala unida a um dos quartos e separada por três pilares e não havia escadaria junto à instalação sanitária. A cozinha e a copa dispunham de portas para uma varanda em ferro que comunicava com o patamar superior do jardim. As salas com o arco ou viga possuíam portas janelas para varandas no ângulo de fachada, o que denotava uma certa originalidade. A cave contava com vários espaços que deveriam servir como arrecadações e quartos dos criados. O sótão, aparentemente, não tinha serventia.


Anno VI — N.º 23 A Construcção Moderna N.º 179

CASA DO SR. ANTONIO PEDROSO SALGADO

NA AVENIDA DA LIBERDADE

PROJECTO DO SR. MANUEL FERREIRA DOS SANTOS

17. Projeto da Casa António Pedroso Salgado publicado na revista *A Construcção Moderna* (Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado, 1905: 177)

O desenho arquitectónico vem no mesmo seguimento dos exemplos anteriores, onde mesclou originalmente referências classicistas com tardo-góticas e manuelinas. Nos cunhais optou por pedra recortada em todos os pisos, parcamente utilizada nos projetos a que já aludimos. As vergas horizontais dos vãos tinham recortes ao gosto manuelino, como nos exemplos referidos. No gaveto a entrada principal evidenciava-se no restante alçado pela largura superior às portas janelas dos dois andares superiores. Nos dois pisos dos apartamentos Manuel Ferreira dos Santos optou pelo mesmo desenho e métrica das janelas e das portas janelas com varandas nos alçados das fachadas principal e lateral, marcando assim verticalmente cada secção e criando um ritmo. A cimalha tinha os cachorros do telhado intercalados por secções decorativas, em azulejo ou em pintura a fresco, que unificavam as fachadas e contribuíam para enriquecer arquitectonicamente todo o conjunto[41].

36 Os dados biográficos sobre José Brás Simões ainda estão por apurar.

37 Ver os seguintes números da revista *A Construcção Moderna* com os projetos encomendados por José Brás Simões de Sousa ao construtor civil Rafael Duarte de Melo: o n.º 386 de 25 de Janeiro de 1913 com o título *Casa do Ex.mo Sr. José Braz Simões. No bairro da mesma denominação. Projecto do sr. Rafael Duarte de Mello* (não foi construído); o n.º 393 de 10 de Maio de 1913 com o título *Predio do Ex.mo Sr. José Braz Simões. No bairro Braz Simões. Projecto do sr. Rafael Duarte de Melo* (existente) e o n.º 424 de 25 de Agosto de 1914 com o título *Casa do Ex.mo Sr. José Braz Simões de Sousa. No bairro Braz Simões. Projecto do sr. Rafael Duarte de Melo*. O último projeto foi construído em 1912 no lote adjacente à casa António Pedroso Salgado, obteve a menção honrosa do Prémio Valmor de 1914 e foi demolido em 1989 (Fevereiro, 2017a: 244).

38 Não temos, ainda, quaisquer dados biográficos sobre António Pedroso Salgado.

39 Na revista *A Construcção Moderna* enganaram-se e colocaram Avenida da Liberdade.

40 O edifício foi representado na planta datada de Fevereiro de 1910, desenhada por V. H. Wellenkamp e denominada 11J, do levantamento topográfico da cidade de Lisboa, datado de 1904 a 1911, dirigido por Júlio António Vieira da Silva Pinto e Alberto de Sá Correia.

41 O Arquivo Municipal de Lisboa | Fotográfico conserva um negativo da fotografia tirada ao edifício da autoria de Augusto de Jesus Fernandes, datado de Fevereiro de 1964, com a seguinte cota: AJF001397.

O projeto da Casa António Pedroso Salgado foi o primeiro publicado "nas condições do actual. O seu auctor, o nosso saudoso amigo, intelligente conductor de obras publicas e chefe de trabalhos da camara municipal de Cascaes, Manoel Ferreira dos Santos tinha-nos entregue dois projectos para serem publicados, o de hoje e um outro, que deviam entar [sic] na escala, esperando vez de serem inseridos. Uma doença terrivel, avassaladora, veio surprehender o nosso desditoso amigo, [...] Morreu, mas não morreu a sua obra". (Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado, 1905: 178). A revista *A Construcção Moderna* nunca veio a publicar o segundo trabalho e por isso este foi o último número com um projeto de sua autoria. A Casa António Pedroso Salgado foi demolida em 1971 e deu lugar a um edifício para comércio e para habitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra aqui reunida de Manuel Ferreira dos Santos permite-nos aferir que durante o seu percurso profissional deverá ter obtido formação na área da arquitectura, possivelmente devido à sua actividade como condutor de obras públicas. O sentido de proporção e o cuidado no desenho são evidentes nos projetos aqui analisados, sendo percetível que estava muito bem informado acerca das últimas tendências. Planeou eficazmente o interior doméstico ao separar as diferentes zonas de acordo com a sua função e complementaridade, os pontos cardeais e as vistas, seguindo assim a mesma forma de disposição interna da habitação desenvolvida pelos demais projetistas portugueses seus contemporâneos.

O traço arquitectónico que desenvolveu é muito peculiar, tendo sabido reinterpretar determinados historicismos, como o românico e o manuelino, numa linguagem muito própria. Efectivamente, conseguiu modernizá-los ao gosto coevo e tomar todo o partido do elevado efeito construtivo e decorativo, traduzido em composições sóbrias e bem equilibradas. Nestes trabalhos também enveredou pela arquitectura ecléctica de influência francesa e italiana. A influência nacional foi inspirada na arquitectura tradicional setecentista da região do Minho e na utilização de determinados elementos da casa à portuguesa, então em voga. Podemos assim deduzir, mediante aquilo que conseguimos apurar, que Manuel Ferreira dos Santos se manteve fiel à tradição ecléctica oitocentista e, aparentemente, não enveredou pela Arte Nova que então começava a ganhar expressão[42]. São todas estas características que ajudam a caracterizar a sua obra e que conseguimos demonstrar através dos projetos aqui reunidos, com o intuito de a valorizar e dar a conhecer.

Os dados recolhidos sobre Manuel Ferreira dos Santos visam colmatar uma lacuna a nível historiográfico relacionada com os projetistas portugueses da segunda metade do século XIX e do início do século XX. Com efeito, esta investigação foi encetada por nós desde 2010 e ainda está em curso, nomeadamente a que foi desenvolvida aqui e da qual deixamos este contributo.

42 Como, por exemplo, no trabalho dos arquitectos Raul Lino, Álvaro Augusto Machado (1874-1944) e Manuel Joaquim Norte Júnior, entre outros.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Distrital de Leiria
Assentos Paroquiais
Concelho de Caldas da Rainha, freguesia de Vidais.

Arquivo Distrital de Santarém
Assentos Paroquiais
Concelho de Alpiarça, freguesia de Alpiarça.
Concelho do Cartaxo, freguesia de São João Baptista.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Assentos Paroquiais da cidade de Lisboa
Concelho de Cascais, freguesia de Cascais.
Distrito e concelho de Lisboa, freguesias de Alcântara, de Santa Isabel, de Santa Justa, de Santos-o-Velho, de São Cristóvão e São Lourenço e de São José.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais [AHMCSC]
AHMCSC/AADL/CMC/L/E/001 - Processos de obras particulares:
AHMCSC (1896), *Chalet do Ex.mo Sñr. Antonio Maximo Costa e Silva. na avenida Emygdio Navarro. em Cascaes*. CAS 0745, fl. 1 a 2.
AHMCSC (1898), *Projecto Dr. D. António de Lencastre*. CAS 0793, fl.1.
AHMCSC, Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1893), *Projecto da construcção que Bernardo Pinheiro Correia de Mello de Pindella deseja fazer nos terrenos que lhe foram concedidos pelo Ministerio da Guerr*. CAS 0634, fl. 1 a 2.
AHMCSC, Cesare Janz (1895), *Projecto de cocheira e cavallariça que o Ex.mo Sñr. Duque de Palmella pretende construir na travessa da Conceição em Cascaes*. CAS 0673, fl.1 a 2.
AHMCSC, José António Gaspar (1903), *Projecto da propriedade "Villa D. Pedro" que, a Ex.ma Sñr.ª D. Christina Vaz de Carvalho Crespo, pretende fazer construir na Rua de Santa Catharina, em Cascaes*. EST 1014, fl.1 a 2.
AHMCSC, Manuel Ferreira dos Santos (1896), *Projecto do chalet para o Ex.mo Sñr. Rodrigo Luiz Ferreira em S. João do Estoril*. EST 0082, fl.1 a 2.
AHMCSC, Manuel Ferreira dos Santos (1900a), *Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos, Projeto de Construcção, Mont'Estoril*. EST 0227, fl.1 a 4.
AHMCSC, Manuel Ferreira dos Santos (1900b), *Projecto de morada de casas*. CAS 0887, fl.1 a 2.
AHMCSC, Manuel Ferreira dos Santos (1901a), *Monte Palmella, Cascaes, Projecto de habitação p. D. M. Rufina Teixeira Marqes* [sic] *Mesquita*. EST 0268, fl.1 a 2.
AHMCSC, Manuel Ferreira dos Santos (1901b), *Visconde da Lançada. Projecto de construcção de pequenas habitações, Cascaes*. CAS 0950, fl.1 a 2.
AHMCSC, Manuel Ferreira dos Santos (1902), *Planta de casa que o Ex.mo Sñr. Eduardo Augusto Esteves de Freitas pretende construir na Avenida Valbom, em Cascaes*. CAS 1004, fl.1 a 2.
AHMCSC, Rafael Duarte de Melo (1910), *Plano-baixo*. EST 0579, fl.1 a 2.
AHMCSC, René Challand (1891a), *Casino de Cascaes. Projecto para a escada*. CAS 0547, fl.1 a 2.
AHMCSC, René Challand (1891b), *Projecto para a Casa de Eduardo Santos*. CAS 0557, fl.1 a 2.

AHMCSC, René Challand e Manuel Ferreira dos Santos (1891), *Projecto para a Casa de Augusto Lopes na Rua em Cascaes*. CAS 0532, fl.1 a 2.

Arquivo Municipal de Lisboa | Bairro da Liberdade (A.M.L. | B.L.)

A.M.L. | B.L., Manuel Ferreira dos Santos (1905), *Jose Braz Simões, Projecto de Edificio a construir na Avenida D. Amelia, Lisboa*. 1666/1ªREP/PG 1905, fl. 1 a 3.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Luís Alberto Marques (2004) – "Os professores e o ensino industrial na segunda metade do século XIX". SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena (org.). *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. P. 131-141.

ANTUNES, Alexandra de Carvalho (2019) – *A Família Anjos: Modelo de Ascensão Social e Económica no Século XIX*. Oeiras: Mazu Press.

COTA, António (2022) – "A obra do arquitecto Ventura Terra no período de 1896 a 1912: relações espaciais, inovação e modernidade". *ROMANTHIS: História, arte, cultura e património do Romantismo*. Vila Franca do Campo: Histórias Sábias. N.º 1. P. 6-155.

FEVEREIRO, António Francisco Arruda de Melo Cota (2012) – "Genealogia, dados biográficos e obra de arquitetos, artistas e construtores civis portugueses do século XIX e XX". *Raízes e Memórias*. N.º 29. Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia. P. 241-292.

FEVEREIRO, António Cota (2016) – "Gaston Landeck". *Arquivo de Cascais*. N.º 14. Cascais: Câmara Municipal. P. 140-157.

FEVEREIRO, António Francisco Arruda de Melo Cota (2016) – "The Art Nouveau tiles as a frame to architecture in Portugal". *ARTis ON – Edição especial – atas do AzLab#14 Azulejos and Frames Special issue*. Lisboa: ARTIS - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. N.º 2. P. 61-74.

FEVEREIRO, António Francisco Arruda de Melo Cota (2017a) – "A Arte Nova em Lisboa". *Cadernos do arquivo municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 2.ª Série, N.º 7 - Lisboa e as Artes Decorativas: Obras, Artistas, Projetos. P. 227-255.

FEVEREIRO, António Francisco Arruda de Melo Cota (2017b) – "Os espaços de culto privados na transição do século XIX para o XX". *Arte, cultura e património do Romantismo: Actas do 1.º Colóquio "Saudade Perpétua"*. QUEIROZ, Francisco (ed.). Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. P. 477-557.

FEVEREIRO, António Cota (2020) – "A iluminação no Chalet do Estoril ao tempo da rainha D. Maria Pia". *Herança: Revista de História, Património e Cultura*. Funchal: Ponte Editora. N.º 3, Vol. 1. P. 37-86.

ORTIGÃO, Ramalho (1896) – *O culto da arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010) – *A Casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

SILVA, Raquel Henriques da (2010) – *Arquitectura de Veraneio: Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.

WEISBERG, Gabriel P.; BECKER, Edwin; POSSÉMÉ, Évelyne (2004) – *The origins of L'Art Nouveau: The Bing empire*. Amesterdão: Van Gogh Museum.

PERIÓDICOS

Actualidades – "Actualidades. Casa do sr. Manuel Ferreira dos Santos. No Monte Palmella (Estoril). Projecto do sr. Raphael Duarte de Mello". *A Construcção Moderna e as Artes do Metal*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 11.º Ano N.º 340 (20 de Fevereiro de 1911), p. 25-26.

Actualidades – "Actualidades. Casa do Sr. Manuel Ferreira dos Santos, no Monte Palmella (Estoril). Projecto do sr. Raphael Duarte de Mello". *A Construcção Moderna e as Artes do Metal*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 11.º Ano N.º 355 (5 de Outubro de 1911), p. 145-146.

Casa da Ex.ma Sr.ª D. Maria Rufina Teixeira Marques de Mesquita – "Casa da Ex.ma Sr.ª D. Maria Rufina Teixeira Marques de Mesquita. No Mont`Estoril (Monte Palmella), Cascaes. Projecto do conductor de trabalhos Manuel Ferreira dos Santos". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 1.º Ano N.º 23 (1 de Janeiro de 1901), p. 1-3.

Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado – "Casa do sr. Antonio Pedroso Salgado. Na Avenida da Liberdade. Projecto do sr. Manuel Ferreira dos Santos". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 6.º Ano N.º 179 (1 de Outubro de 1905), p. 177-178.

Casa do Sr. Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos – "Casa do Sr. Carlos Pecquet Ferreira dos Anjos. Em construcção no Mont`Estoril. Projecto do conductor de trabalhos, Sr. Manuel Ferreira dos Santos Monte Estoril". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 1.º Ano N.º 16 (16 de Setembro de 1900), p. 1-3.

Casa em estylo minhoto – "Casa em estylo minhoto. Na Avenida Valbom, em Cascaes. Construcção mandada fazer pelos Ex.mos Srs. Duques de Palmella". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 4.º Ano N.º 96 (20 de Maio de 1903), p. 89-91.

COLARES, Eduardo Augusto Nunes – "Casa do Ex.mo Sr. Eloy Castanha. Na sua quinta, na vila da Moita do Ribatejo. Arquitecto, sr. Guilherme E. Gomes". *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 7.º Ano N.º 5 (Maio de 1914), p. 17-20.

FERREIRA, Ricardo – "Chalet do Ex.mo Sr. Mario Belmonte Pessoa no Monte Palméla. Arquitecto: sr. Rafael Duarte de Mélo". *A Architectura Portuguesa*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 6.º Ano N.º 10 (Outubro de 1913), p. 37-39.

PESSANHA, D. José – "Raul Lino". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 3.º Ano N.º 56 (10 de Abril de 1902), p. 17-21.

SANTOS, Manuel Ferreira dos – "Matadouro da Villa de Cascaes" *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 1.º Ano N.º 23 (1 de Janeiro de 1901a), p. 6-7.

SANTOS, Manuel Ferreira dos – "Matadouro da Villa de Cascaes" *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 1.º Ano N.º 24 (16 de Janeiro de 1901b), p. 7.

SANTOS, Manuel Ferreira dos – "Matadouro da Villa de Cascaes". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 2.º Ano N.º 26 (16 de Fevereiro de 1901c), p. 7-8.

SANTOS, Manuel Ferreira dos – "Matadouro da Villa de Cascaes". *A Construcção Moderna*. Lisboa: Eduardo Nunes Colares. 2.º Ano N.º 31 (1 de Maio de 1901d), p. 8.



1. Igreja e Largo de S. Domingos de Rana, c. 1900
[AHMCS/AESP/CALM/109]

A LEI DA SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS E AS SUAS IMPLICAÇÕES NO CONCELHO DE CASCAIS

Ana Gaspar

Portugal no início do século XX era, essencialmente, um país rural e analfabeto. A taxa de analfabetismo rondava os 75,1% e os republicanos consideravam a religião católica, a par do regime monárquico, a principal responsável pelo atraso do país. Assim, não é de estranhar que as primeiras medidas legislativas do regime republicano, instaurado a 5 de outubro de 1910, fossem no sentido da promoção do ensino público e da laicização.[2]

Logo a 8 de outubro são repostas a legislação pombalina que expulsou os jesuítas (leis de 3 de setembro de 1759 e de 28 de agosto de 1767), assim como a lei de 28 de maio de 1834 que extinguiu os conventos, sendo revogado o decreto de 18 de abril de 1901. Mas, o grande diploma que viria a provocar uma verdadeira fratura na sociedade portuguesa foi a Lei da Separação do Estado das Igrejas, promulgada a 20 de abril de 1911. Há autores para quem a execução da Lei da Separação, a par da participação da Portugal na I Guerra, é responsável pela fratura na sociedade portuguesa face à República e causa da sua queda. Um desses autores foi José Relvas, ministro das Finanças do I Governo Provisório, e um dos responsáveis pela promulgação desta lei que, nas suas memórias, afirma que "a separação, tal como foi redigida, e na forma como foi executada, constitui uma das mais fortes causas do divórcio duma grande parte da opinião pública em Portugal em face da República"[3].

2 Para a elaboração deste texto socorremo-nos quase exclusivamente da documentação produzida e/ou recebida pela Comissão Central de Execução da Lei da Separação ou da sua sucessora, a Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, fundo documental que se encontra à guarda do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças e disponível em https://badigital.sgmf.gov.pt/

3 RELVAS, José (1977), *Memórias Políticas*, vol. I, Lisboa, Terra Livre, p. 161.

De acordo com a Lei da Separação do Estado das Igrejas "a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas"[4], não podendo ninguém "ser perseguido por motivos de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da religião que professa"[5]. Separando-se o Estado da Igreja Católica, a religiosidade ficou a pertencer exclusivamente ao domínio da família. Naturalmente provocou manifestações de regozijo por parte dos republicanos que, desde o final da monarquia, reclamavam pelo fim da preponderância clerical, bem como de indivíduos que tinham outras crenças diferentes da católica, até então unicamente reservadas aos estrangeiros.

ARROLAMENTO DOS BENS CULTUAIS

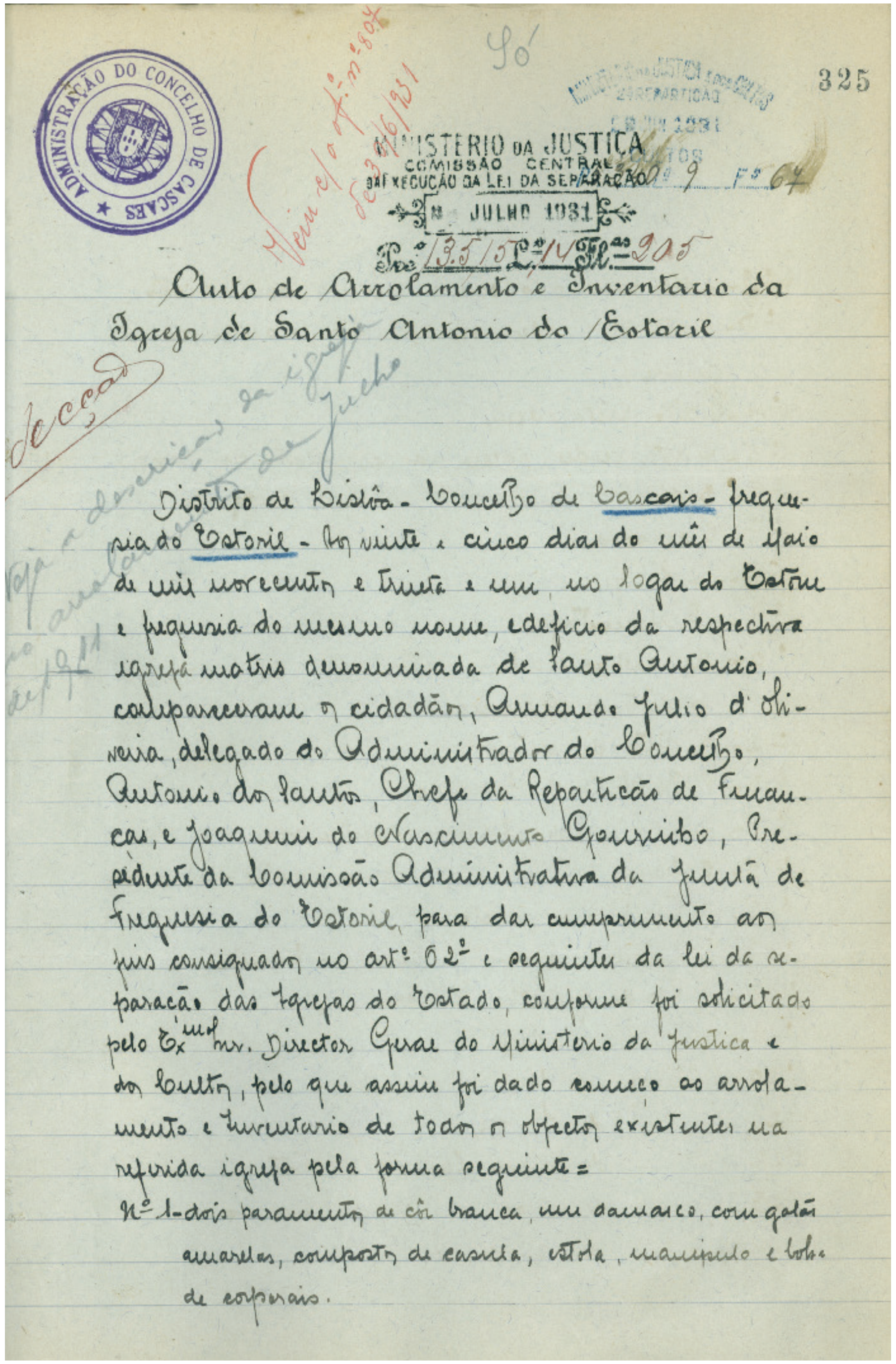
O artigo 62.º da Lei da Separação determinava que: "Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e de outros funcionários empregados e serventuários dela, […] são declarados […] pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como tais, arrolados e inventariados […] entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se recear, provisoriamente à guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus".

Para proceder a estes arrolamentos foram criadas comissões concelhias de inventário, devendo os inventários começar no dia 1 de junho de 1911 e terminar no prazo de três meses.

Assim, a 2 de julho de 1911 foi arrolada a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios situada na freguesia de Carcavelos[6]. A 10 do mesmo mês e ano foi a vez da igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, de Cascais, assim como das capelas de Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição, de Santo António do Estoril, da Areia, da Torre e de São Sebastião[7]. A 28 de julho a comissão concelhia arrolou a igreja de São Domingos de Rana e a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda[8]. Finalmente, a 2 de agosto de 1911 foram arroladas a igreja matriz de Alcabideche, devotada a São Vicente, bem como as capelas de Nossa Senhora da Conceição, de Manique e a de Santa Iria, em Murches.

Alguns destes arrolamentos socorriam-se de inventários feitos anteriormente pelos párocos ou juízes/presidentes das irmandades, limitando-se os membros da comissão concelhia a conferir os bens inventariados. Foi o que aconteceu com os

4 Lei da Separação, art.º 2.º.
5 Idem, art.º 3.º.
6 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/002 (Portugal/Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças/Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais/Lisboa/Cascais/Arrolamentos).
7 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/003.
8 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/005.


325
ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS
MINISTERIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO CENTRAL
DA EXECUÇÃO DA LEI DA SEPARAÇÃO
JULHO 1931

Auto de Arrolamento e Inventario da Igreja de Santo Antonio do Estoril

Districto de Lisbôa - Concelho de Cascais - freguesia do Estoril - Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e um, no logar do Estoril e freguesia do mesmo nome, edeficio da respectiva igreja matriz denominada de Santo Antonio, compareceram os cidadãos, Armando Julio d'Oliveira, delegado do Administrador do Concelho, Antonio dos Santos, Chefe da Repartição de Finanças, e Joaquim do Nascimento Gouveia, Presidente da Commissão Administrativa da Junta de Freguesia do Estoril, para dar cumprimento aos fins consignados no artº 62º e seguintes da lei da separação das Igrejas do Estado, conforme foi solicitado pelo Exmo Snr. Director Geral do Ministerio da Justiça e dos Cultos, pelo que assim foi dado começo ao arrolamento e inventario de todos os objectos existentes na referida igreja pela forma seguinte =

Nº 1 - dois paramentos de côr branca, em damasco, com galões amarellos, compostos de casula, estola, manipulo e bolsa de corporais.

2. Auto de Arrolamento e Inventário da Igreja de Santo António do Estoril, 1931 [PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/004]

bens da Senhora do Cabo existentes na igreja matriz de Alcabideche em que foi utilizado um inventário efetuado a 5 de dezembro de 1910[9].

Com o serviço de arrolamento e inventário dos bens cultuais do concelho de Cascais no ano de 1911 foram despendidos 12$490, dos quais 3$500 destinaram-se ao transporte de carro para a Abóboda e São Domingos de Rana e 1$260 para o transporte em caminho de ferro para as freguesias de Carcavelos e São Domingos de Rana[10].

Porém, nem todos os bens da Igreja foram arrolados neste período. Quando os representantes das corporações encarregados do culto solicitam a entrega dos bens, ao abrigo dos dispositivos legais que entretanto se vão publicando e que devolvem os bens às corporações fabriqueiras (de acordo com o decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918, o Decreto n.º 11887, de 6 de julho de 1926 e o decreto-lei n.º 30615, de 25 de junho de 1940), verifica-se que alguns bens não faziam parte do património do Estado por não terem sido inicialmente arrolados, tornando-se necessário proceder a arrolamentos adicionais. Foi o caso da Igreja dos Navegantes em Cascais, arrolada a 19 de abril de 1928[11]; da Igreja de Santo António do Estoril, a 25 de maio de 1931[12]; da torre da igreja paroquial de Alcabideche, dois sinos, uma casa de arrecadação e uma casa junto à igreja, inventariados a 20 de julho de 1932[13] e do cemitério velho, respetivo quintal e o adro da igreja de Carcavelos, arrolados a 29 de setembro de 1942[14].

COMISSÕES CONCELHIAS

As comissões concelhias representavam localmente a Comissão Central de Execução da Lei da Separação, possuindo um "Livro de Conta Corrente" registando todas as atividades relacionadas com a administração dos bens cultuais no concelho.

Apesar do estabelecido na Lei, percebe-se que as sucessivas comissões concelhias de Cascais sempre protelaram a entrega dos bens da Igreja à Comissão Central, recusando-se, pela inércia, a administrar os bens que, dessa forma, continuaram na posse das juntas de paróquia.

Deste modo, em ata de 1915, a comissão concelhia constituída por João Arrunho da Costa (presidente), João Maria Bravo (vereador), Abel Francisco de Almeida (empregado no cabo submarino) e secretariada pelo professor Artur António Pereira, chega a afirmar que "a esta comissão nenhuns bens, nem títulos de propriedade foram entregues e, no seu entender as comissões locais não tem competência para exigir a entrega seja do que for, porque, a Lei de 20 de Abril de 1911, no artigo 71, apenas lhes confere atribuições para receber rendas, foros e pensões, e ir entregá-los

9 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/001.
10 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/041.
11 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/003.
12 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/004.
13 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/001.
14 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ARROL/002.

à Comissão Central"[15]. Ironizando sobre as atribuições das comissões concelhias continuam referindo: "impondo-se-lhes ao mesmo tempo um tão grande número de trabalhos, principalmente escrita, além das responsabilidades civis e criminais, que parece que se esteve legislando para funcionários bem pagos pelo Estado. Não se atendeu a que se tratava de cidadãos que iam prestar serviços ao país gratuitamente, e alguns com grave prejuízo dos seus interesses"[16].

Assim sendo, a comissão concelhia chega mesmo a propor a entrega tutelada das igrejas e capelas às juntas de paróquia para as transformarem em escolas ou celeiros comuns e daí advirem benefícios às populações rurais, uma vez que consideram os locais de culto no concelho de "insignificante valor"[17].

No ano seguinte, a mesma comissão concelhia de que era presidente João Arrunho da Costa, em ofício dirigido ao administrador do concelho de Cascais, a 11 de março de 1916, comunica que a 22 de julho de 1915 teria apresentado verbalmente a demissão à Comissão Central "por divergências entre esta e aquela sobre a forma de administração e arrecadação dos bens pertencentes ao Estado. Este pedido foi repetido por deliberação unânime dos vogais desta mesma Comissão, em ofício de 4 de Setembro de 1915".[18]

A animosidade entre as diversas comissões concelhias e a Comissão Central manter-se-á ao longo dos anos. A 14 de dezembro de 1934, a então Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais (sucessora da Comissão Central de Execução da Lei da Separação) oficia o Presidente da Comissão Administrativa dos Bens Cultuais do Concelho de Cascais, com conhecimento para o Secretário de Finanças de Cascais, que "essa comissão, na sua apatia e possível comodismo, não mede as responsabilidades graves em que incorre, com a agravante de nelas envolver este organismo que lhe dispensou confiança e está pronto a coadjuvá-la até onde for necessário"[19].

Anos mais tarde, em 1939, a Comissão Jurisdicional substitui a comissão concelhia "em virtude dos respectivos serviços estarem de há muito votados ao maior abandono, não obstante as instruções e solicitações muitas vezes feitas em contrário"[20].

Parece-nos, assim, que a inépcia e o "comodismo" com que as sucessivas comissões concelhias de Cascais sempre primaram na sua conduta, teriam, porventura, o objetivo de travar a entrega dos bens à Fazenda Pública, mantendo-os na esfera local. Exemplificativo é o facto dos proveitos obtidos no concelho de Cascais serem significativamente pequenos quando comparados aos dos restantes concelhos do distrito de Lisboa, como se pode verificar no quadro seguinte relativo ao ano económico de 1916-1917, em que apenas nos concelhos de Alcácer do Sal, Cadaval e Grândola a quantia recebida foi inferior ao montante recebido no concelho de Cascais.

15 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/015.
16 *Ibidem.*
17 *Ibidem..*
18 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/030.
19 PT/ACMF/DGFP/RP/LIS/CAS/CCFRS/001.
20 PT/ACMF/DGFP/RP/LIS/CAS/CCFRS/001.

RECEITAS OBTIDAS PELAS COMISSÕES CONCELHIAS DO DISTRITO DE LISBOA NO ANO ECONÓMICO DE 1916-1917		
Concelho	Tipo de receita	Quantia total
1.º Bairro de Lisboa	Rendas Foros cobrados pela comissão de Leiria	6563$09
2.º Bairro de Lisboa	Rendas	291$34
3.º Bairro de Lisboa	Rendas Venda de erva e azeitona Venda em hasta pública de móveis, paramentos e alfaias da antiga capela de Santo António da Convalescença Venda em hasta pública de um púlpito, quatro pias e três altares de pedra da antiga igreja de São Lourenço de Carnide e 10 bancos da capela do Calhariz de Benfica	785$18
4.º Bairro Lisboa	Rendas	341$52
Alcácer do Sal	Rendas	20$10
Alenquer	Rendas Foros, censos e pensões	188$31
Almada	Rendas	76$23
Arruda dos Vinhos	Rendas, Foros Cedência à Câmara Municipal da antiga residência da freguesia de Arranho para instalação de uma escola primária – 2.ª anuidade	136$78
Barreiro	Rendas Venda de duas portas da antiga igreja de Santa Cruz do Barreiro	104$20
Cadaval	Rendas	21$34
Cascais	Rendas	25$00
Grândola	Rendas Foros, censos e pensões	19$06
Loures	Rendas, Foros Cedência ao Ministério da Guerra do edifício da antiga Igreja dos Mártires de Sacavém para instalação de um parque de artilharia	732$89
Lourinhã	Rendas, Foros, censos e pensões Juros de capitais mutuados	187$99
Mafra	Rendas, Foros, censos e pensões Juros de capitais mutuados	1206$29
Oeiras	Rendas	44$00
Santiago do Cacém	Rendas Foros, censos e pensões	112$10
Seixal	Rendas	36$00
Sesimbra	Foros, censos e pensões Venda de pedra	50$20
Setúbal	Foros, censos e pensões, Laudémios Juros de capitais mutuados	179$35
Sintra	Rendas Foros, censos e pensões, Laudémios Cedência à Câmara Municipal de casa sita em Fontanelas para construção de escola	956$47
Torres Vedras	Rendas, Foros, censos e pensões Juros de capitais mutuados	127$13
Vila Franca de Xira	Rendas	80$20

ADMINISTRAÇÃO DOS BENS CULTUAIS

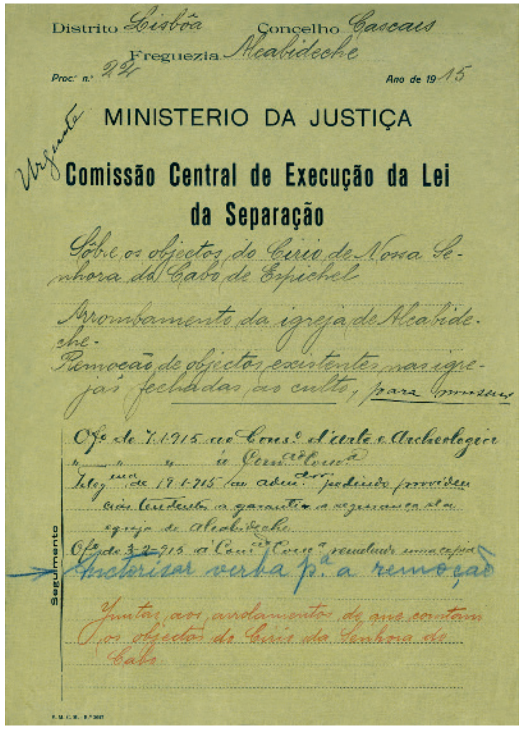
Após o arrolamento dos bens e a sua entrada na posse do Estado, eram frequentes os pedidos de cedência de alguns daqueles bens mediante o pagamento de uma renda, nomeadamente pelas juntas de freguesia ou outros órgãos administrativos civis. Eram especialmente atendidos os pedidos cuja utilização se destinasse à instalação de escolas, sendo que, como já referimos, os republicanos consideravam a monarquia e a Igreja católica as principais responsáveis pelo atraso e obscurantismo em que o país se encontrava face aos congéneres europeus. Foram igualmente utilizadas algumas dependências de templos para instalação das salas de sessões das juntas de freguesia.

Assim, a 13 de julho de 1912 é solicitada a cedência da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Alcabideche, pela Junta de Freguesia respetiva para instalação de uma escola, com vista a colmatar a "instrução deficiente e defeituosamente ministrada aos muitos analfabetos da freguesia"[21]. A mesma capela, agora em ruínas, volta a ser objeto de solicitação, desta vez pela Câmara Municipal de Cascais que, a 16 de março de 1920, pretende aproveitar os materiais da capela e o terreno na "construção de um posto de fiscalização dos impostos e outros serviços de utilidade pública"[22], mediante a indemnização de 50$00.

A igreja paroquial de Carcavelos foi cedida à Junta de Paróquia de Carcavelos por diploma de 28 de agosto de 1915 para instalação de uma escola primária para ambos os sexos e um jardim de infância, mediante o pagamento da renda anual de 25$00. A 16 de novembro do mesmo ano, a Junta de Paróquia de Carcavelos solicita a cedência, agora, de uma pequena casa junto ao cemitério, oferecendo a quantia de 12$00, para nela instalar a sua sede e um "consultório médico gratuito aos pobres para o que conta já com o concurso de alguns médicos"[23], numa atitude verdadeiramente inovadora e exemplarmente digna.

Situação idêntica sucede em São Domingos de Rana, em que a respetiva junta de paróquia solicita, a 22 de setembro de 1915, a cedência da igreja daquela freguesia devido a se encontrar fechada desde a proclamação da República "em virtude de se não tornar necessária e os católicos a terem abandonado, cujo edifício se está deteriorando e precisa reparado"[24]. Pretendia a junta aí instalar "uma escola para artes e ofícios, a exemplo do que se encontra no estrangeiro, contando já com o auxílio da Câmara Municipal deste concelho e de alguns particulares"[25], oferecendo para o efeito a renda anual de 25$00. De realçar, uma vez mais, a atitude inovadora e criativa. Porém, este "melhoramento que muito engrandeceria tanto esta freguesia como todo o concelho", não chegou a ser posto em prática. Posteriormente, em ofício de

21 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/045.
22 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/020.
23 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/030.
24 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/028.
25 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/028.



Distrito Lisbôa Concelho Cascaes
Freguezia Alcabideche
Proc.º n.º 24 Ano de 1915

Urgente

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Comissão Central de Execução da Lei da Separação

Sôbre os objectos do Cirio de Nossa Senhora do Cabo de Espichel

Arrombamento da igreja de Alcabideche.

Remoção de objectos existentes nas igrejas fechadas ao culto, para museus

Segumento

Of.º de 7-1-915 ao Cons.º d'Arte e Archeologia

Teleg.ma de 19-1-915 ao adm.dor pedindo providencias tendentes a garantir a segurança da egreja de Alcabideche

Of.º de 3-2-915 á Com.ão Cons.ª remettendo uma copia

Auctorisar verba p.ª a remoção

Juntar aos andamentos de que constam os objectos do Cirio da Senhora do Cabo

3. Capa do processo de administração de bens relativos aos objectos do Círio de Nossa Senhora do Cabo do Espichel; arrombamento da igreja de Alcabideche e remoção dos objectos existentes nas igrejas fechadas ao culto com destino a museus, 1915 [PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/014]

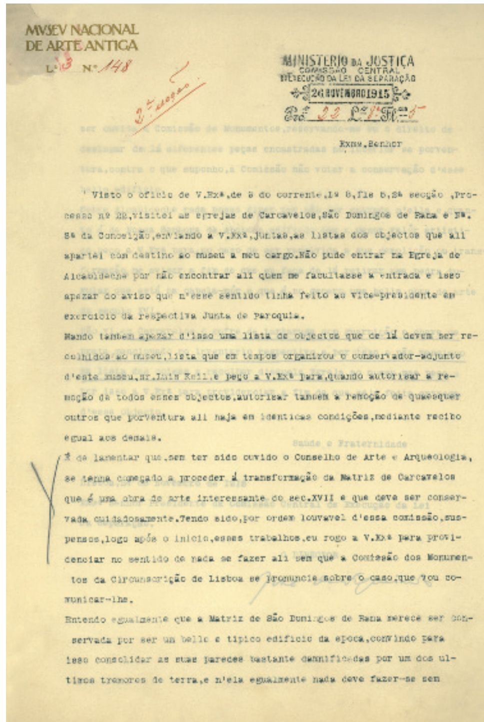
22 de outubro de 1915, a mesma entidade solicita a remoção urgente dos "bastantes objectos de valor" que se encontram na igreja e aos quais a junta não pode assegurar a segurança e conservação[26], relatando, mais tarde, em ofício de 10 de novembro de 1915, atos de vandalismo como a quebra de vidros e o derrube de uma esfera que encimava uma coluna no Largo do Adro[27].

Igualmente o Ministério da Guerra solicitou, a 29 de outubro de 1915, a cedência da sacristia da igreja paroquial para aí instalar o arquivo da Instrução Militar Preparatória de São Domingos de Rana[28].

Relativamente à pretensão de instalação de uma escola de artes e ofícios em Rana, o 3.º oficial João António de Araújo, em relatório dirigido à Comissão Central refere que "se irrealizável é o projecto da junta de paróquia de Carcavelos […], ainda mais irrealizável é o da junta de paróquia de São Domingos de Rana – tão grandioso é – não sendo arriscado classificá-lo de pura fantasia"[29].

No entanto, são significativas as intervenções de José de Figueiredo, então diretor do Museu Nacional de Arte Antiga e, depois, de Ventura Terra, presidente da Comissão dos Monumentos de Lisboa, alertando para a importância de alguns

26 *Ibidem.*.
27 *Ibidem.*
28 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/029.
29 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/015.



MVSEV NACIONAL DE ARTE ANTIGA
L.º 3 N.º 148

2.ª secção

MINISTERIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO CENTRAL DE EXECUÇÃO DA LEI DA SEPARAÇÃO
26 NOVEMBRO 1915
Proc. 22 L.º 1.º Fl. 5

Exmo. Senhor

Visto o officio de V.Exª.de 8 do corrente,lº 8,fls 5,2ª secção,Processo nº 22,visitei as egrejas de Carcavelos,São Domingos de Rana e Nª. Sª da Conceição,enviando a V.Exª,juntas,as listas dos objectos que alli apartei com destino ao museu a meu cargo.Não pude entrar na Egreja de Alcabideche por não encontrar alli quem me facultasse a entrada e isso apezar do aviso que n'esse sentido tinha feito ao vice-presidente em exercicio da respectiva Junta de Parochia.

Mando tambem apezar d'isso uma lista de objectos que de lá devem ser recolhidos ao museu,lista que em tempos organizou o conservador-adjunto d'este museu,sr.Luis Keil,e peço a V.Exª para,quando autorisar a remoção de todos esses objectos,autorisar tambem a remoção de quaesquer outros que porventura alli haja em identicas condições,mediante recibo egual aos demais.

É de lamentar que,sem ter sido ouvido o Conselho de Arte e Arqueologia, se tenha começado a proceder á transformação da Matriz de Carcavelos que é uma obra de arte interessante do sec.XVII e que deve ser conservada cuidadosamente.Tendo sido,por ordem louvavel d'essa comissão,suspensos,logo após o inicio,esses trabalhos,eu rogo a V.Exª para providenciar no sentido de nada se fazer alli sem que a Comissão dos Monumentos da Circunscripção de Lisboa se pronuncie sobre o caso,que vou communicar-lhe.

Entendo egualmente que a Matriz de São Domingos de Rana merece ser conservada por ser um bello e tipico edificio da epoca,convindo para isso consolidar as suas paredes bastante damnificadas por um dos ultimos tremores de terra,e n'ella egualmente nada deve fazer-se sem

4. Ofício de José de Figueiredo, director do Museu Nacional de Arte Antiga acerca das igrejas de Carcavelos e de São Domingos de Rana, 1915 [PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/015]

imóveis edificados, em risco com a utilização para outros fins que não os originais, incidindo em particular na igreja de Carcavelos e na de São Domingos de Rana.

Em ofício datado de 24 de Novembro de 1914, José de Figueiredo refere que a igreja de São Domingos de Rana: "merece ser conservada por ser um belo e típico edifício da época, convindo para isso consolidar as suas paredes bastantes danificadas por um dos últimos tremores de terra, e nela igualmente nada deve fazer-se sem ser ouvida a Comissão de Monumentos, reservando-me eu o direito de deslocar de lá diferentes peças encastradas no interior se porventura, contra o que suponho, a Comissão não votar a conservação desse belo edifício".[30] Quanto à Capela da Abóboda, José de Figueiredo informa ser o "edifício sem o menor valor artístico", à exceção de "uma pedra tumular que está na capela mor e que é, no género, uma bela obra de arte do século XVI".

No que concerne à igreja de Carcavelos foi Ventura Terra, enquanto Presidente da Comissão dos Monumentos, chamado pela Comissão Central de Execução da Lei da Separação a pronunciar-se sobre o pedido da Junta de Paróquia civil de arrendamento de uma casa contígua à igreja para instalação da sua secretaria e posto médico gratuito. Assim, e suspensos os trabalhos, Ventura Terra refere que a igreja de Carcavelos "é igualmente documento arquitetónico de valor do século XVII"[31], além

30 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/015.
31 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/030.

de sublinhar o valor dos seus "notáveis azulejos", sustentando a opinião semelhante à já manifestada por José de Figueiredo relativamente aos outros templos.

Destas intervenções resultou que muitos objetos das igrejas do concelho de Cascais tenham sido depositados no recém-criado Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), objetivo, aliás, contemplado na Lei da Separação como forma de conservação e preservação dos objetos com valor artístico.

José de Figueiredo, enquanto director do MNAA, desloca-se às várias igrejas do concelho de Cascais e são elaboradas relações com os vários objectos recolhidos das diversas igrejas, a serem entregues, a título de depósito, naquele museu, por serem desnecessárias ao culto[32].

A Lei da Separação determinava que numa mesma freguesia só um templo podia estar afeto ao culto. Todos os restantes poderiam ser cedidos a particulares ou organismos civis mediante um determinado montante. Ao contrário do que sucede noutros concelhos, em Cascais poucos são os bens da Igreja Católica cedidos a organismos civis. Contrariamente, as cedências são feitas a irmandades que pretendem exercer o culto católico.

Assim, a 29 de julho de 1918 o Secretário de Estado da Justiça e dos Cultos afeta a Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Domingos de Rana ao culto na igreja da localidade, de acordo com o pedido feito pela associação[33]. Também a capela de São Brás, sita no lugar da Areia, foi cedida à Irmandade do Santíssimo Sacramento, erecta na igreja matriz de Cascais[34]. O mesmo sucedeu com a Capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na freguesia de Cascais, cujo culto era efetuado pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Inocentes, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que declarou nula a portaria n.º 2135, publicada no *Diário do Governo* n.º 22, 1.ª série, de 29 de janeiro de 1920, que a desafetara ao culto[35].

Particularmente interessante é o facto de a Comissão Central de Execução da Lei da Separação ter deferido o pedido de Laurinda Mangini Pereira de Mello, que solicitou a abertura ao culto, durante o Verão, de uma capela de que era proprietária, em Cascais. Apesar do administrador do concelho ter informado não haver celebração do culto nos últimos 12 anos e da referida capela distar cerca de 30 metros da igreja matriz, a pretensão foi deferida[36].

A participação de Portugal na Grande Guerra com a intervenção ativa de padres que acompanharam as tropas amenizando a sua dor, e a promulgação dos decretos n.º 3687, de 22 de dezembro de 1917 e n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918, do governo sidonista, atenuaram os aspetos mais radicais da Lei da Separação. Finalmente, o golpe de 28 de maio de 1926 e a Concordata estabelecida entre

32 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/014 e 15.
33 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/012.
34 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/049.
35 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/052.
36 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/009.

Portugal e a Santa Sé em 1940, acabariam por devolver praticamente todos os bens à Igreja Católica, de acordo, respetivamente, com o estabelecido pelo decreto n.º 11:887, de 6 de julho de 1926 e pelo decreto-lei n.º 30615, de 25 de julho de 1940.

Foi o caso dos edifícios da Igreja dos Navegantes, Capela da Senhora da Conceição, Capela de Nossa Senhora da Conceição, Capela de São Brás de Areia, Capela de Nossa Senhora da Guia e Igreja de Nossa Senhora da Assunção, e respetivos bens cultuais, entregues por portaria n.º 5493, publicada no *Diário do Governo* n.º 178, 1.ª série, de 6 de agosto de 1928, sendo os termos de entrega datados de 20 de outubro do mesmo ano, e descrevendo detalhadamente os bens entregues[37]. A igreja de São Vicente de Alcabideche, assim como os objetos, móveis, alfaias e paramentos, seriam entregues à corporação encarregada do culto católico naquele templo por auto lavrado a 25 de outubro de 1932[38]. A 19 de dezembro de 1932 seria lavrado o auto que estabeleceu a entrega da Igreja de Santo António do Estoril, com a sua torre com sinos, adros e todos os restantes objetos cultuais[39].

Porém, o adro da igreja paroquial de São Domingos de Rana, um terreno situado no lugar da Parede, paramentos e objetos de culto, a igreja de Nossa Senhora da Abóboda e duas casas de habitação foram entregues apenas a 16 de outubro de 1951[40].

QUESTIONÁRIOS SOBRE A LEI DA SEPARAÇÃO

No início de 1914 a Comissão Central de Execução da Lei da Separação envia um questionário sobre a aplicação desta lei a ser preenchido tanto pelos administradores dos concelhos como pelos presidentes de câmaras municipais. O questionário constava das seguintes perguntas:

"1.º - Tem havido nesse concelho conflitos motivados pela Lei da Separação?
2.º - Por que motivo e quantas vezes?
3.º - Quem dirigiu esses movimentos: os padres, os agentes destes, a massa dos fiéis provocada por eles, ou o povo em movimento espontâneo?
4.º - O povo sente e manifesta a necessidade do culto religioso? Por simples culto de tradição, por divertimento e gozo ou por má fé?
5.º - Parece-lhe que a República será prejudicada se a Lei da Separação não sofrer qualquer modificação no sentido de se facilitar o culto externo? Há porventura no movimento quem reivindique a causa das congregações religiosas?
6.º - O povo ou qualquer associação tem reclamado contra a aplicação da citada lei?

37 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/001.
38 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/005.
39 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/004.
40 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/047.

7.º - Foram expulsos desse concelho alguns padres? Quantos e por que motivo?
8.º - Os padres expulsos têm sido substituídos? Quando regressaram, qual foi a atitude do público e dos fiéis: favorável, hostil ou indiferente?
9.º - A concorrência aos templos tem aumentado ou diminuído depois da proclamação da República?
10.º - Quantos padres pensionistas há? Têm sido perseguidos? Por quem e que motivo é alegado para a perseguição?
11.º - Nota-se fanatismo nesse concelho? Com que intensidade?
12.º - Quantas igrejas há? Quantas se criaram depois da proclamação da República? Quantas se fecharam? Quantas se reabriram? Quantas foram interditas?
13.º - Que mais se lhe oferece dizer sobre o assunto?"

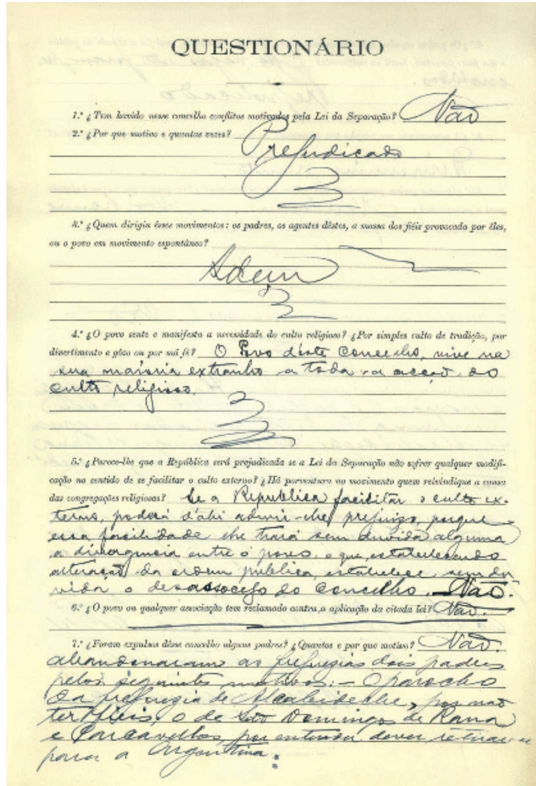
A 31 de março de 1914 responde ao questionário o administrador do concelho de Cascais e a 9 de abril será a vez do Presidente da Câmara[41]. Os dois questionários revelam que não houve registo de tumultos e desacatos em consequência da aplicação da lei. Ambos concordam na inexistência de fanatismo no concelho. "O povo deste concelho vive na sua maioria extranho a toda a acção do culto religioso", segundo o administrador do concelho e "não exteriorisa a necessidade do culto religioso", de acordo com o Presidente da Câmara[42].

Ambos referem que não houve qualquer pároco expulso do concelho: "Abandonaram as freguesias dois padres pelos seguintes motivos: O párocho da freguesia de Alcabideche, por não ter fiéis; o de São Domingos de Rana e Carcavelos, pois entendeu dever retirar-se para a Argentina", não tendo sido as vagas preenchidas, de acordo com a resposta do administrador do concelho que continua afirmando que "as igrejas estão fechadas por nelas não haver culto. Não foram fechadas por ordem de ninguém, mas por os padres as terem abandonado"[43], "nenhuma foi interdita"[44], como afirma, agora, o Presidente da Câmara.

Da resposta a estes questionários deduz-se que tudo teria decorrido na maior tranquilidade no concelho de Cascais, não havendo da parte da população sequer a necessidade do culto religioso. Sabemos que isso não correspondeu à realidade. Pelo menos, a atestar no culto celebrado em capelas particulares por párocos que pertenciam ao vizinho concelho de Oeiras. Foi o caso de Manuel Marques de Lemos, denominado "Padre Sopas", prior de Oeiras, que a 7 de novembro de 1912, foi admoestado por se encontrar praticando actos de culto em São Domingos de Rana e Carcavelos em contravenção do artigo 95 da Lei da Separação[45], e do também prior de Oeiras,

....

41 PT/ACMF/CJBC/INQUE/LIS. O questionário respondido pelo Presidente da Câmara corresponde às páginas 22-23 e a resposta do Administrador do Concelho às páginas 97-98.
42 *Ibidem*.
43 *Ibidem*.
44 *Ibidem*.
45 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/043


QUESTIONÁRIO

1.º ¿Tem havido nesse concelho conflitos motivados pela Lei da Separação? Não
2.º ¿Por que motivo e quantas vezes? Prejudicado

3.º ¿Quem dirigia êsses movimentos: os padres, os agentes dêles, a massa dos fiéis provocada por êles, ou o povo em movimento espontâneo?

4.º ¿O povo sente e manifesta a necessidade do culto religioso? ¿Por simples culto de tradição, por divertimento e gôzo ou por sua fé? O Povo d'este Concelho, vive na sua maioria extranho a toda a acção do culto religioso.

5.º ¿Parece-lhe que a República será prejudicada se a Lei da Separação não sofrer qualquer modificação no sentido de se facilitar o culto externo? ¿Há porventura no movimento quem reivindique a causa das congregações religiosas? Se a Republica facilitar o culto externo, poderá d'ahi advir-lhe prejuizo, porque essa facilidade lhe trará sem duvida alguma a discordancia entre o povo, o que, estabelecendo alteração da ordem publica, estabelece, sem duvida o desassocego do Concelho. Não.

6.º ¿O povo ou qualquer associação tem reclamado contra a aplicação da citada lei? Não.

7.º ¿Foram expulsos dêsse concelho alguns padres? ¿Quantos e por que motivo? Não. Abandonaram as freguezias dois padres pelos seguintes motivos: - O parocho da freguezia de Alcabideche, por não ter fieis; o de São Domingos de Rana e Carcavellos, por entender dever retirar-se para a Argentina.

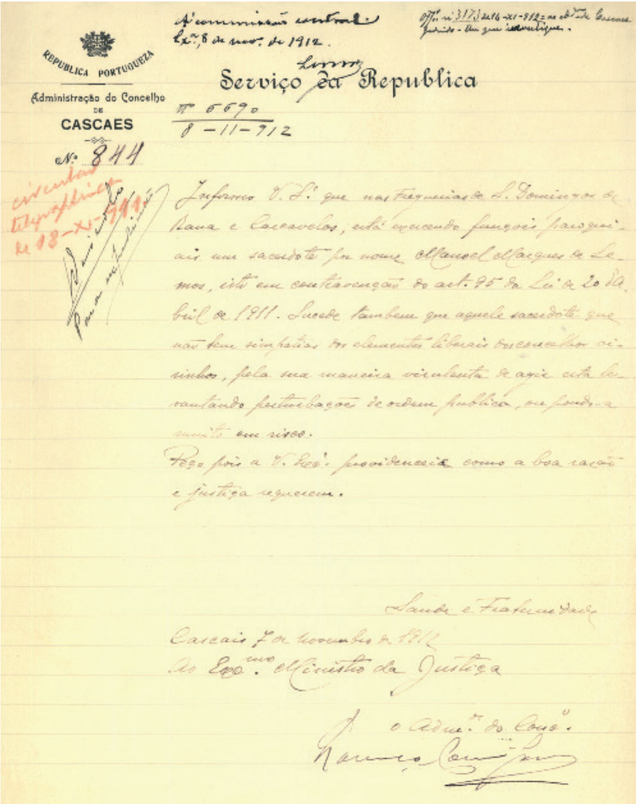
5. Questionário respondido pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascais, 1914 [PT/ACMF/CJBC/INQUE/LIS]

Manuel Sabino Marques, a quem foi movida uma investigação, a 2 de abril de 1916, por ter praticado actos de culto numa capela particular da Quinta do Barão, na freguesia de Carcavelos[46].

Para além destes párocos do concelho vizinho, Caetano Baptista, após ter paroquiado em 1891 em Alcabideche, foi colado na freguesia de Cascais a partir de 15 de janeiro de 1894[47]; António Correia Ferreira da Mota foi colado na freguesia de Alcabideche a partir de 25 de junho de 1904[48]; Rafael dos Santos Saraiva foi nomeado colado a 23 de fevereiro de 1910 em São Domingos de Rana até à sua aposentação, inscrita no *Diário do Governo* n.º 140, II série, de 29 de junho de 1927[49].

....

46 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/032.
47 PT/ACMF/DGJC/LIS/CAS/APECL/003.
48 PT/ACMF/DGJC/LIS/CAS/APECL/002. A 13 de dezembro de 1894 foi nomeado coadjutor da freguesia das Mercês, no 3.º Bairro de Lisboa, a 15 de abril de 1895 foi apresentado na tesouraria paroquial da mesma freguesia acumulando os dois cargos, até 25 de junho de 1904 em que se tornou colado em Alcabideche.
49 PT/ACMF/DGJC/LIS/CAS/APECL/001. De 26-08-1898 a 1-03-1900 foi pároco encomendado na freguesia de Turquel; de 9-03-1900 a 4-10-1902 foi professor e vice-reitor do seminário de São Vicente de Fora; de 4-10-1902 a 23-02-1910 foi pároco colado em São Pedro dos Grilhões da Azueira, concelho de Mafra; e desde 23-02-1910 até à sua aposentação em 1927 foi pároco colado em São Domingos de Rana, Cascais.



REPUBLICA PORTUGUEZA
Administração do Concelho de CASCAES
N.º 844

Á commissão central.
Lx.ª, 8 de nov.º de 1912.

Offº n.º 3173 de 16-XI-912

Serviço da Republica

N.º 6690
8-11-912

Informo V. Ex.ª que nas freguezias de S. Domingos de Rana e Carcavelos, está exercendo funcções parochiais um sacerdote por nome Manoel Marques de Lemos, isto em contravenção do art. 95 da Lei de 20 de Abril de 1911. Succede tambem que aquelle sacerdote que não tem sympathias dos elementos liberaes dos concelhos visinhos, pela sua maneira violenta de agir está levantando perturbações de ordem publica, ou pondo-a muito em risco.

Peço pois a V. Ex.ª providenceia como a boa razão e justiça requerem.

Saude e Fraternidade

Cascaes 7 de novembro de 1912
Ao Ex.mo Ministro da Justiça

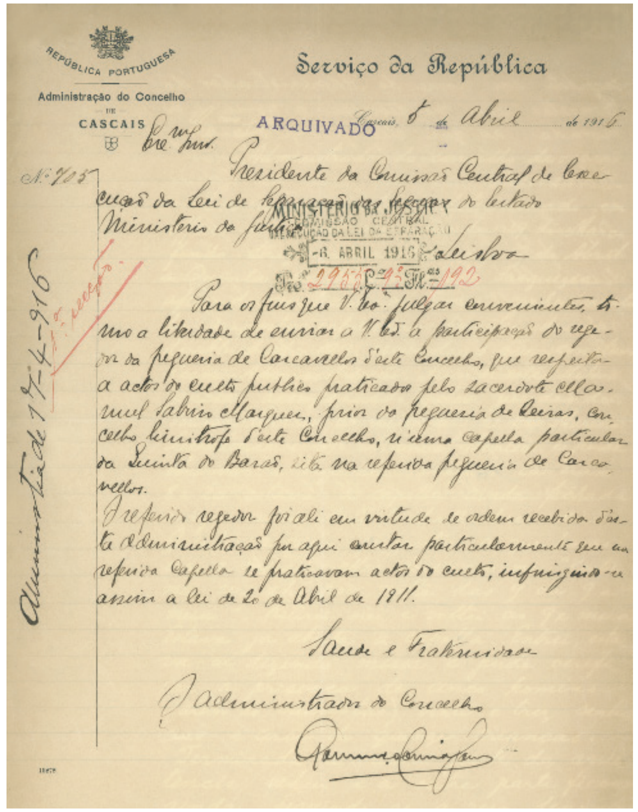
O Adm.or do Cons.º

6. Averiguações acerca da atuação do prior de Oeiras, Manuel Marques de Lemos, por praticar actos de culto em São Domingos de Rana e Carcavelos, 1912 [PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/043]

A atestar os conflitos que tiveram lugar em Cascais convém referir os arrombamentos das igrejas de Carcavelos e Alcabideche e os tumultos que os jornais da época relataram. Ou ainda, as palavras escritas pela junta de paróquia civil de Carcavelos que em 25 de Outubro de 1915 reitera a necessidade de se proceder à venda das alfaias e paramentos da igreja paroquial fora da localidade porque: "a fazer-se aqui o leilão dá em resultado o ajuntamento de gente desta e outras localidades, que sabendo não haver aqui agentes da segurança pública, poderão pensar em alterar a ordem"[50]. Tal virá a acontecer, tendo os bens sido vendidos em hasta pública por duas vezes pela Comissão do 1.º Bairro de Lisboa.

Também o 3.º oficial da Comissão Central, João António de Araújo, corrobora dizendo que "a terem fundamento os receios manifestados pelo presidente da Junta de paróquia de Carcavelos [...] terá de se recorrer ao auxílio da força pública, prevenindo a possível alteração da ordem"[51]

50 PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/015.
51 Ibidem.



REPÚBLICA PORTUGUESA
Administração do Concelho de CASCAIS
N.º 705

Serviço da República

ARQUIVADO

Cascais, 6 de Abril de 1916

Ex.mo Sr.
Presidente da Comissão Central de Execução da Lei de Separação das Igrejas do Estado
Ministerio da Justiça
Lisboa

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO CENTRAL DE EXECUÇÃO DA LEI DA SEPARAÇÃO
-6. ABRIL 1916
Pr.º 2955 L.º 9.º Fl.as 192

Para os fins que V. Ex.ª julgar convenientes, tenho a liberdade de enviar a V. Ex.ª a participação do regedor da freguezia de Carcavellos d'este Concelho, que respeita a actos do culto publico praticados pelo sacerdote Manuel Sabino Marques, prior da freguezia de Oeiras, concelho limitrofe d'este Concelho, n'uma capella particular da Quinta do Barão, sita na referida freguezia de Carcavellos.

O referido regedor foi ali em virtude de ordem recebida d'esta Administração para aqui constar particularmente que na referida Capella se praticavam actos do culto, infringindo-se assim a lei de 20 de Abril de 1911.

Saude e Fraternidade

O Administrador do Concelho

7. Averiguações acerca da atuação do prior de Oeiras, Manuel Sabino Marques, por praticar actos de culto numa capela particular na Quinta do Barão, 1916 [PT/ACMF/CJBC/LIS/CAS/ADMIN/032]

CONCLUSÃO

Segundo manifestaram em 1914 o administrador do concelho e o presidente da Câmara nas respostas aos questionários, não houve fanatismo em Cascais.

Porém, a imposição do estipulado na Lei não foi cabalmente cumprido no concelho. Fosse por incúria ou propositadamente, os arrolamentos ficaram incompletos, os bens cultuais foram apropriados pelas juntas de paróquia e as comissões concelhias foram sempre protelando a administração dos bens, não permitindo a sua utilização para fins laicos, não revertendo, assim, o respetivo rendimento para o Estado.

De registar, igualmente, a novidade da tentativa de criar em São Domingos de Rana uma escola de artes e ofícios, o que, porém, nunca foi levado a cabo. Assim, como dos diversos objetos de culto que, por se terem tornado desnecessários, e possuírem valor artístico ou histórico, foram incorporados no recém-criado Museu Nacional de Arte Antiga, onde ainda hoje os podemos observar.

No entanto, o reconhecimento legal de diversas crenças e, sobretudo, a existência do Estado assumidamente laico e separado de qualquer religião será sempre herança desses primeiros tempos da República e da Lei da Separação.



1. Condes de Castro Guimarães. Homenagem da Misericórdia de Cascais, c. 1940
[AHMCSC/AADL/CMC/C/A/029/087/002]

O HOSPITAL CONDES DE CASTRO GUIMARÃES: ASSISTÊNCIA À SAÚDE, MISERICÓRDIA E ESTADO

Olga Bettencourt[2]

A LONGA CAMINHADA (1.º CALVÁRIO)

Uma história do Hospital Condes de Castro Guimarães só é possível graças à preservação, ainda que lacunar, do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Com efeito, parecem ter-se perdido todos os arquivos existentes na própria unidade, eventualmente destruídos, em nome da necessidade de todo o espaço útil para a nobre função de assistência à saúde das populações.

A sua génese recua a 31 de Julho de 1929, quando nos jornais, designadamente *O Século* e o *Diário de Notícias,* podia ler-se uma notícia com o seguinte título: *Propriedades do falecido Conde de Castro Guimarães*. Tratava-se da reprodução do edital, publicado pela Comissão Administrativa do Concelho de Cascais, anunciando a venda em hasta pública dos seus direitos sobre as propriedades do falecido Conde, na qualidade de herdeira.

O anúncio decorria das disposições testamentárias do Conde de Castro Guimarães, lavrado em Agosto de 1924, onde por sua expressa vontade "O remanescente da minha herança será dividido em três partes iguais. Dois terços de uma dessas partes deixo-o à Câmara Municipal de Cascais [...] o resto dessa terça parte deixo-o à Misericórdia de Cascais para que a respectiva Provedoria o empregue em melhorar as condições do Hospital daquela vila, a seu cargo".[3]

2 Texto publicado postumamente, em homenagem a esta brilhante investigadora e inexcedível colaboradora do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, que nos deixou cedo demais.
3 AHMCSC/AADL/ACC/C/003 – Cx. 146 – Lv. 194, p. 1-9.

Este filantrópico legado constituiu, em conjunto com o terreno de 3.369,20 m^2 oferecido por Henrique Marques Leal Pancada, munícipe emigrado no Brasil onde havia feito fortuna, a peça essencial para a concepção de um novo hospital, moderno e espaçoso, com condições para prosseguir a tarefa assistencial da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, esgotadas que estavam as capacidades do seu hospital que servira a vila durante séculos.

A ideia de um espaço alternativo ao Hospital da Misericórdia já havia sido expressa no início da República, numa fase exaltada de mudança de regime que tudo quer promover e realizar. Mas as razões que levaram o provedor João António Gaspar e a Mesa Administrativa a dirigirem o convite, para a execução efectiva de um projecto para um novo hospital ao Arquitecto Carlos Ramos, logo no início da década de 30 do século passado, foram certamente o fôlego financeiro decorrente das duas doações apontadas atrás, a par do extraordinário desenvolvimento do concelho que se observou nessa época, a que o *velho hospital* não dava resposta consequente, precipitando a necessidade de concepção de um estabelecimento completamente novo, construído de raiz.

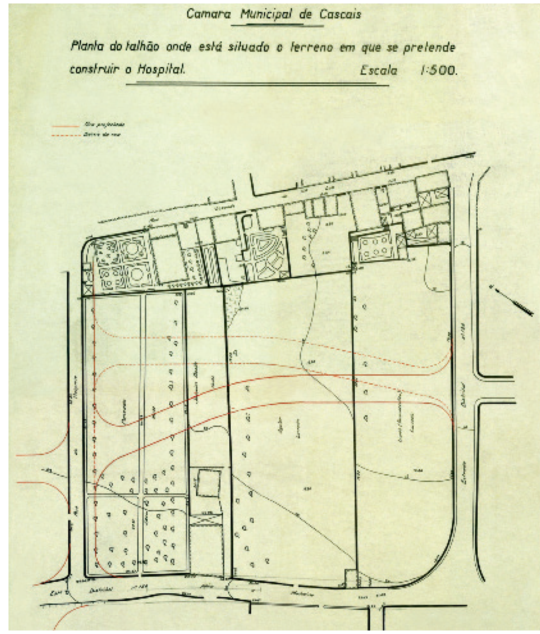
Ignoramos quais os critérios, se os houve, para a escolha do arquitecto Carlos Ramos.[4] Terá pesado o facto de ter trabalhado com Raul Lino e Ventura Terra ou de ser nessa mesma altura o autor do Pavilhão da Rádio no projectado Instituto de

4 Nascido no Porto em 1867, filho de Manuel Maria de Oliveira Ramos e de Inês Chambers Ramos, veio viver para Lisboa ainda criança quando o seu pai abraçou a carreira de professor do Paço. Seguiu os estudos no Colégio Académico e Liceu de Passos Manuel, que terminou em 1914. Nesse mesmo ano conheceu Ventura Terra que o aconselhou a enveredar pelo curso de arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, que frequentou juntamente com Leitão de Barros, Cotinelli Telmo, Paulino Montez e Gonçalo Mello Breyner. Em simultâneo frequentou as cadeiras de História de Arte e de História Geral da Civilização e Estética em Letras. Em 1918 fundou a Lusitânia Films e em 1919 começou a colaborar no atelier de Ventura Terra, a par da actividade como professor de liceu. Entre 1918 e 1920 viajou por Espanha, França, Holanda e Bélgica. Vamos encontrá-lo em 1921 como colaborador de Raul Lino, ganhando no ano seguinte o 1.º Prémio do Pavilhão Português para a Exposição do Rio de Janeiro, com Cotinelli Telmo e L. A. da Cunha. Em 1923, além de projectos de arquitectura, também desenhou peças de mobiliário, seguindo uma certa tendência da época para as artes decorativas, encontrando-se entre a equipa encarregada da decoração do Hotel Bristol, de que fizeram parte, entre outros, Eduardo Viana, Almada Negreiros, Stuart Carvalhais, Jorge Barradas e Leopoldo de Almeida. Em 1927, a convite do Dr. Pulido Valente, médico que tratara de sua mulher, projectou o pavilhão da Rádio do Instituto de Oncologia, seguido do Hospital de S. Brás de Alportel, o Hotel e Casino de Espinho e o Plano de Urbanização de Moledo do Minho. Em 1933 concorreu a professor da Escola Superior de Belas Artes e concebeu os projectos do Hospital da Misericórdia de Cascais e do Hospital Júlio de Matos. Até 1940, data do 2.º Concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique, cujo 1.º prémio ganharia em parceria com Leopoldo de Almeida e Almada Negreiros, realizou vários projectos sem nunca abandonar a sua actividade docente que assumiria um papel cada vez mais importante na sua vida profissional, sendo em 1952 nomeado Director da Escola Superior de Belas Artes do Porto, cargo que exerceu até 1967, dois anos antes da sua morte. "A obra que Mestre Carlos Ramos deixou foi essencialmente pedagógica pelas profundas remodelações que introduziu no ensino da arquitectura, numa época em que a profissão de arquitecto apenas se começava a afirmar. Iniciando a sua actividade com Ventura Terra e Raul Lino e apesar dos seus contactos com a Europa Central e do Norte – onde as influências da Bauhaus e do holandês Marinus Dudock marcavam a estética arquitectónica – os projectos de Carlos Ramos são expressões de raciocínio cuidado e trabalhoso, podendo considerar-se, entre os arquitectos do Regime, como hiper tradicionalista e "pesado". Contudo, a sua obra, apesar de contida e seca, denota uma certa elegância cosmopolita". FERNANDES, José Manuel (2003) – *Português suave*: *Arquitecturas do Estado Novo: Património moderno*. Lisboa: MC – IPPAR; ALMEIDA, Pedro Vieira de (1986) – *Carlos Ramos: Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Oncologia em Lisboa? De qualquer modo foi uma escolha que recaiu num arquitecto de nomeada, aparentemente vocacionado ou experimentado em projectos com as especificidades que uma unidade hospitalar moderna deveria observar.

Com efeito, o concelho crescera e notabilizava-se como principal ponto turístico, sobretudo o Estoril, com os recém-inaugurados Hotel Palácio e Casino. Ficava na área de influência da capital e constituía a mais distinta e luxuosa estância de férias que se conhecia em Portugal, só comparável às congéneres europeias, designadamente à Côte d' Azur no sul de França, transformando-se em ponto de paragem ou de passagem obrigatória de estrangeiros e "sala de visitas" do país.

À Riviera portuguesa, como outrora a propaganda designou a região, fazia falta um hospital "moderno", capaz de responder não só aos munícipes pobres necessitados de cuidados médicos, na melhor tradição da vocação assistencial da Misericórdia, mas também à população em geral, à elite sazonal e aos estrangeiros, com instalações e assistência médica à altura para qualquer eventualidade, evitando as complicadas deslocações para Lisboa, onde todos os recursos de saúde da época podiam ser encontrados.

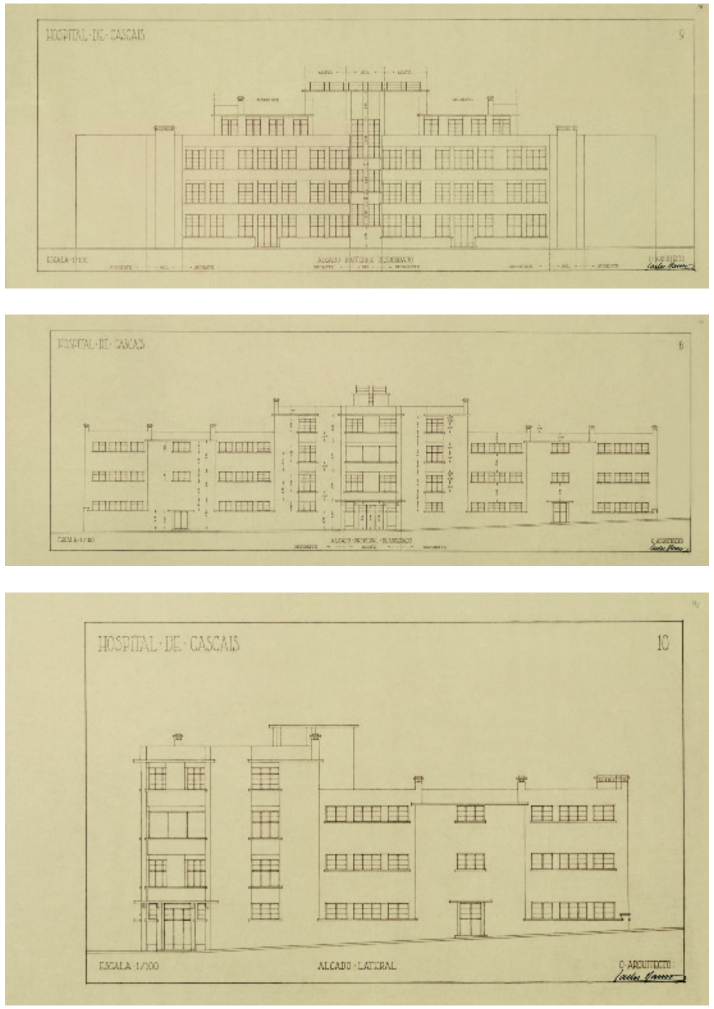


2. Planta de localização do terreno oferecido por Henrique Marques Leal Pancada, 1933 [AHMCS/AADL/CMC/M/A/001 – Cx. 24 – Pt. 8]

O Hospital da Misericórdia era manifestamente pequeno e mal apetrechado, tinha um número limitado de pessoal médico e de enfermagem e não dispunha de isolamento para doenças infecto-contagiosas e de certos meios técnicos de diagnóstico que na altura eram imprescindíveis. Em suma: o crescimento demográfico da década e as características socio-económicas da população flutuante não se compadeciam com uma estrutura que durara séculos, mas estava impossibilitada de se expandir e modernizar, apertada na malha urbana de uma das zonas mais antigas da vila.

Uma carta do Arquitecto Carlos Ramos ao provedor da Santa Casa, em Junho de 1932, solicitava uma resposta rápida e concreta acerca da concretização do anteprojecto que gizara para o novo hospital.[5] As conversas expressas na carta, entre o signatário e o Engenheiro Ressano Garcia, responsável técnico da Câmara Municipal,

5 Carta do arquitecto Carlos Ramos de 28/06/1932. AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 1932.



3. Projeto definitivo para a construção do Hospital de Cascais, 1933 [AHMCSC/AADL/CMC/M/A/001 – Cx 24 – Pt. 8]

bem como a clara alusão a trocas de impressões em Maio, revelam que a realização do projecto definitivo aguardava apenas uma confirmação formal da Misericórdia que foi entregue no ano seguinte.

O anteprojecto já havia permitido ao provedor encetar as diligências necessárias junto da autarquia, para acerto e prolongamento da Rua Afonso Sanches, de modo a permitir um melhor aproveitamento do terreno doado, bem como a promessa de se estudar uma solução para as infra-estruturas, com particular atenção aos esgotos, problema não despiciendo numa época em que o saneamento básico estava longe de cobrir toda a vila de Cascais. Na verdade, "O novo hospital que se pretende construir em Cascais ficará situado na vertente ocidental da Ribeira das Vinhas. Toda

a bacia hidrográfica desta Ribeira drena naturalmente para o respectivo talvegue donde os esgotos, segundo o projecto existente, deverão ser elevados para a parte alta da vila onde serão tratados conjuntamente com os desta zona, antes de serem lançados ao mar junto da desembocadura da Ribeira dos Mochos. Não estando solucionado o problema da drenagem dos esgotos da zona em que vai ser construído o novo hospital, há que encarar para este caso especial solução particular à qual não pode servir de obstáculo a falta de construção de qualquer arruamento. Antes ao contrário, o facto do terreno onde será localizada a rua pertencer à entidade que pretende construir o hospital só facilita a solução do problema".[6]

Mais tarde, em Julho de 1935, também o Ministério das Obras Públicas através da Junta Autónoma de Estradas oficiava a Câmara sobre os acertos a fazer no alinhamento para a construção do novo hospital de Cascais, uma vez que "fica à margem da Estrada Nacional n.º 11 – 1.ª classe". A construção da rua de acesso ao novo hospital só seria aprovada em 1940.[7]

O novo hospital estava projectado para uma zona que ficava nos limites da malha urbana da vila, pelo que havia problemas a resolver que envolviam várias entidades. Foi um longo processo que durou cerca de dez anos, em que os poderes intervenientes e interessados – a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, a Câmara Municipal e o Governo –, iniciavam então os primeiros contactos de uma relação que começou com a implantação do hospital no terreno, confrontando-se inúmeras vezes ao longo de toda a sua conturbada história.

A Santa Casa substituía-se aos poderes públicos na assistência à saúde como fazia há séculos, e, não sendo pioneira no que respeita à modernização de equipamentos, tinha, contudo, uma implantação numa zona privilegiada do país que lhe dava visibilidade nacional, encabeçando uma obra inovadora mercê das benfeitorias recebidas e na linha dos seus seculares deveres assistenciais. A Câmara Municipal de Cascais patrocinava um benefício local a que não tinha de dar resposta com os seus próprios meios. Por fim, o regime transpunha para particulares a nível regional uma tarefa que lhe cabia apenas assegurar nas grandes cidades de Lisboa, Coimbra e Porto, eximindo-se de lançar a necessária rede de assistência de que o país carecia, e, como em breve consagraria na lei, servindo-se das Misericórdias para oferecer localmente serviços de saúde às populações, mas reservando-se o direito de legislar, ditando regras e autorizações, fornecendo subsídios e controlando as contas.

De facto, só em 1940, um ano antes da inauguração do Hospital, foi criada a figura do Subsecretário de Estado da Assistência Social, único interlocutor entre o regime e a Santa Casa ao longo de mais de três décadas. Em 1944 a lei estabelecia que

6 Parecer do Engenheiro Ressano Garcia, responsável da Câmara Municipal de Cascais, dirigida ao Presidente da Comissão Administrativa. AHMCSC/AADL-CMC/M/A/001 – Cx 24 – Pt. 8.

7 AHMCSC/AADL-CMC/M/A/001 – Cx 24 – Pt. 8 e AHMCSC/AADL/CMC/B-A/001 - 28/04/1939 e 28/06/1940.

"a assistência devia ser predominantemente particular, onde a função do Estado e das autarquias era supletiva das iniciativas particulares, que devia orientar, tutelar e favorecer"; em 1946 publicou a legislação relativa à Organização Hospitalar Portuguesa e só em 1952 um corpo legislativo regulamentou parcialmente a enfermagem, sobretudo concentrada na formação de pessoal técnico para a luta contra o cancro.[8]

8 A figura do Subsecretário de Estado da Assistência Social foi criada pelo Decreto-Lei n.º 30.692, de 27 de Agosto de 1940, seguido da Lei n.º 1.998, de 15 de Maio de 1944, conhecida por Estatuto da Assistência Social, base de toda a actividade assistencial do Estado e dos Particulares. Esta legislação foi completada e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 35.108, de 7 de Novembro de 1945, que reorganizou os serviços centrais e locais. Segue-se grande actividade legislativa entre 1945 e 1950, que regulamentou casos da saúde pública, como a assistência psiquiátrica, hospitalar, mendicidade, lepra, doenças contagiosas e a tuberculose, com a criação do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos - IANT. O ensino da enfermagem mereceu diploma próprio em 1947, aperfeiçoado pelo Decreto-Lei n.º 38.884, de 28 de Agosto de 1952. Todos estes diplomas estabeleceram as bases da organização da assistência no país, sendo seguidos de diplomas secundários destinados a estabelecer regulamentação própria de estabelecimentos individualizados, como por exemplo o da criação de sanatórios. Como princípio, as bases de 1944 estabeleciam que a assistência devia ser predominantemente particular, onde a função do Estado e das autarquias era supletiva das iniciativas particulares, que devia orientar, tutelar e favorecer. Para tal, comparticipava habitualmente as obras de construção e adaptação dos edifícios necessários às instituições até ao montante de 75% do seu custo. Quanto às despesas de sustentação, o Estado subsidiava de harmonia com as necessidades verificadas, com importâncias que iam até 70%, e algumas vezes mais, do custo total dos serviços. Como regras de assistência, preconizava entre outras coisas, as actividades preventivas ou recuperadoras sobre as meramente curativas; a assistência à maternidade seria prestada de preferência no lar, os internatos infantis deveriam ser instalados fora dos meios urbanos, tendo em vista a educação dos recolhidos, a instrução elementar, o ensino agrícola e de artes e ofícios; nas instituições subsidiadas pelo Estado os mais pobres seriam admitidos de preferência aos pensionistas, etc. Os órgãos de coordenação geral seriam as Direcções Gerais de Saúde e a de Assistência, às quais competia, como órgãos de coordenação especializada, orientar e coordenar a acção da assistência das instituições particulares, enumerando-os (onde figurarão as Misericórdias com funções supletivas e coordenadoras da área respectiva). Em 1957 ainda estava pendente a legislação própria destinada a intensificar a interferência dos organismos da previdência na actividade assistencial, com vista a uma efectiva colaboração com os estabelecimentos e instituições de assistência através do internamento em cirurgia geral e cobertura social da tuberculose e maternidade. Logo em 1944 se estabeleceu uma classificação para os assistidos para efeitos de atribuição de responsabilidades pelos encargos ao Ministério do Interior de quem dependiam as Direcções Gerais já referidas. Assim, encontravam-se divididos em três grupos: os Pensionistas, que podiam pagar todas as despesas; os Pobres ou Porcionistas, que só podiam pagar parte das despesas de assistência e os Indigentes, que nada podiam pagar por estarem impossibilitados de trabalhar e sem recursos e família (definição do Novo Código Administrativo, 1938, art. 256.º e Decreto-Lei n.º 35.108, art. 98.º). A Organização Hospitalar Portuguesa desenvolveu-se de acordo com o preceituado pela Lei n.º 2.011, de 2 de Abril de 1946, que dividia Portugal em três zonas; Norte, Centro e Sul, subdivididas em regiões (distritos) e em sub-regiões (concelhos), destinando-se estes hospitais sub-regionais a zonas rurais com uma população entre 10.000 e 30.000 habitantes. Estabelecia a existência de duas camas por cada mil habitantes e os seguintes serviços: de admissão, medicina e cirurgia gerais, obstetrícia, doenças infecto-contagiosas, serviço social e assistência religiosa. Quanto ao pessoal de assistência fixavam-se critérios e carreiras apenas nos estabelecimentos de ensino dos Hospitais de Lisboa, Porto e Coimbra, deixando ao critério das instituições particulares as normas de admissão, condições de trabalho e acesso, limitando-se o Estado a aprovar-lhes a constituição dos quadros respectivos. Só a partir de 1956 com a aprovação da Ordem dos Médicos, pelo Decreto-Lei n.º 40.651, de 21 de Junho, este organismo corporativo podia, em certos casos, dirimir questões de ordem estritamente médica. Quanto ao pessoal de enfermagem apesar das leis de 1942 e de 1947 que procuraram lançar as bases de uma ampla revisão no ensino da enfermagem, só em 1952, com alguns anos de experiência no terreno, os legisladores disciplinaram o ensino da enfermagem geral no país. Todavia, a lei foi essencialmente gizada para a formação de pessoal especializado na luta contra o cancro, dando direito ao exercício da enfermagem em qualquer estabelecimento do país. Estabelecia duas categorias: enfermeiros/as e auxiliares de enfermagem, entre os 18 e os 30 anos, com a exigência de habilitações mínimas e diferentes para ingressar nos cursos técnicos e continuava a proibir o casamento às enfermeiras hospitalares, não abrangendo agora as enfermeiras de consultas, velas e serviços externos.

Quando, em 1936, a Mesa nomeou o empreiteiro Adriano dos Santos Ferreira, as obras do Novo Hospital tiveram o seu início, prolongando-se até 1941. Sabemos que em Abril de 1938, a Câmara Municipal de Cascais solicitava fotografias para enviar ao Ministério do Interior que fossem "demonstrativas das obras mais recentes executadas nesse distrito de embelezamento urbano ou rural interessando em especial ao turismo", como especificavam, e que a Câmara transcreveu no seu ofício, para figurar numa publicação de Maio desse ano, comemorativa do XII ano da Revolução Nacional, pelo que, deduzimos, a construção decorreria por esta altura a bom ritmo. Para o regime, que as subsidiava, estas obras também serviam para a propaganda de modernização do país.[9]

A par de todas as acções burocráticas junto das entidades públicas para a consecução de um projecto desta dimensão, a Santa Casa da Misericórdia de Cascais promoveu ao longo da década de 30 múltiplas acções de beneficência, traduzidas em bailes, chás, festas e romarias que congregavam receitas, incentivou as doações para este fim, apesar dos 75% que a legislação veio a estabelecer de comparticipação do Estado e conseguiu subsídios especificamente dirigidos para as despesas de construção do novo hospital, mobilizando a vontade de alguns beneméritos e envolvendo toda a comunidade num projecto comum.[10]

As dificuldades observadas na recolha desses donativos para uma obra de tão grande vulto para a Misericórdia e a perspectiva de uma manutenção dispendiosa, levou o provedor a produzir uma circular, datada de Março de 1936, em que alertava o Estado e a Câmara para a mais-valia da presença de um hospital no concelho, imprescindível à assistência local e para o qual todos deviam contribuir obrigatoriamente por lei, devendo mesmo "as Câmaras constituir um Fundo de Assistência concelhio".[11]

O novo hospital era já uma realidade em 1939 numa fase adiantada da sua construção. O edifício estava à vista de todos e a sua conclusão decorria ao ritmo dos recursos amealhados para os acabamentos. Obra pioneira, constituía um exemplo a seguir por outras Misericórdias do país, que viam, sobretudo na comparticipação do Estado, uma hipótese para suprirem as dificuldades inerentes a projectos desta natureza.[12]

Por outro lado, o corpo edificado destacava-se do casario, suscitando as boas

9 De acordo com o Programa da Direcção Geral das Construções Hospitalares, numa brochura publicada em 1978, só nessa altura foi gizada a primeira rede de serviços de saúde no país, com a responsabilidade directa do Estado. AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 25/04/1938.

10 João António Gaspar, antigo provedor e vereador da Câmara Municipal de Cascais, envia nota dactilografada ao provedor com uma longa lista de questões relativas aos montantes de que a Misericórdia dispõe para as obras, prometendo angariar mais fundos junto de várias entidades. AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 1938. O Estado comparticipou com 251.630$57 do Fundo de Desemprego. Cf. ANDRADE, Ferreira de (1969) – *Monografia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.

11 Circular da Santa Casa da Misericórdia de Cascais em 05/03/1936. AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 1936.

12 AHMCSC/AECL/SCMC/C/003-1939. Ofício da Misericórdia do Fundão de 28/04/1939: "pois o hospital local é antiquado e sem condições higiénicas pelo que se propõe construir um novo com a comparticipação do Estado". AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 1940.



4. Panorâmica de Cascais. Ao fundo, o Hospital, c. 1940
[AHMCSC/AFTG-CAM/B/2417]

vontades de beneméritos fora do comum. Em Maio uma comissão de senhoras representando as colónias americana e britânica, com o apoio da embaixatriz de Inglaterra e a ministra da América, informou a Misericórdia que tencionava oferecer ao novo hospital a instalação completa de uma enfermaria de 12 camas para crianças com gabinete médico, mobília, roupas, loiças, etc., e ainda possivelmente um aparelho de raios ultravioletas. Marcava, assim, "a simpatia que sentia pela obra social da Santa Casa colaborando modestamente na celebração do seu duplo centenário".

A juntar a este generoso contributo da comunidade estrangeira no concelho, a Misericórdia amealhava criteriosamente pequenos contributos das origens mais diversas, como a quantia de 280$00, correspondente a um terço da receita obtida na exibição de Janeiro do campeão de xadrez Dr. Alekhine, no Casino Estoril; a colecta anual feita pelos seus funcionários; donativos da própria gerência do Casino e ainda de cidadãos conhecidos ou anónimos, munícipes e estrangeiros.[13] Os apelos da Santa Casa eram, pois, transversais à sociedade da época, repercutiam-se por todo o concelho e demonstravam, pelas inúmeras respostas e contributos mais ou menos

13 AHMCSC/AECL/SCMC/I-A/015/001 CX 301 LV 001.

avultados, a importância e o alcance da obra na comunidade.[14]

Durante todo o ano de 1940, a Santa Casa da Misericórdia negociou e deliberou sobre as ligações de esgotos e a construção do posto transformador para fornecimento de energia ao novo hospital pela Companhias Reunidas de Gás e Electricidade; liquidou as contas pendentes com o empreiteiro Adriano Ferreira; providenciou a instalação de telefones;[15] dirimiu informações entre as várias instituições envolvidas; e geriu os fundos recepcionados do Fundo de Desemprego, da Secção de Melhoramentos Urbanos e os seus próprios, agendando pagamentos para as alturas em que o rendimento dos títulos do benfeitor Conde de Castro Guimarães era maior, para poder fazer face às despesas das obras de conclusão.[16]

Toda a irmandade esteve envolvida neste processo e, no que ao seu apetrechamento dizia respeito, o mesário João Cotta Falcão Aranha foi encarregado de organizar uma relação da mobília, materiais e todos os utensílios e alfaias cirúrgicas necessárias ao novo hospital, de acordo com as indicações dos médicos, para que fosse incluído no orçamento da Misericórdia para esse ano a respectiva despesa.[17] Nesta mesma altura e por proposta do novo provedor José Florindo de Oliveira, resolveram proceder à realização de um manifesto à população, para que fossem os "pedreiros, jardineiros e cavadores da vila de Cascais a proceder à terraplanagem de toda a cerca exterior, o ligeiro ajardinamento e a construção dos muros, antes da inauguração", trabalho gratuito em prol deste objectivo comum, benfeitoria em espécie.

A INAUGURAÇÃO

Quando a Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais devolveu à Santa Casa o auto de entrega do hospital, devidamente assinado pelos poderes públicos em 7 de Dezembro, a Mesa encarregou diversos irmãos de organizar a festa de inauguração, que teve lugar no dia 21 de Dezembro de 1941, com a presença do Presidente da República, Óscar Fragoso Carmona, com pompa, circunstância e notícia nos jornais nacionais.

O novo hospital contava com quatro enfermarias: duas para homens e duas para mulheres, sendo uma para cirurgia e outra para medicina geral em cada caso e quatro quartos particulares, tendo recebido os seus primeiros doentes logo no

14 Carta da Sociedade de Propaganda da Costa do Sol de 15/03/1940. AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 – 1940.
15 Inclusive as linhas telefónicas para as residências dos médicos, que desta forma poderiam ser chamados para uma urgência.
16 A Santa Casa da Misericórdia de Cascais efectuou a venda "de 375 obrigações de empréstimo no valor nominal de 1.000$00 cada uma, para se custearem as despesas a fazer com a conclusão do novo Hospital". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 30/01/1941.
17 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 14/07/1940.

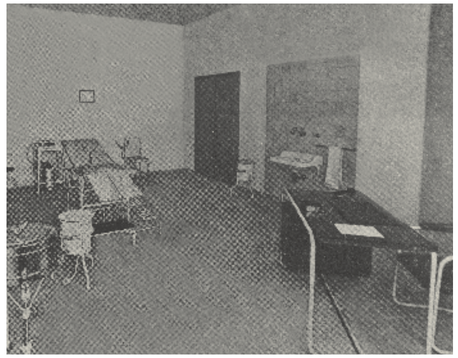


5. Lançamento da primeira pedra do Hospital de Cascais. Ao centro, o Presidente da República, Marechal Carmona, 1941
[AHMCSC/AFTG/CAM/B/002]

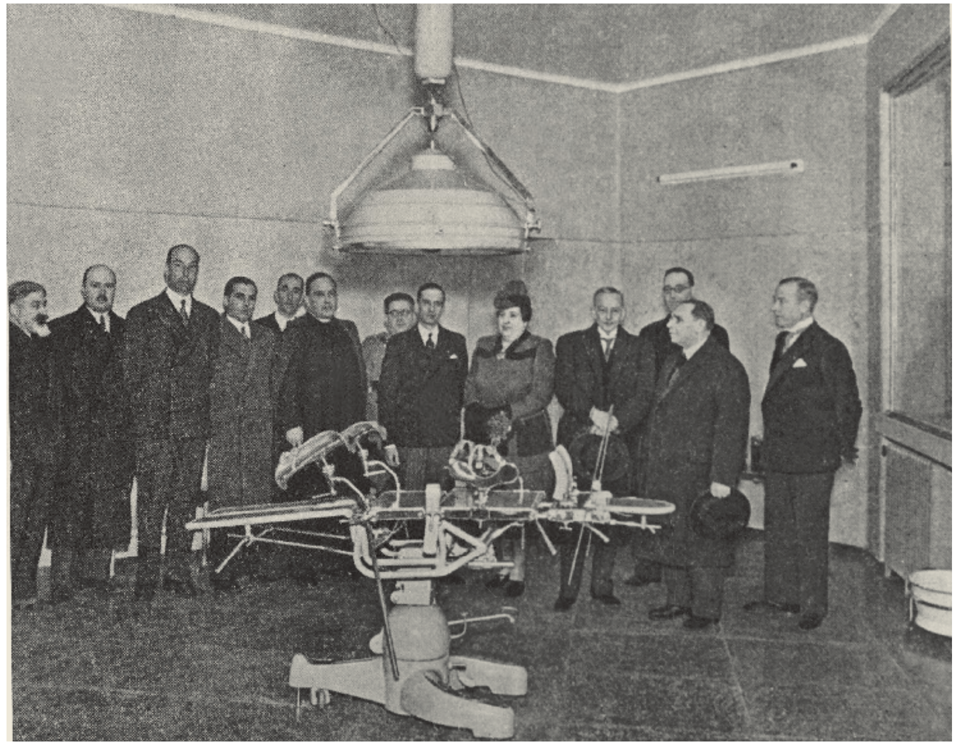
dia 24 de Dezembro.[18] O Hospital Condes de Castro Guimarães foi uma melhoria significativa para a época no que concerne às infra-estruturas do concelho e a Santa Casa apresentou uma obra notável, compatível com as exigências da época, imagem do progresso local, susceptível de atrair doentes particulares, graças ao seu esforço dinamizador de boas vontades na angariação de fundos.

Uma vez inaugurado o estabelecimento, a Santa Casa tinha agora a seu cargo a parte mais difícil e complicada de todo o processo: a organização e implementação dos procedimentos de administração de uma estrutura muito maior, com a inerente contratação e gestão de pessoal qualificado para o seu funcionamento, que ao longo de décadas gerou muitos problemas, designadamente com o pes-

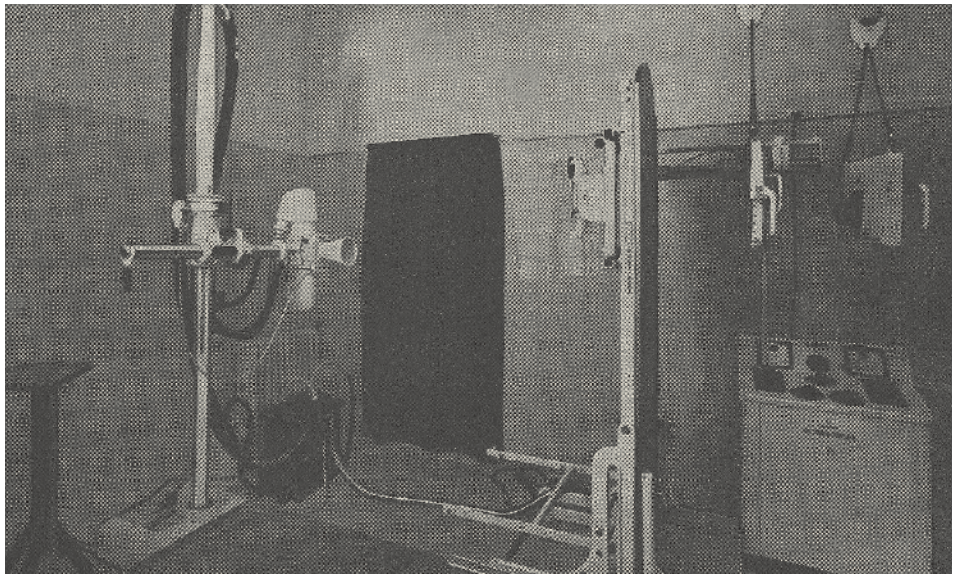
18 VIEGAS, João da Cruz (1943) – O Hospital da Misericórdia de Cascais: Conferência realizada em Sábado 23 de Agosto de 1941 na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cascais, com um apenso complementar. *Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães: Boletim*. Cascais: [Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães]. N.º 1. Notícia de *O Século* "Com a presença do Chefe do Estado foi ontem inaugurado o Hospital de Cascais, que recebeu o nome de Condes de Castro Guimarães, em homenagem à memória destes grandes beneméritos que legaram uma quantia valiosa à Misericórdia daquela vila. O novo estabelecimento, sem dúvida um dos melhores do País, dispõe de 4 enfermarias com 64 camas, quartos particulares, sala de radiologia e de todos os requisitos indispensáveis a um hospital modelo. O edifício é magnífico, de linhas modernas, arejado e cheio de luz, oferecendo o máximo conforto. Despenderam-se nele 1.100 contos afora o terreno que foi oferecido pelo Sr. Henrique Marques Leal Pancada e que está avaliado em 800 contos. O recheio que importou em mais de 200 contos foi oferecido pelo povo de Cascais e por diversos beneméritos". Jornal *O Século*, 22/12/1941.

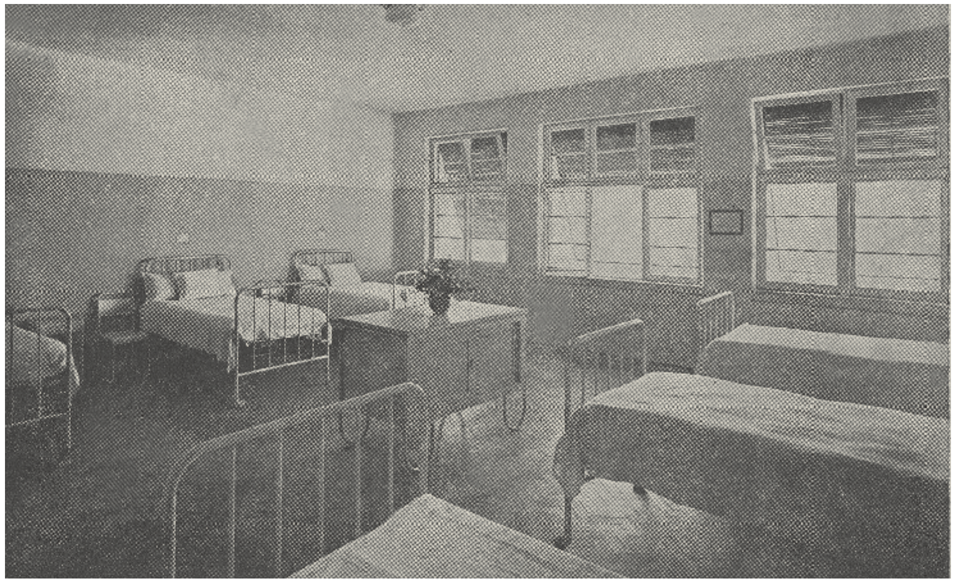






6. 7. e **8.** Banco, Sala de operações e Quarto do Hospital, 1941
[AHMCSC/AFTG/CAM/B/1180, 1184 e 1185]





9. e **10.** Sala de Raio-X e Enfermaria do Hospital, c. 1941
[AHMCSC/AESP/CMBP/656-657]

soal de enfermagem, fenómeno aliás observável em todo o país.[19] A relação entre o corpo clínico e a Misericórdia também nunca foi pacífica, tendo os vários directores clínicos entrado muitas vezes em litígio com a irmandade, e, ainda que a sua liderança fosse muitas vezes posta em causa pelos próprios colegas, foi a gestão e a supervisão longínqua da Santa Casa, sem a qual nada se decidia, que originou alguns conflitos, normalmente conducentes a demissões de médicos e de directores clínicos, que perturbariam a vida hospitalar.[20] Em Janeiro de 1942, em pleno combate à tuberculose por todo o país, colocou-se a necessidade de contratação de um médico radiologista, para acrescentar alguma eficácia no seu combate. A Santa Casa prometeu fornecer condições atractivas, pagou um salário mensal de 516$00, fornecendo uma enfermeira coadjuvante e concedendo 32 dias de licença, entre outras regalias, dando, desta forma, o seu contributo para a luta antituberculose.[21] Mas os conflitos entre a Santa Casa e o médico radiologista começaram logo em Agosto do mesmo ano.

Com efeito, em Setembro, encerrou-se o serviço de radiologia, um dos mais utilizados, importante meio de diagnóstico do Hospital, devido ao seu mau funcionamento desde Fevereiro de 1942, e remeteu-se o problema para o Dr. José de Pádua, futuro bastonário da Ordem dos Médicos, autoridade na matéria à época e, mais tarde, para a própria Ordem, traduzindo-se no seu fecho, situação que se manteve durante anos.[22]

A falta de profissionais qualificados comprometia o funcionamento do novo hospital. Estatisticamente contava-se uma enfermeira diplomada para cada 3 275 habitantes, quando os órgãos técnicos internacionais aconselhavam uma proporção média de uma enfermeira para 500 habitantes. Quase duas décadas depois, em 1958, este assunto ainda era discutido na Assembleia Nacional. O novo Hospital tinha no seu quadro em meados de 1943 quatro médicos, uma enfermeira chefe, uma enfermeira subchefe, quatro enfermeiras, um enfermeiro, cinco serventes de enfermaria, três criadas e um criado.

A passagem do antigo hospital para o novo, com tudo o que acarretou em dimensão e variedade de serviços; o número crescente e imprevisto de doentes; e a

19 Em Junho de 1941 foi deliberado pela Mesa a contratação de pessoal especializado "atendendo a que o movimento hospitalar será muito superior no novo hospital e também que muitos doentes particulares a ele recorrerão, devia entregar-se o serviço de enfermagem a um diplomado com prática nos termos do Decreto 10.242 de 1/11/1924. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 23/06/1941.

20 Com a compra do aparelho de raios X houve a "necessidade de recrutar um médico radiologista em vez do cargo ser de um ajudante técnico de radiologia e mandar ensinar a enfermeira chefe, libertando-a da responsabilidade do economato para poder ser ajudante técnica de radiologia". A Mesa acabaria por optar por esta solução mais "barata e caseira". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 11/01/1942.

21 Problema nacional em que era fundamental o diagnóstico precoce, o arsenal terapêutico, a educação progressiva do público e o apetrechamento técnico com especial relevância para os raios X que constituíam as armas do combate à tuberculose, uma das medidas de maior alcance social do regime. O isolamento dos doentes, a vacina da BCG, o aparecimento da estreptomicina em 1946 e o seu embaratecimento em 1950 permitiram o progressivo controlo da doença. Em 1954, a *Revista dos Hospitais Portugueses* apresentou estatísticas que revelavam que a tuberculose ocupava em 1930/35 o 2.º lugar nas causas de morte em Portugal, em 1940 o 3.º e entre 1947/50 voltava a ter o 2.º lugar.

22 Decide-se o encerramento do serviço de radiologia "nas condições em que tem estado a funcionar desde Fevereiro do corrente ano". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 14/09/1942.

necessidade de contratação constante de um maior número de médicos e enfermeiros, para substituir os demitidos ou pela necessidade de alargamento do número de profissionais face às exigências decorrentes da procura, ocasionava um acréscimo de despesas e preocupações a que os critérios de uma gestão "artesanal" e uma sobrevivência à custa de apoios e subsídios dificilmente conseguiam corresponder.[23]

A conjuntura internacional em 1943, com a recessão daí decorrente, mesmo num país neutro como o nosso, complicava ainda mais a já difícil administração do Hospital. Nesse mesmo ano, devido ao racionamento provocado pela guerra, tudo se agravou e as dificuldades de abastecimento de géneros levaram o próprio Ministério da Economia a sugerir por carta à Santa Casa "que não se pode retirar nada aos abastecimentos de Lisboa", aparentemente o centro abastecedor do Hospital, fornecendo mesmo uma lista de armazenistas da Beira.[24]

Apenas dois anos volvidos sobre a inauguração do Hospital, considerava-se urgente a sua ampliação, registando-se em acta a ruptura com o arquitecto Carlos Ramos, a quem havia sido encomendado havia um ano o respectivo projecto de ampliação e que a Mesa agora se desvinculava do compromisso assumido, entregando a tarefa a outro arquitecto "que tenha o tempo menos ocupado", mas que também não deu sequência à vontade da irmandade, como pode atestar o lamento da Mesa Administrativa, em Outubro do mesmo ano: "o arquitecto encarregue de entregar o projecto de ampliação do hospital, embora com muita admiração pela obra realizada, não apresenta os seus trabalhos e está assim a prejudicar os serviços de assistência aos pobres do concelho".[25]

Enquanto ainda se tratava da construção dos lavadouros e da adjudicação da capela privativa, discutia-se a anexação dos terrenos a Sul do Hospital, há muito disputados por Henrique Nunes, proprietário de uma casa nessa zona que solicitou à Santa Casa que prescindisse da ampliação prevista, e viu indeferido um requerimento para fazer uma moradia na Rua D. Francisco Avilez, pela Comissão de Construções Hospitalares, que defendia um perímetro de terrenos como zona de protecção.

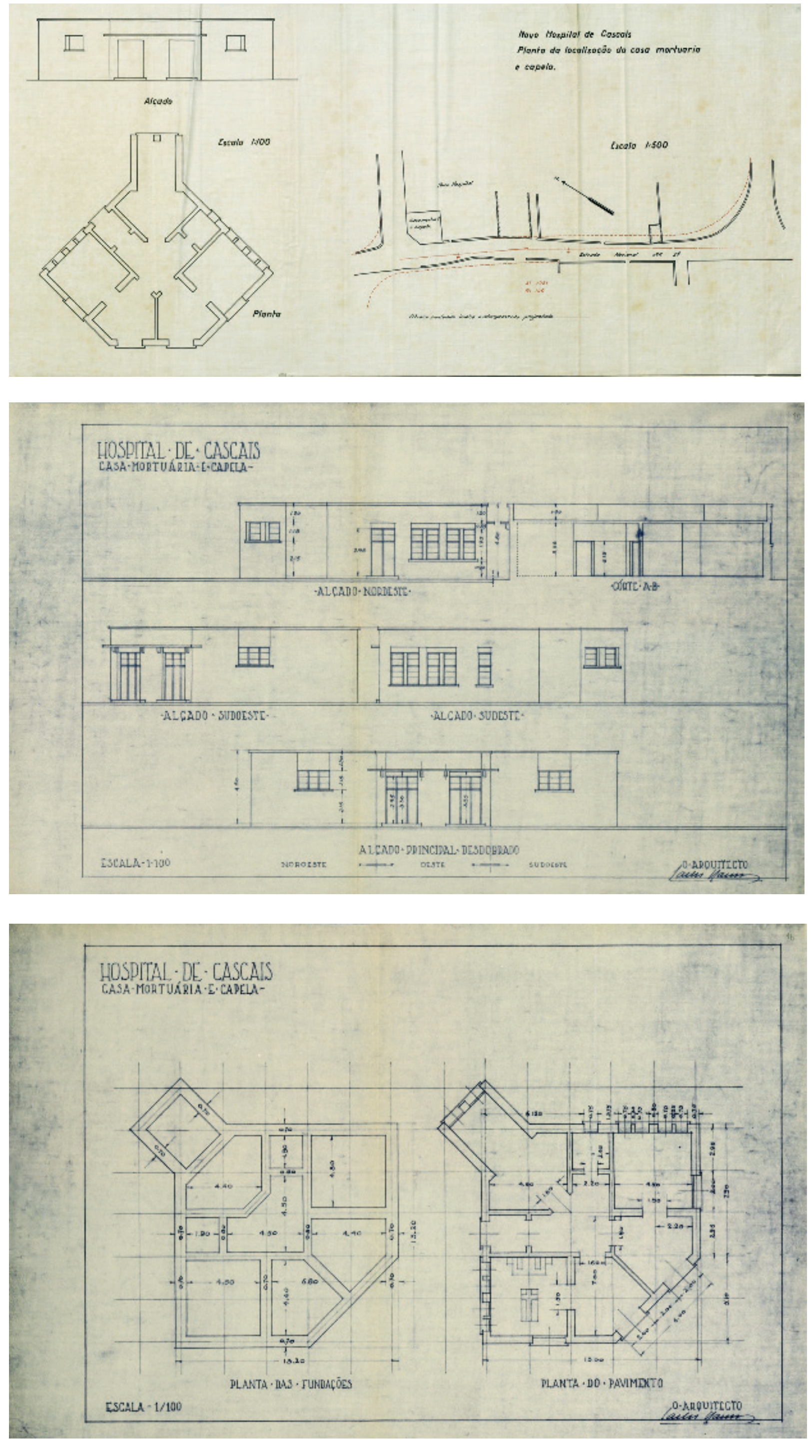
Na década de 50, a projecção social dos serviços prestados no Hospital Condes de Castro Guimarães, que nasceu vocacionado para dar "consultas a pobres e necessitados",[26] deu lugar a uma preocupação clara que ultrapassava largamente a assistência de alcance social, "procurando responder à procura cada vez maior da classe média (sic) para quem foi preciso encontrar um preço médio a pagar pela

23 AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 27/02/1943. Para ajudar às despesas regista-se em Agosto de 1944 o primeiro agravamento do custo das diárias nos quartos particulares. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 10/08/1944.

24 AHMCSC/AECL/SCMC/C/003 - 27/02/1943.

25 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 19/01/1944.

26 "Este hospital apenas dá consultas a pobres pelo que os que o não são devem dirigir-se aos diversos consultórios dos médicos deste concelho". AHMCSC/AECL/SCMC/C/003. Carta à Santa Casa da Misericórdia da Ericeira de 13/04/1944.



11. Projeto de construção da Casa mortuária e Capela do Hospital, c. 1943 [AHMCSC/AADL/CMC/M/A/001 – Cx 24 – Pt. 8]

consulta externa para esses indivíduos". Todavia, os serviços prestados pelo Hospital estavam devidamente tabelados desde o início.[27]

As receitas angariadas estavam longe de cobrir as despesas crescentes, tendo a Santa Casa da Misericórdia de Cascais optado por inúmeras medidas, muitas vezes provisórias, aumentando o preço dos serviços prestados, como as diárias dos quartos particulares, as refeições ou as entradas de visitantes e recorrendo também a medidas coercivas de desconto nos vencimentos do pessoal do material partido e inutilizado.[28] Mais tarde determinou, ainda, o "aumento de receitas das consultas externas e visitas aos doentes, da alimentação e medicamentos e todos os extraordinários que devem ser pagos pelos utentes respectivos, [e que] o empréstimo de camas ou qualquer outro artigo pertença do hospital, só será feito mediante pagamento de aluguer, [para além de que] deve ainda avisar-se o director clínico para reduzir a prescrição de medicamentos estrangeiros, preferindo os nacionais".[29] Constituindo os serviços do Hospital uma fonte de rendimento associada às doações e subsídios, juntava-se também outra forma peculiar de benemerência através de cofres de recolha de donativos espalhados pelas instalações da unidade hospitalar.[30]

O problema da falta de espaço para as necessidades dos vários serviços agudizou-se com a evolução da medicina e o aparecimento de novas especialidades que exigiam salas próprias. De entre outros, e a título de exemplo, o novo aparelho de raios X foi instalado na sala de consultas de cirurgia, por não existir pavilhão próprio, alvitrando-se a utilização de uma casa de banho e do quarto de uma enfermeira para Centro de Recolha de Sangue, de que o director clínico discordou, perdendo-se o espaço possível, a favor da exigência da utilização dessas instalações sanitárias para conforto dos doentes. A própria capela foi então convertida em Banco de urgências.

27 "Para qualquer doente baixar ao hospital tem de ser portador de uma certidão de pobreza [...] os preços são; 50 escudos em quartos pequenos e 80 nos grandes, incluindo alimentação e medicamentos [...] acompanhantes, só pernoita 15$00, com alimentação 30$00. Radiografias são pagas ao preço de consultório e análises de laboratório. Nas enfermarias a diária é de 15$00 com tudo incluído e os exames pagos por uma tabela mais baixa. O serviço de enfermagem é gratuito. A Câmara não paga o internamento dos doentes pobres ou indigentes, concedendo um subsídio mensal para esse efeito. A Casa dos Pescadores é a única que paga internamentos dos sócios e famílias, sendo a diária de 7$50 na enfermaria e operações por 100$00. As companhias de seguros pagam tudo pela tabela normal. Os doentes pobres pagam uma senha de 2$00 por consulta ou tratamento". Carta da SCMC à sua congénere da Ericeira em 13/04/1944, para responder às informações solicitadas e Acta de 19/07/1955. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 1955. A falta dos livros de Actas entre 1922 e 1940 bem como entre 1944 e 1955 não permitem acompanhar a evolução destes preços. Existe apenas alguma correspondência de 1931 a 1949, pelo que ignoramos se nesses períodos de tempo existiu algum desafogo financeiro.

28 "Todo o material partido e inutilizado será descontado dos respectivos vencimentos, salvo justificação concreta, pelo que apela a cautela a bem dos interesses da Santa Casa". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 05/07/1944.

29 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 -15/10/1958.

30 Esses cofres de recolha de donativos serão substituídos em 1957 por outros mais seguros. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 12/06/1957.

Não foi possível encontrar, entre a documentação conservada no Arquivo Histórico da Misericórdia de Cascais, indícios de qualquer período de desafogo financeiro. Os apelos às contribuições de beneméritos e aos subsídios, bem como as recolhas dos mais variados donativos mantiveram-se sempre, bem como as alusões ao *deficit*, que era uma constante preocupação da Mesa Administrativa, que se tornou mesmo insustentável a partir de 1957. As despesas tinham atingido somas incompatíveis com as receitas da Santa Casa, aparentemente canalizadas na sua quase totalidade para o Hospital Condes de Castro Guimarães, apesar dos subsídios do Estado que, além de tardios, ficavam muito aquém das necessidades. Na verdade, "Solicitado um subsídio ao Estado de 300 contos, este avançou apenas com 15. Dada a manifesta insuficiência torna-se necessário que o Provedor informe o Senhor Ministro da Saúde e Assistência para poderem ser solucionados os problemas de saúde do concelho que já conta com 60 000 habitantes. A falta de subsídios causa atrofias na acção assistencial da Misericórdia, no que concerne ao elevado custo no ataque à doença, transfusões, análises, tudo com o fim humanitário de salvar vidas, encargo totalmente depositado a cargo das Misericórdias contribuindo para a sua ruína. Torna-se necessário que o Estado e a Câmara Municipal de Cascais providenciem juntos a solução que passa pela concessão de subsídios urgentes pois a Santa Casa da Misericórdia de Cascais não pode direccionar todas as suas verbas exclusivamente para o Hospital".[31]

O DESASTRE FINANCEIRO E A GUERRA DO ULTRAMAR

O problema financeiro agudizou-se em 1959, quando ao *deficit* permanente vieram somar-se as necessidades inadiáveis de um quotidiano hospitalar que exigia constantes compras e melhoramentos, como a aquisição de mais camas para as enfermarias, aparelhos de ar condicionado para a sala de operações e enfermarias (1958); material de diagnóstico para a *especialidade de vista* (sic), ouvidos e garganta, reparação do monta-cargas, aquisição de um aparelho de ondas curtas (1958); artigos de rouparia, loiças de cozinha e para os doentes, talheres, sacos para roupa suja, seringas, agulhas, etc. (1958).[32] Um inumerável conjunto de despesas hospitalares que, fazendo parte das rotinas diárias, não podiam ser enjeitados, nem sequer adiados.

O *deficit* acumulado nas contas da Santa Casa foi finalmente extinto, em fins de 1959, através de uma verba de 400.000$00 enviada pelo Sub-secretário da

31 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 10/09/1958. A já referida ausência de documentação do próprio hospital não permite sustentar se a subida abrupta de despesas poderá estar ligada ao surto de gripe asiática e ao seu combate, na segunda metade da década de 50, precipitando um eminente colapso financeiro.

32 É curioso verificar que a Santa Casa procurava favorecer o comércio local na compra de alguns artigos "desde que se encontre em condições de fazer determinados fornecimentos em igualdade de preços". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 12/11/1959.

Assistência, que "evitou o encerramento de quase todos os serviços e que o Hospital passasse a funcionar apenas como posto de socorros urgentes".[33]

Desde então, a necessidade urgente de ampliação do Hospital voltou a ser o centro das preocupações, a par da utilidade e urgência do serviço de um médico permanente.[34] Para tanto, era preciso criar condições financeiras, pelo que o provedor sugeriu à Câmara o aumento para 160.000$00 do subsídio que se mantinha desde 1955 em 100.000$00 e argumentava as vantagens, com particular incidência para casos como os acidentes nocturnos em que "as pessoas não são imediatamente assistidas por um médico que ainda que acorra prontamente sofre as queixas e comentários das pessoas que acompanham os sinistrados, sendo isto muito desagradável e desfavorável ao hospital".[35]

Na sua argumentação o provedor recorreu a estatísticas para sustentar a inevitabilidade de um serviço permanente, permitindo-nos entrever a realidade dos números, no que dizia respeito aos serviços prestados. Assim, em 1940 o concelho tinha 30 000 habitantes, que em 1950 eram 42 000 e dez anos mais tarde cerca de 60 000. Quanto ao Hospital Condes de Castro Guimarães, mantendo mais ou menos os mesmos serviços que possuía à data da sua inauguração, mostrava os seguintes números no início dos anos sessenta: 4 956 consultas externas; 2 254 registos no Banco de socorros de urgência; 5 885 de tratamentos diversos; 186 operações de grande cirurgia; 739 exames radiológicos; 781 doentes internados num total de 22 980 dias de internamento e uma média de 74$80 de despesa diária por doente.[36]

Da leitura das estatísticas fornecidas, a Direcção-Geral de Assistência e a Comissão de Construções Hospitalares entendiam ser impossível que a ampliação das instalações do Hospital na área disponível correspondesse às necessidades exigidas, sugerindo a aquisição de novos terrenos com as dimensões adequadas através da venda do actual edifício. Neste mesmo ano, em Dezembro, e devido à opinião expressa pela Direcção-Geral, uma comissão constituída pelo presidente das Construções Hospitalares, da Câmara Municipal, o arquitecto chefe dos Serviços de Urbanização, o engenheiro fiscal do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol e o director clínico do Hospital visitou vários locais da vila para observar os terrenos susceptíveis de servirem para a construção de uma nova unidade hospitalar, encaminhando o assunto superiormente.[37]

33 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 24/02/1960.
34 Cargo indissociável de qualquer hospital e vontade expressa pelo provedor, desde 1956, cuja implementação foi discutida ao longo dos anos, sempre dificultada pela despesa suplementar que acarretaria.
35 A Câmara Municipal de Cascais virá a conceder um subsídio anual de 50.000$00 para garantir a abertura e manutenção deste serviço. O problema da criação do serviço médico de 24 horas surgirá recorrentemente até ao dia 1 de Outubro de 1966, data em que de facto começou a funcionar. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 28/09/1960.
36 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 24/02/1960.
37 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 14/12/1960.

A Misericórdia, que mantinha a ampliação do Hospital como objectivo, contrapôs a utilização do edifício existente, aproveitando-o em altura. Apontava, assim, para uma solução menos onerosa e respondia ao regime que a área exigida poderia ser alcançada subindo o edifício. Impunha-se, portanto, a procura de um benemérito capaz de financiar na globalidade o projecto de ampliação. A Fundação Calouste Gulbenkian, que desenvolvia na época uma larga actividade de benemerência em hospitais de Lisboa, foi uma escolha óbvia, pelo que era importante obter rapidamente um projecto capaz de interessar a dita Fundação. Enquanto isso, o projecto de construção de uma nova unidade perpetuou-se em estudo na Comissão de Construções Hospitalares, até ao arranque das obras de ampliação em 1971.

Contudo, outros factores viriam contrariar a evolução dos acontecimentos, quando, em Abril de 1961, um ofício confidencial proveniente da Direcção-Geral de Assistência comunicava "a impossibilidade de serem concedidos, actualmente, subsídios complementares ou quaisquer outros auxílios, salvo em casos excepcionais e devidamente comprovados. Recomenda [assim] a todas as instituições a máxima economia e rigorosa gestão dos seus dinheiros de forma a evitarem despesas que possam conduzir à situação de *deficit* que não poderão ter solução por meio de subsídios daquela Direcção Geral. Apela também para o espírito de compreensão dos dirigentes a fim de dispensarem a sua valiosa colaboração neste difícil momento em que o Tesouro Público é obrigado a despender elevadas verbas com a defesa do ultramar".[38]

A guerra em África obrigou o regime a uma ainda maior contenção de despesas, para fazer face ao esforço na defesa das Províncias Ultramarinas. Para a Santa Casa trouxe um problema suplementar: o de gerir a contratação de médicos que substituíssem os que, entretanto, eram mobilizados.

O PROCESSO DE AMPLIAÇÃO E A DÉCADA DE 60 (2.º CALVÁRIO)

Ao longo de toda a década de 60, às despesas de manutenção do Hospital associavam-se os múltiplos esforços da Misericórdia para fazer avançar a premente ampliação das instalações, sucedendo-se as mais variadas e dispendiosas soluções para colmatar as deficiências de sempre, acrescidas agora de novos problemas, decorrentes da evolução da ciência e das técnicas utilizadas em medicina.[39] O mau funcionamento do hospital prendia-se com a falta de espaço, que, aliado aos problemas financeiros e à gestão difícil de pessoal qualificado, prejudicavam a sua imagem, arruinando a sua reputação.

38 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 26/04/1961.
39 As construções e instalações mais variadas, destinadas a melhorar a prestação de serviços, sucediam-se como, por exemplo, a instalação de cilindros eléctricos para águas quentes, a aquisição de um autoclave ou de um novo aparelho de raios X (1960) ou ainda a construção de um forno em tijolo e pedra, em 1963, para a queima de pensos, "acabando assim com o péssimo aspecto de serem queimados ao ar livre". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 21/01/1963.

O serviço de um médico permanente, em discussão há anos pelas verbas que envolvia, começou apenas em Outubro de 1966, para ser interrompido três anos depois, em Agosto de 1969, devido a faltas constantes dos médicos sem aviso prévio.[40] Continuavam também a ser graves, nesta década, os problemas com o pessoal de enfermagem, levando mesmo ao encerramento do serviço de cirurgia e obrigando o director clínico de então a cancelar as intervenções cirúrgicas por falta de enfermeiras, mantendo-se o assunto sem solução até Dezembro de 1968. A necessidade de reajustamento dos salários de médicos e enfermeiras estava subjacente a crises de autoridade e à indisciplina, preocupações maiores que a Mesa Administrativa tinha de enfrentar, ainda que reconhecesse que praticava salários abaixo dos auferidos noutras instituições particulares.[41]

Qualquer acto de melhoria ou provimento de pessoal especializado acarretava novas preocupações. O quadro médico aumentou para oito médicos em 1968 e para doze em 1973, quando ainda subsistia o problema relativo à manutenção de um médico permanente. Só em 1970 o anestesista tarefeiro passou a contratado, mediante a insistência do director clínico que nessa mesma altura apresentou uma longa exposição à Santa Casa sobre as necessidades de material cirúrgico a adquirir, a revisão dos vencimentos dos médicos e o aumento do quadro das enfermeiras que, contratadas finalmente em 1971, obrigavam a Santa Casa a recorrer, mais uma vez, às instalações do velho hospital para as instalar no "Lar das Enfermeiras", prática decorrente da legislação sobre esta actividade profissional, no respeitante às mulheres, que as obrigava a uma espécie de sacerdócio.[42] O Hospital Velho serviu também para suprir a falta de um laboratório de análises clínicas que aí foi montado provisoriamente na casa mortuária, enquanto a introdução de um número cada vez maior de especialidades médicas levavam ao limite o problema da falta de espaço.[43]

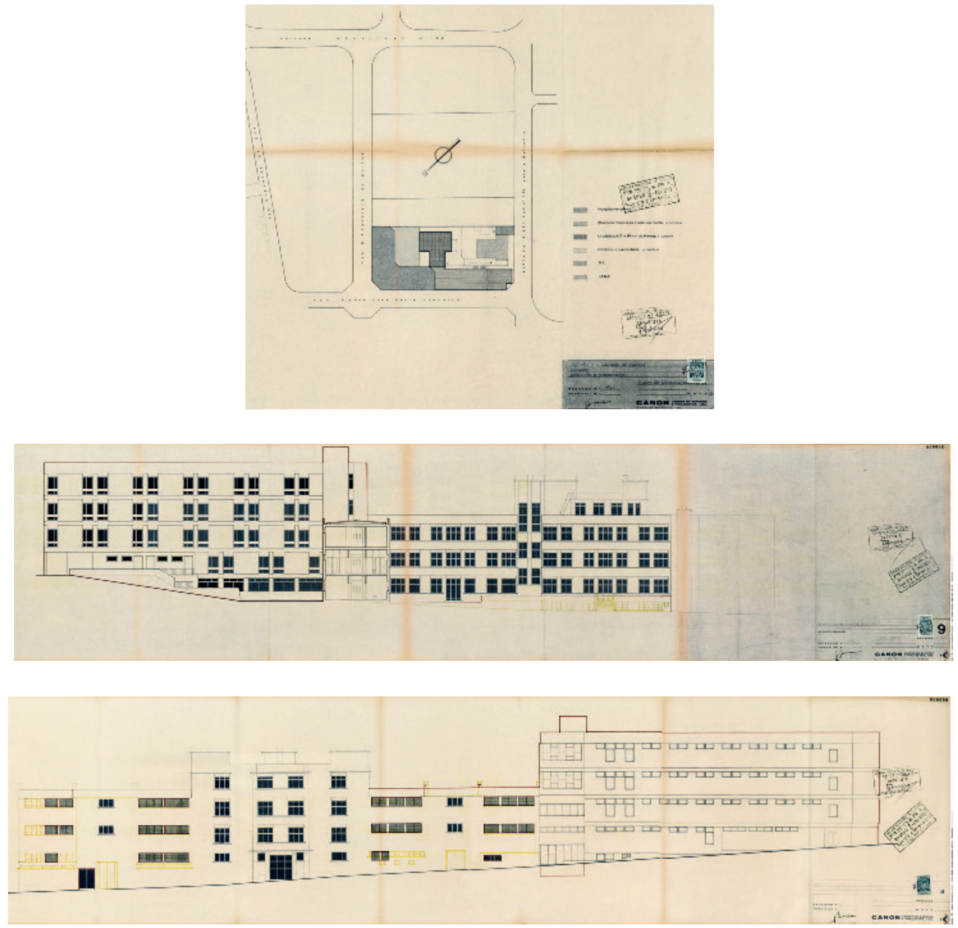
Com a nomeação de um novo cirurgião para director clínico em 1969, a distribuição de serviço ao corpo de médicos foi reestruturada e disciplinada, procurando impor as regras necessárias ao bom funcionamento dos serviços hospitalares sem conflitos. Depreende-se de alguma correspondência trocada entre este médico e a Mesa uma maior autonomia em algumas decisões do foro da medicina sem a prévia

40 Em Setembro de 1959 e em números sucessivos, o jornal A Nossa Terra publicou uma extensa análise sob o título: Temas Sociais: A Assistência Médica no Concelho de Cascais, apontando detalhadamente as inúmeras carências da assistência hospitalar, com particular relevo para a necessidade de um médico permanente: "é necessário que em todos os serviços do hospital haja médico permanente, ou, mais modestamente, que haja sempre um médico no hospital [...] e a organização de um serviço de turnos de médicos para o serviço permanente na cirurgia e no banco".

41 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 10/12/1971.

42 A Mesa pediu ao Centro Cultural de Cascais "que desocupasse as instalações do 1.º andar do Largo da Misericórdia e Rua da Saudade para reconversão das instalações em lar de residência, para serem ocupadas pelas enfermeiras residentes na ala direita do r/c do Hospital Condes de Castro Guimarães". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 02/07/1970 e 25/06/1970. A legislação que proibia o casamento às enfermeiras continuava em vigor.

43 Entre outras especialidades refira-se ginecologia, otorrinolaringologia, ortopedia, gastrenterologia, anestesia e cardiologia. Para este serviço comprou-se o 1.º aparelho de electrocardiogramas em Setembro de 1971.

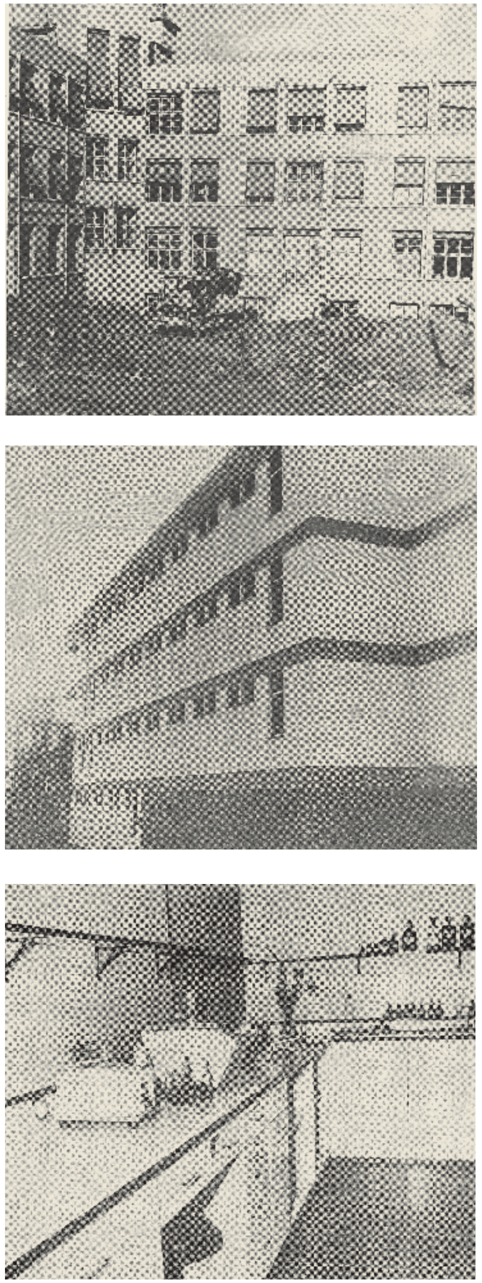


12. Projeto de ampliação e remodelação do Hospital, 1973
[CMCSC/ATU - Cx. 14080]

autorização da Santa Casa, procedendo a escalas de serviço mais eficazes, à substituição e aquisição de material cirúrgico e à contratação de pessoal de enfermagem, instrumentistas e auxiliares.

Mas estas reformas internas não conseguiram debelar a indisciplina reinante e os incidentes na enfermagem, decorrentes de abusos e de alguns maus costumes, como foram relatados em fins de 1971: "vários incidentes com o comportamento da enfermeira-chefe, necessidade de evitar que as visitas tomem as refeições com os doentes, proibição de beber álcool aos doentes salvo se prescrito pelo médico na respectiva papeleta, estabelecimento de regras para dietas especiais, aprovado o horário de entrada das enfermeiras que devem recolher até à 1h00, etc."[44]

44 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 22/09/1971.



13. Ampliação do Hospital, 1973
[*Jornal da Costa do Sol*, 1973]

Estas disposições surgem a par de recomendações curiosas que comprovam a ingerência da Santa Casa em pormenores ínfimos, como a de que "o congelador do hospital passasse a ter pelo menos uma pedra de gelo para acorrer a qualquer situação de urgência". A Mesa, que ainda opinava em assuntos deste teor, decidiu, enquanto instituição privada, na tentativa de disciplinar o comportamento do pessoal do Hospital, recorrer ao modelo do serviço público, utilizando as regras e sanções do respectivo regulamento para "intensificar a vigilância e implantar o rigor e a disciplina; punir com severidade qualquer falta, e que o Director Clínico adjunto cumpra com maior rapidez os processos, de acordo com o determinado no Regulamento dos Funcionários Civis do Estado".[45]

O aumento da circulação automóvel, sempre crescente desde o início da década de 60, trouxe a necessidade de prestar assistência a politraumatizados, conduzindo a negociações com o Hospital de Sant'Ana, de que resultou a obtenção de consultas de ortopedia, às quintas-feiras. Esta especialidade, que evoluirá mais tarde para um serviço específico, abrangendo também doentes do aparelho motor, acabou por gerar discórdias entre a classe médica dos dois hospitais. À especialização cada vez maior destes casos em Sant'Ana, aliou-se a falta de espaço no Hospital Condes de Castro Guimarães, acabando-se em pouco tempo com este serviço, cuja rentabilização, na óptica da Santa Casa, pelas estadias mais prolongadas que ocasionava, trazia para os cofres da Misericórdia maiores compensações pecuniárias no internamento hospitalar.

....

45 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 27/01/1972.

DA AMPLIAÇÃO À REVOLUÇÃO

Uma nova Mesa, eleita em 1971, propôs, como programa no acto de posse, combater o *deficit* das contas do hospital, através de uma ampla operação de *marketing*, após a elaboração de um relatório detalhado para justificar a necessidade de fundos e subsídios; criar um laboratório de análises; captar a simpatia dos cirurgiões para a promoção de operações no Hospital; aumentar o número de quartos particulares; publicitar a radiologia e organizar uma vasta campanha para angariação de fundos por todo o concelho, junto de bancos, companhias de seguros, fábricas, comércio, casino, cinemas, praias, cafés e restaurantes; realizar arraiais, bailes nas colectividades e festas na praça de touros; tudo enquadrado por uma sessão solene, a que a presença do Presidente da República e outras individualidades nacionais e locais desse o lustre e a propaganda na comunicação social, suscitando a eventual produção de fundos mais significativos.[46] Mas mais importante neste ano foi a introdução do Serviço de Pediatria e a constatação da necessidade de contratação de dois médicos para chefiarem o laboratório de análises clínicas, logo após a conclusão das obras.[47]

A ampliação do Hospital, finalmente autorizado pela Zona Hospitalar do Sul, sofreu um novo impulso, iniciando-se as obras nesse ano. Ao contributo da Fundação Calouste Gulbenkian juntaram-se dois beneméritos de vulto: João Pimenta e sobretudo Jorge de Brito que, além da oferta da verba de 2 500 contos para as obras de ampliação, foi o financiador do Bairro Maria, cujas rendas obrigatoriamente revertiam para o Hospital. Em 1972 reforçou o seu contributo com as rendas de 50 novas casas "para garantir o rendimento necessário para a subsistência da parte ampliada do hospital".[48] Estes contributos forneceram o enquadramento financeiro para o arranque e a concretização da ampliação da unidade, velha aspiração da Santa Casa, desde a sua inauguração, agora com o estatuto de Hospital Sub Regional.[49]

Com as obras de ampliação em fase de acabamentos, em Dezembro de 1972, o provedor congratulou-se com o trabalho realizado, ao anunciar a passagem a Hospital Distrital, ficando na expectativa de que viesse a dispor das carreiras médica e de enfermagem, outra aspiração da Santa Casa, largamente referida nos contactos com o Governo: "Largas dezenas de contos investidos em material médico-cirúrgico que vem trazer melhores condições de trabalho a todo o corpo clínico e enfermagem, dando melhores garantias de assistência aos doentes, particularmente em cirurgia e ortotraumatologia – neste último que em 7 meses executou 1 909 tratamentos –; diminuição substancial de doentes a serem transportados para Lisboa; melhoria do

....

46 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 17/04/1971.

47 Foi apreciada a eventual colaboração de dois novos médicos para dirigirem o futuro laboratório: Drs. António Reis Vale e Germano de Sousa. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 17/11/1971.

48 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 07/03/1972.

49 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 17/02/1970.

serviço de enfermagem que sempre tinha sido o calcanhar de Aquiles no nosso e em todos os hospitais; entrada de novos e bons elementos; melhoria do ambiente – corpo clínico e enfermagem – e do serviço de urgência; relevou [ainda] a assistência médica prestada no Autódromo do Estoril em dias de provas, sendo os médicos, anestesistas e enfermagem inexcedíveis em boa vontade, apesar de mal pagos; um agradecimento às senhoras voluntárias e a mesa congratula-se [também] com a montagem do laboratório".[50] A inauguração das instalações ampliadas teve lugar em 23 de Março de 1973.

Tal como tinha sido proposto pela Santa Casa, a ampliação traduzia-se em altura e ocupava agora quase todo o terreno da doação inicial. Conforme consta do processo de obras referente à ampliação e remodelação do "hospital concelhio de Cascais", o plano, apresentado pelo Arquitecto Sebastião Pedro Leal Formosinho Sanches, obedecia ao programa estabelecido pela Santa Casa e às disposições do Regulamento do Plano de Urbanização da Costa do Sol, no que concerne aos planos parciais e perímetros de expansão das povoações, prevendo-se um custo total da obra estimado em 20 000 contos.

Com efeito, a Santa Casa pretendia que se alterasse somente o indispensável, pelo que a solução encontrada pelo arquitecto foi a construção de três corpos, um no prolongamento do preexistente ao longo da Rua Padre José Maria Loureiro; outro perpendicular a este para o interior do terreno com acesso directo por rampa pela Estrada Distrital n.º 154 para a Malveira (hoje Avenida do Ultramar) destinado às Urgências no piso térreo, tendo por cima o internamento e os Blocos Operatório e de Partos (2.º e 3.º pisos), com ligação ao restante edifício pelo monta-cargas.

O projecto assentava pois, na ampliação e remodelação do edifício existente, especialmente nos serviços que necessitassem beneficiações, "quer por exiguidade de áreas, quer por instalações defeituosas… acrescentando aos existentes, um Banco, um Laboratório e depósito de medicamentos, serviços de Pediatria e Fisioterapia, quartos particulares e secretaria, a que posteriormente se acrescentou um novo Bloco Operatório, uma Maternidade com internamento de 30 camas e um Bloco de Partos, além de uma cozinha e uma Lavandaria".

Finalmente, construir-se-ia um terceiro corpo entre este último e a ala do antigo Hospital, paralela à Rua D. Francisco de Avillez, para a cozinha e a lavandaria. Quanto ao serviço de análises clínicas reservou-se o edifício do anexo fronteiro às urgências, onde estava instalado o Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos. O último andar foi destinado aos quartos particulares que aumentavam para vinte.[51]

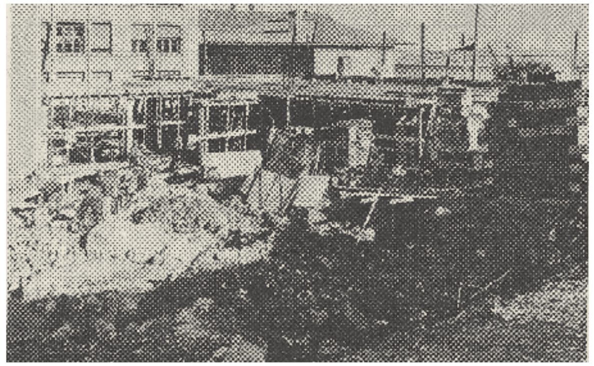
A capacidade aumentava assim, de 90 para 250 camas, beneficiando todos os serviços que abrangiam um largo leque de especialidades. Mas a componente humana continuava negligenciada, no que se referia à promoção e integração de

50 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 26/12/1972.
51 Memória descritiva do projecto de Formosinho Sanches. CMCSC/ATU - Cx. 14080.

médicos e enfermeiras e à admissão oficial de internos, possível com as novas condições criadas com a ampliação "porque o funcionamento do novo hospital não pode continuar a viver de expedientes e improvisações técnicas que possam pôr em jogo o nosso prestígio".[52]

Esta instituição, que apesar de privada dependia singularmente de subsídios do Estado, deveria sempre obedecer aos critérios que a legislação determinava para todo o país, dependência que, se por um lado, ocasionou ao longo de toda a história do Hospital atrasos nas grandes decisões, também serviu de pretexto para perpetuar algumas situações, sempre que não convinha à Santa Casa alterar o *status quo*, designadamente a autoridade "partilhada" com a classe médica, que em nada beneficiou o bom funcionamento do Hospital, acrescida de uma excessiva fiscalização, traduzida numa espécie de "burocracia de entupimento".

Obviamente que o Hospital Condes de Castro Guimarães não podia ser gerido pela Santa Casa como o fora o Hospital Velho. Os administradores mesários foram sempre meros veículos transmissores à Santa Casa dos inúmeros problemas que o dia-a-dia hospitalar acarretava e que a Mesa resolvia tardiamente, sem uma proximidade e um *know-how* que lhe permitisse actuar com eficácia, porque tudo, mesmo as mais simples e quotidianas resoluções, tinham obrigatoriamente que passar pela concordância colegial da Santa Casa, detentora de todas as decisões.



14. Obras para ampliação do Hospital, c. 1972 [*Jornal da Costa do Sol*, d. 1975]

Quando, em Janeiro de 1973, o provedor nomeou uma economista como administradora, decidindo, assim, enveredar pela especialização que o cargo exigia, esta, em Novembro desse ano, acusada pelos mesários de inúmeras faltas sem justificação, apresentou a sua demissão, através de um extenso relatório, onde invocou as suas razões, fazendo uma avaliação exaustiva e demolidora do funcionamento do hospital: "Não há por parte das entidades competentes um apoio efectivo para que o Hospital Distrital Condes de Castro Guimarães se torne uma realidade técnica e administrativamente viável, não sendo possível concretizar os planos concebidos para o hospital a curto, médio e longo prazo, mantendo-se uma situação de improvisações sucessivas, contrárias à mais elementar regra de gestão. Ao longo de 8 meses verifiquei haver relutância na aceitação de normas administrativas com

52 Carta do corpo clínico ao provedor assinada pelo Director Clínico Dr. Bello de Morais, Drs. Costa Matos, Lacerda e Mello e outros 9 médicos. AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 -04/07/1973.

a padronização de todas as actividades nos diferentes sectores para se atingir a máxima rentabilidade com um mínimo de custos. Há uma tendência para atropelos e desrespeito pelos diferentes níveis de comando".[53]

Apontava, ainda, que a inoperacionalidade do Hospital se prendia com a escassez de espaço e a falta de salas para fins específicos, referindo a "falta de colaboração e as inopinadas intromissões de elementos da Mesa" numa clara alusão ao conflito criado. Continuava a sua análise acrescentando que em termos financeiros, "os pagamentos deviam estar conjugados com as receitas cujo montante exacto se ignora sempre, dependente que está também do sector público". Termina justificando que a aceitação do cargo tivera em conta a obra para a melhoria das condições médico-sanitárias da população do concelho de Cascais e observava que o Hospital "tem estado a funcionar apenas a 1/8 da sua capacidade inicial de internamento, consultas e urgência, devido às obras de remodelação". Por último, numa clara alusão à atitude dos mesários, remataria, afirmando que "este elenco exaustivo é a resposta do trabalho realizado em 8 meses e sobretudo às injustificadas observações formuladas pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Cascais".[54]

O provedor cessante, Joaquim Barahona, foi substituído em Janeiro de 1974 pelo engenheiro Mário Ramos da Cruz, autor dos cálculos de estabilidade do projecto da ampliação do Hospital, que procurou, entre Janeiro e Abril, rentabilizar rapidamente o novo espaço granjeado com as obras de ampliação, designadamente os quartos particulares, para evitar as críticas de que o Hospital era alvo, mas a Santa Casa só foi notícia pela inauguração do serviço de Obstetrícia e da Maternidade decorrentes da dissolução da Maternidade Maria Amália Vaz de Carvalho, cujo património havia sido confiado à Santa Casa em 1971.[55]

Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, a Santa Casa da Misericórdia de Cascais saudaria em Maio os novos poderes, enviando uma carta à Junta de Salvação Nacional. Aumentou, depois, todos os salários com retroactivos desde Janeiro, procurando desta forma aplacar os ímpetos revolucionários dos trabalhadores do Hospital, que, sem excepção e em reuniões sucessivas, fizeram toda a espécie de exigências. Aceitou, ainda, a presença de representantes nas suas reuniões, dando início a uma co-gestão que em Novembro originaria a demissão em bloco da Mesa. O Hospital Condes de Castro Guimarães atravessou um período conturbado, com repercussões negativas no seu funcionamento, sobretudo nas Urgências, de onde provinham as principais queixas, a que não foi alheia a actuação das várias comissões de profissionais da saúde, com particular relevância para o corpo médico e de enfermagem.[56]

53 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 26/11/1973.
54 AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 26/11/1973.
55 "Em Abril de 1974, Maria Amélia Azancot ainda assistiu à inauguração da nova maternidade do Hospital Conde de Castro Guimarães, à qual foi dado o seu nome e cujo arranque seguro ficou a dever-se à doação feita ao mesmo hospital da Maternidade Maria Amália Vaz de Carvalho, com todos os seus valores materiais e técnicos e cedência do respectivo pessoal treinado e especializado". *Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município. Cascais.* N.º 2: (1981). Vol. II.

A Santa Casa iniciou aqui uma espécie de *via-sacra* em torno de velhos problemas que agora se extremavam, até ao *coup de grâce* definitivo na sua obra assistencial mais significativa do concelho. A nomeação oficial de uma Comissão Instaladora, por Despacho de 24 de Fevereiro de 1975, do Secretário de Estado da Saúde, formada exclusivamente por médicos e enfermeiras do hospital, seria o epílogo de uma situação de quase anarquia e desorientação que se seguiu ao 25 de Abril, muitas vezes transcrita em actas reveladoras desse período exaltado, de que o jornal *A Nossa Terra* fazia eco, com a publicação de sucessivos comunicados e desmentidos a pedido da Santa Casa ou dos trabalhadores do Hospital.[57]

Quando se deu a transmissão formal de poderes do Hospital para a Comissão Instaladora designada pelo Estado, a Santa Casa foi completamente ignorada em todo o processo, que acolheu com espanto e indignação. Acabaria por reconhecer a Comissão Instaladora *de jure*, em Abril de 1975, declinando a partir desse momento quaisquer responsabilidades na gestão do estabelecimento.

Desfeita a tríade inicial, coube à Câmara Municipal e aos munícipes o esforço de pressão junto do poder central, para dotar a região de uma unidade hospitalar passível de responder ao desenvolvimento do concelho e da sua projecção nacional e internacional, capaz de enfrentar os desafios do futuro.

O Hospital Condes de Castro Guimarães, pensado pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais em 1930, concebido pelo arquitecto modernista Carlos Ramos e inaugurado em 1941, com pompa e circunstância, pelos mais altos dignitários do país, foi desde logo considerado insuficiente para as solicitações e necessidades de saúde do concelho, perpetuando-se no novo hospital os problemas do velho. Edificado no espaço urbano possível, determinado pela doação filantrópica, o seu traçado obedeceu mais à funcionalidade do que a preocupações estéticas. As sucessivas alterações descaracterizaram por completo a obra modernista, em nome da dilatação do espaço útil para as suas funções.

Subsistiu penosamente ao longo de várias décadas, sempre sobrelotado, sempre com poucos meios.

As alterações no sistema de saúde do país ditaram a conversão de Hospital Distrital em Centro Hospitalar no ano 2000. A construção de um novo hospital deverá responder aos desafios do século XXI, velha aspiração do burgo.[58]

56 "O Provedor esclarece que embora a Comissão de Médicos tenha sido eleita e a Mesa tenha tomado conhecimento, nunca a reconheceu oficialmente na medida em que a sua existência não está prevista na lei. Assim se o Director Clínico Dr. Costa de Matos entende que a Comissão Clínica deve existir, tal será de sua inteira responsabilidade". AHSCMC/CON-SCMC/A-E/02 - 21/09/1974 e de 22/11/1974.
57 Jornal *A Nossa Terra*, 06-08/12/1974, 19/04/1975 e 09/05/1975.
58 Nota do editor: O novo Hospital de Cascais Dr. José de Almeida foi inaugurado em Alcabideche a 23 de fevereiro de 2010, antes da conclusão deste texto até agora inédito.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Histórico Municipal de Cascais
AHMCSC/AADL/ACC/003
AHMCSC/AADL/CMC/B-A/001
AHMC/AADL-CMC/M/A/001
AHMCSC/AECL/SCMC/I-A/015

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais
AHSCMC/A-E/02/1940-1975

FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

ALENQUER, Mário de (1955) – *O tratamento da tuberculose pulmonar nos últimos cinco anos visto através da experiência do serviço de tisiologia dos Hospitais Civis de Lisboa*. Separata do *Jornal Médico*, 27. Porto: [s. n.].

ALMEIDA, Pedro Vieira de (1986) – *Carlos Ramos: Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ANDRADE, Ferreira de (1986) – *Cascais, vila da corte: Oito séculos de história*. Cascais: Câmara Municipal.

ANDRADE, Ferreira de (1969) – *Monografia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.

ARAÚJO, Rui (1975) – *Administração dos hospitais distritais*. Lisboa: ENSP.

CORREIA, Fernando da Silva (1955) – *A engenharia e a saúde pública em Portugal: algumas tradições e conceitos fundamentais*. Separata de *O Médico*, n.º 186. Lisboa: [s. n.].

DIRECÇÃO GERAL DAS CONSTRUÇÕES HOSPITALARES (1978) – *Hospitais de Portugal*. [Lisboa]: DGCH.

DIRECÇÃO GERAL DOS HOSPITAIS (1962) – *Decretos-Leis 43853 e 44320 e Portaria n.º 19221. Revista dos Hospitais Portugueses*. Lisboa: [s. n.].

FALCÃO, Pedro (1981) – *Cascais menino: Personagens da nossa terra*. Cascais: Câmara Municipal, Vol. II.

FERNANDES, Henrique João de Barahona (s. d.) – *Médicos e hospitais* [S.l.: s.n.]. Separata do *Jornal do Médico*. N.º 26. Porto: [s. n.].

FERNANDES, José Manuel (2003) – *Português suave: Arquitecturas do Estado Novo: Património moderno*. Lisboa: MC – IPPAR.

FERREIRA, Coriolano Albino (1957) – *Assistência social portuguesa: apontamentos sobre a sua história seus princípios e sua organização*. Lisboa: [s. n.].

FERREIRA, Coriolano Albino (1948) – *Hospitais Portugueses*. Tipografia Atlântida: Coimbra. N.º 1.

FERREIRA, Coriolano Albino (1980) – *História dos hospitais portugueses no mundo*. Conferência na Sociedade de Geografia. Lisboa: [s. n.].

FERREIRA, Coriolano Albino (1982) – *O diálogo das misericórdias e dos hospitais em Portugal*. [S. l.: s. n.].

GENTIL, Francisco – *Sobre hospitais* (1945) – Separata da Revista *A medicina contemporânea*. Lisboa: [s. n.].

HOSDAIN, Maurice (1933) – *Princípios directivos da construção hospitalar*. Separata da *Revista dos hospitais portugueses*. [S.l.: s. n].

LAMENTÁVEL PROIBIÇÃO DO CASAMENTO ÀS ENFERMEIRAS, NOVAMENTE POSTA EM FOCO PELA LIGA PORTUGUESA DE PROFILAXIA SOCIAL (1956). Separata do jornal *O Médico*. Lisboa: [s. n.].

LEONE, José Teófilo Farto (1993) – *Subsídios para a história dos Hospitais Civis de Lisboa e da medicina portuguesa*. Lisboa: [s. n.].

LOPES, Manuel Miranda Ramos (1954) – As enfermeiras perante a tuberculose. *Revista Hospitalar*. N.ºs 27-28. Coimbra: [s. n.].

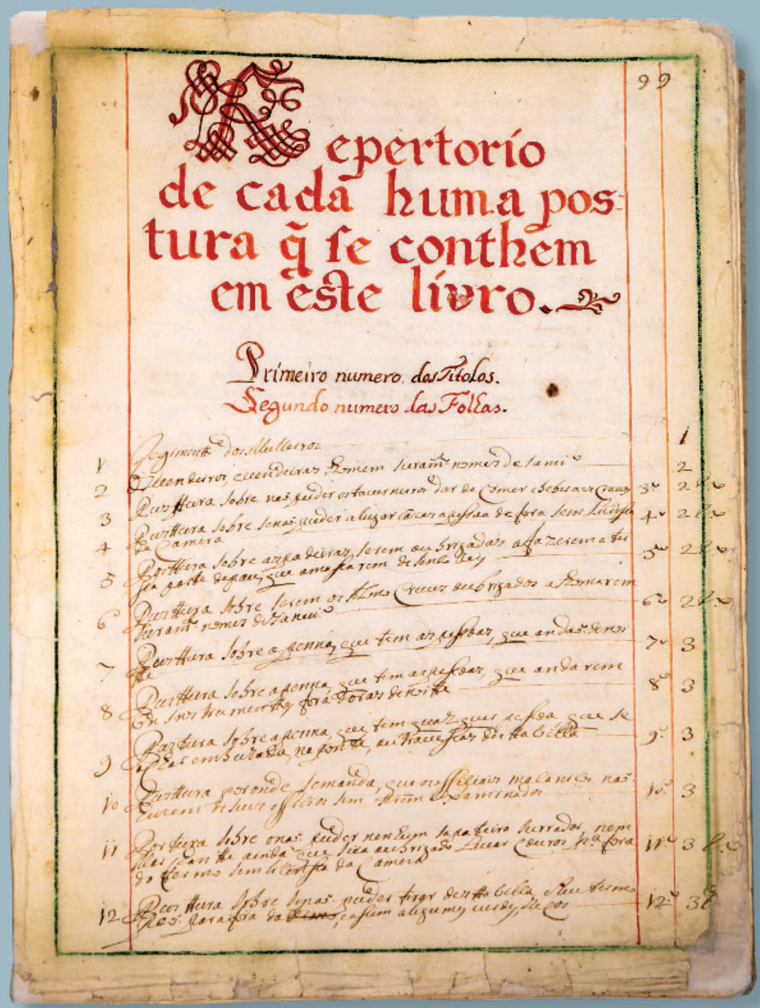
MIRA, M. Ferreira de (1947) – *História da medicina portuguesa*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

MONJARDINO, Jorge (1933) – *Pequenos hospitais: Apontamentos para a sua instalação*. Separata de *A Medicina Contemporânea*. Lisboa: Imprensa Médica.

PEREIRA, Mário Monteiro (1950) – *História da medicina contemporânea*. Lisboa: Soc. de Expansão Cultural.

SOUSA, C. Soares de (1976) – *Boletim dos hospitais: contributos para a sua história*. [Porto: s. n.].

VIEGAS, João da Cruz (1943) – O Hospital da Misericórdia de Cascais: Conferência realizada em Sábado 23 de Agosto de 1941 na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cascais, com um apenso complementar. *Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães: Boletim*. Cascais: [Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães]. N.º 1. P. 38-72.



1. Livro de Posturas, 1587-1837
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/005/001]

INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ACERVO HISTÓRICO DOCUMENTAL DE CASCAIS (2014-2023)

Luís Pereira[2]

INTRODUÇÃO

O ano de 2014 marcou o início de um longo processo empreendido pelo Município de Cascais que dura há quase dez anos e se vem centrando na recuperação de alguns dos mais antigos documentos preservados no Arquivo Histórico Municipal.

O primeiro marco desta caminhada correspondeu à intervenção de conservação e restauro realizada no foral de Cascais, por ocasião da celebração dos 500 anos da sua atribuição por D. Manuel I, que contou com várias iniciativas, entre as quais uma exposição, um documentário e o lançamento de um livro com um estudo multidisciplinar a seu propósito.[3]

Outro momento igualmente importante ocorreria em 2017, com a intervenção na gravura de George Braun e Frans Hogenberg, correspondente à primeira representação conhecida da vila de Cascais, que data do século XVI. Retirada da obra *Civitates Orbis Terrarum*, um dos mais importantes livros para o estudo da vida das cidades na Idade Média, havia sido adquirida pela Câmara Municipal de Cascais

2 Água de Cal – Conservação e Restauro e Techn&Art – Instituto Politécnico de Tomar.
3 Henriques, J. M., coord. (2014). *500 anos do foral manuelino de Cascais: 1514-2014*. Cascais: Câmara Municipal.

ao colecionador José Maria Costa e Silva, no ano de 2005 e apresentava-se em mau estado de conservação, com vários danos a comprometerem a sua integridade. Os trabalhos desenvolvidos encontram-se documentados num artigo publicado na revista científica *Ge-conservación*.[4]

Mas se estes dois exemplos correspondem às intervenções mais emblemáticas promovidas ao longo do período em análise, outras se concretizaram em prol da preservação do património arquivístico de Cascais, fundamental para o estudo da sua história. Este artigo foca-se nesse conjunto menos visível, mais concretamente em dois projectos que trouxeram à consulta pública um número muito significativo de documentos que careciam de intervenções de conservação e restauro.

LIVRO DE POSTURAS

Enquadramento

Segundo Maria Alexandra Ribeiro este livro de registo, que reúne as normas municipais conhecidas como "posturas" de 1587 a 1837, terá sido redigido entre os séculos XVIII e XIX, com o objectivo de compilar todas as posturas que se se encontravam dispersas por vários códices, entre os quais o "livro velho das posturas" que surge referido no auto inicial.[5] Contando com o contributo de vários oficiais da administração local ao longo dos tempos, assume-se como o mais antigo livro de registo de posturas do município, sendo considerado uma das fontes primordiais para o estudo da história de Cascais.

Estado de Conservação

O livro apresentava-se em muito mau estado de conservação, com necessidade urgente de intervenção, uma vez que se encontravam comprometidas várias dimensões da obra, como a funcionalidade e o conteúdo intelectual. Os danos encontravam-se presentes na encadernação e no suporte, apresentando a seguinte distribuição:

SUPORTE

- Manchas de sujidade em várias zonas do suporte;
- Rasgões ao longo do corpo do texto, num total de 22 fólios[6];

4 Pereira, L.; Marques, L. (2018). "Intervenção de conservação e restauro na gravura de George Braun e Frans Hogenberg, representando a Vila de Cascais". *Ge-conservación*. N.º 14. P. 16-26. Retirado de https://doi.org/10.37558/gec.v14i1.580.

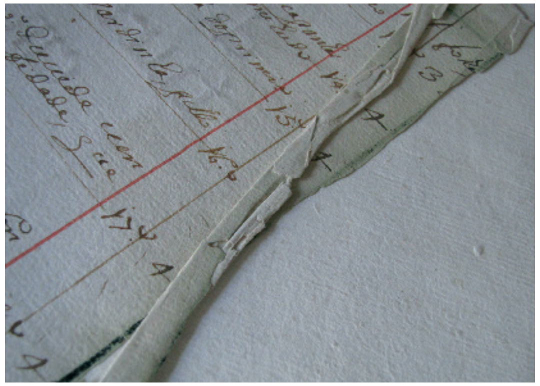
5 Ribeiro, M. (1988). "O livro de posturas da Câmara da Vila de Cascais (1587-1837)". *Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município*. N.º 7. Cascais: Câmara Municipal. P. 57-68.

6 Folha resultante da dobragem ao meio de uma folha maior inteira (bifólio). University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de leaves (features) | Language of Bindings (ligatus.org.uk).



2. Vários fólios apresentavam rasgões, em particular nas margens

- Lacunas associadas ao processo de deterioração da tinta ferrogálica[7], com especial incidência nas zonas de cercadura, num total de 24 fólios;
- Dobras, rasgões e enfolamentos na periferia dos fólios, verificando-se esta situação num total de 11;



3. As dobras comprometiam a leitura do documento, para além de produzirem deformações mecânicas no papel



4. Ondulações no corpo do livro devido a amplitudes significativas de humidade relativa e temperatura, a que o papel terá estado sujeito

7 A tinta ferrogálica é constituída por 4 componentes principais: água ou vinho (como veículo), goma arábica (aglutinante) e sulfato de ferro combinado com um elemento vegetal contendo taninos (cor). Netherlands Institute for Cultural Heritage (2001). *Condition rating for paper objects with iron-gall ink*. Amsterdam: Netherlands Institute for Cultural Heritage. Os processos de alteração da tinta ferrogálica associam-se aos seguintes fenómenos: presença de ácido sulfúrico formado no processo de produção da tinta (responsável pela despolimerização da celulose e consequente perda de resistência mecânica do papel), presença excessiva de metais de transição nos suportes (ferro (II), responsáveis igualmente pela despolimerização da celulose e consequente perda de resistência mecânica do papel). Henniges, U.; Reibke, R.; Banik; G. Huhsmann, E.; Hahner, U.; Prohaska, T.; Potthast, A. (2008). Iron gall ink-induced corrosion of cellulose: Aging, degradation and stabilization. Part 2: Application on historic sample material. *Springer*. N.º 15. P. 861-870. Retirado de DOI 10.1007/s10570-008-9238-0

- Restauros antigos nos fólios 17 e 71, correspondendo a possíveis reforços das zonas degradadas subjacentes;
- Manchas produzidas por água num conjunto de 7 fólios, com implicações estéticas e na legibilidade do documento;
- Bifólios[8] rasgados na zona de costura (festos)[9], num total de 58 – este aspecto comprometia a coesão do sistema de encadernação da obra.

ENCADERNAÇÃO
- Lacunas que se traduzem na existência de zonas sem pele, nomeadamente na lombada e capa da obra;
- Transfil[10] em destacamento – corte da cabeça e corte do pé;
- Ruptura da costura responsável pela união dos cadernos, provocando a separação dos mesmos;
- Cantos danificados, resultantes de deformação mecânica;
- Abrasão da pele responsável pelo revestimento das pastas[11];
- Cortes na pele;
- Lacunas e rasgões nas folhas de guarda[12].

Objectivos da Intervenção

Pretendeu-se restituir a integridade do livro, permitindo novamente o seu manuseamento e, a par disso, assegurar o acesso ao conteúdo intelectual do livro, intervindo nos danos que comprometiam a integridade do suporte e das tintas presentes. A intervenção compreendeu ainda o correcto acondicionamento do livro, concebendo uma solução para o efeito, constituída por materiais com especificações de conservação.

8 Folha de dimensões maiores dobrada para criar duas folhas (fólios) de tamanho mais ou menos semelhante. University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de https://www.ligatus.org.uk/lob/concept/1342.

9 Correspondente à zona de dobragem da folha maior em bifólio.

10 Elemento situado nas partes superior e inferior do livro, junto à coifa (extremidades da lombada). Assume uma função estrutural, responsável por reforçar a costura dos vários cadernos e/ou uma função decorativa. University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de https://www.ligatus.org.uk/lob/search?search_api_fulltext=headband.

11 Elementos rígidos ou semi-rígidos realizados com materiais diversos e utilizados para proteger e suportar o corpo do livro. Existem, pelo menos, duas pastas em cada um dos lados do livro, encontrando-se as mesmas revestidas (a par da lombada) com um material de protecção (pele, tecido, papel). University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de https://www.ligatus.org.uk/lob/concept/1222.

12 Grupo de folhas (podendo ser de diferentes materiais) colocadas no início e no final do livro, com o propósito de proteger as folhas de texto. Podem ser costuradas directamente na encadernação ou coladas às pastas e corpo do livro. Possuem ainda uma importante função no processo de união do corpo do livro às pastas. University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de https://www.ligatus.org.uk/lob/search?search_api_fulltext=endleaves.



5. Lacuna de grandes dimensões presentes na pasta da frente do livro



6. Livro de Posturas, 1587-1837



7. A pele de revestimento da lombada encontrava-se destacada da mesma, comprometendo a sua função de protecção da costura. Os nervos apresentavam-se também soltos das pastas



8. A pele que revestia o livro, apresentava várias lacunas, particularmente evidentes na lombada



9. A par das lacunas, verificava-se ainda a existência de cortes e perfurações na pele

Intervenção de Conservação e Restauro: procedimentos

Enquadrada pelo código de ética e deontologia para a profissão de conservador-restaurador, definido pela Confederação Europeia de Associações Profissionais de Conservadores-restauradores[13], a intervenção dividiu-se em três contextos distintos: i. suporte; ii. encadernação; iii. acondicionamento.

SUPORTE

- Limpeza mecânica de sujidade aderente, com trincha;
- Planificação de dobras, vincos e enfolamentos, com espátula quente e sonda;
- Remoção mecânica de restauros antigos e resíduos de adesivo, com auxílio de humidificador;
- Preenchimento de lacunas com papel japonês (9 g/m^2);
- Colagem de fragmentos com o auxílio de papel japonês (6 g/m^2) e com Tylose MH 300 – 4%[14];
- Reforço da tinta ferrogálica, com papel japonês (6 g/m^2) e com Klucel G – 4%[15];
- União de fólios separados, com papel japonês (12 g/m^2) e com o adesivo Tylose MH 300 – 4%;
- Aquando da intervenção foi identificada no fólio 99 uma nota a lápis com a seguinte indicação: "folha retirada da sua ordem". Concluiu-se, em conjunto com a arquivística, que o fólio em questão, correspondente ao índice, abria inicialmente o livro, apesar da numeração que lhe foi atribuída, decerto num momento em que o documento já apresentava vários cadernos e fólios soltos. Optou-se, assim, por voltar a colocar o índice no início do livro, de modo a restabelecer a estrutura original do documento.



10. Fragmento destacado de um dos fólios do livro, antes do processo de colagem



11. Limpeza mecânica de sujidades e poeiras

13 European Confederation of Conservator-Restorers Organisations (2003). *Code of ethics*. Retirado de https://www.ecco-eu.org/wp-content/uploads/2021/03/ECCO_professional_guidelines_II.pdf.

14 Éter de celulose solúvel em água em todas as proporções. Comercializado sob a forma de pó branco.

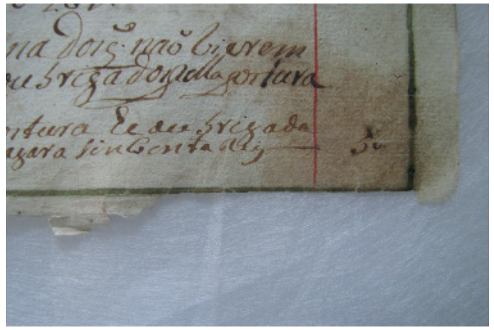
15 Éter de celulose solúvel em água abaixo dos 38° C, em metanol, etanol e isopropanol. Comercializado sob a forma de pó branco. No âmbito da intervenção foi preparado com etanol, como forma de minimizar possíveis impactos para a tinta.



12. Remoção mecânica do adesivo presente nos festos dos cadernos



13. Ao longo da obra eram visíveis vários restauros antigos (papel colado com adesivo proteico (cola animal?) ou carbo-hidrato (cola de amido?)



14. Remoção mecânica do adesivo presente nos festos dos cadernos



15. Remoção mecânica do adesivo presente nos festos dos cadernos



16. Remoção mecânica do adesivo presente nos festos dos cadernos

ENCADERNAÇÃO

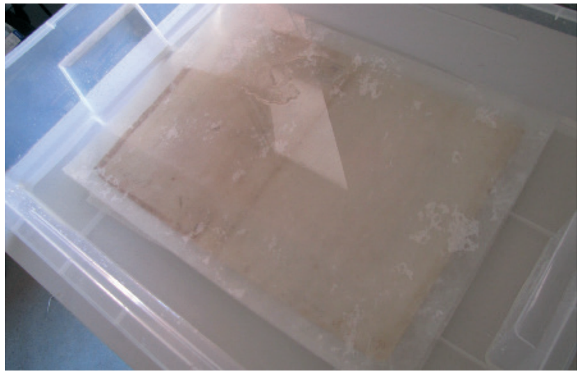
- Separação do corpo do livro das pastas;
- Remoção do adesivo presente na lombada da obra;
- Destacamento das folhas de guarda;
- Remoção mecânica com borracha vinílica de resíduos de adesivo e cartão, da folha de guarda;
- Lavagem, encolagem (Tylose MH 300 – 1%) e planificação das folhas de guarda;
- Costura dos cadernos – sistema de costura alternada[16];
- Encolagem da lombada com Tylose MH 300 (4%);
- Arredondamento e realização de encaixe;
- Realização de transfile – corte da cabeça e corte do pé;
- Reforço entre-nervos com papel japonês (24g/m^2);
- Aplicação de nova pele, depois de chifrada[17] nas zonas dos virados;
- Marcação dos nervos com alicate e dobradeira de osso.

ACONDICIONAMENTO

- Realização de caixa sem adesivos com cartão cinza/branco Archival Folding © -650µ.



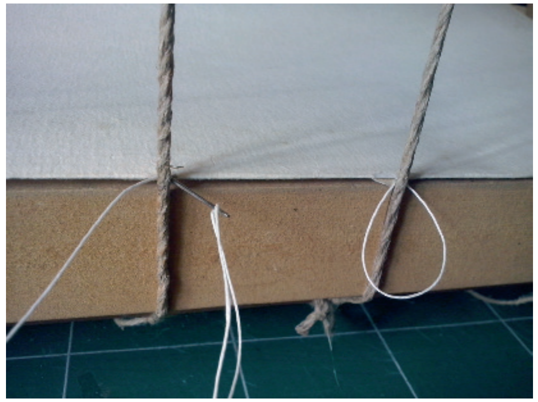
17. Remoção mecânica com bisturi do adesivo presente na lombada do livro



18. Após a remoção das folhas de guarda das pastas, foram lavadas, sujeitas a nova encolagem, consolidados os rasgões e preenchidas as lacunas com papel japonês (12 g/m^2)

16 Sistema de costura que permite reduzir a quantidade de linha utilizada e dessa forma a espessura da lombada do livro. Dell'Orto, G. P. (2000). *Manuale del rilegatore: Tecniche di lavorazione artigianale*. Milano: Editore Ulrico Hoepli. Esta opção permite preservar as dimensões originais da lombada dos livros.

17 Processo que consiste em reduzir a espessura da pele com uma faca (chifra) nas áreas correspondentes às zonas de dobra e lombada. Este procedimento permite facilitar a aplicação da pele e assegurar que este processo não introduz deformações na estrutura do livro (empenos) que comprometam o seu manuseamento e execução. University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de Search | Language of Bindings (ligatus.org.uk).



19. A nova costura seguiu a pré-existente, tendo sido realizada sobre corda e com linha de algodão



20. Os nervos em corda foram colocados nas pastas em cartão, após a abertura de vários orifícios para inserção dos mesmos



21. A encolagem da lobada visa conferir maior resistência mecânica ao corpo do livro



22. Arredondamento do dorso, realizado sob pesos e com o auxílio de dobradeira de osso



23. Livro de Posturas da Câmara Municipal de Cascais, 1587-1837
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/001]

LIVROS DE ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, 1630-1928

Enquadramento

Conjunto de 50 livros que têm por datas extremas os anos de 1630 a 1928 e registam os principais actos das vereações ao longo deste período, assumindo-se, por isso, como um elemento incontornável para a compreensão da evolução do concelho e da organização da Câmara Municipal de Cascais desde o segundo quartel do século XVII a meados do século XX.

Apresentando livros com tipologias distintas que reflectem a evolução dos próprios sistemas de encadernação e materiais ao longo de três séculos, este conjunto documental apresentava vários danos e processos de alteração que não só comprometiam a conservação de uma parte significativa dos mesmos, como impediam o seu estudo e descrição arquivística.

Estado de Conservação

Dentro desta realidade abrangente existiam diferentes estados de conservação resultantes das características materiais dos livros, possíveis condições de armazenamento e respectiva utilização dos mesmos.

LIVROS EM RAZOÁVEL ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Nestes casos a intervenção de conservação e restauro não assumia um carácter de urgência, correspondendo a um número mais reduzido de documentos. Os principais danos e processos de deterioração assumiam um impacto moderado na conservação dos livros, remetendo para medidas no âmbito da conservação curativa e pontualmente de restauro. Enquadrando-se neste grupo um total de 36 itens, refira-se a título de exemplo os livros 9 e 54, que apresentavam, respectivamente, os seguintes danos:

LIVRO 9 (1776-1779)

SUPORTE
• Poeira e sujidade superficial.

ENCADERNAÇÃO
• Lacunas no pergaminho, mais concretamente na zona da badana[18];
• Cadernos em destacamento devido à ruptura do sistema de costura;
• Rasgões pontuais no pergaminho.

18 Zona de dobra do pergaminho responsável pela protecção da goteira, parte oposta à lombada. University of the Arts London (s. d). *Language of bindings.* Retirado de https://www.ligatus.org.uk/lob/search?search_api_fulltext=flap.



24. Livro antes da intervenção – frente



25. Livro antes da intervenção – verso



26. A zona da badana apresentava uma lacuna significativa, comprometendo a integridade do material de revestimento do corpo do livro (pergaminho)



27. Apesar do corpo do livro se encontrar com os cadernos unidos, a costura encontrava-se com a linha cortada colocando os mesmos em risco de destacamento

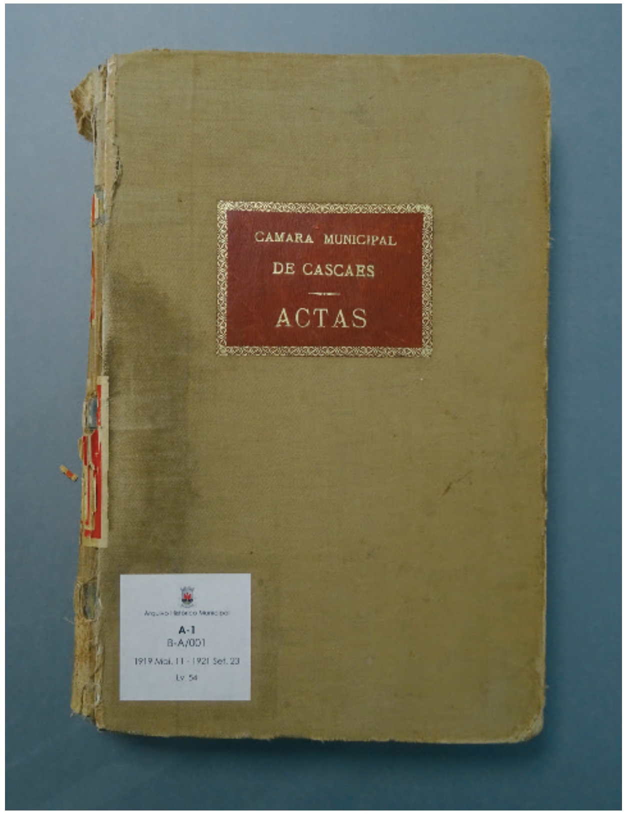
LIVRO 54 (1919-1921)

SUPORTE

• Poeira e sujidade superficial.

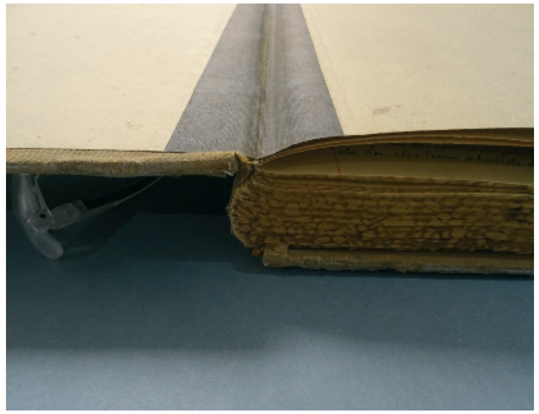
ENCADERNAÇÃO

• Lacunas, que se traduzem na existência de zonas sem tecido, nomeadamente na lombada, nos cantos das pastas e seixas[19];
• Cantos danificados, resultantes de deformação mecânica;
• Reforços de tecido colocados na lombada em destacamento.



28. Livro antes da intervenção – frente

19 Espaços do interior da capa ou contracapa, que vão do corte do livro ao topo do cartão. Cambras, J. (2004). *Encadernação*. Lisboa: Editorial Estampa.



29. Sujidade superficial (poeiras), com especial incidência na zona dos festos dos cadernos e folhas de guarda



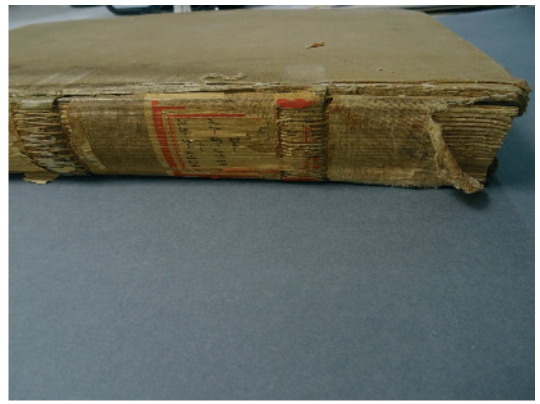
30. Livro antes da intervenção – frente



31. Livro antes da intervenção – verso



32. A zona da badana apresentava uma lacuna significativa, comprometendo a integridade do material de revestimento do corpo do livro (pergaminho)



33. Apesar do corpo do livro se encontrar com os cadernos unidos, a costura encontrava-se com a linha cortada colocando os mesmos em risco de destacamento

LIVROS EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Careciam de intervenção urgente, uma vez que apresentavam uma ou mais dimensões comprometidas (funcionalidade e/ ou conteúdo intelectual). Correspondendo a um número total de 14 itens, a título de exemplo refira-se os livros 4 e 39, que apresentavam, respectivamente, os seguintes danos:

LIVRO 4 (1697-1714)



34. Livro antes da intervenção – frente



35. Livro antes da intervenção – verso

SUPORTE

- Sujidade aderente (poeiras);
- Manchas de sujidade em várias zonas do suporte;
- Rasgões ao longo do corpo do texto;
- Lacunas associadas ao processo de deterioração da tinta ferrogálica, com especial incidência nas zonas de texto, o que se traduzia na perda do conteúdo informativo presente no corpo de texto;
- Dobras na periferia dos fólios;
- Vincos resultantes de dobras pré-existentes;
- Manchas e perda de material, resultantes da acção de fungos[20].

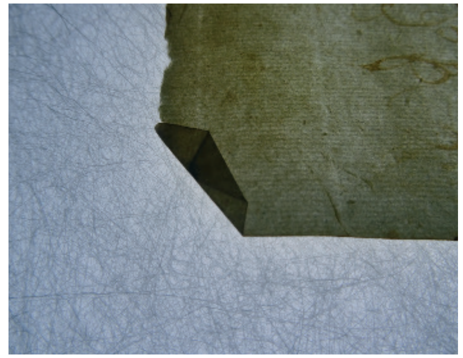
ENCADERNAÇÃO

- Corpo do livro deformado, resultando este aspecto de possível armazenamento incorrecto;
- Cadernos em destacamento, devido à ruptura do sistema de costura e/ou rasgões nas zonas do festo.

20 A metabolização da celulose por parte dos filamentos dos fungos assume repercussões na integridade física dos documentos e na leitura estética dos mesmos. Coalition (2003). *Biological problematics in cultural heritage*. Retirado de http://www.geomic.uni-oldenburg.de/projekte/coalition.



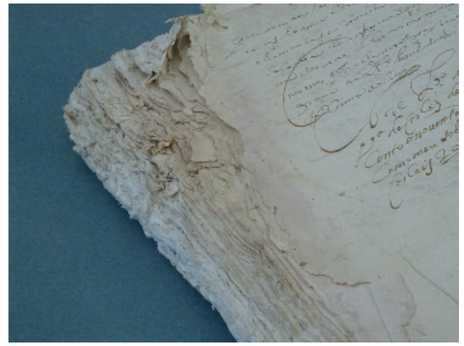
36. Lacuna provocada pelo processo de alteração da tinta ferrogálica



37. Dobra na margem inferior de fólio



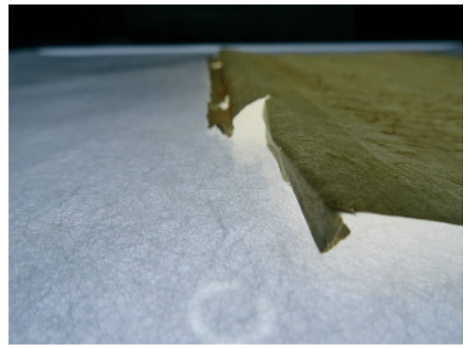
38. Pormenor da costura, mais concretamente da pele utilizada para realização dos nervos



39. O livro apresentava nas margens dos fólios lacunas devido à fragilidade do suporte, que apresentava manchas características da actividade metabólica de fungos

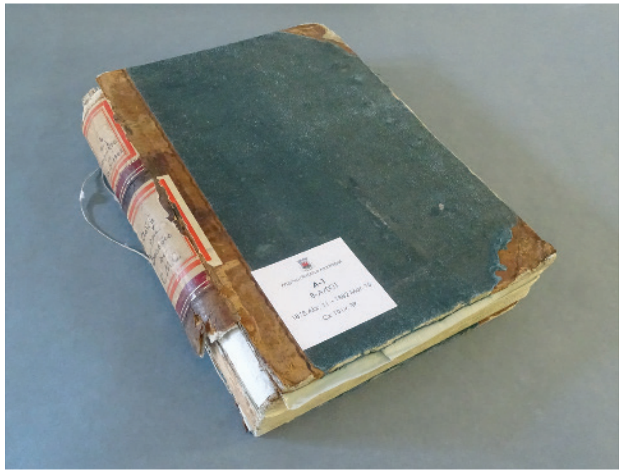


40. Deformação que o corpo do livro apresentava devido a um incorrecto armazenamento – zona da lombada



41. Rasgão em zona de festo de um dos fólios do livro

LIVRO 39 (1878-1882)



42. Livro antes da intervenção – frente



43. Livro antes da intervenção – verso

SUPORTE
- Sujidade aderente (poeiras);
- Rasgões pontuais nas margens dos fólios;

ENCADERNAÇÃO
- Cadernos em destacamento, devido à ruptura do sistema de costura e/ou rasgões nas zonas do festo;
- Desgaste e lacunas associadas ao material de revestimento do livro – tecido e pele;



44. O material de revestimento da lombada encontrava-se em destacamento, apresentando também lacunas significativas



45. A capa do livro, assim como a lombada, encontravam-se separadas do corpo do livro

- Pele responsável pelo revestimento da lombada destacada;
- Lacunas na pele responsável pelo revestimento da lombada e áreas adjacentes;
- Cantos fragilizados com separação das várias folhas que constituem os cartões das pastas;
- Tecido de revestimento das pastas em destacamento;

Objectivos da Intervenção

Ainda que apresentando diferentes níveis de deterioração, os objectivos definidos para os livros que integravam os dois grupos referidos anteriormente foram semelhantes. Pretendeu-se, por um lado, restituir a integridade dos livros, permitindo novamente o seu manuseamento e, por outro, assegurar o acesso ao seu conteúdo intelectual, intervindo nos danos que comprometiam a integridade do suporte e das tintas presentes. Ao nível das encadernações respeitou-se as pré-existências, no que diz respeito aos materiais originais e sistemas de costura, optando apenas pela substituição dos primeiros quando a intervenção não permitisse restituir a função assumida pelos mesmos na estrutura dos livros, comprometendo, assim, a estabilidade física do documento.

Intervenções de Conservação e Restauro: procedimentos

As intervenções foram enquadradas pelo código de ética e deontologia para a profissão de conservador-restaurador, definido pela Confederação Europeia de Associações Profissionais de Conservadores-restauradores.[21] Mantendo os exemplos referenciados anteriormente (para ilustrar os diferentes estados de conservação identificados), realizarem-se os seguintes procedimentos:

21 European Confederation of Conservator-Restorers Organisations (2003). *Code of ethics*. Retirado de https://www.ecco-eu.org/wp-content/uploads/2021/03/ECCO_professional_guidelines_II.pdf.

LIVROS EM RAZOÁVEL ESTADO DE CONSERVAÇÃO

LIVRO 9 (1776-1779)

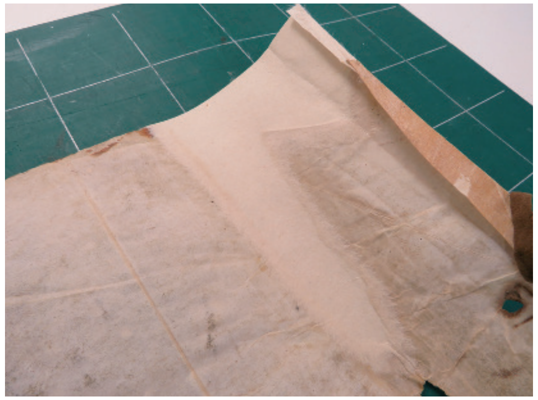
SUPORTE
• Limpeza mecânica do suporte com trincha de cerdas macias;

ENCADERNAÇÃO
• Remoção mecânica de sujidades aderentes e superficiais presentes na superfície do pergaminho, com o auxílio de Smoke Sponge©[22], bisturi e cotonete humedecido com água desionizada;
• Consolidação de rasgões, tendo-se utilizando para o efeito cola de amido de trigo (sem glúten)[23] e goldbeater skin©[24];
• Preenchimento de lacunas com papel japonês (22g/m²) de cor marfim, passíveis de comprometerem a estabilidade física do pergaminho aquando do seu manuseamento. O preenchimento consistiu na aplicação sucessiva de três camadas de papel nas zonas de lacuna, unidas entre si e ao pergaminho com cola de amido de trigo;
• Costura de cadernos de acordo com o sistema de costura preexistente.



46. Consolidação de rasgão no pergaminho com goldbeater skin - tripa

22 Borracha natural vulcanizada.
23 A ausência de glúten no amido de trigo reduz o risco de desenvolvimento de microrganismos associado ao mesmo.
24 Tripa de bovino.



47. Aspecto da zona de lacuna na badana, após preenchimento



48. O preenchimento consistiu na aplicação de três camadas sucessivas de papel japonês, pretendendo-se desta forma obter um preenchimento com a mesma resistência e espessura do suporte original



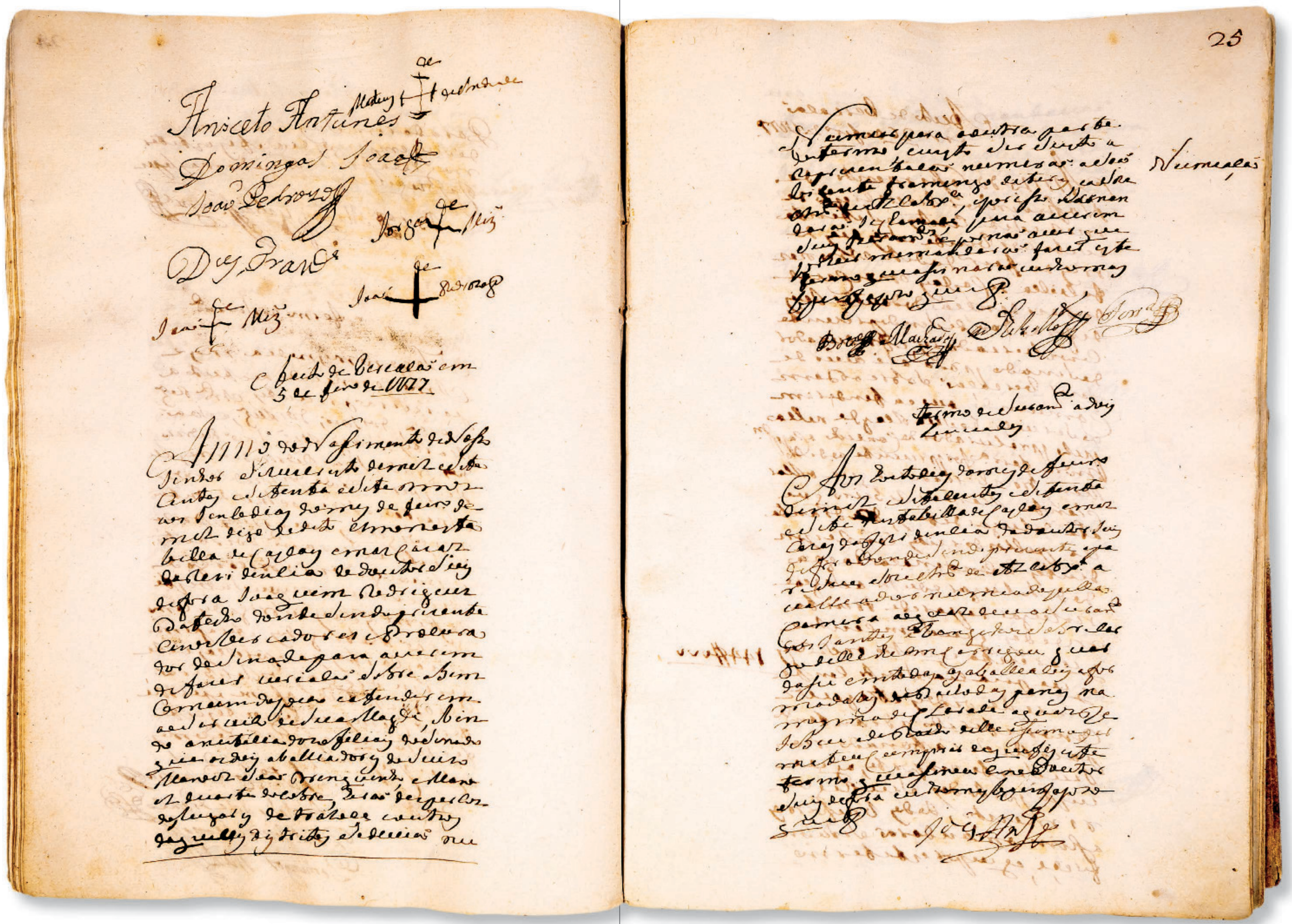
49. Foi realizada uma nova costura, de acordo com o sistema pré-existente. Uma vez que o reforço (pergaminho) colocado na zona de passagem da linha se encontrava bastante danificado, comprometendo a sua função no contexto da encadernação, foram colocadas duas tiras novas de pergaminho



50. Aspecto da zona da badana (exterior) após preenchimento da zona de lacuna



51. Aspecto final da obra, depois de intervencionada



52. Livro de atas da Câmara Municipal de Cascais, 1776-1779
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/001]

LIVRO 54 (1919-1921)

SUPORTE

- Higienização dos vários cadernos com trincha de cerdas macias.

ENCADERNAÇÃO

- Remoção do rótulo[25] presente na lombada, utilizando-se para o efeito Tylose MH 300 (4%) e bisturi;
- Remoção de reforços de tecido em destacamento e dos resíduos de adesivo presentes no dorso da obra, utilizando-se para o efeito Tylose MH 300 (4%) e bisturi – a Tylose foi colocada directamente sobre os reforços e as zonas com adesivo e após um tempo de espera de sensivelmente 5 minutos procedeu-se à remoção dos mesmos com o bisturi;
- Aplicação de novo tecido (algodão) de reforço na lombada (ante de aplicação de novo revestimento na mesma), usando-se para o efeito cola de amido;
- Aplicação de novo revestimento em tela de algodão na lombada, com aplicação de reforço em cartão (subjacente) – a nova tela de revestimento foi colada à lombada com amido de trigo, colocando-se posteriormente grampos de aperto para ajudar no processo de união;
- Consolidação dos cantos (cartão) com Tylose MH 300 e Evacon-R (50:50)[26] – com o auxílio de uma espátula o adesivo foi colocado entre as várias camadas que constituem o cartão e que se encontravam em destacamento;
- Preenchimento das lacunas no tecido de revestimento dos cantos com papel japonês (24 g/m^2) tonalizado com aguarelas, usando-se como adesivo Tylose MH 300;
- Preenchimento de lacuna na zona da coifa (corte do pé)[27] com papel japonês (24 g/m^2) tonalizado, usando-se como adesivo Tylose MH 300;
- Consolidação das seixas com Tylose MH 300 e Evacon (50:50) e preenchimento de zonas de lacuna com papel japonês (24 gr/m^2) tonalizado, usando-se para o efeito Tylose MH 300;
- Consolidação do tecido com Tylose MH 300 (4%).

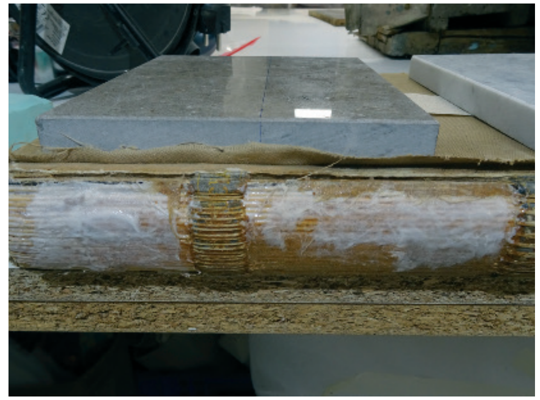
25 Elementos em pele, tela ou papel, em forma de etiqueta onde habitualmente consta o nome do autor, o título e o volume da obra. Cambras, J. (2004). *Encadernação*. Lisboa: Editorial Estampa.

26 Adesivo de acetato de polivinil, com ph-neutro e desenvolvido especificamente para documentos gráficos com suporte em papel.

27 Acabamento virado da lombada à cabeça (parte superior do livro) e ao pé (parte inferior do livro), protegendo o transfil. University of the Arts London (s. d). *Language of bindings*. Retirado de https://www.ligatus.org.uk/lob/search?search_api_fulltext=flap e https://www.ligatus.org.uk/lob/search?search_api_fulltext=turns.



53. Com a aplicação da Tylose MH 300 sobre os reforços, procedeu-se à activação do adesivo responsável pela união dos mesmos ao corpo do livro, com a remoção a fazer-se mecanicamente, com bisturi



54. Depois da remoção do tecido de reforço, aplicou-se nova camada de Tylose MH 300 para remoção dos resíduos de adesivo remanescentes



55. Foram aplicados novos reforços de tecido (algodão) na lombada, permitindo os mesmos assegurar a protecção dos fólios



56. Depois de colada uma cartolina ao tecido de revestimento (para reforço do mesmo), procedeu-se à colagem deste na lombada com amido de trigo, com o auxílio de grampos de mola



57. O último passo da aplicação de novo revestimento na lombada, e após a colagem com o auxílio dos grampos de mola, consistiu em colocar o novo tecido por baixo do material de revestimento original, e posterior união dos mesmos às pastas com cola de amido de trigo



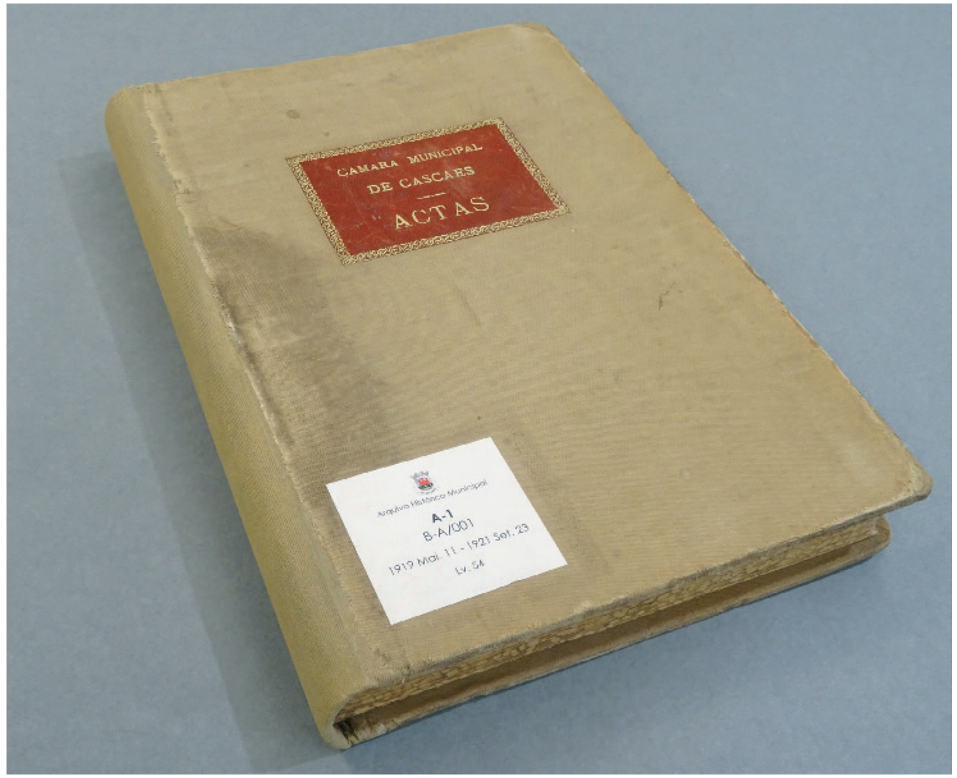
58. Cartão das pastas depois de consolidado na zona dos cantos



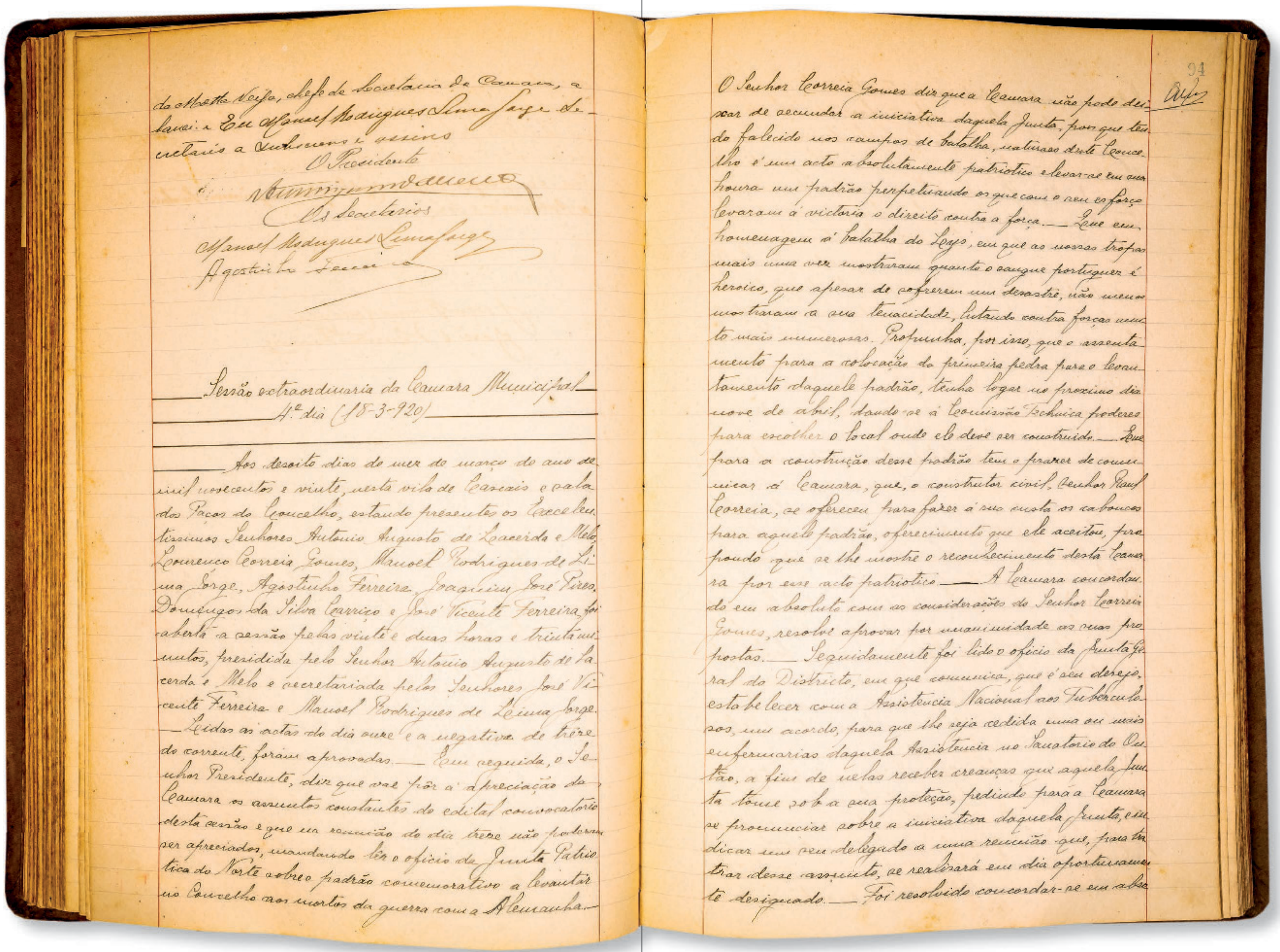
59. Na zona das coifas introduziu-se o tecido no interior da lombada, fazendo-se dessa forma os virados



60 Aspecto da lombada após inserção de novo material de revestimento



61. Aspecto final do livro após a intervenção de conservação e restauro



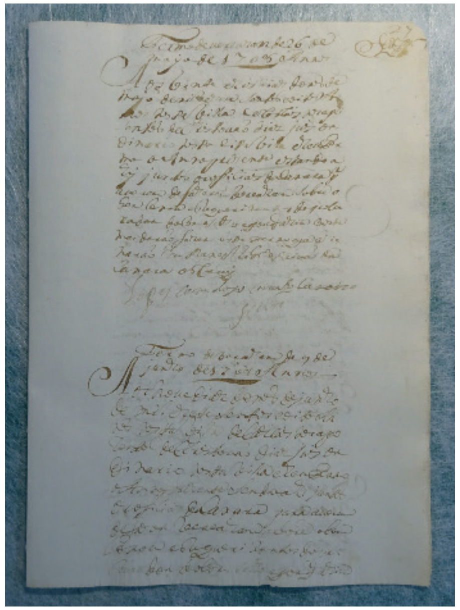
62. Livro de atas da Câmara Municipal de Cascais, 1919-1921
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/001]

LIVROS EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO

LIVRO 4 (1697-1714)

SUPORTE

- Limpeza mecânica da superfície da obra com trincha de cerdas macias;
- Planificação dos fólios que apresentavam vincos e dobras, e deformações resultantes de armazenamento incorrecto, com Tylose MH 300 – o procedimento implicou a justaposição dos fólios sobre folha de poliéster (Melinex), humidificação com álcool 96% e aplicação do adesivo com trincha;
- Preenchimento de lacunas (zonas com ausência de suporte), com papel japonês (6gr/m²) e Klucel G (4%);
- Reforço das zonas com lacunas originadas pela acção fúngica, com papel japonês (6gr/m²) e Klucel G (4%).



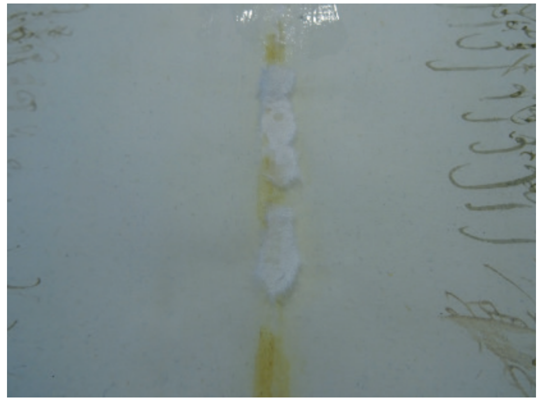
63. Aspecto de fólio depois de planificado



64. O papel que constituía o livro apresentava várias marcas de água. As marcas de água eram usadas para identificar o moinho/ fábrica responsável pela produção do papel



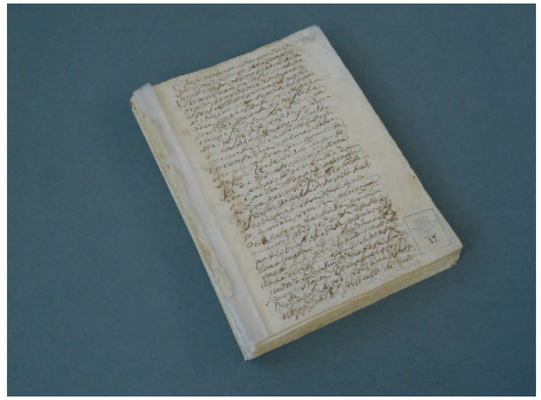
65. Aspecto de zona com tinta ferrogálica em destacamento, depois de consolidada com papel japonês 6 g/m2



66. Preenchimento de lacunas presentes em zona de festo, com papel japonês 12 g/m2



67. Limpeza mecânica do suporte com trincha de cerdas macias



68. Aspecto dos vários cadernos depois de intervencionados

ENCADERNAÇÃO

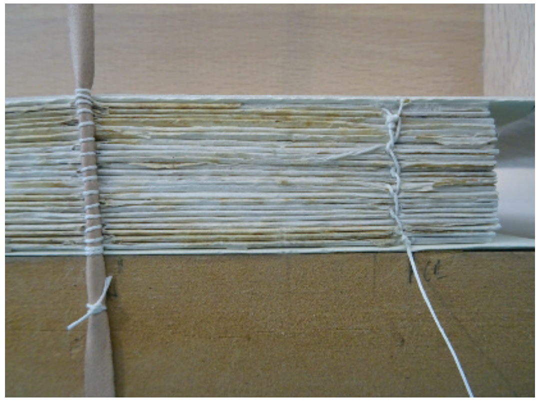
- Desmantelamento do sistema de costura e separação dos fólios, com o auxílio de espátula e humidificador;
- Costura de cadernos sobre nervos de pele, de acordo com a costura pré-existente;
- Encolagem e reforço do dorso com papel japonês 12 g/m² e Tylose MH 300;
- Realização de novos transfis, para efeitos de reforço da nova costura – fio de algodão e corda de cânhamo;
- Preparação e aplicação de novo pergaminho como cobertura da obra, com respectiva inserção dos nervos no mesmo.



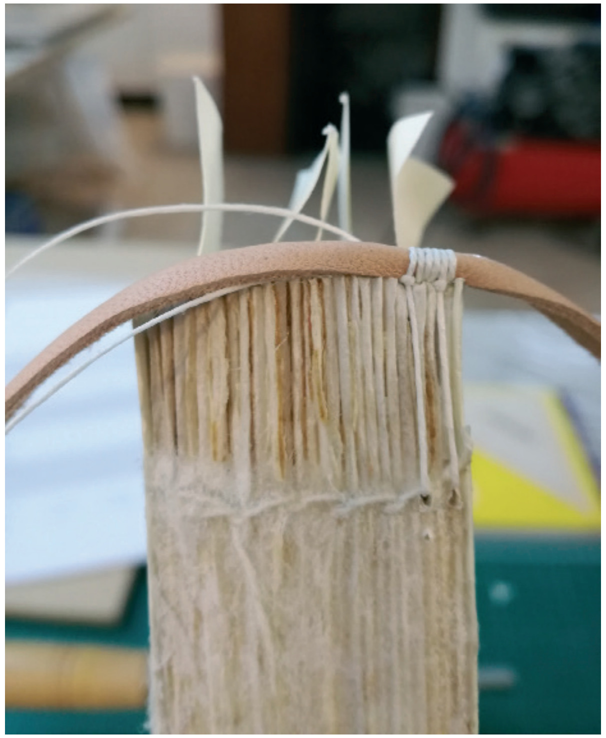
69. Margens que antes apresentavam lacunas e se encontravam fragilizadas, após consolidação do suporte



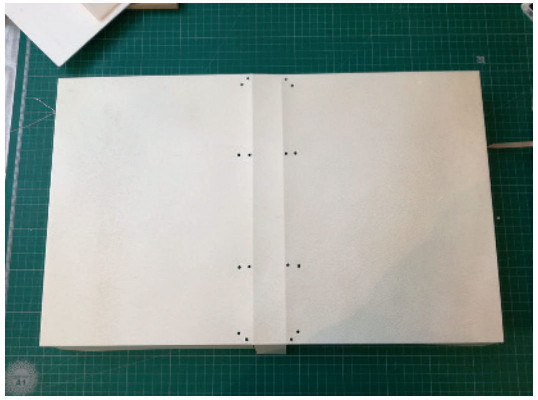
70. Lombada depois de planificados os fólios, consolidados rasgões e preenchidas as lacunas



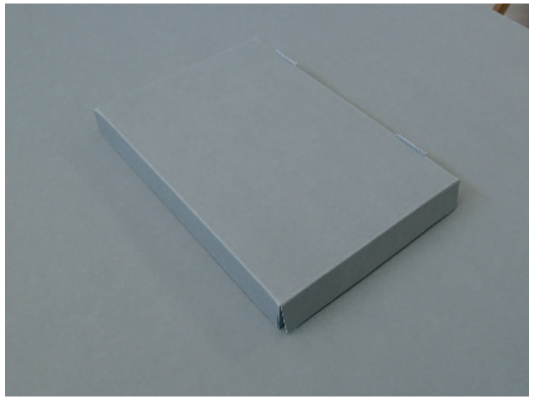
71. Realização de nova costura de acordo com o sistema pré-existente



72. Realização de nova costura de acordo com o sistema pré-existente



73. Uma vez que o livro se apresentava sem qualquer protecção, em concordância com o Arquivo Histórico Munícipal de Cascais, decidiu-se realizar uma nova protecção. Optou-se por um sistema de costura e protecção características da documentação de arquivo, com as particularidades dos documentos intervencionados [15]



74. A caixa foi realizada com materiais com especificações de conservação e sem quaisquer adesivos



75. Livro de atas da Câmara Municipal de Cascais, 1697-1714
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/001]

LIVRO 39 (1878-1882)

SUPORTE

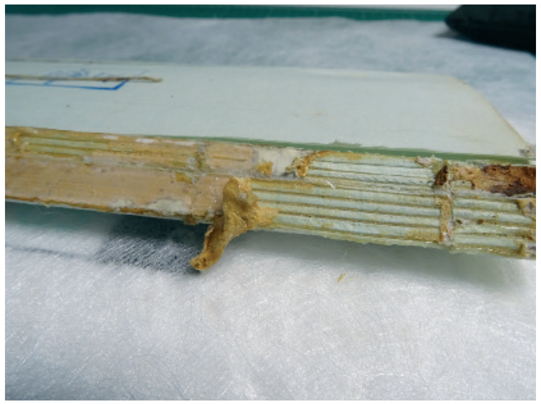
- Higienização dos vários cadernos com trincha de cerdas macias;
- Lavagem das folhas de guarda (após remoção das mesmas das pastas) com água tépida, e após secagem destas, encolagem com Tylose MH 300 (1%);
- Consolidação de rasgões presentes nos festos dos cadernos, decorrentes do processo de remoção do adesivo do dorso, assim como das folhas de guarda das pastas – os rasgões foram consolidados com papel japonês 12 g/m² e Klucel G (4%).

ENCADERNAÇÃO

- Remoção de adesivo do dorso do livro, utilizando-se para o efeito Tylose MH 300 e bisturi – a Tylose foi colocada directamente sobre as zonas com adesivo, e após um tempo de espera de, sensivelmente, 5 minutos, procedeu-se à remoção do mesmo com o bisturi;
- Separação mecânica dos cadernos, após remoção do adesivo, com auxílio de humidificador;
- Remoção das folhas de guarda coladas às pastas, com humidificação prévia com Tylose MH300 e posterior remoção mecânica com bisturi – a Tylose foi colocada directamente sobre a folha, com a remoção a fazer-se 10 minutos após a aplicação do adesivo[28];
-

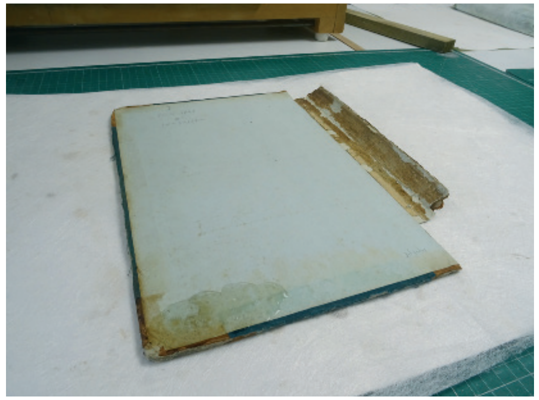


76. Após a remoção do adesivo da lombada, os festos apresentavam várias lacunas decorrentes desse processo. O preenchimento das mesmas fez-se com papel japonês 12 g/m²



77. Processo de remoção do adesivo presente na lombada, após aplicação de Tylose MH 300 sobre o mesmo

28 A remoção fez-se faseadamente, com as sucessivas aplicações da Tylose em pequenas áreas de 10 x 10 cm.



78. As contra-guardas (folhas que se encontram coladas às pastas) foram alvo de processo de remoção. Uma vez que existiu necessidade de realização de nova costura e nova união do corpo do livro às pastas, a remoção das folhas de guarda revela-se imprescindível para o sucesso dessas operações – devido ao sistema de costura original de obra, que implicava a colagem dos nervos às contra-guardas antes da colagem das mesmas às pastas



79. Aspecto do cartão após remoção da contra-guarda – as irregularidades visíveis na imagem foram retiradas posteriormente com o auxílio de uma lixa



80. Depois de consolidado o cartão, os cantos foram revestidos com papel japonês 24 g/m² previamente tonalizado com aguarelas

Consolidação dos cantos (cartão) com Tylose MH 300 e Evacon-R (50:50);

- Preenchimento das lacunas na pele de revestimento dos cantos com papel japonês (24 g/m²) tonalizado com aguarelas, usando-se como adesivo Tylose MH 300 e Evacon-R (50:50);
- Consolidação das seixas com Tylose MH 300 e Evacon-R (50:50) e preenchimento de zonas de lacuna com papel japonês (24 g/m²) tonalizado com aguarelas, usando-se para o efeito Tylose MH 300;
- Consolidação do tecido em destacamento com Tylose MH 300 (4%);

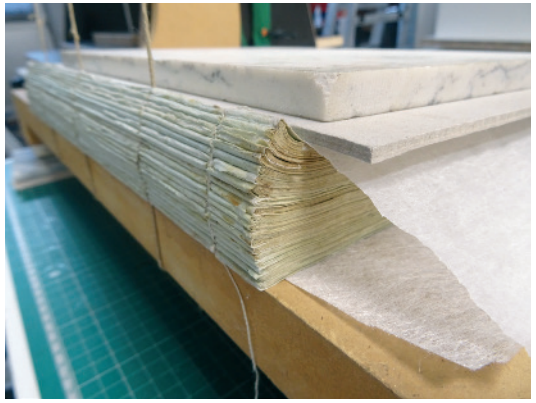
- Aplicação de nova pele na zona da lombada, depois de tingida com anilinas, usando-se para o efeito cola de amido de trigo;
- Costura e encadernação, de acordo com o sistema pré-existente;
- Aplicação de lombada original sobre pele nova aplicada no dorso do livro, usando-se para o efeito cola de amido de trigo; Consolidação de zonas de abrasão da pele presente na lombada com Klucel G (6%);
- Hidratação da pele com cera Cire 123©.



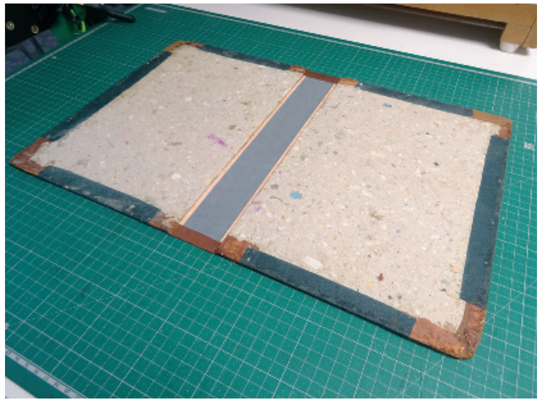
81. Aspecto da pele a aplicar na lombada depois de desbasta com uma faca concebida para o efeito



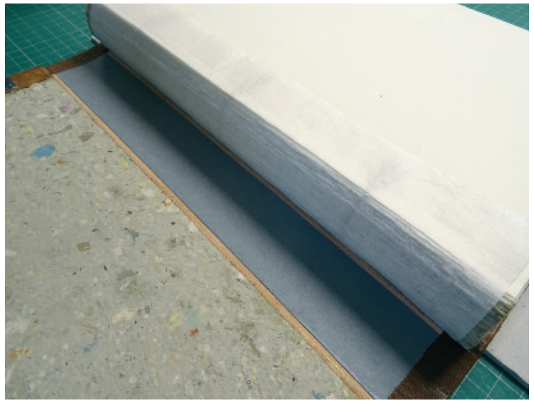
82. Costura realizada sobre fio de cânhamo. Os cadernos apresentavam-se serrotados, com a corda a ficar inclusa aos cadernos depois de tensionada a costura



83. Aspecto da lombada depois da costura e já depois de arredondada



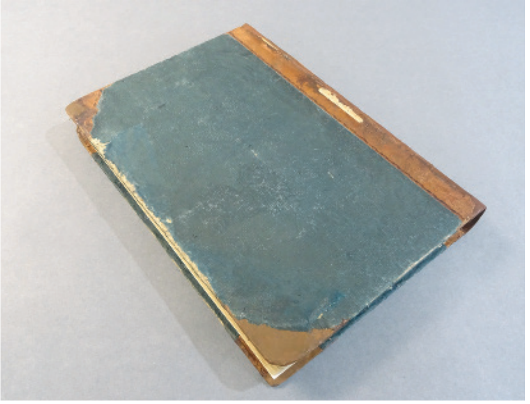
84. Aspecto das pastas já com a nova pele de reforça da lombada aplicada sobre esta. Aplicou-se, igualmente, uma cartolina com a mesma função de reforço



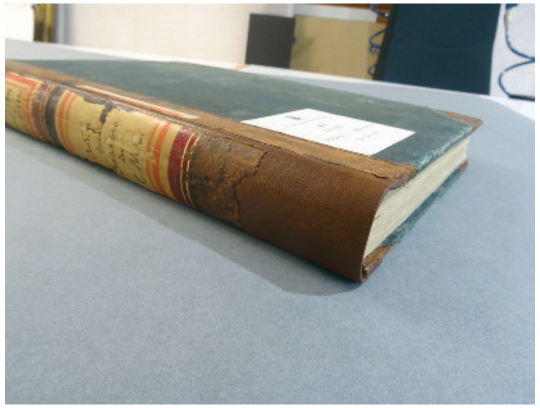
85. Corpo do livro, onde é visível a lombada já com o reforço de tela e papel japonês, bem como as novas folhas de guarda já coladas ao mesmo



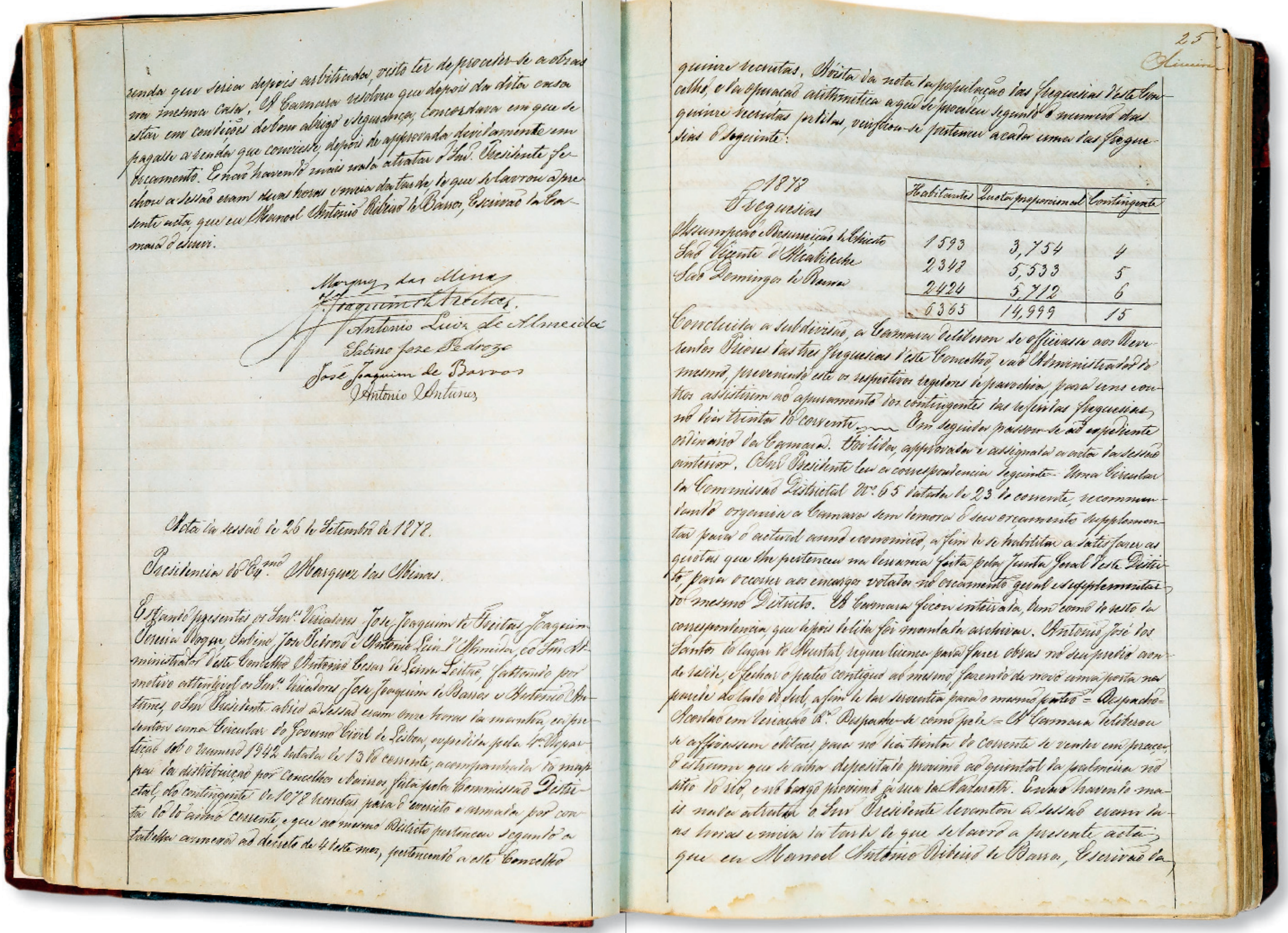
86. Aspecto final do livro após a intervenção – frente



87. Aspecto final do livro após a intervenção – verso



88. Aspecto da zona da lombada, após a intervenção



Marquez das Minas
Joaquim de Freitas
Antonio Luiz de Almeida
Sabino José Pedrozo
José Joaquim de Barros
Antonio Antunes

Acta da sessão de 26 de Setembro de 1878.

Presidencia do Ex.mo Marquez das Minas.

1878 Freguesias	Habitantes	Quota proporcional	Contingente
Assumpção de Cascaes	1593	3,754	4
São Vicente d'Alcabideche	2348	5,533	5
São Domingos de Rana	2424	5,712	6
	6365	14,999	15

89. Livro de atas da Câmara Municipal de Cascais, 1878-1882
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/001]

NOTA FINAL

Não sendo um artigo exaustivo acerca das intervenções de conservação e restauro promovidas na última década na documentação à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, atesta-se, ainda assim, através dos exemplos apresentados, o investimento continuado e sustentado por parte do Município nesta recuperação do seu património.

Apesar de ao longo destes últimos quase dez anos se ter procurado divulgar alguns dos projectos realizados – seja através de artigos centrados em intervenções individualizadas, livros, exposições e documentários – essas iniciativas foram apenas uma pequena parte de um trabalho pouco visível, de bastidores, que possibilitou recuperar um total de 52 livros, 1 064 fólios distribuídos por vários maços de documentação e 7 pergaminhos datados do século XV.

O trabalho realizado assume-se, seguramente, como um exemplo singular de investimento por parte de um município, numa categoria de património quase sempre preterida em detrimento de outras, com maior visibilidade e mais públicos.

Os vários projectos são também um exemplo da interdisciplinaridade necessária nas intervenções de conservação e restauro em património. Muitos dos desafios colocados em vários momentos de cada um desses projectos resultaram de uma reflexão conjunta entre as áreas de conservação e restauro e a arquivística, procurando sempre salvaguardar a história de cada documento e as memórias das suas diferentes utilizações, sem esquecer as respetivas funções e valores inerentes, indispensáveis para a compreensão e plena fruição destes bens culturais únicos.

BIBLIOGRAFIA

CAMBRAS, J. (2004) – *Encadernação*. Lisboa: Editorial Estampa.

DELL'ORTO, G. P. (2000) – *Manuale del rilegatore: Tecniche di lavorazione artigianale. Milano: Editore Ulrico Hoepli.*

HENNIGES, U.; REIBKE, R.; BANIK; G. HUHSMANN, E.; HAHNER, U.; PROHASKA, T.; POTTHAST, A. (2008) – Iron gall ink-induced corrosion of cellulose: Aging, degradation and stabilization. Part 2: Application on historic sample material. *Springer*. N.º 15. P. 861-870.

HENRIQUES, João Miguel, coord. (2014) – *500 anos do foral manuelino de Cascais: 1514-2014*. Cascais: Câmara Municipal.

NETHERLANDS INSTITUTE FOR CULTURAL HERITAGE (2001) – *Condition rating for paper objects with iron-gall ink*. Amsterdam: Netherlands Institute for Cultural Heritage.

PEREIRA, L.; MARQUES, L. (2018) – "Intervenção de conservação e restauro na gravura de George Braun e Frans Hogenberg, representando a Vila de Cascais". *Ge-conservación*. N.º 14. P. 16-26. Retirado de https://doi.org/10.37558/gec.v14i1.580.

RIBEIRO, M. (1988) – "O livro de posturas da Câmara da Vila de Cascais (1587-1837)". *Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município*. N.º 7. Cascais: Câmara Municipal. P. 57-68.

Edição
Câmara Municipal de Cascais – Departamento de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico

Coordenação
João Miguel Henriques
Maria Conceição Santos

Autores
Olga Bettencourt†
Ana Cristina Antunes
Ana Gaspar
António Francisco Arruda Cota
Carlos Miguel Ferreira
Carmen Pereira
Francisco Franco de Sousa
Francisco Matta Pereira
Guilherme Cardoso
João Miguel Henriques
José d’Encarnação
Luís Pereira

Design gráfico
Sara Gonçalves

Fotografia
João Pedro Cipriano

Agradecimentos
Museu Nacional do Desporto

Impressão
Jorge Fernandes, Lda

Tiragem
500 exemplares

Depósito Legal
518166/23

Na capa
Livro de Posturas, 1587-1837
[AHMCSC/AADL/CMC/B/A/005/001]